



Da invisibilidade  
ao  
protagonismo:

Uma etnografia  
em espaços de  
luta, participação  
e criação de  
políticas públicas  
para imigrantes e  
refugiados no  
Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social

**Da Invisibilidade ao Protagonismo: uma etnografia em espaços de luta,  
participação e criação de políticas públicas para imigrantes e refugiados no  
Brasil**

Silvia Cristina Zelaya

Porto Alegre

2017

Silvia Cristina Zelaya

**Da Invisibilidade ao Protagonismo: uma etnografia em espaços de luta,  
participação e criação de políticas públicas para imigrantes e refugiados no  
Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Denise Fagundes Jardim

Porto Alegre

2017

Silvia Cristina Zelaya

**Da Invisibilidade ao Protagonismo: uma etnografia em espaços de luta,  
participação e criação de políticas públicas para imigrantes e refugiados no  
Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Denise Fagundes Jardim – UFRGS

Orientadora

---

Prof. Dra. Virginia Vecchioli – UFSM

Examinadora

---

Prof. Dra. Verónica Trpin – UNCOMA/ ARG

Examinadora

---

Prof. Dr. Emerson Giumbelli – UFRGS

Examinador

---

Profa. Dra. Claudia Fonseca –UFRGS/PPGAS

Examinadora

### CIP - Catalogação na Publicação

Zelaya, Silvia Cristina

Da invisibilidade ao protagonismo: uma etnografia em espaços de luta, participação e criação de políticas públicas para imigrantes e refugiados no Brasil / Silvia Cristina Zelaya. -- 2017.  
211 f.

Orientadora: Denise Fagundes Jardim.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Imigração. 2. Refúgio. 3. Políticas públicas. 4. Tecnologias de governo. 5. Cidadania. I. Fagundes Jardim, Denise, orient. II. Título.

*A mis padres, Jorge y Cristina,  
por haberme enseñado a luchar para alcanzar mis sueños*

*“Ser cosmopolita no significa ser indiferente a un país y ser sensible a otros. Significa la generosa ambición de ser sensibles a todos los países y todas las épocas, el deseo de eternidad, el deseo de haber sido muchos...”*

*"Soy un cosmopolita que atraviesa fronteras porque no le gustan"*

**Jorge Luis Borges**

## AGRADECIMENTOS

Para levar adiante este empreendimento contei com uma bolsa da Organização de Estados Americanos (OEA) e com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta tese é resultado de vários anos de trabalho nos quais participaram muitas pessoas diversas. Agradeço aos professores e estudantes do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS). Especialmente a professora Denise Jardim. Faltam-me palavras para agradecer não apenas a orientação, mas os cuidados que ultrapassam em muito o papel da orientadora.

Aos professores Emerson Giumbelli e Patrice Schuch, que compuseram a banca de qualificação, pelas ricas sugestões. Às professoras Claudia Fonseca, Emerson Giumbelli, Patrice Schuch e Virginia Vechioli agradeço que aceitassem compor a banca de avaliação da tese e a inspiração provocada pela leitura de seus trabalhos. À professora Patrice Schuch agradeço ainda os ensinamentos sobre política e governo oferecidos nas suas sempre estimulantes aulas. Também agradeço aos funcionários da Secretaria do PPGAS, em especial à querida Rosemeri Feijó.

Aos amigos e colegas que encontrei no PPGAS. Aos que estiveram mais próximos durante os primeiros anos como Victoria, Lorena, Felipe e Bethânia e aos que ganhei com o tempo. Agradeço muito a Ana Paula, Ivana e Patrícia pelos lindos momentos compartilhados em esta etapa final da escrita em Porto Alegre. Deixo um especial agradecimento às queridas amigas “espanholas” Pamela, Ana Milena e Maria que me acompanharam desde o início e o continuam fazendo. Ao meu querido amigo Christiano agradeço pelo carinho demonstrado através dos anos.

Durante o tempo da pesquisa participei de Congressos que suscitaram, além de debates, encontros formidáveis entre os quais destaco os de William Santos e Lila Garcia, excelentes pesquisadores e amigos. Agradeço também a Guilherme Mansur, Daniel Etcheverry e Josep Juan Segarra pelas leituras de alguns capítulos desta tese e pelos enriquecedores comentários. À professora Bela Feldman-Bianco agradeço também pela disposição para ler meus textos. Ao meu colega Norberto Decker agradeço a parceria e a escuta nos momentos de angústia. Seus comentários sempre estimulantes sobre as nossas pesquisas têm sido de grande valor.

Aos meus amigos da Espanha: Raquel, Iraya, Stefania, Yaiza, Beate e Guillaume. Sou muito grata pelo apoio e carinho para além das fronteiras. A Juan, pelo apoio incondicional.



A etapa de pesquisa em São Paulo deixou momentos e pessoas impossíveis de esquecer. Agradeço enormemente a parceria e cumplicidade dos antropólogos Rose Satiko e Derek Pardue. As pessoas que conheci naquela cidade marcaram profundamente esta experiência. Meu agradecimento especial a Pitchou Luambo, Yannick Delass, Shambuyi Wetu, Viviana Pena, Cristina de Branco, Miguel Dores, Ícaro Lira, Isa Brand e tantos outros. A Claudine, Guido e Blessing por ter me acolhido como uma mais da família. Agradeço especialmente também a Mariela Pizarro Loreto e a Gabriel Díaz-Regañón pela amizade e pelo apoio durante a estadia em São Paulo. Ainda agradeço a Gabriel pela portada desta tese. Ao Padre Paolo, Paulo Illes e José Carlos Pereira “Carlinhos” da Missão Paz pela troca de ideias e de experiências sobre imigração. Em São Paulo, também conheci pessoas incríveis na ocupação do antigo “Hotel Cambridge”, a todos eles um imenso agradecimento.

A meus pais e irmãos agradeço especialmente pelo apoio incondicional em todas as etapas da minha vida. À minha irmã Daniela agradeço também pelo Leo, o sobrinho maravilhoso que me deu. Ao meu amor, amigo e colega Josep Juan Segarra agradeço o afeto, o companheirismo e a paixão pela antropologia. A sua dedicação e comprometimento com o trabalho acadêmico foi uma inspiração em todo momento. Muito obrigada pelo teu sorriso, a tua alegria e por haver recorrido juntos tantas partes do Brasil. Obrigada também a minha nova família catalana: Josep, Gloria, Glorieta, Maria José, Joan, Noa e Manel pelos momentos inesquecíveis no encantador Poble Nou del Delta, pelo apoio constante e pelo afeto contido em cada mensagem e conversa pelo Skype. Gràcies!

A todas as pessoas com as quais convivi nesses anos em Porto Alegre, muito obrigada. Um agradecimento especial a Pepe, Ziza e Maurício, da “Violeta”, por me acolher e me ensinar outra forma de viver, resistir e ser felizes.

Por fim, a todas as pessoas que fizeram parte da pesquisa. A tese não seria possível sem a participação dos imigrantes, refugiados e tantas pessoas que dia a dia acreditam em uma “causa” para fazer um mundo melhor.

## RESUMO

Esta tese trata das relações entre uma trama de atores governamentais e não governamentais na luta pela criação de uma política migratória e de políticas públicas para migrantes e refugiados no Brasil contemporâneo. Com foco nos distintos “protagonismos” este estudo acompanhou uma série de eventos (reuniões, conferências, seminários, audiências públicas, rodas de conversa e festivais) orientados a visibilização da “questão migratória” ocorridos em Porto Alegre e São Paulo entre os anos 2013 e 2016. Entendo esses eventos como cenários privilegiados de observação dos embates, tensões e disputas na produção não apenas de uma “população imigrante”, mas do processo de construção da "imigração" como dado, como campo de intervenção e como objetivo de tecnologias de governo. A tese está baseada no trabalho de campo realizado como uma etnografia multisituada que acompanhou as demandas de ativistas pelos direitos dos migrantes (pessoas de congregações religiosas, de organizações não governamentais, de movimentos de imigrantes e pesquisadores) principalmente dirigidas ao “Estado”. Tendo por inspiração os trabalhos de Michel Foucault e Didier Fassin sobre Estado e Sociedade civil, mantive o foco na análise dos vários atores que procuram intervir na realidade migratória e as distintas compreensões sobre a dignidade humana. Na primeira parte, explico a construção de uma pesquisa multisituada e minhas diversas posições ocupadas no trabalho de campo. Uma segunda parte é dedicada a análise dos processos que conduziram a estes atores a um tipo de engajamento particular na reivindicação de políticas públicas específicas para imigrantes no Brasil. Finalmente, uma terceira parte da tese é dedicada a uma aproximação com diferentes coletivos de imigrantes a fim de conhecer suas formas de organização e percepção de seu protagonismo. Com esses elementos em mente, e atenta ao papel do “Estado”, visualizados a partir de seus agentes e saberes, desenvolvi a análise que revela a complexidade e a divergência entre a representação humanitária da política migratória brasileira e as experiências cotidianas dos imigrantes e refugiados no Brasil.

**Palavras-chaves:** Imigração. Refúgio. Políticas públicas. Tecnologias de governo. Cidadania.

## ABSTRACT

This thesis deals with the relations between a network of governmental and non-governmental actors in the struggle for the creation of a migration policy and public policies for migrants and refugees in contemporary Brazil. Focused on the different "protagonisms", this study followed a series of events (meetings, conferences, seminars, public hearings, rounds of conversation and festivals) oriented to the visualization of the "migratory issue" occurred in Porto Alegre and São Paulo between the years 2013 and 2016. I understand these events as privileged scenarios for observing the conflicts, tensions and disputes in the production not only of an "immigrant population" but of the process of constructing "immigration" as a fact, as a field of intervention and as a goal of government technologies. The thesis is based on a fieldwork conducted as a multisite ethnography that has accompanied the demands of migrant rights activists (people from religious congregations, non-governmental organizations, immigrant movements and researchers) primarily directed to the "State." Drawing on the work of Michel Foucault and Didier Fassin on State and Civil Society, I have focused on the analysis of the various actors who seek to intervene in the migratory reality and the different understandings on human dignity. In the first part, I explained the construction of a multisited research and my several positions occupied in the field work. A second part is dedicated to analyzing the processes that led these actors to a particular type of engagement in the claim of specific public policies for immigrants in Brazil. Finally, a third part of the thesis is dedicated to an approach with different groups of immigrants in order to know their forms of organization and perception of their protagonism. With these elements in mind, and attentive to the role of the "State", visualized from its agents and knowledge, I developed the analysis that reveals the complexity and divergence between the humanitarian representation of Brazilian migration policy and the daily experiences of immigrants and refugees in Brazil.

**Keywords:** Immigration. Refuge. Public Policy. Technologies of government. Citizenship.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1-** Denise, Norberto e eu na instalação do Comirat Municipal
- Figura 2-** Interior da Missão Paz
- Figura 3-** Imigrantes procurando emprego na Missão Paz
- Figura 4-** Ocupação “Hotel Cambridge”
- Figura 5-** Convite ao 4º “Diálogos no CEM”
- Figura 6-** Tabela com fontes de dados para o estudo da imigração no Brasil
- Figura 8-** Diagrama da estrutura governamental da migração no Brasil
- Figura 9-** Linha de tempo, síntese da história do atendimento ao imigrante em Rio Grande do Sul.
- Figura 10-** Cibai-Migrações- Igreja Nossa Senhora de Pompeia
- Figura 11-** Padre Paolo durante o evento na PUC
- Figura 12-** Seleção de emprego na Missão Paz
- Figura 13-** Vaga de emprego para casal na Missão Paz
- Figura 14-** Vaga de emprego para restaurante na Missão Paz
- Figura 15-** Logo oficial da Comigrar
- Figura 16-** Pauta de reunião ordinária do Comirat
- Figura 17-** Convite Audiência Pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
- Figura 18-** Fluxograma das etapas preparatórias da Comigrar
- Figura 19-** Codificação das propostas
- Figura 20-** Programação da Comigrar
- Figura 21-** Apertura da Comigrar
- Figura 22-** Senegaleses dormem num abrigo em Caxias do Sul
- Figura 23-** Evolução solicitações de refúgio 2010-2015
- Figura 24-** Evolução solicitações reconhecidas, deferidas e indeferidas 2010-2015
- Figura 25-** Billy na Audiência Pública dos senegaleses
- Figura 26-** Imigrantes haitianos e senegaleses antes de iniciar-se à seleção de emprego.
- Figura 27-** “Rota” da imigração “ilegal”
- Figura 28-** Haitianos num albergue no Acre

**Figura 29-**1º Festival do Dia Internacional do Refugiado. Perspectiva a partir do palco de onde os imigrantes conduziram o evento com a bandeira palestina pendurada em frente ao restaurante Al Janiah

**Figura 30-** Pitchou numa cena do filme “Era o Hotel Cambridge”

**Figura 31-**Pessoas dormem diante de um prédio ocupado pelo FLM no centro de São Paulo

**Figura 32-** Folheto Festival GRIST

**Figura 33-** O artista Shambuyi Wetu durante o 1º Festival do dia Internacional do Refugiado

**Figura 34-**Gravação do vídeo promocional do 1º Festival do GRIST

**Figura 35-** Banda de músicos do Haiti

**Figura 36-** Banda Esperança de Togo

**Figura 37-**Hortense, Christ e Pitchou no debate sobre a situação política na RDC

**Figura 38-** Shambuyi Wetu no VII Fórum Mundial das Migrações

**Figura 39-** Claudine em São Paulo pela primeira vez

**Figura 40-** Mapa da República Democrática do Congo

**Figura 41-** A boda de Claudine e Guido

**Figura 42-** A mãe de Claudine

**Figura 43-** Massacre na RDC

**Figura 44-** Claudine e Blessing na praia de Santos em janeiro de 2016

**Figuras 45 e 46-** Brinquedos do projeto de Claudine

**Figura 47-**Claudine e Guido durante a oficina realizada em dezembro de 2016

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACNUR:** Agência das Nações Unidas para Refugiados

**ASAV:** Associação Antônio Vieira

**CAM:** Centro de Atendimento ao Migrante de Caxias do Sul

**CCDH:** Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul,

**CGIg:** Coordenação Geral de Imigração

**CIBAI:** Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações

**CNBB:** Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**CNIg:** Conselho Nacional de Imigração

**COMIG:** Centro de Orientação ao Migrante

**COMIGRAR:** Conferência Nacional de Migrações e Refúgio

**COMIRAT:** Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas

**CONARE:** Comitê Nacional para os Refugiados

**CRAI:** Centro de Referência para Migrantes da Prefeitura de São Paulo

**FAMURGS:** Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul

**FGT:** Federação Gaúcha do Trabalho

**FLM:** Frente de Luta pela Moradia

**FPMH:** Fórum Permanente de Mobilidade Humana

**GAIRE:** Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados

**GRIST:** Grupo de Imigrantes e Refugiados Sem Teto

**MTE:** Ministério do Trabalho e Emprego

**MSTC:** Movimento Sem Teto Centro

**OAB:** Ordem dos advogados do Brasil

**OEA:** Organização dos Estados Americanos

**OIM:** Organização Internacional para as Migrações

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**PUC:** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**RDC:** República Democrática do Congo

**SAJU:** Serviço de Assessoria Jurídica Universitária, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**SESC:** Serviço Social do Comércio

**SJDH:** Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos

**UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UNICEF:** Fundo das Nações Unidas para a Infância

**USP:** Universidade de São Paulo

**VAI:** Valorização de Iniciativas Culturais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	18
Itinerários da pesquisa .....	22
A organização dos capítulos .....	25
PRIMEIRA PARTE.....	28
ENTRE A ANTROPOLOGIA, A IMIGRAÇÃO E OS PROTAGONISTAS DO DEBATE MIGRATÓRIO .....	28
CAPÍTULO 1 .....	29
Dos agentes ao protagonismo dos imigrantes: percurso de pesquisa e os contornos da etnografia ...	29
1.1 Entre a Espanha e o Brasil .....	29
1.2 Construindo um objeto de pesquisa .....	33
1.3 Desafios e vicissitudes do trabalho de campo: entre Porto Alegre e São Paulo .....	41
1.4 A ocupação “Hotel Cambridge” .....	48
CAPÍTULO 2 .....	55
A governamentalidade da imigração: o protagonismo da Congregação Scalabriniana .....	55
2.1 As legalidades da imigração: entre os atores, o marco jurídico e a estrutura das políticas migratórias brasileiras.....	56
2.2 A disputa dos sentidos do “problema migratório” .....	67
2.3 As vozes que pautam a imigração: a congregação Scalabriniana e o Cibai-Migrações .....	73
2.4 A interlocução com o Estado: da oposição à parceria .....	76
SEGUNDA PARTE.....	88
SOBRE CONFERÊNCIAS, AUDIÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO DO IMIGRANTE COMO VÍTIMA .....	88
CAPÍTULO 3 .....	89
Esboços de uma política pública: A Primeira Conferência Nacional de Migrações e Refúgio .....	89
3.1 Uma forma de encontro entre Sociedade Civil com o Estado: as Conferências Nacionais .....	90
3.2 Os discursos e os lugares de fala: decifrando caminhos e fluxos burocráticos .....	96
3.3 Desencontros e Controvérsias: a instalação de uma “Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio” .....	105
CAPÍTULO 4 .....	115
Imigrantes e refugiados como objeto das políticas humanitárias: reconhecimento pelo sofrimento e construção de “vítimas” .....	115
4.1 Imigrantes ou refugiados?.....	118
4.2 A centralidade da categoria “vítima” nos debates sobre mobilidade humana e cidadania .....	123
4.3. A construção de um quase-refugiado: a audiência pública dos senegaleses.....	126
4.4. Um alojamento para imigrantes: entre a pobreza e a ajuda humanitária .....	132



4.5 A suspeita do tráfico e do imigrante como trabalhador escravo: as performances da racialização do imigrante. ....	138
4.6 O imigrante hiper-real.....	141
TERCEIRA PARTE .....	145
OS PROTAGONISMOS DOS IMIGRANTES .....	145
CAPÍTULO 5 .....	146
Queremos ser parte de nossa própria historia: a mobilização de imigrantes e refugiados no centro de São Paulo.....	146
5.1 Refugiados e Imigrantes nas ocupações do centro de São Paulo: não só uma questão de moradia .....	148
5.2 Formas criativas de participação política: festivais, performances e rodas de conversa .....	155
5.2.1 Mais além das palavras: as performances de Shambuyi Wetu.....	161
5.2.2 “La em meu país somos todos negros, mas aqui não”: ser imigrante negro e refletir sobre o racismo no Brasil.....	163
5.3 Imigrantes e refugiados como cidadãos: a releitura da condição de vítima .....	169
CAPÍTULO 6 .....	171
Eu sou Claudine Shindane da República Democrática do Congo: narrativas de si em situação de trânsito.....	171
6.1 Eu não queria vir para o Brasil, mas como meu marido já estava aqui: relações de gênero e a decisão de partir .....	180
6.2 Africana, Mulher e refugiada: a busca de autonomia e a visibilidade conquistada nas tramas da rede de apoio.....	184
6.3 Uma trajetória, vários recomeços: entre a guerra o refúgio e a esperança de começar uma nova vida. ....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	193
-Um movimento, vários encontros e múltiplas críticas- .....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	199
ANEXOS .....	211
Documentos e leis.....	211

## INTRODUÇÃO

Esta tese trata da imigração contemporânea para o Brasil analisada por meio das iniciativas de uma trama de atores governamentais e não governamentais na luta pela criação de políticas públicas específicas para migrantes e refugiados. Com foco nos distintos “protagonismos” (JARDIM, 2013) este estudo acompanhou uma série de eventos (reuniões, conferências, seminários, audiências públicas, rodas de conversa e festivais) ocorridos em Porto Alegre e São Paulo entre os anos 2013 e 2016 que tiveram como objetivo a visibilização da questão migratória como um problema contemporâneo.

Partindo desse cenário e inspirada nos estudos de Michel Foucault sobre as transformações das formas de governo contemporâneas (FOUCAULT, 1979), entendo esses eventos como espaços privilegiados de observação dos embates, tensões e disputas na produção tanto de uma “população imigrante” como do processo mais amplo de construção da imigração “como dado, como campo de intervenção e como objetivo de tecnologias de governo” (FRANZÉ, 2013, p. 13). Ou seja, penso, nesta tese, sobre as relações de saber poder que produziram a imigração e o sujeito migrante como um tipo particular de população susceptível de intervenção mediante uma complexa trama de atores, tecnologias, saberes e relações. Assim, a noção de “governamentalidade” definida por Foucault, e central nos trabalhos de Cris Shore e Susan Wrigth (1997, 2001) sobre uma *Anthropology of Policy*, ajudou-me a pensar tanto nas ações que constantemente tencionavam os limites entre “Estado” e “sociedade civil” como nas tecnologias de governo e as ações e representações que tornaram possível que um assunto relativamente invisibilizado se transformasse em uma questão relevante durante a última década.

Dividida em três partes, na primeira e segunda parte da pesquisa privilegiei a análise dos diferentes tipos de encontros entre atores que se identificavam e eram identificados como representantes do “Estado” e da “sociedade civil”. A frequente referência ao “Estado” e a “sociedade civil” como duas unidades distintas e inclusive opostas foi tomada como um dado sujeito a problematização. Desse modo, e como veremos mais adiante, a perspectiva da antropologia da política ou do Estado foi fundamental para desconstruir visões totalizantes sobre o “Estado” e a “sociedade civil” como unidades perfeitamente delimitadas.

Além disso, e com o passo do tempo, depois de participar de vários encontros reconheci algumas características recorrentes que pautavam o debate sobre imigração contemporânea no Brasil. Em primeiro lugar, pessoas da Igreja Católica e de organizações não governamentais afirmavam que não existiam políticas públicas para imigrantes e, portanto,

que a acolhida da imigração recaia sobre a “sociedade civil organizada”. Em segundo lugar, os representantes do poder público, ainda reconhecendo um “vazio” no que diz respeito às políticas migratórias no país e uma “invisibilidade” das populações migrantes, afirmavam estar encaminhados à reformulação das práticas do “Estado” com relação às múltiplas questões envolvendo a imigração no país. Finalmente, era dado grande destaque ao fato de que esse processo de reformulação deveria ser feito a partir de uma perspectiva de proteção dos direitos humanos, contemplando a participação da sociedade civil e valorizando o caráter acolhedor do Estado brasileiro.

Neste sentido, os discursos dos representantes do governo salientavam, em geral, as vantagens e benefícios da imigração, o enriquecimento cultural que ela produz, e as conexões que a política migratória do presente mantém com um passado de imigração bem recebida. Reconstruindo o “mito” do Brasil como um país acolhedor, ouvi durante a pesquisa, depoimentos como o do então Secretário Nacional da Justiça, pronunciado durante a 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar em 2014):

Bienvénidos, welcome, bienvenu, benvenuto, ahlan-wa-sahlan... Sejam muito bem-vindos migrantes e refugiados, homens e mulheres que lutam por oportunidades. Homens e mulheres que trabalham para construir uma nova vida e um novo lar. Homens e mulheres que aspiram e desejam igualdade, reconhecimento, respeito. Homens e mulheres que vivem na esperança por um mundo sem fronteiras, por uma cidadania global. (...) O Brasil foi construído a partir da força da imigração. Por isso estamos aqui para afirmar o direito humano a migrar e o direito a serem protegidos. Temos que defender a tradição brasileira de ser um país de imigração, tradição que apenas foi interrompida durante a ditadura militar. Não entanto, historicamente o Brasil é um país aberto, receptivo, um país democrático. Por isso, estamos aqui para afirmar que a migração é sinônimo de desenvolvimento e, portanto é uma força motriz para se agregar valor às relações econômicas e sociais. Estamos aqui para afirmar a defesa intransigente dos direitos dos migrantes (REGISTRO DE CAMPO, SÃO PAULO, 30/05/2014).

Conforme se nota no trecho acima, não apenas o passado é retratado como um histórico de migração bem recebida, mas também o presente — entendido como na vanguarda das políticas protecionistas — aparece como um elemento importante da identidade brasileira. A continuidade assumida entre a imigração de finais do século XIX e princípios do século XX — considerado o período do auge da imigração — e a chegada de imigrantes na atualidade, sugere que a narrativa dominante sobre o passado da imigração no Brasil é utilizada para realçar uma visão positiva sobre a imigração no presente.

Dito isso, também cabe dizer que encontrei essa leitura da situação entre as pessoas ligadas às universidades, em especial entre aqueles professores e estudantes da área do direito

que tomavam parte nos espaços participativos que foram produzidos durante os anos da pesquisa ainda em Porto Alegre. Percebi um consenso em relação ao que fora entendido em campo como um “esforço” de certas pessoas que desde o Ministério da Justiça lutavam pela criação de uma política migratória humanitária. Impressionava também a conformidade com a atuação de figuras como o ex-secretário nacional da Justiça, Paulo Abrão. Por exemplo, durante o segundo seminário do FPMH em Porto Alegre, uma reconhecida professora de direito da Universidade de São Paulo (USP) referiu-se a ele como “um anjo que iluminava todos os lugares por onde passava”.

Ao que tudo indicava, parecia ser esse um momento significativo na “luta” pela construção duma política migratória no país e na produção de ações governamentais orientadas à visibilização da imigração contemporânea no Brasil. Nesse sentido, a celebração da Comigrar em 2014 foi considerada por amplos setores sociais como um “momento histórico” na luta pela defesa dos direitos dos migrantes.

Para mim, participar daquela Conferência na cidade de São Paulo, permitiu-me a aproximação a outros discursos e a uma incipiente organização de imigrantes e refugiados que posteriormente tomaria o nome de Grupo de Imigrantes e Refugiados Sem Teto (GRIST). Ouvir a estes refugiados permitira-me ir, aos poucos, problematizando a ideia do Brasil como um país acolhedor, aberto e solidário com todos os imigrantes, comumente difundida nos eventos públicos aos que assisti. Assim, influenciada pelas falas dos refugiados, também passei a me perguntar quais, das muitas narrativas sobre a política migratória brasileira contemporânea que ouvia em campo, incorporaria ao presente estudo e quais não.

Ao realizar a pesquisa de campo em um momento histórico “singular” do Brasil (JARDIM, 2013) no qual a chegada de imigrantes é vista como um reflexo do crescimento econômico e da consolidação do país no mercado internacional (FELDMAN-BIANCO, 2016), foi preciso que eu me mantivesse atenta também às diferentes versões sobre a criação uma política migratória comumente veiculada como um “modelo para o mundo”. Pouco a pouco, através dos relatos dos imigrantes e outras pessoas que ouvi, iam se revelando outros aspectos da tal política. Em várias ocasiões, e em contraste com a visão humanitária apresentada pelos agentes governamentais e não governamentais, os relatos das pessoas que ouvi apontavam um descompasso entre essa representação humanitária e a situação vivida cotidianamente pelos imigrantes. Para essas pessoas, eram, sobretudo, as situações de precariedade, desamparo e desrespeito as que caracterizavam a sua inserção na sociedade brasileira. É por isso que em uma terceira parte da tese, priorizei os discursos e práticas dos

imigrantes. Desta forma, o transcurso do trabalho de campo me levou a posicionar novas questões para a investigação, o que resultou em tornar secundário temas e espaços que nos primeiros anos da pesquisa pareciam centrais.

Cabe então, explicitar o que está na origem dessa mudança de rumo da pesquisa. Durante os dois primeiros anos da pesquisa os eventos aos que assisti não eram organizados por pessoas identificadas como “imigrantes”. Ao contrário, os chamados “imigrantes” eram geralmente convidados a participar para dar testemunho das dificuldades pelas quais estavam atravessando. Foi a partir do ano de 2015 e, sobretudo, durante 2016, que passei a participar de eventos organizados por pessoas autoidentificadas como “imigrantes” e “refugiados”. A aproximação a seus discursos e práticas me fez perceber outra dimensão da ideia do “Estado” referida às tensões do uso da categoria “vítima” como estratégia pertinente nas demandas perante o “Estado”.

Minha contribuição a partir do desenvolvimento desse campo foi passar a perceber que do ponto de vista daqueles imigrantes, as ações desenvolvidas pela rede de acolhimento (incluindo organizações religiosas, ONGs e academia) eram, muitas vezes, identificadas como feitas pelo “Estado”. Compreendo que no imaginário dos imigrantes o “Estado” apareça vinculado a certo tipo de poder para falar “em nome deles”. Já, do ponto de vista das organizações não governamentais, o que os imigrantes entendem como “poder” é chamado de “expertise” e colocado como a fonte de legitimidade do que é entendido como “representatividade”. Dessa forma, ao classificar organizações de acordo com esse suposto “grau de poder”, se acrescenta em mais um nível de separação a acostumada divisão efetuada nos atos aos que assisti entre “sociedade civil” e “Estado”.

Assim, podemos inferir dois níveis de separação mobilizados simultaneamente em relação aos eventos em defesa dos direitos dos imigrantes. Por um lado, aquele que separa organizações de acordo com a sua pertença ou não ao Estado; e, por outro, o que distingue as organizações com “mais poder” entre si, separando as organizações de migrantes do restante. Apresento nessa tese esse jogo de desdobramentos e contraposições que se configuram, do ponto de vista dos imigrantes, os discursos sobre a imigração recente para o Brasil.

Todavia, e contemplando um aspecto mais geral, os discursos políticos acionados nos eventos sobre imigração promovidos pelo governo têm impacto direto nos modos de organização de alguns migrantes, repercutindo no modo com que os próprios imigrantes e refugiados se situam dentro de uma narrativa dominante. Entretanto, e ainda que a ideia de continuidade entre a imigração histórica e a chegada de imigrantes no presente seja

mobilizada também pelos imigrantes, ao longo deste estudo quero evidenciar como essa ideia vai sendo acionada como uma estratégia em diversos momentos, mudando de sentido de acordo com a realidade que se pretenda ressaltar.

Outro elemento importante dos eventos organizados por organizações de imigrantes que acompanhei refere-se ao caráter festivo de alguns desses atos, que relacionam o aspecto mais reivindicativo ao “artístico” e o “cultural”. Especialmente os festivais realizados, geralmente, em ruas do centro da cidade de São Paulo – que incluem ações que vão desde apresentações musicais até debates sobre a situação dos países dos imigrantes, passando pela venda de artesanato, roupas, comidas e a realização de performances — acabam se convertendo em um amplo espaço comemorativo.

Como veremos, nesses eventos, imigrantes e refugiados afastam-se da representação que os coloca apenas como “vítimas” ou simples “pobres” para retomar certos aspectos da sua vida que foram afetados pela experiência da mobilidade, como por exemplo, a atuação como profissionais, artistas, e intelectuais. Conjuntamente com os políticos, os sacerdotes, religiosas, os acadêmicos, dentre outros atores sociais, os imigrantes e refugiados constituíram-se como parte fundamental de um “jogo de forças” (SAYAD, 1998) “que se encontra precisamente nas formas de enunciar e produzir conhecimento sobre o problema migratório” (JARDIM, 2013, p. 68). É em torno desses atores e pela sua capacidade de mobilizar ideias capazes de conectar o passado com o presente e de reatualizar representações sobre a identidade brasileira e a imigração que os discursos e as práticas deles foram tomados neste estudo como objeto privilegiado de análise.

### **Itinerários da pesquisa**

A pesquisa implicou o mapeamento de um significativo número de mobilizações e relações heterogêneas entre atores ou protagonistas engajados na visibilização da questão migratória e, como veremos ao longo deste estudo, relacionadas, de algum modo, à criação de políticas públicas para migrantes. Com o transcorrer do tempo, priorizei alguns eventos em detrimento de outros, com as consequentes limitações que isso me trouxe para o aprofundamento de determinadas questões.

Durante o primeiro ano da pesquisa de campo, 2013, me dediquei ao mapeamento da rede de atores engajados na formulação de políticas públicas e comprometidos com o acolhimento da população imigrante na cidade de Porto Alegre. Nessa etapa, observei as 10 reuniões do Comitê de Atenção a Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de

Pessoas do Rio Grande do Sul (Comirat) e outras tantas do Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH). Entrevistei alguns dos membros das principais entidades que atuam no acolhimento da população em mobilidade, do Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (Cibai-Migrações), do Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE), da Associação Antônio Vieira (ASAV) e do Centro de Orientação ao Migrante (COMIG). Além disso, participei de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Rio Grande do Sul e do segundo Seminário do FPMH. Esses eventos me ajudaram a compreender certo modo de gestão da imigração no contexto brasileiro muito influenciado pela forma em que atuam as organizações religiosas que tratam sobre essa questão. Além disso, foram muito importantes para reconstruir determinada historicidade na atuação de alguns agentes e identificar certos mecanismos mediante os quais esses agentes estabelecem relações.

Entretanto, cabe destacar que no início da pesquisa, em 2013, no Sul do país a ideia de uma “população imigrante” ainda soava estranha, em particular entre os agentes de governo, no sentido de desconhecimento sobre o assunto. Ao mesmo tempo, a diferenciação entre “migrantes”, “refugiados” e “solicitantes de refúgio” gerava muita incerteza sobre os que poderiam ser enquadrados nessa categoria e os que não. Aos poucos, passei a ver com alguma clareza que nem todos os “recém-chegados” eram imigrantes e em quais ocasiões essa categoria era aplicada aos brasileiros vindos do Norte e Nordeste do país. Compreendi, parafraseando Manuel Delgado, que há certas particularidades que determinam “quem pode ser *imigrante* na cidade”. Conforme aponta Delgado (2003), longe da objetividade das cifras estadísticas, o imigrante é uma produção social, uma “denominação de origem” aplicada não aos imigrantes reais, mas apenas a alguns deles. Ao refletir sobre a condição migratória, o autor interessava-se menos por desvendar um “imigrante real” do que pelo estudo dos “atributos” que fazem do “imigrante” um personagem “estigmatizado”, portador de características “negativas” (DELGADO, 2003, p. 11).

Não entanto, durante as minhas conversas com as pessoas envolvidas nos eventos sobre imigração, soube, por exemplo, que por ser uma região considerada de descendentes de “imigrantes europeus”, também denominados “colonos europeus”, no Sul do Brasil a categoria “imigrante” — quando se refere àquela migração — não necessariamente se reporta a qualidades negativas. Pelo contrário, no imaginário social vigente existem signos — ter aspecto considerado “de europeu” ou um sobrenome “alemão” ou “italiano”, por exemplo, — que denotam o que poderíamos chamar, nos termos de Bourdieu (1998), certa “distinção” em especial quando essa categoria é usada para se diferenciar os considerados “negros” e

“índios”.

Entretanto, as pessoas autoidentificadas “de origem europeia” não se consideram nem são consideradas “imigrantes de segunda ou terceira geração”, expressão que, em outros contextos, remete à ideia de eterna “transitoriedade” (SAYAD, 1998), senão que percebiam a si mesmas e eram vistas como “brasileiras”. Esse tipo de ponderações reforçava tanto a ideia comumente viabilizada naqueles eventos, acerca da identidade brasileira surgida do encontro e a mestiçagem dos povos nativos, dos brancos europeus e dos negros africanos trazidos como escravos quanto à imagem do Brasil como um país “naturalmente acolhedor”, com todos aqueles que o escolheram e escolhem para levar adiante um projeto migratório.

Durante o segundo ano de pesquisa (2014) participei das conferências municipais e estaduais de Migrações e Refúgio, em Porto Alegre, e viajei, pela primeira vez, à cidade de São Paulo para participar da 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar). Naquele evento minha participação, na qualidade de eleita como “delegada” do Rio Grande do Sul, me permitiu observar um aspecto um tanto inusitado da realidade migratória porto-alegrense, a incipiente participação de associações de imigrantes, entre as quais destaco o Grupo de Imigrantes e Refugiados sem Teto (GRIST). Esses grupos pareciam reclamar uma “voz própria” tanto em relação às entidades tradicionais de atendimento ao migrante, ou seja, das entidades da Congregação Scalabriniana, quanto do Estado, incluindo a academia, termo que utilizo para referir a um conjunto de voluntários-pesquisadores, pesquisadores em formação que participam, e pesquisam ao mesmo tempo, a imigração.

Durante aquele evento, percebi com maior clareza que as organizações que até então eu conhecia pela sua atuação local (Porto Alegre e arredores) faziam parte de uma rede mais ampla de entidades tanto de alcance nacional quanto internacional. Entre as organizações, às quais me refiro se encontram a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Rede Scalabriniana Internacional. Percebi então que não seria fácil distinguir *a priori* níveis locais, nacionais e internacionais. A observação etnográfica das relações entre esses atores implicou na adoção e implementação de um método multissituado que me permitiu acompanhar a atuação de representantes da sociedade civil, do Estado e dos migrantes e refugiados articulados em espaços de debate e mobilização pela criação de uma política migratória. Uma etnografia multisituada que seguia as intensidades e conexões dos sujeitos em campo. Ainda durante o ano 2014 realizei duas visitas as cidades de Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Em 2015 realizei uma curta temporada de campo na cidade de São Paulo, onde entrei



em contato com dois reconhecidos ativistas dos direitos humanos, o padre Paolo Paresi, da Missão Paz, e o coordenador da Coordenadoria de Políticas Públicas para Migrantes da Prefeitura de São Paulo, Paulo Illes. Esses encontros me permitiram participar de alguns dos eventos realizados por essas organizações: o “1º Simpósio Internacional sobre Religião e Imigração”, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), no mês de junho, e do festival “Afreaka”, patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura. Durante esse período pude conhecer iniciativas como a Casa do Migrante da Missão Paz e o Centro de Referência para Migrantes da Prefeitura de São Paulo. As entrevistas realizadas com essas lideranças deixaram entrever alguns conflitos, evidenciando que há uma disputa entre duas formas diferenciadas de tratar a imigração.

Durante o segundo semestre do ano 2015, em Porto Alegre, visitei em várias ocasiões os imigrantes que se encontravam alojados no albergue improvisado no Centro Vida, na zona norte de Porto Alegre, e entrevistei funcionários da Federação Gaúcha de Trabalho, órgão responsável pelo centro de acolhimento. Por fim, durante o primeiro semestre de 2016 acompanhei, com regularidade, as mobilizações produzidas pelo Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST), na cidade de São Paulo. Essas manifestações foram desde rodas de conversa sobre a situação política da República Democrática do Congo até apresentações musicais em bares e restaurantes, passando por palestras em bibliotecas e instituições educativas. Além disso, acompanhei situações envolvendo a vida cotidiana de alguns imigrantes e refugiados como, por exemplo, da refugiada congoleza Claudine Shindane. Cabe ainda ressaltar que escolhi manter os nomes e identidades de meus entrevistados assumindo riscos e cuidados com aquilo que é revelado nessa pesquisa sobre o trabalho de campo. Em um campo em que os pesquisados reivindicavam protagonismos, parecera incongruente torna-los anônimos sem perceber que isso seria *a priori* um dano às suas expectativas.

### **A organização dos capítulos**

A organização da tese segue o curso da minha aproximação aos atores que, entre 2013 e 2016, mobilizaram-se em Porto Alegre e em São Paulo buscando visibilizar e debater a questão migratória contemporânea. Organizei a tese em três partes. Na primeira parte, “Entre a Antropologia, a Imigração e os Protagonistas do Debate Migratório”, o primeiro capítulo apresenta a minha trajetória de pesquisa desde o acompanhamento inicial das reuniões do Comirat em Porto Alegre até chegar ao Grupo de Imigrantes e Refugiados sem Teto da cidade de São Paulo. Reflito também sobre os dilemas do trabalho de campo em especial sobre

minha posição em campo. No segundo capítulo, inicio a análise dos atores envolvidos naquele processo a partir dos agentes da “sociedade civil”. Pela expressão “sociedade civil” refiro a um conjunto de instituições que buscou atuar no cenário migratório - desde décadas atrás - enfrentando o tratamento da migração como um tema de “segurança nacional”. Não obstante, e, embora coubesse incluir outras instituições, concentro-me particularmente na Congregação Scalabriniana de Rio Grande do Sul.

Na segunda parte, “Sobre conferências, audiências e a construção do imigrante como vítima”, no capítulo três, componho um relato das ações e representações em matéria migratória do ponto de vista dos agentes de “Estado” a partir da observação de discursos e documentos que fizeram parte da 1ª Conferência de Migrações e Refúgio, (Comigrar) durante o ano de 2014. A partir do que percebo em campo como “comprometimento” e “ausência” com a atenção ao migrante, percorro um caminho que vai desde a primeira reunião do Comirat em março de 2013 até as Conferências de Migrações e Refúgio entre março e junho de 2014. Ao fazer esse percurso, observaremos também alguns aspectos relacionados à criação de fronteiras e limites precisos entre o que se entende por o “Estado” e a “Sociedade Civil”. No capítulo quatro, reflito sobre a preeminência da noção de “vítima” nos debates sobre imigração no contexto pesquisado, visando ressaltar algumas relações entre o conceito de “vítima” e as discussões sobre imigração e cidadania traçadas em capítulos anteriores. Para compreender as particularidades desta controvérsia, assumo a categoria “vítima” (e também as categorias “imigrante” e “refugiado”) como construções sociais profundamente relacionadas tanto com as tecnologias de governo que as produzem quanto com a atuação dos “agentes que lhe dão existência social” (VECCHIOLI, 2001, p. 84). Assim, veremos ao longo do capítulo que, embora atravessadas por marcos jurídicos internacionais, estas categorias adquirem sentidos específicos ao serem articuladas com “práticas locais de compaixão e assistência tanto governamentais como não governamentais” (MC CALLUM, 2012, p. 33).

Na terceira e ultima parte, “Os Protagonismos dos Imigrantes” o capítulo cinco trata das experiências etnográficas em eventos de visibilização e sensibilização da questão migratória na cidade de São Paulo, discuto como as formas de mobilização política produzidas pelo Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST) podem ser vistas como cenários privilegiados para pensar o contexto migratório atual como um campo de interlocução em transformação. Entendo que, para além da proposta de autorrepresentação, essas mobilizações - desde rodas de conversa sobre a situação de guerra na República Democrática do Congo até apresentações musicais em bares e restaurantes, passando por

palestras em bibliotecas e instituições educativas- podem estimular a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas sobre os imigrantes, bem como atitudes de enfrentamento crítico para outros grupos e comunidades de migrantes. Já no capítulo seis, apresento as experiências de vida de uma mulher congoleza que veio para o Brasil com seu filho no final do ano de 2014 e aqui reencontrou seu marido que já estava no país desde 2011. Sua vida na República Democrática do Congo (RDC), sua experiência migratória, sua chegada ao Brasil, os lugares que percorreu e as pessoas com as quais se relacionou fizeram emergir novas identidades, identificações, novas histórias de relações sociais e também deu continuidade - mesmo que ressignificando- as experiências anteriores à emigração. É a partir dessas relações e do “efeito de zoom” (LECHNER, 2016) que as histórias individuais imprimem ao estudo das migrações que procuro compreender uma forma de agência e de resistência produzida a partir dos discursos e das práticas de alguém que vive por dentro a realidade da migração.

Contudo, destaco que essa tese é uma narrativa possível entre tantas desse momento. Ao respeito, saliento o filme “Era o Hotel Cambridge” feito com a participação de refugiados e imigrantes que moram nessa ocupação<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=a5EQUG-RMI8>

## PRIMEIRA PARTE

### ENTRE A ANTROPOLOGIA, A IMIGRAÇÃO E OS PROTAGONISTAS DO DEBATE MIGRATÓRIO

Figura 1- Denise, Norberto e eu na instalação do Comirat Municipal



Fonte: Ivo Gonçalves/PMPA (2015)

*Strategies of quite literally following connections, associations, and putative relationships are thus at the very heart of designing multi-sited ethnographic research (George Marcus, Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography)*

## CAPÍTULO 1

### Dos agentes ao protagonismo dos imigrantes: percurso de pesquisa e os contornos da etnografia

#### 1.1 Entre a Espanha e o Brasil

De acordo com George Marcus (1995), algo da mística e da realidade do trabalho de campo convencional perde-se ao escolher fazer uma etnografia multissituada e ainda assim, não todos os sítios são tratados com a mesma intensidade mediante um conjunto uniforme de práticas de campo. Assim sendo, para o autor, as etnografias multissituadas são produto de conhecimentos de múltiplas intensidades e qualidades (MARCUS, 1995, p. 100). É minha intenção, mostrar neste capítulo as escolhas e intensidades que me permitiram construir esta etnografia.

Em 2011, quando comecei a interessar-me academicamente pela questão migratória, eu morava na Espanha e me encontrava passando por um período como bolsista no *Instituto Universitario de Investigación sobre Migraciones, Etnicidad y Desarrollo Social* (IMEDES) da Universidade Autônoma de Madri. Era uma época difícil para se inserir profissionalmente devido à crise econômica e jovens com estudos universitários como eu (nacionais e estrangeiros) cogitávamos sobre emigrar ou aceitar as cada vez mais deploráveis condições laborais do mercado. Acompanhei com pesar, a partida de vários de meus amigos e colegas da universidade. “Aqui nós espanhóis somos como os romenos na Espanha, os ingleses sempre acham que vamos roubar alguma coisa” me dizia uma amiga antropóloga que estava trabalhando na limpeza de oficinas em Brighton. A pesar de receber uma bolsa bastante módica, me sentia um tanto privilegiada por poder continuar na universidade.

Assim, aos poucos, a partir desse centro universitário e nesse contexto socioeconômico, fui me aproximando dos debates sobre a dimensão política da migração e a sua relação com as novas formas de cidadania<sup>2</sup>. Creio que essa experiência me levou a pensar

---

<sup>2</sup> A partir de um trabalho de campo sobre práticas políticas de equatorianos na Espanha e no Equador, a antropóloga Liliana Suárez Navas (2010) mostrava os limites da categoria *ciudadanía transnacional*. Para a autora, dita categoria era “limitada e equivocada”, já que recusava dois aspetos centrais na configuração do espaço político global: por um lado, rejeitava a incorporação nas análises da desigualdade herdada e reproduzida através de diferentes instrumentos de extração da riqueza e, por outro, omitia incorporar nas análises o modo em que as dimensões territoriais e de identidade seguiam tendo um papel crucial na redefinição dos espaços políticos no campo migratório internacional.

em um projeto de tese voltado para o estudo das políticas migratórias. Influenciada por certa bibliografia crítica com os modelos de integração dos imigrantes (STOLCKE, 2002; DE LUCAS, 2004; AGRELA ROMERO, 2006, SUÁREZ NAVAS, 2010) eu concordava que era preciso mudar o foco analítico – ainda muito centrado nos imigrantes e “seus” problemas- para uma problematização dos modelos de integração e as formas de atuação do Estado<sup>3</sup>. Além disso, estes estudos críticos com a ideia de integração sugeriam contemplar a integração social dos imigrantes a partir de um duplo horizonte político-jurídico que encontrava no acesso à cidadania uma ferramenta para combater a desqualificação, fragilidade socioeconômica e política que os imigrantes pobres ostentavam (STOLCKE 2002, p. 15).

Essa aproximação do estudo das migrações inspirou-me e, assim, quando no final do 2012, consegui uma bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) para realização de estudos de doutorado no Brasil, pareceu-me interessante pesquisar sobre as mudanças recentes nas políticas migratórias no Cone sul tendo como ponto de vista a cidadania. A indagação inicial encontrava-se relacionada com a aparente contradição entre o aumento dos controles migratórios na Europa -que tornavam as leis cada vez mais restritivas- e o surgimento de leis e políticas migratórias abertas e receptivas à perspectiva dos direitos humanos na América Latina<sup>4</sup>.

Em um contexto internacional em que as políticas migratórias encontram-se cada vez mais influenciadas por tratados e atores internacionais, como se poderia explicar esse processo paradoxal? Para tentar alcançar alguma resposta, apresentei um projeto de tese orientado a comparar políticas migratórias. Embora o campo empírico estivesse, até aquele momento, indefinido, preocupava-me se seria uma comparação entre políticas migratórias em países latino-americanos ou entre apenas alguns deles e a Espanha. Justificar-se-ia, de algum

---

<sup>3</sup> Para Javier De Lucas (2004), por exemplo, o problema apresentado pela imigração não era o de como inserir os recém-chegados na "nossa ordem das coisas" -o que sempre se traduzia nas mudanças que os imigrantes deviam realizar- mas perceber como os fluxos migratórios nos levam a compreender que era precisamente essa "ordem das coisas" o que tinha de mudar (DE LUCAS, 2004, p. 18-19). Agrela Romero (2006) por sua parte, também assinalava que nos primeiros anos em que a questão migratória começou a ser objeto de estudo acadêmico -final dos anos oitenta e começo dos anos noventa- as pesquisas se centraram em explicar as causas que faziam da Espanha um "país de imigração" e em conhecer quem e quantos eram os imigrantes não europeus, de onde vinham e suas nacionalidades. Eram estudos principalmente focados em Madri e Barcelona e que até finais dos anos noventa não incluíam outras regiões. Segundo a autora, estes estudos buscaram conhecer os não europeus e *seus* problemas, *suas* especificidades culturais, familiares e de origem, sob o entendimento que ditas particularidades dificultavam a incorporação e normalização á sociedade espanhola (ROMERO, 2006, p. 30).

<sup>4</sup> Em dezembro de 2003, a Argentina aprovou uma Lei de Migrações (Lei 25871) - promulgada em janeiro de 2004- considerada por amplos setores sociais como um “exemplo mundial” pelo respeito aos direitos dos migrantes.

modo, uma comparação entre políticas migratórias de continentes tão distintos? Com essa pergunta em mente, cheguei ao Brasil no início do ano 2013.

Não obstante, quando cheguei a Porto Alegre em março de 2013, experimentei uma das primeiras vicissitudes da pesquisa: em contraste com a grande visibilidade da questão migratória na Espanha<sup>5</sup>, no sul do Brasil a imigração contemporânea não parecia constituir um tema politicamente relevante. Pelo contrário, um dos primeiros trabalhos que li sobre o tema – a tese de Daniel Etcheverry (2011) sobre as formas de pensar o fenômeno migratório contemporâneo - apontava o caráter de invisibilidade do fenômeno migratório mostrando uma escassa preocupação que se reduzia a umas poucas entidades de atendimento aos imigrantes e alguns acadêmicos interessados na questão. Nas suas palavras: "a imigração encontrava-se ausente nas agendas tanto dos políticos como dos movimentos sociais no sul do Brasil, não constituía um tema que ocupava os movimentos pelos direitos humanos, e não existiam políticas públicas destinadas a essa população" (ETCHEVERRY, 2011, p. 68). Essa leitura do cenário migratório me surpreendeu porque na Espanha circulava certa ideia do Brasil como uma "terra de oportunidades". Algo que, no último seminário sobre imigração a que assisti em Barcelona durante o ano 2012, ficou explicitado nas palavras de uma reconhecida professora argentina radicada em Barcelona quando me disse: "Todo el mundo quiere ir para Brasil"<sup>6</sup>.

Entretanto, em abril de 2013, quando ainda não havia decidido sobre qual seria o campo empírico da minha pesquisa, Denise Jardim, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), convidou-me a participar da instalação de uma comissão especial do governo voltada a tratar a questão dos imigrantes e refugiados no Rio Grande do Sul. Eu estava iniciando a pesquisa sob a orientação de Denise e, por isso, aceitei com entusiasmo esse convite. Considerando que eu havia escolhido como objeto de estudo a política migratória brasileira, deduzi que seria uma boa oportunidade para conhecer o que se debatia em relação à imigração.

A comissão especial do governo havia-se nomeado de Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (Comirat), e surgia com o objetivo de

---

<sup>5</sup> Depois do ano 2000, a presença de imigrantes começou a ganhar importância nos âmbitos sociais, políticos e midiáticos ao mesmo tempo em que surgia como um "problema" nas agendas políticas de diferentes municípios. Enquanto isso, e como tem sido apontado por vários autores (López, 2002, 2005; Zapata, 2002, 2004; Agrela e Gil, 2005; Agrela e Dietz, 2006) a nível nacional, começava a "politização da questão migratória" e, paralelamente, no nível europeu, se desenvolviam programas de emprego para a inserção de população imigrante.

<sup>6</sup> Isso me foi dito em conversa informal durante o seminário "Políticas públicas, migración y retorno de la población migrante latinoamericana en Cataluña: una perspectiva transnacional" ocorrido em Barcelona durante os dias 21 e 22 de novembro de 2012.

criar um plano e uma política pública para pessoas em diversas situações de mobilidade, ocupando espaço na Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), à época em que Tarso Genro (PT) era governador do Rio Grande do Sul. Tratava-se de uma reunião entre entidades que se apresentavam como representantes da “sociedade civil” — a maioria vinculada à Igreja Católica — e funcionários do governo que se reconheciam e eram reconhecidos como representantes do “Estado”. Recordo-me da minha surpresa positiva ao ouvir todas aquelas pessoas expressando a sua disponibilidade para trabalhar juntos em prol do reconhecimento de uma cidadania universal e dos direitos humanos dos imigrantes. Sendo filha de emigrantes argentinos, na Espanha, eu havia vivido, durante os últimos anos, o recrudescimento das medidas relacionadas à imigração como a implementação de normas cada vez mais restritivas para os estrangeiros classificados como “não comunitários”.

Começar a participar naquele ano das reuniões do recentemente criado Comirat - assim como das reuniões do Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH) e de uma série de eventos como audiências públicas, seminários, e mais adiante uma Conferência Nacional- permitiu-me interagir com os atores que naquele momento pautavam o debate sobre imigração no sul do país. Além disso, tal situação ofereceu-me um lugar de observação privilegiado das instituições, dos agentes e as dinâmicas do campo migratório já que, pensados como instâncias de formulação de políticas públicas, configuravam-se também como cenários de formulação do “problema migratório”.

Participando daqueles espaços, eu fui percebendo que o que mais preocupava as congregações religiosas e outras organizações que atuavam no âmbito do acolhimento de imigrantes e refugiados eram as situações de vulnerabilidade social e precariedade laboral atravessadas por haitianos e senegaleses que se encontravam, sobretudo, trabalhando nas indústrias e frigoríficos no interior do estado. Tal como explicara Jardim (2013), no final daquele meu primeiro ano de pesquisa, iniciava-se no sul do país uma aproximação da imigração contemporânea como um “problema migratório” através da ideia de “excepcionalidade”, ou seja, através de um jogo intrincado de processos e atores que colocaram em destaque a imigração – conhecida de muito tempo - por meio da presença inusitada dos haitianos (JARDIM, 2013, p. 73-74).

Deste modo, as situações pelas quais atravessavam os imigrantes e que eram referidas pelas instituições religiosas e outras organizações da sociedade civil punham em xeque a imagem do Brasil como uma “terra de oportunidades” difundida nas notícias dos jornais as quais tive acesso ainda estando na Espanha. Na verdade, e como podia observar nas reuniões



do Comirat, a definição da questão migratória era objeto de disputa entre uma pluralidade de atores, narrativas e entendimentos da imigração e dos imigrantes. Não obstante uns e outros compartilhavam o anelo da mudança do Estatuto de Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980) e da criação de políticas públicas para migrantes fundamentadas nos direitos humanos.

Mas adiante, percebi que a minha pesquisa já havia começado nas reuniões do Comirat e assim, inspirada na proposta teórica de uma *Anthropology of Policy* (Shore e Wrigth, 1997) e por caminhos que explicitarei a seguir, estendi o estudo para outros eventos que incluíram o deslocamento em três ocasiões para a cidade de São Paulo<sup>7</sup>.

## 1.2 Construindo um objeto de pesquisa

A problemática desta tese foi decorrente do próprio andamento da pesquisa. Assim, depois de um primeiro ano acompanhando as discussões e debates travados no marco do Comirat e de outros eventos aos que assisti na época, percebe que ali estava materializado um aspecto das políticas públicas ou políticas governamentais<sup>8</sup> aquele que diz respeito à formulação de planos, ações e tecnologias de governo, não só desde organizações vinculadas ao Estado brasileiro, mas também a partir de diferentes organizações que estão fora desse espaço, mas que realizam funções de governo (SOUZA LIMA, CASTRO, 2015, p. 35).

Inspirada por estes autores e também pelos trabalhos de Foucault sobre as transformações das formas de governo contemporâneas, o que ele chamou de "governamentalidade", procurei compreender o processo de construção da "imigração" como dado, como campo de intervenção e como objetivo de tecnologias de governo. Neste estudo entendo o governo da imigração como uma questão ampla, na qual outros atores, além do Estado, podem ser incluídos e onde "governo" refere-se "às técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens" (Foucault, 1979).

Cabe destacar que essa definição de governo de Foucault, encontra-se ligada a uma redefinição do conceito de poder, na qual a questão do governo permite passar da pergunta acerca de que é o poder a como o poder é exercido:

O exercício do poder consiste em guiar a possibilidade da conduta, ordenando os

---

<sup>7</sup> De acordo com Cris Shore e Susan Wrigth (1997) as políticas públicas podem servir como uma "janela" por médio das quais observar processos políticos amplos nos quais atores, agentes, conceitos e tecnologias interagem em múltiplas lugares, criando ou reforçando novas racionalidades de governança e poder.

<sup>8</sup> Souza Lima e Castro (2015) sugerem suspender a ideia de público como qualificativo para os fins das ações de governo do Estado, ressaltando sua destinação à coletividade tal como alicerçada em normas e leis. Os autores apontam que seria melhor enfatizar a sua dimensão governamental a partir da ideia de governo tal como formulado por Michel Foucault.

resultados possíveis. Basicamente o poder é uma questão do governo, modos de ação mais ou menos pensados e calculados que estão destinados a atuar sobre as possibilidades de ação de outras pessoas. Governar é, nesse sentido, estruturar o campo de ações possíveis dos outros (Foucault 1988, p. 15).

Gostaria de ressaltar dois aspectos nessa definição. Por um lado, "liberdade" e "governo" deixam de aparecer como excludentes -já que a liberdade é a precondição e o suporte permanente do exercício do governo- mas também, a liberdade é a possibilidade de reversão estratégica das relações de governo através da resistência. Aparece assim um ponto de partida que excede os análises do poder político e que não nega a capacidade de ação dos governados, pelo contrario, reconhecendo-a propõe atuar através dela. A definição de governo proposta por Foucault, implica também um conhecimento dos modos pelos quais os indivíduos se conduzem e conhecem a si mesmos. Portanto, a questão do governo, surge de uma pluralidade de atores, normas e aspectos a serem governados.

A essa concepção ampla de governo podemos acrescentar uma ideia mais limitada introduzida por Foucault no curso do *College de France* de fevereiro de 1978 a partir da noção de governamentalidade definida como:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
2. A tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, a preminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros -soberania, disciplina, etc.- e levou ao desenvolvimento de uma serie de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
3. Resultado do processo através de qual o Estado de justiça da Idade Media, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2006, p. 136).

Além dessa definição, no curso de 1979, intitulado "O Nascimento da biopolítica", Foucault (2007) faz uma análise das formas de liberalismo -liberalismo clássico, liberalismo econômico, liberalismo social, liberalismo do bem-estar, neoliberalismo em suas diferentes versões - vinculado às práticas de governo às quais essas formas estão ligadas. Foucault (2007) revela que analisar o liberalismo em relação a práticas de governo possibilita entender que suas distintas formas não são opostas ao governo, compreendido como conduta da conduta. Portanto, salienta a análise das formas de racionalidades políticas e dos modos com que estas articulam-se aos regimes de governo além da distinção de Estado/Sociedade Civil.

Para entender as relações entres distintos atores na formulação de políticas públicas

pareceu-me central focalizar nas relações entre agentes posicionados como representantes do “Estado” e da “sociedade civil”. Ao longo da pesquisa e da escrita da tese, procurei problematizar essas identificações. Busquei inspiração em trabalhos como o de Michel Trouillot *“The anthropology of the state in the age of globalization”*(2001) ou ainda no de Sharma e Gupta (2006) sobre uma *“Anthropology of the State”* (2006). Em esta obra, os autores refletem sobre a construção de fronteiras ente o Estado e sociedade civil tanto nas práticas cotidianas das agências estatais quanto nas representações que se elaboram em relação ao Estado. Para esses autores, o estudo das rotinas, regras e procedimentos agenciados pelas burocracias estatais permitiria que se entendessem os mecanismos pelos quais o Estado se faz presente na vida cotidiana das pessoas. Assim sendo, a interação direta das pessoas com os burocratas modelaria os significados e percepções da população sobre o Estado (SHARMA, GUPTA, 2006, p. 11). Na atuação repetitiva das burocracias se apoia continuidade das instituições estatais, no entanto elas reproduzem as condições que possibilitam pensar o Estado como uma entidade coerente e homogênea situada acima de outras instituições sociais. Para esses autores, é na cotidianidade que se reproduzem a materialidade e as representações do Estado, e é também através das representações e discursos que se materializa a construção da estatalidade.

No contexto brasileiro, estudos como o organizado por Sérgio Castilho, Antônio Carlos de Souza Lima e Carla Costa Teixeira (2014) têm apontado uma “teoria sobre o Estado em ação” tendente a compreender um Estado que nunca está “pronto” e finalizado (CASTILHO, SOUZA LIMA, TEIXEIRA, 2014, p. 22). Também Ángela Facundo (2014) – desde a sua pesquisa sobre refugiados colombianos no Brasil- acrescenta que estudos como os de BARROSO-HOFFMAN (2009); CASTRO (2009); SOUZA LIMA (2007); VALENTE (2010) apontam para a existência de uma dupla tensão: em primeiro lugar, entre a ação do Estado como responsável pelos problemas da nação à qual diz representar, e a simultânea necessidade de permitir e estimular a participação de diversos setores sociais nessas formas de governo. Em segundo lugar, a tensão expressa na ideia de uma solução local (e, em certa medida, “própria”) de assuntos que começaram a ser descritos como “problemas globais” a partir dos anos 1990 (FACUNDO, 2014, p. 53).

Contudo, e, embora ciente das tensões e lutas simbólicas que atravessam as relações nos espaços pesquisados, reconheço que "Estado" é uma categoria política empregada pelos meus interlocutores, tanto pelos que se percebem fazendo parte dele e procuram evidenciar um “comprometimento” com a questão migratória quanto pelos que se consideram por “fora”.

Entretanto, e embora as cobranças e acusações que são feitas ao "Estado", para a maioria dos atores envolvidos o "Estado" continua sendo o depositário das esperanças e reivindicações em relação à questão migratória. O "Estado" é para os ativistas da sociedade civil quem "não faz nada pelos imigrantes", embora seja, ao mesmo tempo, o órgão ao qual podem recorrer. Nesse sentido, conforme aponta Timothy Mitchell (2006), o Estado funciona com uma "poderosa abstração" capaz de criar a ideia de fronteiras bem definidas entre a sociedade, o Estado e o mercado.

Para Mitchell, essas categorias existem como efeitos de processos de representação, regulação, práticas e técnicas burocráticas que criam a ilusão de Estado como uma entidade abstrata e separada do resto. Na sua perspectiva, o Estado surge enquanto "efeito estrutural", e assim devemos entendê-lo: "We must analyse the state as such a structural effect. That is to say we should examine it not as an actual structure, but as the powerful, apparently methaphysical effect of practices that make such structures appear to exist" (MITCHELL, 2006, p. 180).

Escolher olhar para as migrações no Brasil contemporâneo desde estas perspectivas, implicou também, num certo afastamento dos olhares mais tradicionais adotados pelos estudos sobre migrações realizados por cientistas sociais brasileiros. Embora se notem vários interesses de pesquisa, durante as décadas de 1980 e 1990 as interrogações dos pesquisadores brasileiros estiveram relacionadas especialmente com o aumento da saída de brasileiros para o exterior. Nesse sentido, e como apontado por Assis e Sasaki (2001) – ao mapearem a produção bibliográfica produzida durante ditas décadas- grande parte da bibliografia voltou a sua atenção para a observação da emigração de brasileiros para o exterior como nos trabalhos de Sales, 1994, Assis 1995, Silva Filho (1994), Soraes (1997), Feldman-Bianco (1999) e Sasaki (1998)-contribuindo de alguma maneira com certa invisibilização da imigração para o Brasil.

Em um trabalho que analisa as tendências e desafios dos estudos migratórios no Brasil e na Argentina, Jardim e Tprin (2015) assinalam que durante as décadas de 1980- 1990 as pesquisas estavam relacionadas ao tema da procura de destinos de trabalho e realização profissional dos brasileiros. No final da década de 1980 desencadeou-se à atenção sobre os migrantes brasileiros que organizavam suas vidas no exterior como nos trabalhos de Teresa Sales (1999) e a compilação de Reis & Sales (1999), dentre outros. As autoras apontam que os estudos centravam-se na experiência de brasileiros nos Estados Unidos, a Europa (Itália e Portugal), assim como no Japão, configurando "un interés en la inmigración de brasileños,

nacidos en suelo brasileño, o que migran hacia países conectados a sus orígenes familiares migrantes de otros sitios” (JARDIM, TRPIN, 2015, p. 144).

Numa outra perspectiva analítica, os trabalhos de Giralda Seyferth (1994, 2008) e de Jair de Souza Ramos (1996) sobre a relação entre as políticas migratórias e a construção do Estado nacional brasileiro foram uma importante fonte de inspiração. Considerando o trabalho da antropóloga Giralda Seyferth (2008) sobre os processos de incorporação de “imigrantes” ao imaginário da nação brasileira é possível compreender alguns dos significados da categoria “imigrante” na legislação e nos discursos sobre a política migratória brasileira. Ponderando uma diferenciação inicial, entre “estrangeiro” — um indivíduo natural de outro país; “alienígena” — conceito para distinguir entre indivíduos ou grupos “desejáveis e indesejáveis; e “imigrante” — aquele que se dirige para outro país e ali permanece, a autora observa, nos projetos de povoamento e colonização —, sobretudo no momento da consolidação do Estado brasileiro, isto é, na década de 1840 — o aparecimento da categoria “imigrante” vinculada, por um lado, ao povoamento do território e, por outro, ao trabalho livre, por causa das diferentes necessidades do Império e de algumas de suas províncias.

Entretanto, antes desse período, Seyferth observa que a documentação relativa à fundação da colônia Nova Friburgo, em 1819<sup>9</sup>, não faz referência a “imigrantes”, mas aparece em substituição a palavra “colono”. Para a autora, encontra-se ali “delineado” o “imigrante ideal”, reafirmado ao longo do século XIX: “pequeno produtor rural familiar, preferencialmente católico” (SEYFERTH, 2008, p. 4). Seyferth destaca que no período inicial da imigração, ou seja, entre 1818 e 1830, a designação colono é a única presente nos decretos e outros documentos, e sua condição de estrangeiro se evidencia pelo fato de a colonização estar sujeita à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A partir da década de 1830, quando foi regulamentada a naturalização e, com isso, “as condições especiais de cidadania”, a categoria “estrangeiro” aparece com mais regularidade. Entretanto, “Decisões” e “Avisos” de alcance legal, por sua vez, avaliam os estrangeiros “indesejáveis” ou, no mínimo, controvertidos: rebeldes (basicamente aqueles que reclamam das condições de assentamento), gente que se desloca sem autorização escrita, etc.. Porém, em meados da década de 1840 observa-se uma forma de apreciação do “colono” ou “estrangeiro” até então ausente:

Pretende-se que ele seja: robusto, saudável, diligente no serviço de que se encarrega, concernindo aos cônsules selecionar os melhores lavradores e artífices. O colono genérico,

---

<sup>9</sup> A autora declara que a fundação da colônia de Nova Friburgo (RJ), em 1819, tem sido reconhecida como marco inicial da imigração.

simplesmente branco e civilizado, precisa agora ostentar outras qualidades, conforme observado, por exemplo, na própria legislação ou em textos inseridos no debate sobre a nova lei de terras, afinal decretada em 1850 (SEYFERTH, 2008, p. 6).

Não obstante, a autora destaca que se bem as restrições aos europeus estavam orientadas por critérios vinculados ao profissional, à moral, à idade e à saúde, nos casos dos chineses e africanos havia argumentos referidos à “desigualdade racial” e “inferioridade cultural”. Daí que os debates sobre raça e assimilação de “imigrantes” — iniciados no momento em que os alemães predominavam nas áreas de colonização — acabaram modificando o perfil do “imigrante ideal”, que passou a não ser mais “o europeu em geral, mas os latinos mais próximos dos brasileiros — portugueses, italianos e espanhóis” (SEYFERTH, 2008, p. 9).

De acordo com a mesma autora, isso não modificou substancialmente a percepção sobre “imigrantes” e “colonos”, não obstante trouxe o tema da “assimilação” e do “caldeamento”, ou *melting pot*, para o debate sobre as políticas imigratórias na Primeira República. Ou seja, a análise de Seyferth (2008) mostra que, a partir de então, a ideia de “raça” influenciou o pensamento social brasileiro, sendo debatida, inclusive, por altos funcionários públicos e políticos voltados para o “problema imigratório”, em grande parte vinculado à miscigenação. Para a autora, o impacto dessas questões pode ser observado nas modificações da legislação:

No início da República, a ênfase na formação do povo pela miscigenação, e um nacionalismo crítico em relação à política de colonização do Império, influenciaram a promulgação de dois decretos que modificaram, em parte, a legislação anterior. O Decreto 58<sup>a</sup>, de 14/12/1889 concedeu a naturalização geral, de forma compulsória: deviam se manifestar apenas aqueles que não a desejassem. Com isso, um grande número de colonos obteve a cidadania, assegurando, inclusive, o direito de voto. Seguiu-se a Decisão 38, de 14/03/1890, que permitiu o alistamento eleitoral de estrangeiros naturalizados, alfabetizados, mesmo que não dominassem o idioma português. O Decreto 528, de 28/06/1890, referido à colonização, tornou livre a entrada de indivíduos válidos e aptos e não sujeitos à ação criminal no seu país, excetuando os nativos da Ásia e da África, os mendigos e os indigentes. Não houve uma proibição para a imigração originária desses dois continentes, mas ela só podia ocorrer com autorização do Congresso Nacional. No mesmo decreto foi incluído um dispositivo que permitia a localização de “nacionais” (isto é, brasileiros) em núcleos coloniais, na proporção de 25% (SEYFERTH, 2008, p.10).

Contudo, a autora mostra que em um contexto em que a “grande imigração” dirigiu-se a São Paulo e a outros centros urbanos, a categoria “imigrante” passou a ser usada com mais regularidade do que “colono”; não obstante com uma nova definição contida no Decreto 6455, de 19/04/1907, e reiterada no Decreto 9081, de 03/11/1911, ambos relativos à regulamentação do Serviço de Povoamento do Solo Nacional<sup>10</sup>:

---

<sup>10</sup> Desde a sua fundação em 1907, o Serviço do Povoamento do Solo Nacional, agência do Ministério de

De acordo com o artigo 2º do Decreto 6455, serão acolhidos como “imigrantes” os estrangeiros menores de 60 anos que, não sofrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão ilícita, nem sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou inválidos, chegarem aos portos nacionais com passagem de *terceira classe* (Ênfase adicionada). O outro decreto acrescenta apenas a passagem de 2ª classe. As restrições de natureza eugenista e policial, comuns na regulamentação da imigração em toda parte, falam por si mesmas. Concretamente, a imigração é claramente associada à pobreza e o “imigrante” possui uma especificidade: é passageiro de 2ª e 3ª classe, atributo que permanece na definição nas décadas seguintes (SEYFERTH, 2008, p. 12).

Todavia, pode-se observar que durante esse primeiro período tanto a legislação brasileira quanto os atos de governo mostram que primeiro os agenciadores, e, depois, também na República, as empresas de navegação e as sociedades colonizadoras foram incentivadas a trazer “imigrantes” da Europa. Ou seja, ainda que com controle e seleção, é claro que o Estado brasileiro incentivou a imigração europeia.

Continuando com o proposto por Seyferth, destaco que depois da Primeira Guerra Mundial, houve o surgimento de novas categorias incluídas no grupo dos “imigrantes indesejados”, nas quais os termos “refugiado” e “apátrida” incentivaram várias conferências internacionais para tratar do assunto e criar uma legislação específica para minorias nacionais e refugiados, em nome dos direitos humanos.

De acordo com a mesma autora, o conceito “apátrida” se refere ao indivíduo que perdeu a nacionalidade, a pertença a um Estado, e, por conseguinte, não possui nem identidade nacional, nem pátria. Entretanto, para a autora não existiria uma definição unívoca para o “refugiado” pois a própria concessão do refúgio, ou asilo, depende da avaliação dos motivos que forçaram a migração. Para ela, na década de 1920 o termo era usado para designar uma pessoa que, por força maior, havia deixado seu lar, tornando-se dependente da hospitalidade alheia. Contudo, para Seyferth, o termo aponta para uma pessoa “desenraizada”, “sem lar” e sem status e proteção nacional, um migrante “involuntário”. Desta forma, o epíteto “sem raízes”, e o estigma que o acompanha, com sua desvinculação territorial, “categoriza o refugiado e seus homólogos, exilado, deslocado” (SEYFERTH, 2008, p. 13).

Constata-se, no estudo de Seyferth (2008), que a mudança na legislação imigratória brasileira durante o período do entreguerras<sup>11</sup> mostrou o uso do termo “estrangeiro”, e a legislação posterior — além das condições exigidas para a entrada no país — tratou com

---

Agricultura Indústria e Comércio, foi responsável, até o início da década de 1930, pela implementação das políticas federais de imigração e colonização.

<sup>11</sup> Mediante o decreto 4247 de 1921 que regulou a entrada de estrangeiros no território nacional.

detalhes da expulsão dos “indesejáveis”, sobretudo aqueles que foram banidos ou expulsos de outros países.

No Decreto 14.258, de 1934, a categoria “imigrante” é atribuída simplesmente a agricultores, artífices e técnicos, em especial àqueles destinados a núcleos coloniais. No mesmo ano surgiu o regime de cotas, incluído na Constituição, sob o argumento de proteger o país de uma imigração desordenada e prejudicial à sua formação étnica, cultural e social, justificativa que determinou as discussões da política imigratória do Estado Novo.

A legislação do Estado Novo, após 1945, continuou em vigência e não houve afastamento direto da intervenção nacionalizadora, mais intensa nas regiões de colonização estrangeira, no sul, e dirigida, especialmente, aos dois grupos considerados mais estranhos: os alemães e os japoneses. A legislação atual, promulgada durante a ditadura militar, Lei 6.815, de 1980, alterada pela Lei 6.964, de 1991, conserva os mesmos dispositivos de exclusão, tanto em relação aos apátridas quanto nos casos dos estrangeiros avaliados “nocivos à ordem pública ou aos interesses nacionais”. De acordo com Seyferth, isto é algo que dá margem a muitas interpretações, obstaculizando o reconhecimento da própria condição (política, inclusive) de apátrida, refugiado ou exilado (SEYFERTH, 2008, p.17)<sup>12</sup>.

Resumindo, a partir do trabalho de Seyferth (2008) vemos que, nas primeiras décadas do século XIX, a categoria “colono” integrou o conceito “imigrante”, e a colonização e a imigração foram pautadas em um mesmo processo dirigido à ocupação do território, e isso se manteve até o Estado Novo. Já, a categoria “imigrante” emergiu mais forte na legislação depois da Primeira Guerra Mundial, entretanto, com um sentido mais amplo do que o relativo ao colono, pois, no século XX, houve maior demanda pela localização urbana. A partir daí, devido à importância da ideia de assimilação, o “imigrante” foi transformado em “alienígena” e, numa forma estigmatizada, em “estranho”.

Contudo, cabe também dizer que no há nesta tese uma teoria que sustente todo o trabalho. Em vez disso há vários autores que inspiraram diferentes aspectos dele. A despeito do caráter contemporâneo e atual da imigração para o Brasil, que se reflete na limitada bibliografia específica sobre o tema, considero que alguns tópicos da tese, retomam temáticas de interesse para a antropologia relacionadas com a centralidade da categoria “vítima” ou a questão do governo humanitário. Há ainda um diálogo com estudos que atualizam a discussão

---

<sup>12</sup> Entretanto, os classificáveis na condição de refugiados são hoje regidos pela Lei 6.474, de 1997, que alude a direitos e deveres estabelecidos por convenções internacionais assinadas pelo governo brasileiro, assegurando refúgio aos indivíduos perseguidos por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que se encontram fora do seu país de nacionalidade ou não podem ou não querem ficar sob a proteção de tal país.



sobre as distinções entre “imigrantes” e “refugiados”. Estes debates serão evocados no decorrer dos capítulos.

### 1.3 Desafios e vicissitudes do trabalho de campo: entre Porto Alegre e São Paulo

No final de 2013 comecei a planejar as entrevistas que realizaria. Inspirada no artigo de Michel Trouillot (2001) *“The anthropology of the estate in the age of globalization”*, pensava que se o poder do Estado não tinha uma única fixação institucional, nunca conseguiria atingir seus “efeitos” somente entrevistando pessoas vinculadas com instituições ou sítios governamentais<sup>13</sup>. Seguindo esta premissa antropológica, iniciei as entrevistas pelas pessoas das organizações que se consideravam representando a “sociedade civil”.

Havia decidido que entrevistaria Márcia e Cássio do Grupo de Assessoria a e Imigrantes e Refugiados (GAIRE), a irmã Egídia do Centro de Orientação ao Migrante (COMIG), Karine ou Aline da Associação Antônio Vieira (ASAV), o padre Lauro e o padre João do Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (CIBAI) e a irmã Maria do Carmo do Centro de Atendimento ao Migrante de Caxias do Sul (CAM), todas pessoas que participavam do Comirat e do FPMH.

As entrevistas com membros do GAIRE, de ASAV e inclusive com algumas das religiosas do COMIG, localizado na rodoviária de Porto Alegre, não implicaram em nenhum contratempo. Pelo contrário, fui atendida solícitamente tanto por Marcia como Cássio (GAIRE), Aline (ASAV) e pela Irmã Egídia (COMIG). Todos responderam pacientemente minhas perguntas orientadas a conhecer como se haviam inserido em cada grupo de atenção a imigrantes e refugiados e como esses grupos haviam chegado ao Comirat.

Não obstante, encontrei certa reticência no caso das duas organizações scalabrinianas mais reconhecidas em Rio Grande do Sul, o Cibai-Migrações de Porto Alegre e o Centro de atendimento ao Migrante (CAM) de Caxias do Sul. Como nas reuniões do Comirat o CIBAI

---

<sup>13</sup> Neste artigo, Trouillot argumenta que era preciso reconhecer três proposições interligadas para entender as contradições atuais em relação ao Estado: a primeira, o poder do Estado não tem uma única fixação institucional, portanto – e, a segunda — seus efeitos nunca se obtêm apenas através do estudo das instituições ou sítios governamentais e a terceira, essas duas características foram exacerbadas pela globalização. Para o autor, o Estado deve ser teorizado para além das suas obviedades empíricas e centrar-se nos múltiplos lugares nos quais os processos e práticas são reconhecíveis através de seus efeitos. Os efeitos dos quais fala o autor incluem: 1) um efeito de isolamento, ou seja, a produção de sujeitos individualizados, atomizados moldados e modelados para seu governo como parte de um “público” indiferenciado, mas específico; 2) um efeito de identificação, ou seja, um realinhamento das subjetividades atomizadas longe de linhas coletivas, dentro das quais os indivíduos se reconheçam a si mesmos como iguais aos outros; 3) um efeito de legibilidade, quer dizer, a produção tanto de uma linguagem quanto de um saber para o governo e ferramentas empíricas que classifiquem e regulem coletividades; e 4) um efeito de espacialização, isto é, a produção de limites e jurisdições.

Migrações era representado pelo Padre Lauro e por Elizabeth - uma psicóloga de origem uruguaia naturalizada brasileira - achei que pelo fato de poder comunicar-me com ela em espanhol, havia certa proximidade e por isso perguntei a ela pela primeira vez - ainda durante o ano 2013 - se era possível passar pelo CIBAI para conhecer mais em profundidade o trabalho que ali realizavam. A sua resposta me surpreendeu: *¿Para qué observar las personas que llegan al CIBAI? ¿Con qué objetivo?* Disse. E me sugeriu que, se se tratava de uma pesquisa, entrasse em contato com o Padre Lauro.

Portanto, enviei um e-mail para o padre Lauro (em perfeito “portunhol”) explicando que estava fazendo uma pesquisa de doutorado em relação ao impacto do fenômeno migratório sobre o Estado e que gostaria de conhecer como o tema era tratado anos atrás. O padre Lauro respondeu-me que poderíamos conversar, mas que desejava que, no encontro, estivesse presente o professor Jurandir (voluntário, sociólogo, pesquisador, com ampla experiência no trabalho do CIBAI) já que ele poderia colaborar mais. Mesmo que o Padre Lauro nunca tenha me confirmado o dia e a hora do nosso encontro, quando consegui realizar uma entrevista no CIBAI - em novembro de 2014 - Jurandir estava presente.

Mais tarde, refletindo sobre o que entendi naquele momento como “reticência” eu compreendi que, por uma parte, para os psicólogos, religiosos e voluntários do CIBAI, era importante proteger aos imigrantes da visão curiosa dos pesquisadores, que, como mais adiante colocara o padre Lauro em uma das reuniões do FPMH, éramos vistos como “aqueles que apenas se interessam por suas pesquisas, mas não estão comprometidos com a causa”<sup>14</sup>. Por outra parte, as palavras do padre Lauro levaram-me a refletir sobre quanto a minha posição em campo durante os primeiros anos era limitada a “observar”, mas não a “participar”. A minha estratégia de observar e escutar as pessoas tratando de interferir o mínimo possível como uma forma de preservar suas próprias classificações e entendimento da questão migratória, havia gerado um distanciamento - como observou o padre Lauro - entre a “pesquisadora” e a “causa”.

Quer dizer que os questionamentos do padre Lauro levaram-me a perceber uma dimensão da participação em reuniões e conferências relacionada com a construção de representantes e representações que, como assinala Silvia Aguião Rodrigues na sua tese de doutoramento, “são feitas através da mobilização de diferentes capitais, se fazem com o corpo, com a cor/raça, com diferentes performances de gênero, com relações pessoais,

---

<sup>14</sup> Durante o ano 2014, além de Norberto Decker e eu que fazíamos nossas pesquisas de doutorado observando as reuniões do Comirat e as do FPMH, outros estudantes de iniciação científica vinculados ao GAIRE também participavam das reuniões por motivos acadêmicos.

trajetórias profissionais, acadêmicas e militantes” (AGUIÃO 2014, p. 52). No contexto da primeira parte da minha pesquisa, a minha escolha de permanecer em silêncio não me ajudou para criar uma imagem como “representante”, algo bastante valorado pelo grupo. Além disso, percebi a importância da palavra como meio privilegiado de mobilização de capitais sociais e, portanto, permanecer em silêncio, observando, tomando certa distância dos “nativos” colocava-me no mínimo em um lugar questionável. Contudo, somente na segunda parte da pesquisa eu descobriria -parafraseando Florence Weber- que não apenas o antropólogo escolhe seus aliados “tanto quanto é escolhido por eles” (WEBER, 2009, p. 44).

Ainda durante o ano de 2014, participei das distintas etapas (municipal, estadual e nacional) da 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar). As etapas municipal e estadual da Comigrar aconteceram em Porto Alegre e a etapa nacional realizou-se em São Paulo. Durante a Conferência Estadual realizada no Hotel Ritter no centro de Porto Alegre fui escolhida – como vários dos que participávamos do FPMH- como “delegada” da sociedade civil o que implicava, do meu ponto de vista, certo reconhecimento. Ao final eu não estava tão “fora” do campo de representações e representantes! Pensei. Não obstante, não estava muito claro quem eu representava. A seguinte passagem de meu diário de campo ilustrará este ponto:

Hoje recebi um e-mail de Beatriz, Secretária Municipal de Direitos Humanos, com a lista de delegados confirmados para a etapa nacional da Comigrar. Me surpreendeu me ver como representante dos “imigrantes”. É a primeira vez que sou colocada nessa categoria (DIÁRIO DE CAMPO, 22-04-2014).

Participar da Comigrar foi um grande aprendizado em muitos sentidos, mas cabe ressaltar que também me permitiu compreender que a trama de relações que eu estava observando a nível local, longe de ser uma trama estabilizada, constituía-se como uma trama móvel e variável que abarcava distintas escalas. Considerei então estender a pesquisa para a cidade de São Paulo com a intenção de introduzir – ao menos como um contraponto - outros lugares de observação e outras vozes. Pensei então em entrevistar os responsáveis pelas duas entidades de acolhimento a imigrantes mais renomadas durante a Comigrar, a Missão Paz, da Congregação Scalabriniana e o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), da Prefeitura de São Paulo.

Cheguei em São Paulo na sexta-feira 5 de junho do 2015 com o objetivo de entrevistar o Padre Paolo da Missão Paz e Paulo Illes da Coordenadoria de Políticas para Imigrantes da Prefeitura de São Paulo. Nesse sentido, é preciso dizer que São Paulo foi o

primeiro município a criar uma estrutura institucional e desenvolver um programa, um plano e políticas públicas para migrantes. Além disso, há também uma importante estrutura de acolhimento e atendimento a imigrantes e refugiados criada pela Igreja Católica.

Na manhã da segunda-feira, 8 de junho visitei o CRAI localizado na rua Japurá 234 do bairro Bela Vista, no centro da cidade. Pensei em fazer a visita para conhecer o lugar, apresentar-me e tentar conseguir marcar uma entrevista com algum dos trabalhadores do Centro. Fui recebida por uma mulher de nome Margot que parecia latino-americana, provavelmente boliviana ou peruana. Depois de explicar para ela que eu era uma pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e que estava interessada em conhecer o trabalho que ali realizavam, Margot me esclareceu que as entrevistas e as visitas eram solicitadas por e-mail. Sem muita simpatia, anotou em um papel o endereço eletrônico ao qual eu deveria escrever. Escrevi nesse mesmo dia e tive resposta de uma assistente administrativa, Fernanda Leite, quem me confirmou uma entrevista para o dia 12 de junho.

Aproveitando que estava nas proximidades do bairro onde fica a Missão Paz, caminhei até a rua Glicério no bairro Liberdade. O que me surpreendeu muito quando cheguei, foi a quantidade de pessoas que estavam na zona da entrada da Igreja. Pensei que a maioria deles poderiam ser haitianos. Aproximei-me até a porta do que parecia ser a Casa do Migrante, e vi que ali estava o padre Paolo. Apresentei-me, e muito amavelmente ele me disse que não podia me atender nesse momento porque estava saindo para um evento na PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), mas que poderíamos conversar no dia seguinte.

Pedi a ele informação sobre o evento e fiquei tentando me aproximar das pessoas que estavam no pátio. A maioria eram homens na faixa dos 20-30 anos. Sentados no chão, alguns se viam muito cansados, com olhar perdido. Um sentimento de tristeza me invadiu. Nos primeiros instantes pensava que não conseguiria fazer pergunta alguma. Também não tive coragem para tirar fotos, creio que era melhor tentar não incomodar muito as pessoas.

Entretanto, quando consegui lidar melhor com meus sentimentos, me aproximei e comecei a perguntar se alguém falava português, e se poderíamos conversar. Foi assim que conheci Patrik, um homem haitiano na faixa dos 30 anos de idade, que havia chegado ao Brasil em 2012. Patrik me contou que havia estudado cinema e que também trabalhava como ator em novelas da “Globo” e da “RBS”. Ele também relatou algumas histórias envolvendo a polícia. Disse, por exemplo, que se ele estava na rua pela noite, sempre tinha que ter uma identificação, se não “os policiais podem me pegar e levar para a delegacia, viu”. De acordo com as suas palavras, isso acontecia “com todos os negros”. Enquanto conversávamos, outro

homem que reconheci como haitiano aproximou-se de nós e disse: “você acham que isto é acolhida? A gente tem uma imagem do Brasil lá no Haiti e quando chega aqui: - e assinalando com a mão para um homem que estava sentado no chão - esperando por um prato de comida até as oito da noite! Fiquei sem palavras.

Pouco a pouco, o ambiente começou a mudar pela chegada de mulheres negras e famílias que identifiquei como de origem latino-americano. Em realidade, o movimento devia-se a que as portas do Centro de acolhida estavam prontas a abrir-se, algo que acontece, diariamente (no turno da tarde) às 13:30. Ou seja, há um horário de atendimento das 8:00 até às 12:00 da manhã e, depois pela tarde, das 13:30 até às 18:00. Quando abriram as portas, aproveitei e entrei com eles.

Patrik foi meu guia pelo lugar. Logo após atravessar a porta de entrada, há um espaço que naquele momento albergava alguns colchões dobrados no chão, provavelmente utilizados durante a noite anterior. Continuamos por um corredor onde se localizam os distintos pontos de atendimento. Na porta de entrada desse corredor, vários cartazes informam sobre o horário de atendimento e pedem silêncio. Ao longo da pesquisa, eu voltaria várias vezes a atravessar essas portas. A partir de então, Patrik converteu-se em um valioso interlocutor e parceiro no desenvolvimento da pesquisa em São Paulo.

No dia seguinte, fui ao evento da PUC a que havia sido convidada pelo padre Paolo; tratava-se do Primeiro Simpósio Internacional sobre Religião e Imigração. Assistir àquele evento foi uma oportunidade interessante para perceber a interação entre alguém que dedica a sua vida ao acolhimento de imigrantes e um público bastante interessado nos aspectos religiosos da imigração. O padre Paolo é um homem carismático, na faixa dos 40 anos, e de origem italiana. Sua forma de falar, humilde e atenciosa, mas sem perder a graça, transmite uma sensação de proximidade que torna muito agradável conversar com ele.

Porém, como eu já tinha combinado com Paulo Illes da Coordenadoria de Políticas para Imigrantes, não pude ficar no evento pela tarde e entrevistei o Padre Paolo posteriormente na Missão Paz, na quinta-feira 11 de junho. Lembro que naquele dia cheguei umas horas antes para tentar conversar com alguns imigrantes. Como era uma quinta-feira - dia em que as empresas chegam lá buscando trabalhadores- havia mais de 100 pessoas - a maioria homens, mas também mulheres - esperando ser chamados para realizar alguma entrevista de emprego. Conversei com vários haitianos. Um deles, de nome Napoleão, estava com a camisa da seleção Argentina, contou-me que no Haiti era professor, e que já tinha morado na República Dominicana. Falava espanhol bastante bem e mostrou-se muito

interessado em conversar comigo sobre a Guerra das Malvinas. Depois de várias conversas que pensei que não contribuiriam muito para os fins da minha pesquisa, descartei entrevistar pessoas nesse entorno.

**Figura 2:** Interior da Missão Paz



Fonte: acervo da autora (2015)

**Figura 3:** Imigrantes procurando emprego na Missão Paz



Fonte: acervo da autora (2015)

Entrevistei Paulo Illes pela primeira vez em um café da Praça Dom Gaspar no centro de São Paulo na tarde da terça-feira 9 de junho. Paulo, um homem na faixa dos 35 anos que já foi imigrante no Paraguai, pareceu-me uma pessoa muito confiante, sobretudo ao falar da Coordenadoria de Políticas para Imigrantes da Prefeitura de São Paulo:

Olha, Silvia, o objetivo é muito simples: é, pensar, articular e coordenar uma política de migração para a cidade de São Paulo, uma política que respeite os direitos humanos, a integração dos imigrantes, a inserção cultural, a participação social. A Secretaria tem a participação social como meta da gestão, então a coordenação pauta para a participação social, e a questão do trabalho. São eixos que norteiam toda essa política de migrantes e que no fundo também respondem muito à inserção minha dentro desse processo. Eu fui parte do grupo da campanha de Fernando Haddad [na época, Prefeito de São Paulo] que elaborou o programa de direitos humanos então, claro a gente colocou ali o tema do migrante...eu sempre me coloquei à disposição do prefeito, da coordenação de direitos humanos para ajudar...independentemente de estar como coordenador ou não, por que eu sou militante do partido, do PT, tenho uma relação muito forte com este temas ...e sobre direitos humanos dentro do partido (PAULO ILLES, ENTREVISTA, 9-06-2015).

Depois de mais de uma hora de conversa, Paulo convidou-me para a inauguração de um evento na Biblioteca Mário de Andrade: “Afreaka”. Referindo-se ao caráter “não paternalista” do ato, quando chegamos ele disse: “este é o tipo de evento que nós queremos fazer com os imigrantes”. Nos dias seguintes, acompanhei Paulo a vários eventos da sua carregada agenda.

Finalmente, visitei o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI) e depois de conversar com atendentes e imigrantes, decidi que não continuaria a pesquisa por esse rumo. Percebi que a variável “tempo de residência do Brasil” - pelo fato de ser um albergue temporal que, igualmente à Casa do Migrante da Missão Paz, recebe imigrantes “recém- chegados”- podia interferir negativamente na pesquisa. Ou seja, percebi discursos bastante idealizados do Brasil e das políticas de acolhimento que me fizeram reconsiderar o curso da pesquisa.

Lembrei então que, durante a Comigrar, além de observar com atenção os discursos efetuados por agentes governamentais e não governamentais acerca da chegada de novos imigrantes para o Brasil, havia escutado um discurso sobre acolhimento e formulação de políticas públicas que me havia sensibilizado de maneira particular. Tratava-se da avaliação crítica feita por alguns refugiados africanos acerca da atuação das ONGs e do governo no acolhimento e atenção de pessoas em situação de mobilidade.

Foi assim que recordei que, em certo momento, um refugiado congolês tinha afirmado que se os refugiados “estavam indo morar nas ocupações” isso não se devia apenas à inexistência de políticas públicas para imigrantes, mas à atuação conjunta de ONGs e governo. Questões como acolhimento, representação dos imigrantes, políticas públicas e moradia foram abordadas de forma crítica pela intervenção daquele refugiado. Desta forma, o que nesse momento estava sendo caracterizado como um “momento histórico na construção de políticas para imigrantes” (Comigrar) passou a se apresentar como o início de um

movimento de luta e mobilização protagonizado pelos próprios refugiados e imigrantes que mais tarde tomaria o nome de Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST).

Assim sendo, no final de 2015 escrevi para Pitchou Luambo (na época porta-voz do GRIST) apresentando o objetivo da pesquisa e o interesse em passar um tempo na ocupação junto a eles. Pouco tempo depois, Pitchou me informou os passos que precisaria seguir para a autorização da pesquisa. Eu devia escrever para Carmen da Silvia do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). Durante o ano 2015, depois de receber autorização para realizar a pesquisa, planejei mudar-me para São Paulo no início de 2016. Enquanto isso, em Porto Alegre, continue acompanhando - embora com menos intensidade - as reuniões do Comirat e alguns eventos do FPMH. Além disso, visitei em várias oportunidades o Centro Vida, um albergue emergencial criado para alojar os imigrantes haitianos e senegaleses que na época tinham chegado em ônibus enviados do estado do Acre.

#### **1.4 A ocupação “Hotel Cambridge”**

Contudo, e muito longe das minhas expectativas, o primeiro encontro com Pitchou na “Ocupação Cambridge”, no centro de São Paulo, em abril de 2016 - lugar onde ele mora junto com sua filha – iniciou-se de uma maneira brusca. Ele deixou bem claro que não me concederia nenhuma entrevista, explicando-me que considerava que nós pesquisadores - assim como outros agentes governamentais e não governamentais - nos aproveitávamos deles ao utilizar suas histórias para nosso próprio “benefício” tratando-os apenas como “objetos de pesquisa”.

Naquele momento compreendi que o discurso que me havia sensibilizado tanto durante a Comigrar não se referia somente às organizações de acolhimento a imigrantes e setores do governo, mas sim incluía um amplo leque de pesquisadores que, como eu, estávamos interessados em conhecer “seu ponto de vista”. Para Pitchou, era importante que eu entendesse que ele estava reivindicando o direito a “falar por si mesmo” sem mediações, incluída a da própria “pesquisadora”, posição que como antropóloga e imigrante respeito e compartilho.

Felizmente para mim, a conversa com Pitchou se estendeu durante horas e assim soube que o GRIST precisava realizar um vídeo promocional a respeito do que seria seu primeiro festival “Quebrando as barreiras culturais com grupos de imigrantes e refugiados” a realizar-se no mês de maio na zona sul de São Paulo. Ofereci então minha ajuda e a do meu



companheiro - ao qual apresentei como cineasta e antropólogo- para realizar o dito vídeo<sup>15</sup>. A participação na filmagem e edição daquele vídeo foi o início de uma troca de experiências muitas vezes mediada por “esse objeto superdotado de agência” (SATIKO, 2014) que é a câmera de vídeo.

Pitchou é um homem na faixa dos 30 anos, alto e elegante. Formado em direito na República Democrática do Congo (RDC) solicitou refúgio quando chegou ao Brasil em 2010. Depois de 10 meses de espera, ele obteve o status de refugiado e o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE)<sup>16</sup>. Após conseguir a carteira de trabalho, foi contratado como operador de empilhadeira. Não obstante, os contratemplos apareceram quando precisou renovar o RNE. Teve que esperar meses. Enquanto isso, a carteira de trabalho perdeu o valor. Sem o documento para o trabalho que tinha, perdeu o emprego.

Foi nessa época que se aproximou do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) coordenado por Carmen da Silva, uma migrante nordestina que frequentemente lembra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores de baixa renda. Quando conheci Carmen em abril de 2016, me impactou a sua definição sobre a cidadania e a relação com o Estado:

Quando ocupamos um imóvel sem função social da propriedade estamos dando uma utilidade pública estamos dando uma identidade ao cidadão e a sua família. Ter um endereço é o começo, é muito importante, da ressocialização e da reestruturação social e psicológica do indivíduo. Resgatamos o cidadão arrebatado e o devolvemos com a sua cidadania reestabelecida ao Estado (REGISTRO DE CAMPO, 04-2016).

Criar um vínculo estreito com Pitchou não foi fácil, embora eu passasse bastante tempo com ele e o acompanhava nos vários eventos semanais dos quais ele participava, eu sentia certa recusa quando se tratava de falar sobre a sua experiência. Isso me incomodava bastante porque eu perguntava a mim mesma quantas vezes aquele homem haveria repetido a história acerca de como fugiu da República Democrática do Congo e chegou ao Brasil. Pensava se seria essa a pergunta feita por tantos antropólogos que frequentávamos a ocupação Cambridge<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Agradeço a colaboração de Josep Juan Segarra na produção e edição de vários vídeos e reportagens fotográficas realizadas durante a pesquisa junto ao GRIST. De um modo mais geral, e como parte da sua pesquisa de doutorado junto à professora Rose Satiko, foram realizados quatro vídeos que podem ser consultados nos seguintes links: <https://vimeo.com/176343355>, <https://vimeo.com/173422771>, <https://vimeo.com/175881726>, <https://vimeo.com/184604060>.

<sup>16</sup> O Registro Nacional de Estrangeiros é o documento concedido ao estrangeiro admitido na condição de temporário, permanente, asilado ou refugiado, que é obrigado a se registrar e a se identificar no Ministério da Justiça, com a Polícia Federal.

<sup>17</sup> Durante os meses de trabalho de campo em São Paulo, coincidi bastante na ocupação Cambridge com os

A ocupação Hotel Cambridge está localizada na Avenida 9 de Julho, no centro de São Paulo. O prédio, um belo edifício da década de 1950, tem 15 andares e 241 quartos. De acordo com alguns comentários aparecidos em revistas e sites sobre São Paulo, hospedar-se ali não era somente uma comodidade por estar no centro de São Paulo, era um “status”. Prova disso seria que o Cambridge teria hospedado o músico Nat King Cole em 1959, quando este veio ao Brasil. De acordo com Douglas Nascimento, era frequente o hotel estar repleto, recebendo hóspedes de todos os cantos do Brasil e do mundo, além de delegações de times de futebol, tanto de São Paulo que utilizavam o hotel para concentração, como times de outras localidades que viam no hotel um excelente local para a estadia. Por isso preservar o charme e a qualidade era obrigatório, em um quarteirão repleto de outros grandes hotéis como o São Paulo, o Grão Pará e pouco mais adiante o Othon Palace Hotel. Ademais, o elegante bar que o hotel possuía em seu térreo era outro diferencial e tanto (NASCIMENTO, 2011). Hoje, moram nele 178 famílias. Há cinco refugiados e 21 imigrantes. Todas as famílias que vivem na ocupação estão na fila do programa de habitação do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”.

Frequentando aos poucos a ocupação, conheci um grupo de jovens artistas que participavam da “Residência Artística Cambridge”, um projeto voltado ao desenvolvimento de propostas artísticas e culturais no marco da ocupação. Trata-se de um programa de residências que prioriza as práticas colaborativas, desenvolvidas em diálogo com a comunidade local e com parceiros, cuja pesquisa se relaciona com assuntos ligados ao cotidiano da ocupação, sua história e seus modos de inscrição e atuação nas dinâmicas da cidade.

O projeto surgiu da parceria entre os curadores Juliana Caffé e Yudi Rafael com o objetivo de articular pesquisas e atividades relacionadas com a ocupação. Para tanto, a dupla curatorial convidou quatro artistas e um escritor para realizar quatro residências de três meses cada uma, Ícaro Lira, Jaime Lauriano e Raphael Escobar, Virgínia de Medeiros, e Julián Fuks. A partir da residência do artista Ícaro Lira, também passou a integrar o projeto como curador convidado o antropólogo britânico, Alex Flynn, da Universidade de Durham. A parceria de Ícaro, Juliana, Yudi e Alex revelou-se muito importante para me aproximar dos vários artistas refugiados que de alguma ou outra maneira se relacionam com o Cambridge e para descobrir outras formas de entendimento da questão migratória. Nesse sentido, e embora o material não

---

antropólogos Derek Pardeu da Universidade Aarhus (Dinamarca) e Rose Satiko da Universidade de São Paulo. Soube também que recentemente a pesquisadora Heike Drotbohm da Universidade de Mainz (Alemanha) tinha concluído uma pesquisa naquele espaço.

seja analisado nesta tese, em junho de 2016 organizamos o evento “Diálogos sobre arte, migração e trabalho” que reuniu brasileiros que tinham emigrado ao exterior, migrantes brasileiros internos, refugiados e imigrantes internacionais de distintas nacionalidades<sup>18</sup>.

**Figura 4:** Ocupação Hotel Cambridge



Fonte: Alex Flynn

Entre os artistas refugiados que entrevistei no Cambridge encontram-se os congoleses: Yannick Delas, Tresor Muteba, Shambuyi Wetu e o jornalista Christ Kamanda. Com Yannick

---

<sup>18</sup> Um vídeo sobre este debate realizado por Josep Juan Segarra (UERJ) e Rose Satiko (USP) pode ser visto em: <https://vimeo.com/169635430>.

e Shambuyi compartilhei além de longas conversas e apresentações musicais, as acaloradas reuniões com artistas, coletivos e agentes culturais imigrantes convocadas pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Embora todos eles estejam reconhecidos como refugiados, percebe-se que alguns não se identificavam com a condição de refugiado, por exemplo Yannick, um músico congolês e São Tomeense, considerava que devia ser reconhecido como um músico internacional, um artista no cenário musical brasileiro.

Por motivos distintos, Tresor, um jovem também congolês, que chegou ao Brasil em busca de seu sonho, estudar teatro, também não encontra grandes diferenças entre a condição de imigrante e refugiado. Na sua cidade natal, Kinsaha, capital da RDC, estudava economia, mas a sua vocação pela atuação o trouxe até o Brasil onde estuda teatro na faculdade de artes na Unesp. Embora contasse com recursos para se sustentar, o custo de vida alto de uma capital como São Paulo, fez com que acabasse passando algum tempo em abrigos onde morou com outros imigrantes. “Não sei se a condição de imigrante é refugiado é tão diferente assim”, me diz enquanto conversamos na ocupação Cambridge .

Já para Christ, um jornalista congolês que teve que fugir de seu país devido a perseguições políticas, o reconhecimento como refugiado parece ter um significado especial. Christ leva pouco mais de um ano no Brasil e costuma reforçar o fato de que foi o seu engajamento e o seu comprometimento como jornalista que o levaram a denunciar a repressão policial e do exército no leste do seu país, onde existe um sangrento conflito armado. “Denunciar a corrupção, denunciar a cumplicidade de certos membros do governo na guerra do leste de meu país me trouxe até o Brasil, não foi uma escolha”. No caso de Shambuyi, eu tive que aprender uma língua diferente e principalmente não verbal; observar a suas performances me fez abandonar qualquer roteiro de perguntas.

\*

Além de frequentar a ocupação Cambridge, nessa etapa do trabalho de campo eu mantinha contato com as duas organizações de atendimento ao migrante contactadas em 2015, a Missão Paz e a Coordenadoria de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo<sup>19</sup>. Em maio de 2016, “Carlinhos” (José Carlos Pereira) do Centro de Estudos Migratórios (CEM) da Missão Paz convidou-me para falar da minha pesquisa nos “Diálogos do CEM”, um seminário mensal no qual são discutidos temas e questões diversas sobre a questão migratória. Na ocasião, eu falaria sobre o

---

<sup>19</sup> Não obstante, na época, Paulo Illes, meu principal interlocutor da Coordenadoria, havia deixado seu cargo como coordenador para dedicar-se inteiramente à organização do VII Fórum Social das Migrações, evento que seria realizado em São Paulo em julho de 2016.

protagonismo dos imigrantes nas ocupações do centro de São Paulo e o antropólogo Derek Pardeu da Universidade de Aarhus apresentaria seu livro e seu trabalho acerca das ligações entre espaços e identidades baseado em pesquisas de campo e acervo em Lisboa.

**Figura 5:** Convite ao 4º “Diálogos no CEM”

**4º Diálogos no CEM - Migração, práticas discursivas, territórios e identidades**

Historicamente a imigração tem sido pensada ora como uma forma de contribuição à civilização ora como uma ameaça à cultura de um povo. Nos últimos anos, porém, presenciamos a reconfiguração de discursos e práticas governamentais a partir do uso de narrativas inclusivas, pluralistas baseadas nos direitos humanos. Também há mudanças vinculadas as práticas discursivas, como a música, a língua e seus efeitos socioculturais. As realidades de imigrantes cabo-verdianos em Lisboa (Portugal), Praia (Cabo Verde) e São Paulo (Brasil) expressam articulações entre espaços, territórios, identidades e lutas por políticas públicas. Quais são os efeitos práticos das mudanças discursivas governamentais e culturais no cotidiano dos imigrantes? Que relações há entre as novas formas de enunciação da questão migratória e processos inesperados protagonizados por imigrantes nas ocupações por moradia do hotel Cambridge, a Galeria Presidente em São Paulo e os bairros “improvisados” e “sociais” em Lisboa?

Nesse contexto, como a expressão de práticas culturais pode implicar a conformação de espaços, territórios e identidades? Silvia Zelaya, pesquisadora argentina vinculada a UFRGS, e Derek Pardeu, pesquisador norteamericano vinculado a Universidade da Dinamarca, debaterão essas questões no 4º *Diálogos no CEM*, a ser realizado em 01 de julho/2014, às 14h00, na Missão Paz. Venha participar.



Data: 01 de julho/2016  
Local: Missão Paz – Sala Scalabrini  
Rua do Glicério, 225  
Hora: 14h00 às 16h30  
Inscrições pelo e-mail: [cem@missaopaz.org](mailto:cem@missaopaz.org)  
Envie nome, contato, instituição.

**Realização:**  
 Missão Paz  
São Paulo

Fonte: CEM-Missão Paz

Foi nesse evento que conheci Claudine e Guido, um casal de refugiados congolezes que se encontrava entre o público e que foram os últimos entrevistados para a pesquisa. Recordo que, quando nos conhecemos, Guido realizou várias perguntas depois da minha intervenção enquanto Claudine se aproximou de mim para conversar apenas no final do debate. Conversamos um pouco e trocamos números de telefone. Alguns poucos dias mais tarde começamos a falar. A maior parte do tempo que passei com eles não tomei notas abertamente.

Assim como os outros refugiados que conheci, Claudine e Guido são naturais da República Democrática do Congo, têm estudos universitários e tiveram que fugir do país por causa de perseguições políticas. Porém, a diferença de Pitchou por exemplo – que havia iniciado sua relação comigo com uma violenta recusa: “eu não sou um objeto de pesquisa”-

Claudine e Guido mostravam-se à vontade para falar sobre suas vidas. Assim, tivemos longas conversas sobre a vida da RDC, a perseguição política que sofreram, a chegada ao Brasil e a experiência de serem refugiados em São Paulo. Além disso, compartilhamos muitos momentos de intimidade tanto na casa deles como na minha.

Eles sempre me consideraram uma amiga e por isso me foi difícil encontrar uma forma de falar sobre eles que não estivesse acompanhada de certo sentimento de traição. Acabei achando uma solução para esta situação: pedir que fossem eles mesmos que construíssem seus próprios relatos. Assim, dando continuidade à proposta de Elsa Lechner (2009) sobre a potencialidade “emancipatória” das práticas de biografização de migrantes, analiso os relatos feitos por Claudine (produzidos em entrevistas presenciais e em escritos autobiográficos solicitados por mim) como “espaços de visibilidade e legitimação dos seus testemunhos” e como ferramentas com capacidade de contribuir para transformar certas “estigmatizações comumente reproduzidas mesmo por quem se propõe a trabalhar junto de populações migrantes” (LECHNER, 2009, p. 44-49).



## CAPÍTULO 2

### **A governamentalidade da imigração: o protagonismo da Congregação Scalabriniana**

Neste segundo capítulo, discorro sobre o início do Comitê de Atenção a Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (Comirat) e sobre um dos atores que se revelou fundamental no processo de visibilização da imigração contemporânea: a Congregação Scalabriniana. Inicialmente, o que me chamou a atenção do Comirat foi muito mais a ausência dos chamados “imigrantes” que a própria criação do comitê. Como o comitê havia se formado para elaborar um plano de ação e uma política pública para imigrantes e refugiados, estranhou-me que eles não estiveram presentes. Somente depois de muitos meses de trabalho de campo é que essa ausência, assim como a presença de agentes do Estado e da sociedade civil, começou a ter o sentido referido neste texto.

Entendo que as cenas trazidas neste capítulo orienta-nos a pensar tanto os mecanismos através dos quais a política migratória brasileira é implementada, quanto a identificação de uma série de atores ou protagonistas que participam da governamentalidade das migrações, através dos saberes e expertises adquiridas na prática do acolhimento dos imigrantes (JARDIM, 2013, 2017). Assim, o que veremos neste capítulo é o modo como estes atores intervêm na realidade migratória e, desta forma, provocam e intensificam o debate sobre imigração no Brasil contemporâneo.

O objetivo geral do capítulo é refletir sobre o vínculo entre a notável presença naquele espaço de pessoas vinculadas à Igreja Católica, especialmente da Congregação Scalabriniana, e um aspecto da governamentalidade das migrações atendendo a como a chegada de “novos” imigrantes é convertida em um “problema migratório”. Embora outras congregações religiosas – a Congregação Jesuíta, por exemplo – também atuem no campo migratório, nas falas pronunciadas durante as reuniões do Comirat e em outros eventos aos quais assisti em Porto Alegre e São Paulo, ressaltavam o trabalho feito por esta congregação. Isso me levou a perguntar-me por que organizações desta congregação apareciam como instituições de referência nas falas sobre imigração no Rio Grande do Sul e no Brasil? Em que consistia a sua atuação? E por que elas apareciam representando à sociedade civil? Mas do que tentar alcançar algum tipo de verdade sobre a sua atuação me pergunto pelos entrecruzamentos entre um modo de pensar a imigração e certa problematização da questão migratória.

A partir do que percebi em campo como “comprometimento” com a atenção ao migrante, percorreremos neste capítulo um caminho que vai desde a primeira reunião do

Comirrat até as iniciativas de acolhimento e mediação para imigrantes chegados nos últimos anos, passando pelo posicionamento adotado durante a época da ditadura militar brasileira. Observando os diferentes entendimentos e posicionamentos dos scalabrinianos nos contextos políticos mais amplos nos quais eles se produzem, veremos como os padres e irmãs se relacionam com os outros atores, autoridades do governo, outras entidades não governamentais e imigrantes, através de técnicas que podem ser vistas -desde uma perspectiva foucaultiana- como parte de um conjunto maior de saberes e práticas que conformam um “regime de verdade”, capaz de produzir em si mesmo um corpo passível de intervenção. Ou seja, um regime que tem a capacidade de formar “un dispositivo de saber-poder que marca efectivamente en lo real lo inexistente, y lo somete en forma legítima a la división de lo verdadero y lo falso” (FOUCAULT, 2007, p. 37).

Ao fazer esse percurso também observaremos que do ponto de vista destes atores, há uma forma de luta pela criação de políticas para imigrantes caracterizadas pela articulação de uma rede de acolhimento e mediação para pessoas em distintas situações de mobilidade, algo que os coloca continuamente como representantes legítimos da “sociedade civil”. Antes de adentrar-nos no tipo de atuação e nos saberes manejados por estes atores, vamos apresentar algumas considerações sobre os contornos do debate migratório atual, ou seja, sobre o marco jurídico e a estrutura das políticas migratórias brasileiras.

## **2.1 As legalidades da imigração: entre os atores, o marco jurídico e a estrutura das políticas migratórias brasileiras**

Embora a relação do Brasil como a imigração esteja longe de ser uma novidade, apenas nos últimos anos a migração para o país tem sido tratada como uma questão relevante. Isso poderia parecer estranho em um país onde os “imigrantes” não apenas fazem parte do imaginário da nação brasileira, mas há uma experiência precoce na criação de políticas migratórias. Não obstante, podemos entender essa certa invisibilidade ao observarmos o que a literatura especializada sobre o tema tem a dizer sobre a história das migrações no Brasil.

Em termos gerais, se distingue entre a introdução de maneira forçada de cerca de quatro milhões de escravos provenientes da África, desde o século XVI até o século XIX, e a chegada de imigrantes livres de origem europeia, sobretudo, de alemães e italianos que chegaram ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX atraídos pelo projeto colonizador do governo brasileiro. Uma vez encerrada essa etapa de atração no final dos anos 1930, entende-se que houve uma redução dos fluxos internacionais, os quais foram quase



interrompidos com o início das hostilidades da Segunda Guerra Mundial. Desde então e, embora outros grupos populacionais continuassem chegando, considerou-se que o Brasil era um país fechado à imigração em termos demográficos (PATARRA, 2012, p. 8-9).

Posteriormente, a saída de brasileiros para o exterior nos anos de 1980 converteu ao Brasil em um país “emissor” de migrantes e apenas nos últimos anos o país começou a ser visto como um destino possível nas rotas migratórias internacionais. Neste sentido parece-me significativo que no livro *La construcción social del sujeto migrante em América Latina*, uma publicação do ano 2011, há um único capítulo dedicado ao caso brasileiro no qual a antropóloga Bela Feldman-Bianco analisa a mobilização de brasileiros no exterior. Também há que dizer que, em uma publicação posterior (2016) a autora relaciona a criação de uma “Comunidade de Brasileiros no Exterior” e a mobilização de “transmigrantes do Brasil a favor de seus direitos de cidadania” com a mobilização em prol dos imigrantes no Brasil, abarcando as lutas pela substituição do Estatuto do Estrangeiro de 1980 por uma nova legislação fundamentada em direitos humanos (FELDMAN-BIANCO, 2016, p. 47).

Na análise realizada por Feldman-Bianco, a atual introdução da questão migratória como foco de uma agenda intergovernamental é considerada resultado — em parte — da mobilização de lideranças transmigrantes, organizações religiosas (especialmente as ligadas à Igreja Católica), estudiosos das migrações e outros militantes, no que tange aos direitos de nacionalidade e cidadania de brasileiros e brasileiras residentes no exterior. Entende-se que essa mobilização resultou na institucionalização do diálogo entre o Estado brasileiro e sua “diáspora” e, portanto, no compromisso oficial de ações governamentais em prol de seus direitos de cidadania. Para a autora, esse movimento também reflete a inseparabilidade entre imigração e emigração:

Emigrantes brasileiros, reconhecidos pelo poder público do Brasil como brasileiros no mundo, ou brasileiros residentes no exterior, passaram a fazer parte de uma pauta interministerial, que incluiu como importante protagonista, por demanda das lideranças transmigrantes, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho. Órgão de caráter tripartite, que envolve governo, entidades sindicais e sociedade civil, com a atribuição legal para discutir e elaborar leis migratórias voltadas para o imigrante no Brasil, o CNIg também passou a formular conjuntos de ações dirigidas à diáspora brasileira. A centralidade de questões relacionadas ao trabalho migrante, junto com discussões sobre a possibilidade desse órgão ser transformado em um Conselho Nacional de Migrações, uma recomendação feita ainda em 2007 e que consta do Documento de Bruxelas, reflete a inseparabilidade entre imigração e emigração defendida por ativistas e acadêmicos da questão migratória e, especialmente, por setores da Igreja Católica com base em sua prática com ambas populações: imigrantes e emigrantes do Brasil (FELDMAN-BIANCO, 2016, p. 57).

Assim, se até os anos 80 o país podia considerar-se como “emissor” de migrantes, a

partir de então, e, sobretudo com o avanço da grave crise econômica de 2008-2009 iniciada na Europa e nos EUA, o Brasil, assim como outros países sul-americanos, passou a atrair novos imigrantes. Desta forma, junto com o retorno de brasileiros da diáspora, jovens profissionais europeus e norte-americanos foram atraídos pela oferta de trabalho em grandes projetos desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, o país também passou a receber fluxos migratórios de haitianos e solicitantes de refúgio da África e do Oriente Médio que se uniram aos mais antigos contingentes de bolivianos e de outros países do continente sul-americano que começaram a afluir ainda na década de 1980, à procura de uma vida melhor (FELDMAN-BIANCO, 2016).

Nesse sentido, observa-se que durante os últimos anos, o governo brasileiro reconheceu em várias oportunidades que desde o ano de 2010 haviam chegado ao Brasil “novos e inesperados fluxos populacionais”. Em termos gerais e de acordo com dados da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho, a mediados de 2013 estimava-se que havia no Brasil uns 940 mil imigrantes com um relativo aumento das solicitações de visto permanente que em 2012 chegavam a 9.359. O que chamava a atenção era que as solicitudes de visto de haitianos (1.405) superavam pela primeira vez a dos portugueses (1.404). Em declarações para a mídia, o ex- Secretário da Justiça, Paulo Abrão, afirmou várias vezes que a crescente procura por oportunidades de trabalho no Brasil era o resultado de uma mistura entre o momento da economia brasileira e a crise do emprego nos países centrais.

Entretanto, a produção de dados e estatísticas “confiáveis” sobre a população migrante no Brasil tem se revelado complexa devido, em parte, às limitações das fontes de dados existentes sobre migrações. Importantes fontes de dados como o Censo mostraram-se insuficientes para oferecer informações relevantes sobre os mais recentes movimentos populacionais no país<sup>20</sup>. Por isso, nos últimos anos, o mercado de trabalho tem sido considerado como um lugar privilegiado para observar a movimentação de pessoas e seus efeitos sobre a sociedade brasileira.

De acordo com os dados mais recentes da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), estima-se que entre os anos de 2010 e 2015 os trabalhadores imigrantes aumentaram em 131% a sua presença no mercado de trabalho formal, passando de um “estoque” de 54.333 em 2010 para 125.535 em 31 de dezembro de 2015. Entre os novos grupos populacionais, a imigração haitiana é apresentada como a principal nacionalidade no mercado de trabalho

---

<sup>20</sup>Os principais países de origem dos imigrantes, segundo o Censo de 2010, são Estados Unidos (51.933), Japão (41.417), Paraguai (24.666), Portugal (21.376) e Bolívia (15.753).

formal desde o ano de 2013 com um total de 30.484 haitianos com vínculo formal de trabalho<sup>21</sup>.

Na tabela que apresento a continuação podem-se ver as principais fontes de dados utilizadas para compor o cenário atual da imigração no Brasil. Como se observa, além das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram utilizados os dados dos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Ministério da Justiça (MJ)<sup>22</sup>.

**Figura 6:** Tabela com fontes de dados para o estudo da imigração no Brasil

<b>Organismos Institucionais</b>	<b>Fontes de Dados</b>	<b>Tipo de Fonte</b>
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Censo	Pesquisa domiciliar
	Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios (PNAD)	
Ministério de Trabalho e Emprego (MTE)	Coordenação Geral de Imigração (CGIg)	Registros Administrativos
	Conselho Nacional de Imigração (CNIg)	
	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	
Ministério da Justiça (MJ)	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)	
	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	
	Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE)	
	Sistema de Tráfego Internacional (STI)	
	Sistema de Solicitações de Refúgio	

Fonte: Elaboração própria a partir do estudo de Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (2015)

Realizando um uso complementar dessas bases de dados, Tadeu Ribeiro de Oliveira (2015) aponta um crescimento recente na evolução das entradas de estrangeiros no país, aliás, com um incremento, apesar de ainda pequeno, da mão-de-obra imigrante no mercado laboral

<sup>21</sup>As cifras que obtém CAVALCANTI (2015) do cruzamento de duas fontes de dados - a da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e a do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)- mostram também que os trabalhadores haitianos foram os que mais admissões obtiveram durante o ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015 (17.577), seguidos pelos senegaleses (2.830), argentinos (1.802), ganeses (1198), e paraguaios (1.169). De acordo com o autor, esses dados são expressivos tanto do incremento como da diversificação das migrações “Sul-Sul” (CAVALCANTI, 2015, p. 80). Entretanto, o relatório também indica que desde outubro de 2015 até junho de 2016, a movimentação dos trabalhadores imigrantes no mercado formal, em termos de admissão e demissão, teve um balanço negativo, com o número de demissões superando o de admissões. Segundo a interpretação dos especialistas, esse saldo sinaliza que pela primeira vez na presente década, desde a instalação da crise econômica, os imigrantes passaram a ser afetados também com a perda de emprego durante os primeiros meses de 2016.

<sup>22</sup>As potencialidades e limitações de cada uma dessas fontes são analisadas por OLIVEIRA (2015) em um trabalho que apresenta cada uma dessas bases, identificando possíveis relações assim como complementariedades entre elas.

brasileiro (OLIVEIRA, 2015, p. 138). Levando em conta esses dados, não parece improvável concluir que o “problema migratório” está longe de ser uma questão demográfica. Também não é meu objetivo o de caracterizar um “novo tipo de imigração” que em muito se diferenciaria daquela que caracterizou, há mais de 100 anos, a vinda de imigrantes “brancos” – na maior parte europeus – para o Brasil. Isto está sendo realizado em outros trabalhos<sup>23</sup>. Sendo assim, estou interessada no que essa imigração recente para o Brasil produz em termos de ações, representações e desafios do ponto de vista dos agentes de governamentalidade.

Para o governo, o aumento do número de imigrantes demonstra tanto o crescimento econômico e a consolidação do país no mercado internacional como a vocação de hospitalidade e acolhimento que caracterizaria historicamente ao Brasil reforçando a imagem do “Brasil país de imigração”. Entretanto, considero que para entender a relevância dessas cifras e problematizar esse tipo de posicionamento é preciso compreender alguns aspectos do marco jurídico que regula a presença estrangeira no país. Isso porque como veremos existe, além de um tratamento seletivo de migrantes<sup>24</sup>, um entrecruzamento entre a questão migratória e a admissão de refugiados.

Em primeiro lugar é preciso compreender que a situação jurídico-administrativa das pessoas que ingressam ao Brasil cada ano, é regulamentada através do Estatuto de Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980) e não de uma lei migratória. De acordo com a Lei 6.815 – em processo de mudança, mas vigente durante todo o tempo da realização da pesquisa- existem sete tipos de vistos possíveis para os estrangeiros que pretendam ingressar no país<sup>25</sup>. Na própria lei estipulam-se os prazos de estada de cada tipo de visto e as condições de transformação destes. A lei 6.815 criou o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), uma instância de articulação da Política Migratória Brasileira, em especial da Política de Migração Laboral, por meio de diálogo permanente com a sociedade civil.

O Estatuto de Estrangeiro tem sido objeto de fortes críticas por parte de organizações

---

<sup>23</sup>Apenas como um exemplo cito o trabalho de Cavalcanti, Almeida, Oliveira, Tonhati e Dutra (2015) no qual se analisa o perfil e as características da principal nacionalidade [haitiana] do mercado de trabalho brasileiro.

<sup>24</sup>O trabalho de Patrícia Villen (2012) sobre imigração e mercado de trabalho nos mostra existência de uma política brasileira de imigração tendente à atração de imigrantes qualificados que aponta para uma configuração polarizada da demanda de força de trabalho do imigrante internacional. De acordo com a autora, essa demanda se caracteriza, por um lado, pela procura de imigrantes qualificados e especializados para trabalhar em setores econômicos de peso da produção nacional (químico, petroquímico, energia, financeiro, auditoria e tripulação de navios estrangeiros). E, por outro lado, pela chegada de um perfil de imigrantes, com baixa-qualificação e na maior parte provenientes de países periféricos sujeitos a todas as formas de exploração, ritmos pesados, péssimas condições de trabalho, baixa remuneração, etc (VILLEN, 2012, p. 4).

<sup>25</sup>Sendo esses: de “trânsito”; de “turista”; “temporário”; “permanente”; de “cortesia”; “oficial”; e “diplomático” (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, Título II, Capítulo I, Artigo 4º).

da sociedade civil que atendem imigrantes e também por certos setores do governo. A crítica mais comum refere-se ao tratamento do fenômeno migratório sob a perspectiva da segurança nacional, algo que contradiz a Constituição Nacional de 1988. A Constituição estabelece a igualdade perante a lei de brasileiros e estrangeiros, sem distinção de qualquer natureza “garantindo a todos os residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade” (Constituição Federal de 1988, Título II, Capítulo I, Artigo nº5).

Além disso, o Estatuto de Estrangeiro dificulta a inserção de certos imigrantes no mercado de trabalho, já que requer um papel ativo das empresas. Ou seja, são as empresas as que têm que procurar legalizar e solicitar o visto de trabalho junto ao Ministério do Trabalho. A legislação brasileira não admite que uma pessoa em caráter individual realize uma solicitação de visto de trabalho, nem que queira transformar um outro tipo de visto em visto de trabalho se a pessoa já se encontra em território brasileiro. Além disso:

O visto permanente segue vinculado a casamento com nacional ou ter filho no Brasil, é o que permitiria mover um processo de naturalização. No decorrer desse período a pessoa deve comprovar que tem recursos próprios e não inserir-se no mercado do trabalho. Somente as situações regidas por acordos do MERCOSUL, podem por tempo de residência no Brasil, transformar vistos temporários em vistos de residência permanente e então acessar ao mercado de trabalho de modo regular (JARDIM, 2015, p. 56).

Portanto, para tratar as situações não contempladas no Estatuto do Estrangeiro, o governo nacional vem atuando através de “anistias” e “resoluções normativas” do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). As anistias são mecanismos tendentes a regularizar a situação das pessoas que entraram ou se encontram em situação irregular enquanto as resoluções normativas são instrumentos que o CNIg vem utilizando para lidar com as situações não enquadradas no Estatuto do Estrangeiro.

O Brasil concedeu anistias em 1980, 1988, 1998 e 2009<sup>26</sup>. Durante a concessão da última anistia, o secretário nacional de justiça explicou que ao contrário dos países da Europa e dos Estados Unidos, o Brasil queria dar “um tratamento completo”, mostrar que a criminalização da imigração não era aceita e que a imigração devia ser vista como “uma questão humanitária, uma irregularidade, não um crime”. Nesse sentido afirmou ser “uma

---

<sup>26</sup>A última vez que se aplicou esta medida o procedimento implicava ações como: entrar com o pedido de residência provisória na Polícia Federal; apresentar comprovante de entrada no país (ou algum documento que comprove que a pessoa mora no Brasil); apresentar uma declaração de que não responde a processo criminal ou de que não tem sido condenado criminalmente, no Brasil ou no exterior e pagar a taxa para expedição da Carteira de Identidade de Estrangeiro, na ocasião de (R\$ 31,05) e a taxa de registro (R\$ 64,68).

resposta direta a esses países"<sup>27</sup>.

Em segundo lugar, e ante os obstáculos ocasionados pela legislação em vigor, alguns imigrantes que procuram trabalhar no Brasil e não possuem visto de trabalho têm recorrido à “solicitação de refúgio” como meio de regularizar a sua situação administrativa. De acordo com a Lei 9.474 de 22 de julho de 1997 (Lei do Refúgio), são reconhecidos como refugiados quem:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1º, Incisos I, II e III).

O que tenho percebido em campo é que a solicitação de refúgio é vista do ponto de vista de alguns imigrantes como a única opção para não cair na irregularidade migratória provocada pelo próprio Estatuto do Estrangeiro. Assim, é importante observar que os solicitantes de refúgio conseguem – preenchendo um formulário e com a obtenção do protocolo<sup>28</sup> – acessar a alguns direitos como, por exemplo, obter uma carteira de trabalho, número de CPF e uma carteira de saúde pública (cartão do SUS). Porém, também há que considerar que não todas as solicitações de refúgio obtêm um julgamento favorável. Muitas delas são indeferidas pelo Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), órgão que pode denegar os pedidos e assim a pessoa pode ficar com seus direitos limitados.

Em relação a aqueles que não conseguem um julgamento favorável o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) vem emitindo, de forma excepcional resoluções normativas com caráter “humanitário”. Neste sentido, uma das resoluções normativas mais significativas durante os últimos anos, ocorreu no ano de 2012 quando por razões humanitárias foi concedido o visto permanente por cinco anos a os haitianos que o solicitassem<sup>29</sup>. De acordo

---

<sup>27</sup>As expressões do secretário foram extraídas do site de notícias

uol:<https://noticias.uol.com.br/ultmot/internacional/2009/07/02/ult1859u1168.jhtm>.

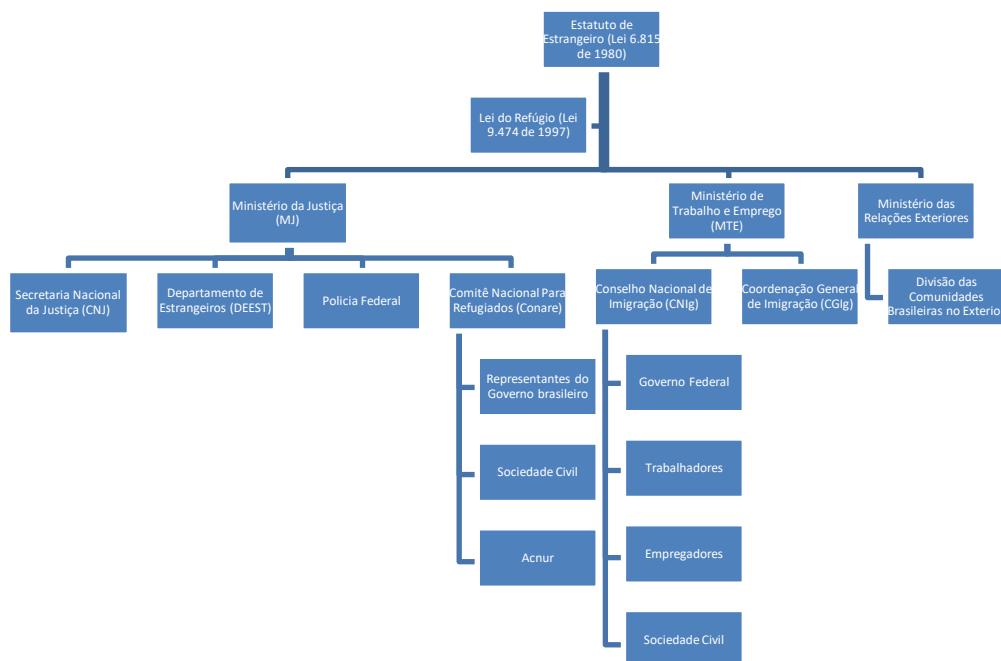
<sup>28</sup>Documento provisório entregue pela Polícia Federal depois da realizada a solicitação de refúgio.

<sup>29</sup>O artigo 1º da Resolução se estabelece que “ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do

com o artigo segundo da resolução normativa nº 97 do CNIg seriam concedidos mil e duzentos vistos por ano correspondendo a uma média de cem concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do país. Conforme aponta Jardim (2015) as ações normativas adotadas pelo CNIg não são referentes à recepção de refugiados e sim “expressam uma preocupação institucional quanto aos riscos que a irregularidade impõe a quem migra: trabalho escravo, exploração, e subemprego e, em casos extremos, falamos de risco de vida” (JARDIM, 2015, p. 57). Como veremos no capítulo 4, esses entraves normativos incentivam também aos agentes da sociedade civil a demandar um tratamento humanitário para certos imigrantes cujos casos não conseguem se enquadrar nas lógicas administrativas vigentes.

O seguinte diagrama me ajudou a compreender a estrutura governamental que atualmente tem competência na implementação das políticas migratórias e que abrange, no mínimo, três ministérios: da Justiça, do Trabalho e Emprego e das Relações Exteriores. Claro que isso não significa que outros ministérios não estejam envolvidos no tema, porém a atuação desses três ministérios destaca-se.

**Figura 8:** diagrama da estrutura governamental da migração no Brasil



Fonte: elaboração própria

Estrangeiro. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (RESOLUÇÃO NORMATIVA CNIg nº 97/2012-DOU: 13.01.2012, artigo 1º).

Como vemos, entre os Ministérios encontramos o Ministério da Justiça, o do Trabalho e o do Emprego e o das Relações Exteriores. Atuam, no Ministério da Justiça, no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), o Departamento de Estrangeiros (DEEST), o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) — órgão tripartite formado por representantes do governo brasileiro, da sociedade civil e o Acnur — e a Coordenação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Também no âmbito do Ministério da Justiça encontra-se o Departamento de Polícia Federal (DPF), que elabora os registros de entradas e saídas do país e integra Informações do Serviço de Registro de Estrangeiros, da Divisão de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras do Departamento. Além disso, o Departamento de Polícia Federal é encarregado do atendimento ao estrangeiro em quase todas suas demandas relacionadas a prorrogações de prazos, transformações de vistos, permanência e emissão de Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), entre outras solicitações. Na organização do Ministério das Relações Exteriores há uma Divisão das Comunidades Brasileiras (DBR), ligada ao Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, parte da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) (SPRANDEL, 2015, p. 48-49).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atua na área de imigração em duas linhas: em uma delas, através do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão colegiado que preside, composto por representantes governamentais, de empregadores e de trabalhadores. Incumbe ao Conselho orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de imigração (Lei n. 6.815, art. 129); e, em outra, mediante a Coordenação Geral de Imigração (CGIg), encarregada de coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à autorização de trabalho a estrangeiros, com cumprimento dos preceitos da Lei n. 6.815/1980, e à contratação ou transferência de brasileiros para trabalho no exterior. Coube ao CGIg, por exemplo, a execução das Resoluções Normativas (RNs) emitidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (SPRANDEL, 2015, p. 51-52).

Em terceiro lugar, e ainda em relação ao Estatuto do Estrangeiro, cabe assinalar que houve, durante os últimos anos, diferentes iniciativas de reformulação de dita lei, embora não isentas de tensões e ambiguidades. No ano 2013 o governo federal criou uma Comissão de especialistas que elaborou um Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Esse Anteprojeto passou pela avaliação da sociedade civil durante a Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar), e foi encaminhado à Presidência da República, sendo submetido à discussão e aprovação do Congresso Nacional. Não obstante, como fiquei sabendo depois, outros dos Projetos de Lei, como o Projeto de Lei (PL)



5565/2009 e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/2013 também estavam sendo tramitados no Congresso Nacional. Além disso, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), também tinha apresentado um Projeto de Lei de Migrações. Observamos assim que como aponta Jardim (2017) o debate sobre modificações da lei não é novo senão que se arrasta inclusive desde os anos 1980 com numerosos projetos de lei que não são considerados pelo legislativo brasileiro, mas que são observados por organizações da sociedade civil “no sentido de pressionar as anistias que retiram os imigrantes de uma ‘ilegalidade’ estrutural, em vista ao que a ‘letra da lei’ impõe (JARDIM, 2017, p. 119).

Trabalhos de antropólogos como Marcia Anita Sprandel (2012) ou Tadeu Ribeiro de Oliveira (2015) analisam em profundidade os artigos desses projetos de lei apontando limites e continuidades com o Estatuto do Estrangeiro. Por exemplo, Oliveira (2015) - dando continuidade à proposta de Sprandel (2012) – mostra que apesar de alguns avanços, o PL 5.565/2009 - que começou a ser desenvolvido em 2005, e só em 2009 foi encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional - ainda é bastante restritivo<sup>30</sup>.

Já para o caso do PLS 288/2013 que foi apresentado ao Senado Federal, pelo Senador Aloysio Nunes, o autor destaca alguns “avanços” em matéria de direitos humanos como, por exemplo, a criação de um visto de trânsito, a extensão do prazo de dez anos à concessão de vistos para turismo e negócios; o detalhamento do tratamento dado aos casos de imigrantes vítimas do tráfico de pessoas; o aumento do prazo para negar a expulsão do país de pessoas que aqui tenham ingressado quando criança, que passa a abranger os dez primeiros anos de vida; e o estabelecimento do prazo de residência no país de quatro anos para a concessão da naturalização ordinária (OLIVEIRA, 2015, p. 268-269).

Não obstante, Oliveira destaca que se bem o Substitutivo do Relator, o Senador Ricardo Ferraço, eliminou a cláusula restritiva do PLS original que “incentivava a admissão de força de trabalho especializada”, por outro lado, “manteve o impedimento à concessão de naturalização para estrangeiros que estejam respondendo a processo criminal”. Além disso,

---

<sup>30</sup> O autor cita como exemplos desse caráter o artigo 4 que enfoca a preferência por força de trabalho especializada; o artigo 80 que inibe a participação política dos estrangeiros e o artigo 87 que restringe o acesso à naturalização, apresentando como exigência o aumento do prazo de residência no país para dez anos e colocando obstáculos a quem responde a processo criminal, sem que seja levada em consideração a presunção de inocência estabelecida em nossa Constituição. Além desses aspectos que já haviam sido apontados por Sprandel (2012) Oliveira acrescenta os seguintes artigos: artigo 8 que veda o direito ao estrangeiro a participação político-partidária; artigo 17 que mantém restrições à concessão de visto a apátridas, exigindo garantias de que possam regressar ao país de residência, procedência ou em outro país; e artigo 66, inciso II, que coloca entre os impedimentos para a concessão de visto ou residência o fato de ser considerado nocivo ao interesse nacional, sem deixar claro o que seria essa categoria, abrindo possibilidade a qualquer tipo de interpretação”(OLIVEIRA, 2015, p. 268).

para o autor, o Senador “introduziu um problema sério, pois, ao revogar a Lei 6.815/1980, acaba com o Conselho Nacional de Imigração sem criar ou fazer menção à necessidade de um órgão gestor das políticas migratórias”. Ademais, Oliveira também assinala que durante o prazo aberto para emendas dos outros membros da Casa, “o Senador Lasier Martins (PDT/RS) submeteu emenda retirando o inciso XV do art. 25, denegando residência ao migrante em liberdade provisória ou em cumprimento de prisão cautelar ou pena criminal” (OLIVEIRA, 2015, p. 270). Creio este tipo de análise, ao apontar com detalhe as continuidades destes projetos de leis com os aspectos básicos da política migratória praticada no Brasil, nos permite refletir sobre as contradições de iniciativas que vem sendo apresentadas com base nas garantias dos direitos humanos dos migrantes, não obstante mantendo algumas características típicas da visão fundada na segurança nacional.

O que observei durante o trabalho de campo é que as discussões sobre a mudança do Estatuto do Estrangeiro foram um importante dinamizador do debate migratório mobilizando atores do poder público, de organizações sociais, de organismos internacionais e pesquisadores. Em geral, a tônica das discussões mostrava uma disposição para tratar a questão migratória desde uma perspectiva internacional dos direitos humanos o que implicava muitas vezes na introdução de discursos e políticas públicas relacionadas ao enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

No final do ano 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PLS 2516/2015 do Senado que criou a Lei de Migração. Enquanto escrevo esta tese, o PL 2516/2015, revisado pelo relator e deputado Orlando Silva, considerado como uma “amálgama” dos anteprojetos de lei, PL n. 5.655/2009, PLS n. 288/2013, e o Anteprojeto de Lei das Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil (FELDMAN-BIANCO, 2016), espera aprovação do Senado<sup>31</sup>.

Como espero ter mostrado até aqui a questão migratória contemporânea – do ponto de vista dos atores governamentais- apresenta-se como um assunto complexo onde confluem diferentes atores e marcos normativos e na qual diferentes agentes vão a disputar os sentidos da imigração em um diálogo instrumentalizado por narrativas potentes sobre os direitos

---

<sup>31</sup>Na terça-feira 18 de abril de 2017 o Plenário do Senado aprovou a nova Lei de Migração. Posteriormente, no dia 25 de maio foi sancionada a Lei 13.445/2017 [Lei de Migração] que garante direitos de estrangeiros no Brasil e assistência a brasileiros que moram no exterior. De acordo com o informado pelo Senado, o presidente Michel Temer vetou 18 trechos do texto. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizerem o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independente da situação migratória anterior. De acordo com a justificativa para o veto, o dispositivo concederia “anistia indiscriminada a todos os imigrantes”, retirando a autoridade do Brasil de selecionar como será o acolhimento dos estrangeiros. Informação disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos>.

humanos (JARDIM, 2013, 2015). É neste complexo cenário de disputas pelo rumo da política migratória que se situa no sul do país a constituição do Comirat e a atuação de uma rede de apoio as imigrantes que tem na Congregação Scalabriniana um importante articulador.

## **2.2 A disputa dos sentidos do “problema migratório”**

O dia que me encontrei com Denise Jardim – em uma rua do centro de Porto Alegre em abril de 2013— para irmos juntas à primeira reunião do Comirat não me lembro de ter conversado com ela sobre as pessoas que encontraríamos lá. Recordo-me, no entanto, que ao chegamos à sala de reuniões da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) — local da reunião e sede do Comirat — vi que Norberto Decker, um colega de doutorado encontrava-se ali. A parceria com Denise e Norberto revelou-se fundamental durante a minha pesquisa, tanto para “participar” das reuniões quanto para entender o que ali acontecia. Ao final, eles não eram apenas meus primeiros contatos com o “campo”, mas também com o Brasil. A participação de nós três em reuniões, seminários e outros eventos se converteu em algo habitual, sobretudo durante os dois primeiros anos da pesquisa, época na qual me dediquei com regularidade à observação das reuniões.

A instalação do Comirat no início do ano 2013 tem sido produzida dentro de um âmbito de atuação vinculado à defesa dos direitos humanos e à proteção das populações mais vulneráveis, e pode entender-se como parte de um processo complexo de visibilização da questão migratória contemporânea iniciado previamente e continuado com posterioridade, mas que certamente cobrou relevância na última década, sobretudo a partir do ano de 2010. Durante os anos anteriores à instalação do Comirat, ações similares aconteceram, comitês parecidos foram instituídos em outros estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná) audiências públicas que tinham como pauta a imigração foram realizadas e entidades da sociedade civil agruparam-se em organizações como o Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH) para discutir assuntos relacionados com a imigração. Durante os anos seguintes, foi realizada pela primeira vez uma Conferência Nacional de Migrações, organizaram-se seminários, audiências públicas e outros tipos de manifestações em prol dos direitos dos imigrantes. Ou seja, a instalação do Comirat foi uma das ações ocorridas durante a última década, um período relativamente favorável à visibilização da chegada de imigrantes para o Brasil, mas certamente não foi a única.

Não obstante, a instalação e funcionamento do Comirat tiveram efeitos singulares. Devido a sua composição particular entre representantes do Estado e entidades da sociedade

civil, foi considerado como um exemplo de organização participativa, serviu de modelo para outros comitês, recebeu visitas como a dos Secretários da Justiça, realizou atuações em momentos importantes como quando no final do 2014 e durante o 2015 chegaram ônibus enviados desde o Acre, com imigrantes haitianos e senegaleses, algo que explicarei com mais detalhe ao longo do trabalho. Mas, sobretudo, serviu para desvendar no sul do país e, pela primeira vez depois de muitos anos de invisibilidade, que a questão migratória era um assunto grave, urgente e que requeria um amplo engajamento por parte de diversas agências e agentes do Estado.

Em uma matéria feita pelo Acnur, destacam-se vários depoimentos dirigidos a sublinhar a instalação do Comirat como uma das ações calcadas em uma política migratória “modelo” e “exemplar”. Assim, para o então Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Fabiano Pereira, em um contexto de agravamento da crise internacional e de estabelecimento de políticas restritivas para estrangeiros, o Brasil perfilava-se como um “líder” no debate, “mostrando que o modelo que se quer é de paz e solidariedade”. Referido pelo representante do Acnur no Brasil, Andrés Ramirez, como uma “boa prática do governo do Rio Grande do Sul que poderia ser replicada em outros estados”, o Comirat constituía-se do ponto de vista dos agentes do governo como uma das ações que confirmavam o pretendido reconhecimento do Brasil no cenário internacional<sup>32</sup>.

A referência à posição de “liderança” no estabelecimento de um “modelo de paz e solidariedade” certamente não é à toa e encontra-se relacionada com aspectos vinculados, entre outros, ao tratamento contemporâneo do refúgio no Brasil. No seu trabalho sobre refugiados colombianos no sul e sudeste do país, Ángela Facundo (2014) assinala que a adoção no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)<sup>33</sup> de um formato “tripartite”, que inclui o governo brasileiro, representantes da “sociedade civil” e representantes do Acnur, junto a outros aspectos da sua legislação sobre refúgio, tem produzido para o Brasil, “elogios no plano diplomático e político internacional, sendo apresentado pelo Acnur como o detentor de ‘uma das políticas mais avançadas’ em termos de proteção de refugiados” (FACUNDO, 2014, p. 52).

O Comirat é o quarto comitê constituído em nível estadual para lidar especificamente

---

<sup>32</sup><http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/rio-grande-do-sul-cria-comite-para-migrantes-refugiados-apatridas-e-vitimas-do-trafico-de-pessoas/>

<sup>33</sup>De acordo com a Lei do Refúgio (Lei n 9.474/97), o CONARE é o órgão encarregado de analisar o pedido e declarar o reconhecimento da condição de refugiado, assim como de orientar e coordenar as ações necessárias para a eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

com questões de migração e refúgio (os outros estão em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná) e é o primeiro a incluir “apátridas” - pessoas que por questões legislativas internas dos países não são reconhecidas como cidadãs de nenhuma nação-. Presidido pela SJDH, o Comirat é referido em campo como composto por diversos setores do Estado e a sociedade civil.

Na ocasião em que participei da primeira reunião do Comirat, em abril de 2013, estavam representadas, aproximadamente, quinze entidades. Apresentando-se como organizações da sociedade civil encontravam-se: o Centro Ítalo-brasileiro de Atenção aos Migrantes (Cibai-Migrações), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Centro de Orientação ao Migrante (COMIG), a Caritas, a Associação Antônio Viera (ASAV) e o Grupo de Atenção a Refugiados e Migrantes (GAIRE).

Como representantes do Estado estavam: a Secretaria estadual de Justiça e Direitos Humanos (SJDH); a Defensoria Pública do Estado (DPE); o Gabinete de Relações Internacionais do Governador (GG); a Defensoria Pública da União (DPU); o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Segurança Pública (NETP/SSP); a Procuradoria Geral do Estado (PGE); o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas (GPRF) e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Exceto por algumas pessoas que passaram a atuar do âmbito das ONG’s ao âmbito governamental e vice-versa, a representação da “sociedade civil” manteve-se mais ou menos constante ao longo dos três anos que acompanhei as reuniões do Comirat, enquanto a representação do Estado mudou várias vezes, em decorrência, entre outras coisas, da transições e mudança de governo<sup>34</sup>.

A universidade parecia constituir uma categoria “à parte” das duas acima mencionadas, representadas pelas professoras Denise Jardim, da UFRGS, e pela professora Denise Cogo, da UNISINOS. Após a saída da professora Denise Cogo, em 2014, apenas a UFRGS esteve representada. Além das mencionadas professoras, Norberto Decker e eu — ambos doutorandos da UFRGS e membros do Núcleo de Antropologia e Cidadania, NACI, da mesma universidade — participávamos das reuniões na condição de “pesquisadores”. Essa distribuição entre organizações do Estado e da sociedade civil e as universidades — às vezes referidas como “academia” — repetiu-se nas demais reuniões do Comirat, podendo ser identificadas em campo como os principais atores envolvidos na recente visibilização da questão migratória.

---

<sup>34</sup>Em outubro de 2014, José Ivo Sartori (PMDB) foi eleito governador do Rio Grande do Sul superando ao então governador Tarso Genro (PT).

Nesse cenário, percebi que para os setores a sociedade civil organizada havia uma população imigrante em situação de vulnerabilidade que precisava de políticas específicas, e por isso demandava que o poder público local assumisse a suas responsabilidades criando mecanismos de acolhimento que contemplassem questões como moradia, primeiro emprego, documentação e cursos de português. Para o governo, era necessário objetivar essa população através de dados concretos, como perfis populacionais e/ou retratos das situações atravessadas por esse grupo populacional. Nesse contexto, o conhecimento do número de imigrantes e dos “problemas” que eles atravessavam converteu-se numa questão da maior relevância.

Quando se iniciou a primeira reunião do Comirat, a sala (não muito grande) de reuniões da SJDH encontrava-se quase lotada pelas cerca de trinta pessoas ali presentes. A apresentação da Dra. Tâmara, diretora da Secretaria Estadual da Justiça e Direitos Humanos (SJDH) – por então e até início de 2014 –, deu formalmente início à reunião, e depois de comunicar a visita do Secretário Nacional da Justiça, pediu que se iniciasse uma “roda de apresentações”, algo que, devido ao caráter mais ou menos aberto das reuniões, tornar-se-ia habitual nos seguintes encontros. Embora naquele momento eu não tenha percebido a importância das palavras da Dra. Tâmara, a referência acerca da visita do Secretário trazia para a cena a atuação de um dos principais atores governamentais encarregados de lidar com a questão migratória: o Ministério da Justiça.

Soube com posterioridade que a partir daquele ministério e, particularmente, a partir da Secretaria Nacional de Justiça, vinha-se conduzindo uma parte importante da política migratória brasileira, sobretudo a relacionada com a questão dos refugiados e o combate ao Tráfico de Pessoas. Precisamente a Dra. Tâmara anunciou durante a suas palavras iniciais que o Secretário Nacional da Justiça, Paulo Abrão, apresentaria durante a sua visita o Segundo Plano de combate ao Tráfico de Pessoas. Essa questão revelar-se-ia um assunto de extrema importância tanto do ponto de vista dos atores governamentais como dos organismos internacionais. Veremos essa questão com mais profundidade no capítulo seguinte.

A Dra. Tâmara tem aproximadamente trinta e cinco anos e uma ampla formação em direitos humanos. Tem mestrado em Direito pela Universidade de Harvard, especialização em direitos das mulheres pela Universidade do Chile, e experiência no Instituto Universitário Europeu para estudos sobre Direitos Humanos de Migrantes e Refugiados. Foi a primeira advogada brasileira a atuar na Secretaria Executiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em San José de Costa Rica. Foi ela quem coordenou o trabalho do Comirat durante todo o ano de 2013 e até início de 2014 quando saiu da SJDH para candidatar-se a deputada

estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Considero que as ações de agentes das Secretárias de Justiça tais como a Dra. Tâmara, ou o secretário Paulo Abrão, podem ser entendidas não apenas como o mero cumprimento de uma política de direitos humanos traçada por um Estado definido de uma vez por todas, mas essas ações formam parte da própria produção dessa política.

No Comirat, cada uma das organizações que compõem a categoria sociedade civil dedica-se à prática de um aspecto singular da atenção ao imigrante, que originariamente está relacionado à orientação ou à vocação de cada grupo em particular. Durante décadas, a responsabilidade pelo acolhimento, defesa, e representação dos imigrantes pertencia, em Porto Alegre, ao CIBAI-Migrações, uma entidade da Congregação Scalabriniana, surgida em 1958 para atender os italianos chegados após a Segunda Guerra Mundial, e dedicada, no presente, ao atendimento da imigração em geral. Há alguns anos, entretanto, com a chegada de refugiados e de novas correntes migratórias, o CIBAI compartilha essas funções com outras organizações, em sua maioria vinculadas à Igreja Católica.

Atualmente, entre as organizações da Congregação Scalabriniana encontramos as irmãs do Centro de Orientação ao Migrante (COMIG) e do Centro de Atenção ao Imigrante de Caxias do Sul (CAM). O primeiro atua na rodoviária de Porto Alegre, oferecendo atendimento — desde o ano 1999 — aos imigrantes provenientes dos outros estados brasileiros. O CAM, de Caxias do Sul, atua, sobretudo, no acolhimento, mas não de forma exclusiva, dos imigrantes africanos que ultimamente têm chegado naquela região do Estado gaúcho. Por outro lado, a Associação Antônio Viera (ASAV) – da congregação jesuíta — atua como parceira do Acnur no acolhimento de refugiados através da implementação do programa de “Reassentamento Solidário” no Rio Grande do Sul. Esse programa, financiado pelo Acnur, funciona no Brasil desde inícios dos anos 2000, recolocando refugiados que, por diversas razões, precisam sair do primeiro país de acolhida. Entre as poucas organizações que não têm vinculação com a Igreja Católica está o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE), um dos grupos do programa de extensão, SAJU, vinculado ao curso de Direito da UFRGS.

Todas essas organizações se percebem “parceiras” do Estado na luta pela defesa dos direitos dos imigrantes. No entanto, participando das reuniões reconheci, para além dessa identificação comum anteriormente apontada, a existência de um aspecto que diferencia as organizações da sociedade civil das do Estado. Refletindo sobre o que ouvi durante a primeira reunião do Comirat, percebi que, se, por um lado, todas as organizações falavam sobre a situação dos imigrantes, “o que” se falava podia variar muito. O conhecimento mais ou menos

preciso sobre o número de imigrantes no país, sobre suas nacionalidades, seus lugares de residência e os problemas pelos quais passavam, parecia ser parte do cotidiano das organizações vinculadas à Igreja Católica; já, para os representantes do Estado parecia ser completa “novidade”.

Naquela primeira reunião, a referência aos temas refúgio, racismo e precariedade das condições de emprego acionou, de um lado, discursos que relacionavam essas situações entendidas como “problemáticas” com a falta de políticas públicas para migrantes. Nesse sentido, o representante da Assessoria de Relações Internacionais do Gabinete do Governador assinalou que era a “falta de políticas públicas para migrantes o que influenciava a má integração”, e o “aumento das manifestações contrárias à imigração, gerando posturas de desrespeito e rechaço social”. De outro lado, e, embora essas afirmações parecessem ser compartilhadas por todos os participantes, para alguns deles o que aparentava estar em jogo no discurso público não era apenas a tentativa de evidenciar a falta de políticas públicas específicas para essa população, mas sim demonstrar o “comprometimento” de longa data com a defesa dos direitos humanos dos migrantes.

Durante aquele evento, o que fazia com que algumas instituições fossem mais “comprometidas” do que outras com a situação dos imigrantes não era apenas a disponibilidade para o diálogo e seus aportes para a criação de políticas públicas, mas a demonstração de maior “conhecimento” da realidade migratória na região. Se, por um lado, todas as organizações se relacionavam, de algum modo, com a questão migratória, a maneira com que o faziam variava consideravelmente. O conhecimento do número de migrantes, nacionalidades, lugares de residência e problemas que atravessavam, colocava algumas organizações na posição de mais “comprometidas” do que outras.

Os padres João e Lauro, do Cibai-Migrações, utilizaram dados e diagnósticos da situação migratória no Rio Grande do Sul para colocar a Igreja Católica como a principal instituição na atenção aos imigrantes, dando informações precisas acerca do acompanhamento dado aos haitianos. Outras organizações — ASAV e o GAIRE — também apontaram dados concretos sobre o número de refugiados atendidos por elas e sobre as condições de vida dos refugiados. Depois de aproximadamente uma hora de apresentações foi possível perceber maior comprometimento da sociedade civil enquanto o Estado aparecia como o grande “ausente”.



### 2.3 As vozes que pautam a imigração: a congregação Scalabriniana e o Cibai-Migrações

Depois de participar de várias reuniões do Comirat e do FPMH, eu sabia que através da atuação de padres e irmãs comprometidos com a situação dos imigrantes, a Congregação Scalabriniana havia se consolidando como uma instituição de referência no atendimento das pessoas que ingressavam no país. Essa posição havia alcançado um contexto caracterizado — além da saída de brasileiros para o exterior, a partir da década de 1980 — pela entrada de pessoas provenientes de países limítrofes ou da região: Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Peru, entre outros.

Na cidade de Porto Alegre, o CIBAI-Migrações é a organização Scalabriniana mais antiga e com mais reconhecimento na atenção aos imigrantes. Como mencionei anteriormente, surgido em 1958, para o atendimento da população italiana chegada depois da Segunda Guerra Mundial, o CIBAI ampliou seu atendimento, durante a década de 1970, primeiro para os latino-americanos e, posteriormente, a partir dos anos 1990, para atender as demandas da população asiática e africana. Atualmente, o CIBAI dedica-se ao acolhimento dos denominados “novos fluxos populacionais”, conceito amplo que abarca desde estudantes internacionais em situação de vulnerabilidade até os haitianos e senegaleses chegados durante os últimos anos, passando pelos latino-americanos e chineses.

Referindo-se à atuação do CIBAI e a sua articulação com outras organizações da Igreja católica como a Caritas, Daniel Etcheverry (2011), em seu estudo sobre agentes “mediadores” nas cidades de Porto Alegre, Buenos Aires e Madri, assim se manifesta: "o alcance do trabalho destas instituições repousa grandemente na atuação de indivíduos com trajetórias particulares dentro de suas instituições e do campo de atuação política" (ETCHEVERRY, 2011, p. 171). Os nomes da “irmã Rosita Milesi” e do “padre Paolo Paresi” são bastante conhecidos no meio acadêmico, militantes e integrantes de redes sobre imigrantes. Entendo que a observação de Etcheverry contempla também o padre João, um dos sacerdotes do CIBAI, cuja atuação não envolve apenas tarefas de acolhimento ou assistência humanitária, mas, insiste o padre, “forma parte de um envolvimento político” extensivo à Congregação.

Quando entrevistei ao padre João na sede do CIBAI, no centro de Porto Alegre, ele me contou que havia sido transferido de Manaus no ano 2012. Em relação as suas funções ele declarou que compreendiam desde a assistência aos imigrantes em suas problemáticas cotidianas — envolvendo questões burocráticas, como a obtenção de documentação, ou

questões vinculadas à moradia, primeiro emprego, assistência médica, entre outras — até a produção de um discurso e de conhecimento sobre a problemática migratória. Recordo-me que, naquele dia, ganhei de presente o livro "Os novos rostos da imigração no Brasil. Haitianos no Rio Grande do Sul", uma das suas últimas publicações como parte do Núcleo de Pesquisa do Cibai-Migrações.

Ao ouvir o padre João percebi que o trabalho dele era considerado por ele mesmo como parte de um posicionamento político mais amplo, que tem como origem a oposição ao Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980), como vimos anteriormente, uma lei amplamente criticada por entender ao imigrante como uma "ameaça". De acordo com o relatado pelo padre João, a chegada de imigrantes latino-americanos durante os anos sessenta e setenta, em um contexto de ditaduras militares, repercutiu na posição da Congregação Scalabriniana e no CIBAI que, segundo ele, assumiu uma postura política de resistência frente ao Estatuto do Estrangeiro, em defesa dos imigrantes. Esse posicionamento, à época, fez com que o CIBAI fosse sitiado pela polícia durante dois dias:

Inclusive o CIBAI tem essa historia que ficou 2 dias sitiado pela Policia Federal por causa da ajuda aos migrantes e por causa de uma noticia no jornal que publicaram errada. Tem toda uma historia né? A Policia Federal veio aqui, cercou o CIBAI né? Tem um livro "A historia dos 50 anos do CIBAI" que posso te emprestar para que tu dê uma olhada, ai conta a historia e ai vai seguindo né? Começa os migrantes latino-americanos em grande maioria e depois se abre com os africanos e com todos (PADRE JOÃO, ENTREVISTA, 26-11-2014).

Durante a entrevista com o padre João desejei saber como havia iniciado o envolvimento dele com os imigrantes, alvo do trabalho da Congregação. O padre João me contou que a migração vinha no próprio carisma da congregação fundada, em 1887, pelo bispo italiano Scalabrini, em função da saída de italianos para a América e com uma preocupação pela parte espiritual.

A imigração vem no trabalho da nossa própria congregação. A Congregação ela tem como carisma o trabalho com os migrantes. Ela foi fundada em 1887 pelo bispo italiano Scalabrini e ele fundou a Congregação com o objetivo na época, ai era a saída dos italianos para América né? E ele se preocupava no início com a questão mais espiritual, e com o acompanhamento basicamente na origem, no transito e no destino, trazendo padres para acompanhar. E ele funda a Congregação para atender a os migrantes no Brasil e nos Estados Unidos, que eram os italianos. Ele recebeu uma carta que dizia assim: 'caro bispo manda-nos um sacerdote porque aqui a gente vive e morre como animais'. Então, basicamente no principio era para atender aos italianos, os outros migrantes não era. E depois, basicamente a partir de 1960-1970 foi feita essa abertura a todos os migrantes.

E eu busco acompanhar esse trabalho com a imigração. O contato maior foi nos últimos 5 anos quando estive como estudante na Argentina, basicamente o contato foi bem direito com os migrantes. O primeiro ano que estive lá, trabalhei com migração paraguaia e depois uma mudança, fui trabalhar em outro lugar e aí havia paraguaios, bolivianos portugueses. Os últimos 3 anos foram diretos com a

imigração boliviana em Buenos Aires. Também estive visitando Bolívia, conhecendo sua cultura, devoções e aí, em 2006, me ordenei Padre e aí meu trabalho foi em Foz de Iguaçu acompanhando os paraguaios, com os brasileiros que retornavam do Paraguai e com o atendimento aos caminhoneiros. Aí tem um porto seco então fazíamos esse atendimento. E também turistas argentinos, a gente acompanhava eles nos hotéis. Isso foi em 2006, 2007. Depois em 2008 eu fui para outra fronteira, em Mato Grosso do Sul, lá nosso trabalho é como aqui no CIBAI, documentação, acolhida, orientação, as vezes de interprete na policia federal com os migrantes, e também fazia parte do Comitê Estadual de Tráfico de Pessoas (Cetrap). Na verdade na Cetrap era no estilo do Comirat, e, também a questão documentação, orientação, acolhida. Depois em 2012 eu fui transferido e vim para cá para o CIBAI como responsável dos latino-americanos e, como coordenador do setor da parte de mobilidade humana da CNBB. Desse trabalho a gente procura produção de material semana do migrante, aquela cartilha para os haitianos que saiu e o material para a semana do migrante. Além do projeto que resultou no livro (PADRE JOÃO, ENTREVISTA, 26-11-2014).

Em outra parte da conversa com o padre João, a mudança do contexto político brasileiro devido à democratização durante o final da década dos oitenta foi assinalada como uma “época de esperança” em relação à mudança do “Estatuto de Estrangeiro”, porém, de acordo com ele, a saída de brasileiros para o exterior converteu-se no fenômeno migratório mais relevante, e os esforços dirigiram-se para a organização política dos brasileiros no exterior<sup>35</sup>. Segundo o padre, a “invisibilidade” caracterizou os debates sobre a imigração para o Brasil, predominando durante as décadas seguintes. Ao final, como ele diz: “ante a ausência do Estado, o encarregado de dar acolhimento foi o CIBAI”.

O interessante sobre o posicionamento assumido pelo CIBAI, à época da ditadura militar, é que esse fato é observado também por Facundo (2014) em relação ao trabalho de acolhida feito pela Caritas nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com a autora, o posicionamento assumido durante uma época especialmente conturbada na experiência social e política brasileira é atualmente invocado por vários dos atores relevantes no espaço institucional do refúgio, não apenas para reconhecer a experiência histórica da Caritas, mas também para distinguir uma decorrente perícia técnica para continuar com o trabalho até hoje. Para Facundo, na atualidade, quando se pensa nas origens dos programas contemporâneos de refúgio, ou seja, na história ultimamente institucionalizada sobre o assunto, no Brasil, é a atuação da igreja católica, sobretudo da Caritas, a que aparece como um “relato fundador” (FACUNDO, 2014, p. 57).

No caso do Cibai-Migrações tudo indica que o posicionamento assumido pela

---

<sup>35</sup>Ao respeito ver os trabalhos de Bela Feldman Bianco sobre a constituição de um movimento de luta pelos direitos de cidadania de brasileiros em Portugal.

organização durante a ditadura militar aparece também como um relato fundador que parece valorizar mais ainda esse trabalho comumente apresentado tanto como “político” quanto, em muitas ocasiões, como “humanitário”. Entendo que esse relato é parte da construção de autoridade e do estabelecimento de relações com os imigrantes, com as autoridades dos governos e com outras entidades da sociedade civil. Em sequência discorro sobre alguns dos mecanismos empregados por padres e irmãs Scalabrinianos para o estabelecimento dessas relações.

#### **2.4 A interlocução com o Estado: da oposição à parceria**

As declarações do padre João revelaram-se fundamentais para entender os mecanismos empregados para o estabelecimento da relação dos membros da Congregação Scalabriniana com os imigrantes, com as autoridades dos governos e com outras entidades da sociedade civil. Para a compreensão desses mecanismos, o artigo “O poder de domar do fraco”, de Jair de Souza Ramos (2003), destacou-se como uma fonte de inspiração. No caso da pesquisa de Ramos, o autor mostra como as técnicas envolvidas na execução das políticas migratórias pelos agentes do Serviço de Povoamento do Solo Nacional do Brasil desempenharam relevante papel na construção de “autoridade pública” fundamental na construção do Estado nacional brasileiro.

O que tenho observado em campo é que a Congregação Scalabriniana tem um papel relevante no processo mais amplo de construção de políticas migratórias. Por isso neste tópico procuro mostrar as técnicas empregadas pelos scalabrinianos - técnicas capazes de produzir um “regímen de verdade” no sentido foucaultiano- que desempenham um papel significativo na construção de políticas públicas. As técnicas às quais me refiro podem ser entendidas se as agrupamos em três classes. A primeira diz respeito às práticas concernentes à assistência a imigrantes em situação de vulnerabilidade, entre as quais destaco os auxílios à moradia, a ajuda para encontrar o primeiro emprego, a doação de cestas básicas e de roupas, e até de dinheiro para a compra de passagens. Essa assistência e auxílios configuraram ações de caráter individual por meio das quais os membros da Congregação Scalabriniana buscaram, ao longo do tempo, atender os imigrantes e criar canais de mediação entre eles e a sociedade brasileira.

Esses mecanismos de ação dos Scalabrinianos em prol dos imigrantes estão embasados na representação desses imigrantes como vulneráveis e, portanto, carentes dos meios básicos de subsistência. Assim, a aplicação dessa técnica implica a intervenção da

“sociedade civil” em matéria de imigração não em termos de sua inferência, mas, certamente, em termos de seu suporte. Ao mesmo tempo, essa técnica atribuiu aos membros da Congregação Scalabriniana o papel de representantes dos imigrantes ante a administração pública e a sociedade em geral, cujo dever era o de denunciar determinadas situações sofridas pelos imigrantes. A assistência oferecida aos imigrantes era desenvolvida de acordo com a lógica cristã da caridade, sendo concedida sem a expectativa de uma contrapartida.

A segunda classe reúne as práticas empregadas pelos Scalabrinianos para o estabelecimento de uma rede de conexões com outras entidades da sociedade civil de modo a incentivar que outros agentes sociais dirigissem suas ações de determinada maneira. Nos vários relatos que ouvi isto aconteceu sobretudo em um contexto de redemocratização, no qual o Brasil já tinha uma nova Constituição Federal que estabelecia, a partir de 1988, a igualdade perante a lei de brasileiros e estrangeiros, sem distinção de qualquer natureza. Nesse cenário, o Brasil assumiu acordos internacionais de proteção dos direitos humanos, em particular em relação aos refugiados. Não obstante, e devido às limitações do Estatuto do Estrangeiro, cabe lembrar que a “solicitação de refúgio” acabou sendo utilizada também por muitas das pessoas que chegavam ao Brasil sem visto, ou seja, como uma forma de regularizar a sua situação administrativa. Grande parte dos “solicitantes de refúgio” acabaram utilizando os serviços de acolhimento da rede Scalabriniana<sup>36</sup>.

A partir da conversa com outro dos colaboradores do CIBAI, o sociólogo Jurandir, as ações empreendidas pelos Scalabrinianos, durante o período pós-democrático, ficaram mais claras para mim. O “professor Jurandir”, como geralmente é chamado, juntou-se à conversa enquanto eu entrevistava o padre João. Ao perguntar-lhe sobre como havia sido a aproximação do CIBAI com as outras entidades da sociedade civil que atuam no marco do FPMH, respondeu-me o seguinte:

Num momento a gente se deu conta de que o trabalho que nós fazíamos era feito também por outros. O CIBAI tinha três focos de atuação: ações caritativas, reivindicações de mudanças da lei, e -como a lei não estava sendo modificada -

---

<sup>36</sup> A bibliografia especializada em refúgio costuma distinguir esses casos chamados de “refúgio por elegibilidade” - casos de pessoas que ao chegarem em território brasileiro solicitam o reconhecimento como refugiadas - do programa de “reassentamento” proposto pela Acnur. Como é apontado por Ángela Facundo, em sua tese doutoral sobre refugiados colombianos, entre essas duas formas de refúgio há uma importante diferença: enquanto o refúgio por elegibilidade é solicitado pelas pessoas, o reassentamento lhes é oferecido (FACUNDO, 2014, p. 94). Como veremos mais adiante, ali reside uma importante questão devido a que alguns estrangeiros são orientados a solicitar refúgio, quando os agentes envolvidos na rede de acolhimento a migrantes entendem que são “elegíveis”.

anistias. Então, até um determinado momento, nós fazíamos nosso trabalho individualmente, como instituição. Mas num determinado momento começamos a discutir que a nossa organização não era o centro e o único no mundo. Começou aí uma certa aproximação. Essa aproximação foram os consulados; então, começamos reuniões com os consulados, com as Universidades, com outras instituições que trabalhavam. Ou seja, fundamentalmente, de 2003 a 2010 quem é que estava envolvido com os imigrantes? Nós (CIBAI) o Ministério Público Federal e a Associação de Justiça e Direitos Humanos, ligada à ordem dos advogados. A partir de 2010, começamos a aproximação com as universidades, especialmente com a UFRGS, PUCRS, UNILASALLE e a UNISINOS. A aproximação se deu mediante reuniões periódicas - sobretudo para discutir a proposta de uma nova lei e a busca de anistia-, seminários -alguns anuais, outros bimestrais- e pesquisas, no sentido de entender esse fenômeno da imigração no Rio Grande do Sul. Então, essas três grandes ações -caritativas, reivindicação de uma nova lei e anistia - na verdade ainda perduraram hoje. Somente que as ações caritativas- que antes eram individuais- hoje são ações caritativas em rede. Nós temos o GAIRE que ajuda o CIBAI, temos alfabetizadoras que ajudam o CIBAI, a CARITAS que ajuda o CIBAI e a CNBB que ajuda o CIBAI. Então, hoje já podemos dar um grito: 'oh pessoal, aqui está complicado'. Já temos paróquias - padres que são sensíveis e que colaboram com contribuições -, passamos de um trabalho individual para uma ação caritativa em rede (JURANDIR, ENTREVISTA , 26-11-2014).

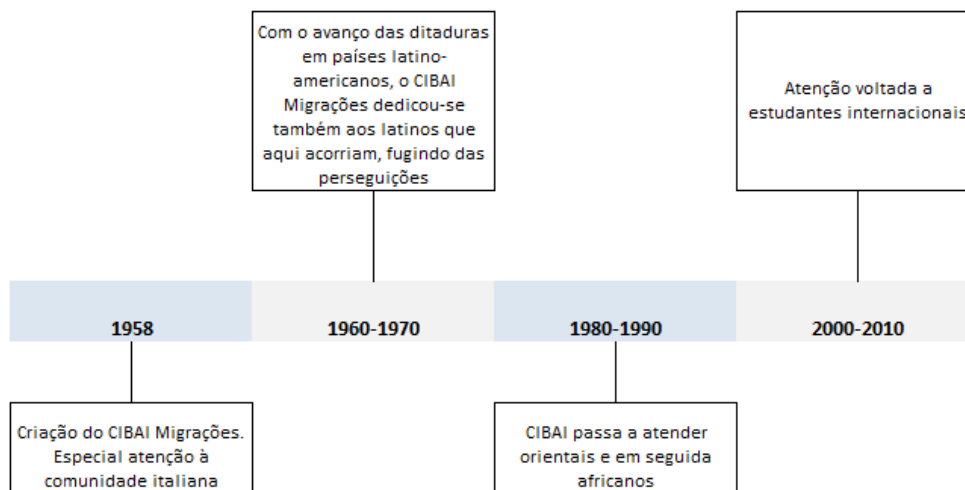
Entendo que a aproximação com consulados, reuniões com as universidades, encontros com outras organizações da sociedade civil, realização de seminários, discussão de propostas sobre a lei de migrações, todas essas iniciativas dos Scalabrinianos visavam à construção de uma rede de conexões com outras entidades da sociedade civil e também com setores específicos do Estado, como se depreende das seguintes palavras de Jurandir:

Nós não reivindicamos mais, nós fazemos propostas. Com o trabalho do FPMH passamos a ter uma posição política de reivindicação de políticas públicas (isso é recente, de 2010 para cá) porque antes nós criticávamos, tínhamos uma outra ação de contestação. Hoje não, hoje temos menos contestação. Percebemos, claro, que dentro da Constituição Federal existem políticas públicas que são para demandas de grupos sociais excluídos, e os migrantes eram, talvez, os últimos na sociedade gaúcha que não tinham nenhuma política pública, nos descobrimos isso. Quando nós fomos fazer um levantamento nas instituições, descobrimos uma coisa óbvia: a Constituição de 1988 é bem clara que os direitos humanos são o foco das políticas públicas. Ora, se os direitos humanos são o foco das políticas públicas, todos os órgãos do Estado devem perpassar isso nas suas políticas, e aí nós descobrimos que nos níveis intermediários havia uma consciência clara de que os direitos humanos estavam nas políticas públicas, mas nos finais não: os trabalhadores de rua, por exemplo, as linhas de frente; então, não adiantava discutir com esses caras. Nós fomos com esses intermediários, altos e meias escalas. Por exemplo, na Polícia Federal você tem a Comissão de Direitos Humanos. Em todas as entidades têm órgãos de direitos humanos- e essa foi a grande mudança que aconteceu. Aí, nós entendemos que são as políticas públicas, como temos que reivindicar, mas isso não fomos nós sozinhos que descobrimos, foi o FPMH em 2010-2011 (JURANDIR, ENTREVISTA , 26-11-2014).

Apesar de certa invisibilidade é óbvio que existiam outras redes de relações pelas quais circulavam outros tipos de organizações, inclusive nas quais a participação de

imigrantes era mais notável<sup>37</sup>. Não obstante, é precisamente no meio dessa diversidade que os Scalabrinianos se esforçaram por produzir seu próprio modo de induzir a aproximação com outras entidades.

**Figura 9:** Linha de tempo, síntese da história do atendimento ao imigrante em Rio Grande do Sul.

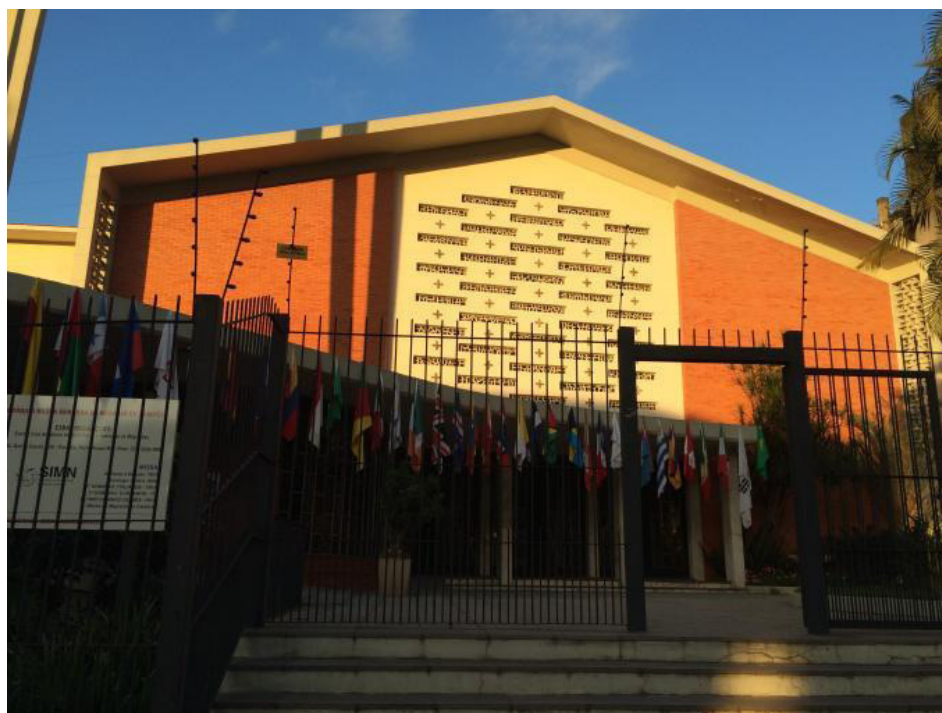


Fonte: elaboração própria a partir de dados do CIBAI

A terceira classe de técnicas diz respeito às ações que produzem confiança e respeito na atuação dos Scalabrinianos tanto por parte de outros agentes sociais quanto por parte dos imigrantes. Em especial destaque o trabalho de mediação perante certos órgãos da administração pública e a preocupação com a construção de um ambiente de receptividade, inclusive frente ao racismo da sociedade brasileira.

<sup>37</sup>Na sua tese doutoral, Daniel Etcheverry (2011) assinala que em Porto Alegre há várias associações de imigrantes, todas elas com uma atuação reduzida e fechada dentro de seus próprios círculos (ETCHEVERRY, 2011, p. 179).

**Figura 10:** Cibai-Migrações - Igreja Nossa Senhora de Pompeia



Fonte: Cibai- Migrações

Em uma das visitas que realizei a cidade de Caxias do Sul, em 2014, pude observar que dezenas de homens provenientes de Gana foram ao CAM em busca de acolhimento. Naquela ocasião, um abrigo havia sido organizado pela irmã Maria do Carmo nos fundos do Seminário Nossa Senhora Aparecida. Ali, os imigrantes recebiam não apenas comida, roupas e um lugar onde dormir, mas também eram encaminhados para a solicitação de importantes documentos, tais como a carteira de trabalho. Além disso, a irmã Maria do Carmo conseguiu que empresas locais organizassem um processo seletivo de mão de obra nas instalações do improvisado albergue.

Durante o ano de 2015, observei uma atuação similar – embora mais sistematizada – na “Missão Paz”, uma reconhecida organização scalabriniana de atendimento ao migrante da cidade de São Paulo. Em um dos eventos organizados por esta instituição, o diretor da Missão Paz, o padre Paolo, explicou o funcionamento da organização com as seguintes palavras:

A Missão Paz é composta de quatro setores, interligados: a Casa do Migrante, o Centro Pastoral e Mediação dos Migrantes, o Centro de Estudos Migratórios e a parte da Igreja Nossa Senhora da Paz. A Casa do Migrante tem 10 vagas diárias. Aí se oferece alimentação, acompanhamento personalizado; tem assistente social, tem psicóloga, tem aula de português, sala de TV, biblioteca, brinquedoteca, rouparia. As pessoas ficam em média 2 meses. Tem casos especiais, como as mães com crianças que podem ficar até 6 meses.

Sobre o Centro Pastoral e Mediação dos Migrantes, está estruturado em 5 grandes eixos. Tem o eixo documentação e jurídico: o ano passado foram mais de 5.000 imigrantes que foram acompanhados no processo de regularização. E tem a parte jurídica, com situações mais complicadas. Tem o eixo trabalho, onde se oferecem



curso, palestras, vagas de emprego. No ano passado foram mais de 2700 imigrantes que arrumaram empregos na Missão Paz. Este ano estamos ao redor de 680; deu uma pequena baixa claro, resultado de uma conjuntura econômica não muito boa. No eixo saúde, tem médica voluntária, psicóloga, dentista, um time que acompanha. Tem a parte de educação, e o eixo família e comunidade. Quando falo em comunidade, é importante dizer que muitas vezes a gente tem a impressão que se exerce só um trabalho assistencialista. Não! Comunidade quer dizer fortalecimento de associações, de grupos. Agora está nascendo a organização dos haitianos ...no domingo tinha também um grupo de Guiné Bissau. Tem vários grupos que se estão organizando. Nós oferecemos o espaço para eles se organizarem, isso é importantíssimo. Só a comunidade boliviana tem mais de 16 associações que se reúnem aí.

Tem depois o Centro de Estudos Migratórios. Tem uma biblioteca especializada. Tem a Revista Travessia. O último estudo foi feito sobre migração paraguaia. Tem seminários, assessorias e o monitoramento do banco de dados da Missão Paz. São milhares de dados sobre imigração. O pessoal do IBGE dois anos atrás falou "você têm dados melhores que os nossos sobre imigração" porque vocês têm informações que no Censo, por exemplo, não se coletam...de onde você entrou...no aeroporto, pela fronteira norte, sul...uma série de informações ..e posso só dizer que estamos organizando um banco de dados único no nível mundial, estamos organizando agora. Por exemplo, a Casa do Migrante do Tijuana, a mesma plataforma para ter dados mundiais...temos nossos de Nova York que estão ajudando também nesse processo. Enfim, tem a parte religiosa, tem a paróquia brasileira, a paróquia italiana, hispano-americana, e uma comunidade haitiana que já se reúne celebrando em francês. A observação que sempre faço, pelo fato de ter uma identidade clara, cristã, católica, isso não impede de acolher imigrantes de outras igrejas e de outras tradições religiosas. Ninguém faz proselitismo (REGISTRO DE CAMPO, 9/06/2015).

**Figura 11:** Padre Paolo durante o evento na PUC



Fonte: acervo da autora (2015)

Quando entrevistei o padre Paolo, ele definiu o trabalho da Missão Paz como uma tentativa de apresentar um centro integral que oferecia uma série de serviços “olhando a pessoa como um ser humano com todas suas dimensões” e sem financiamento do Estado:

Então a gente tenta desde quando a pessoa chega...como dizer, se falta alojamento, garantir alojamento, se falta documentação, ajudar na documentação, temos uma parceria que faz que possamos ajudar a pagar as taxas, uma fatia de dinheiro que nós podemos ajudar a pagar...conseguir o lugar para dormir, se você tem problemas, temos advogados, se você é refugiado, também ajudamos. Tem a médica, a dentista,temos a questão do trabalho. Na cidade de São Paulo temos cursos específicos, se você quer entrar na universidade, conseguimos bolsas. Conseguimos dar o trabalho, conseguimos dar bolsas...se você se declara católico, tem outros serviços especiais, também o religioso. A gente tenta estudar o fenômeno, a gente tenta a verdade que a partir de um fenômeno que é muito rápido, a gente tenta responder. Tivemos um momento em que tínhamos muita imigrante haitiana grávida. Tivemos que conseguir uma pessoa para acompanhar em todo o processo, então são necessidades novas que vão surgindo.

No nível jurídico, nós somos uma entidade filantrópica. Recebemos 850 mil reais no ano passado da própria igreja. Além disso, nós temos projetos com duas entidades que garantem mais 600.000 reais. Também recebemos.

doações, de alimentos, mas em dinheiro mesmo... 850 mil mais 600 mil. Temos também projetos que são apresentados a instituições, mas nós não temos convênio com o governo. Acho que isso nos garante de não ser pressionados, de poder criticar, de fazer nossas ações sem ser amarrados...

Ao final, a política brasileira é muito reativa, entrega o visto... e? Política migratória não é isso! Tem que pensar nas consequências, mecanismos de contenção, trabalho, às vezes precisa de casas de acolhida...e aí a gente passou muito tempo a pressionar. No ano passado, com a prefeitura, tivemos que pressionar, chegou um número grande de haitianos...tivemos que pressionar a Prefeitura...Graças a Deus que a prefeitura de São Paulo tem uma subsecretaria e aí está Paulo Illes; nós falamos que precisávamos de um albergue e aí abriram...depois por exemplo, com o Ministério do Trabalho vimos que a carteira de trabalho estava demorando 45 dias. Demora demais! Aí nós fomos pressionando o Ministro do Trabalho, aí se resolveu... agora por exemplo, surge o problema da conta em banco, agora surge o problema do coletor do terminal 3 do Aeroporto de Guarulhos, que a polícia está segurando gente...então, o que está faltando é uma visão mais global, não só pontual de fazer coisas (ENTREVISTA PADRE PAOLO PARESI, 11/06/2015).

Em ocasiões também observei um posicionamento crítico frente às ações do governo que manifestava a existência de tensões e lutas simbólicas em relação ao que deveria ser feito pelo Estado. Por exemplo, em uma reunião do Comirat, em que se discutia a criação de um albergue para os haitianos e africanos que estavam chegando, cada vez mais, a Porto Alegre, a secretária da Justiça e dos Direitos Humanos, Juçara Dutra — aludindo à transição de governo vivenciada à época — manifestou a impossibilidade de construir qualquer centro de acolhida, e justificando a sua saída da reunião por causa de “outros compromissos” anunciou que “iria embora”. Ante essa situação, o padre Lauro (Cibai-Migrações), um tanto contrariado, disse:

Se foi convocada uma reunião desde a Secretaria, eu acho que a secretária não poderia sair agora. Senão, fica um negócio muito simbólico né? Muito político, né? Discursar e ir embora. E aqui temos uma situação que há que resolver. Então se a Secretaria não consegue fazer nada, então vamos partir para outro lugar. Precisamos

de uma ajuda emergencial agora. Os imigrantes estão chegando agora! Então precisamos resolver isso. Senão fica no simbólico, né? O que é que a Secretaria faz? Vamos discursar, vamos fazer o que? Senão é muito discurso... Fazemos pesquisas, fazemos entrevistas... Estou cansado de gente pedindo entrevistas, televisão... Chega né? Parece que virou turismo, e eu acho que temos uma realidade e precisamos intervir (REGISTRO DE CAMPO, 06/07/2014).

Do mesmo modo, no mesmo evento mencionado anteriormente organizado pela Missão Paz, o padre Paolo, refletindo sobre medidas recentes implementadas pelo Governo Federal e da Prefeitura de São Paulo, disse:

Não é suficiente uma lei migratória, se precisa uma política migratória bem planejada. Não é suficiente a parte jurídica. Alguns exemplos dos dramas que passamos este ano, temos ações bem intencionadas as vezes, mas falta uma visão global. A portaria do 12 de março, do Ministério do Trabalho, a portaria 275, apresentou a descentralização das carteiras de trabalho através de um convenio MTE - Prefeitura de São Paulo. Ficamos felizes! Quando vamos ler a portaria, vemos que só era para haitianos e senegaleses. E os outros? E possível que estão fazendo uma coisa e não conseguem ter uma visão global? Ai o Ministro falou que quando assinou não viu esse “detalhe”. Então graças a deus ele 10 dias atrás, fez uma nova portaria onde incluiu todos e o Brasil tudo. Mas o resultado de novo é: a pressão da sociedade civil.

Outro problema a bancarização para os membros do Mercosul, coisa linda que a Prefeitura fez para os imigrante aqui em São Paulo! E os outros? Falta uma política planejada. Quando se deu o visto para os haitianos não se pensou nas consequências. Precisa de acolhida, precisa de curso de português. O PRONATEC apareceu o ano passado, a imigração haitiana já estava acontecendo faz tempo. Então precisa uma política pensada e planejada. E aqui coloco uma observação, não pode ser só reativa. Tem que ser proativa! (REGISTRO DE CAMPO, 9/06/ 2015).

**Figura12:** Seleção de emprego na Missão Paz



Fonte: acervo da autora (2015)

Nos últimos anos o serviço de mediação para encontrar trabalho da Missão Paz se revelou fundamental para os centos de imigrantes, sobretudo haitianos e africanos que cada quinta feira chegam até lá com a esperança de encontrar um emprego.

Contudo, o trabalho de acolhida feito desde a Missão Paz não está isento de críticas como se desprende do seguinte trecho de uma entrevista realizada a um importante funcionário da Coordenadoria de Políticas Públicas para Migrantes da Prefeitura de São Paulo:

A Missão paz, eles tem um discurso muito complicado e muito desonesto, sobretudo com a Prefeitura. Primeiro porque eles são tucanos, então você nunca ouve eles mencionar o governo do estado, é tudo a Prefeitura, então, é um discurso que eu combato. Primeiro, porque que é responsável pela imigração é o governo federal então eles precisam mencionar que o governo federal tem que articular uma política lá no Haiti. Outra coisa é que eles querem centralizar tudo na Missão Paz para eles arrumar trabalho para os imigrantes, está errado, esse trabalho de emprego tem que ser nacional, então assim, o governo federal tem que criar casas de acolhidas...mas eles não, eles querem que a Prefeitura de São Paulo abra vagas para imigrantes o que não vai acontecer, e o que no é politica, isso não é política! Porque o que nos estamos fazendo - e acho que é o certo- é PRONATEC, curso de português para imigrantes, diálogo constante com o imigrante, parcerias com as empresas para fazer contratação. Nos vamos a chegar a 1200 empregos, diga-me: qual a prefeitura deste mundo que arruma 1200 empregos para imigrantes? Nos chamamos as empresas que prestam serviços a Prefeitura e falamos com eles: “queremos que vocês contratem imigrantes” e já estão fazendo. Por exemplo a empresa que cuida da coleta, contratou 20 imigrantes, nos estamos fazendo isso né... Mas nessa perspectiva, só que eles [Missão Paz] não exigem ao governo federal, não exigem do governo do estado. Então, para a Missão Paz as 40 vagas do estado estão maravilhosas, nos criamos 110 vagas, com assessoria jurídica, trabalho, português..etc etc etc ...nunca tivemos um comentário produtivo em relação a isso, pelo contrario, eles fazem oposição ao que nos estamos fazendo...(PAULO ILLES, ENTREVISTA, 9-6-2015).

A perspectiva crítica de Paulo revela as tensões existentes entre filantropia e política, entre igreja e governo constitutivas deste campo de atuação.

**Figura 13:** Vaga de emprego para casal na Missão Paz

Vaga/Job Offer/Ofre/Puesto	
Função e Tarefas Job tasks / Fonctions / Tareas	
Tipo de Empregador Employer Type / Type d'employeur Tipo de empleador	CASAL
Requisitos Requirements Conditions requises / Requisitos	Bom em português, falar bem inglês mulher e homem - sempre casados
Salário R\$ Salary / Salaire / Sueldo R\$	Salário PL "CASA VOA"
Localização Location / Lieu / Ubicación	Fombone
Jornada de Trabalho Work hours / Horaires / Jornada	8 Horas
Benefícios Benefits / Beneficios / Beneficios	<input checked="" type="checkbox"/> Acomodação / Housing / Logement / Vivienda <input checked="" type="checkbox"/> Alimentação / Food / Nouriture / Comida <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Saúde / Health / Santé / Salud <input checked="" type="checkbox"/> Transporte / Transport / Transporte <input checked="" type="checkbox"/> CLT / Labor registration / Declaration de travail/Registro carteira <input checked="" type="checkbox"/> Hora Extra / Extra hour / heure supplémentaire / hora extra

Fonte: acervo da autora (2015)

**Figura 14:** Vaga de emprego num restaurante na Missão Paz

empregador	4
Função e Tarefa Job tasks / Fonctions / Tareas	Cocinihero(a), Aux. Cociniho
Tipo de Empregador Employer Type / Type d'employeur Tipo de empleador	Restaurante
Requisitos Requirements Conditions requises / Requisitos	Experiencia
Salário R\$ Salary / Salaire / Sueldo R\$	B 1.400,00 Lupa 1.200,00
Localização Location / Lieu / Ubicación	ITAQUAQUECETUBA-SP 40 Km
Jornada de Trabalho Work hours / Horaires / Jornada	2x2: 1 hora de semana 1 domingo mes
Benefícios Benefits / Benefices / Beneficios	<input type="checkbox"/> Acomodação / Housing / Logement / Vivienda <input checked="" type="checkbox"/> Alimentação / Food / Nouriture / Comida <input type="checkbox"/> Plano de Saúde / Health / Santé / Salud <input checked="" type="checkbox"/> Transporte / Transport / Transporte <input checked="" type="checkbox"/> CLT / Labor registration / Declaration de travail/Registro carteira <input checked="" type="checkbox"/> Hora Extra / Extra hour / heure supplémentaire / hora extra

Fonte: acervo da autora (2015)

\*

Em estudos que abordam a cidadania, a democracia e o governo relativos às últimas décadas, na América Latina, esse tipo de atuação a respeito dos padres e irmãs da Congregação Scalabriniana é apresentado como um dos componentes que nos permitem distinguir entre dois diferentes modelos de governo no Brasil. Por exemplo, para a cientista política Evelina Dagnino (2003), na atualidade o processo de construção democrática, no Brasil, enfrenta um dilema cujas raízes situam-se na existência de uma “confluência perversa” entre dois processos distintos, vinculados a dois projetos políticos distintos. A autora distingue, de um lado, um processo de extensão da democracia, expresso na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados às questões e políticas públicas. De outro, a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta, progressivamente, de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil.

No primeiro processo, atravessado por décadas de luta pela democratização, culminando, de acordo com Evelina Dagnino, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República, o confronto e o antagonismo, que haviam marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores, cederam lugar à aposta de haver uma ação conjunta para o aprofundamento democrático. Essa aposta deve ser entendida num contexto em que o princípio de participação da sociedade se tornou central, como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação

de espaços públicos, os quais o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. Por outro lado, a autora destaca que com a eleição de Collor, em 1989, e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, emergiu um projeto de Estado mínimo que se eximiu, progressivamente, de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Para a autora, a perversidade reside “no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2003, p. 197).

Creio que a interpretação de Dagnino (2003) nos ajuda a compreender a centralidade da atuação dos Scalabrinianos atravessando esses dois processos aparentemente contraditórios. Por um lado a atuação dos scalabrinianos pode ser lida como parte de um processo de descentralização de atribuições que le corresponderiam ao Estado. E por outro lado, produz-se um tipo de ação conjunta que implica no acompanhamento das ações governamentais orientadas à criação de políticas públicas específicas para migrantes, como por exemplo, a criação do Comirat e de outros espaços participativos — reuniões, seminários e conferências.

Entretanto, cabe destacar que o manutenção de uma postura crítica preocupada com o rumo de algumas ações do governo, consideradas por eles “muito bem intencionadas” e “bonitas no discurso, mas com escassa efetivação na prática” é fundamental para o reconhecimento de figuras como por exemplo, a irmã Maria do Carmo e o padre Paolo Paresi, como representantes — frente a funcionários da administração pública (polícia federal, por exemplo), de outros agentes sociais (empresários) e sujeitos em distintas situações de mobilidade — de uma instituição de prestígio, identificada historicamente pelo acolhimento aos imigrantes.

Por tanto ao olhar para os agentes da governamentalidade, é possível advertir que a importância da questão migratória nos últimos anos encontra-se em parte relacionada com a atuação das congregações religiosas, como aponta Jardim (2013) organizações não governamentais como Caritas, CNBB, Congregações Jesuíticas não apenas assiduamente oferecerem auxílio aos imigrantes, mas também assumiram “lugares importantes em conselhos estatais em que ocupavam a representação da sociedade civil no que tange a temas como imigração, refúgio e direitos humanos no Brasil” (JARDIM, 2013, p. 70). Assim, vemos que as congregações religiosas ganharam a confiança dos imigrantes não apenas por solucionar problemas cotidianos na sua inserção no Brasil, mas também pela mediação perante organismos de estado diversos, como a polícia federal que lida diretamente com o

estrangeiro ou diante dos ministérios de trabalho e justiça.

Neste sentido, parece também relevante levar em conta o importante deslocamento de significados e do entendimento da representatividade, tanto por parte do Estado quanto por parte de atores da sociedade civil, apontado por Dagnino. No caso das ONGs, por exemplo, a autora assinala o deslocamento da representatividade para o tipo de competência que possuem.

O Estado as vê como interlocutoras representativas na medida em que detém um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais: jovens, negros, mulheres, portadores de HIV, movimentos ambientais, etc. Portadoras dessa capacidade específica, muitas ONGs passam também a se ver como “representantes da sociedade civil”, num entendimento particular da noção de representatividade. Consideram ainda que sua representatividade vem do fato de que expressam interesses difusos na sociedade, aos quais “dariam voz”. Essa representatividade adviria então muito mais de uma coincidência entre esses interesses e os defendidos pelas ONGs do que de uma articulação explícita, ou relação orgânica, entre estas e os portadores destes interesses (DAGNINO, 2003, p. 204).

Embora a esta congregação não se encaixe perfeitamente na categoria “ONGs” creio que a análise de Dagnino é válida para a Congregação Scalabriniana. Mais adiante, no capítulo 4 veremos como essa representatividade seria questionada pelas mais recentes organizações de imigrantes. É importante notar ainda que a Lei do Estrangeiro não permitia a participação política de não nacionais. Algo que influenciou a produção por parte dos Scalabrinianos de um tipo particular de luta que articula a assistência ao imigrante com o ativismo e participação em esferas governamentais<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Apenas em 2004 é constituída a Associação Nacional de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil (ANEIB) e somente em 2005 cria-se o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).



## SEGUNDA PARTE

### SOBRE CONFERÊNCIAS, AUDIÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO DO IMIGRANTE COMO VÍTIMA

Figura 15: Logo oficial da Comigrar



Fonte: Comigrar (2014)



## CAPÍTULO 3

### **Esboços de uma política pública: A Primeira Conferência Nacional de Migrações e Refúgio**

No que venho considerando como um processo de reivindicação de políticas públicas para imigrantes e refugiados, a celebração pela primeira vez de uma Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar) durante o ano de 2014 foi avaliada por um importante sector do governo como um “momento histórico”. A relevância dada a esse evento esteve associada ao que se considerou uma mudança significativa em matéria de políticas migratórias. Durante aquele evento, além de reconhecidas personalidades da congregação scalabriniana e de pessoas vinculadas ao âmbito do Refúgio, importantes figuras do governo posicionaram-se em relação á imigração desde uma perspectiva baseada na defesa dos direitos humanos dos migrantes.

Este capítulo tem como objetivo analisar os discursos e as ações políticas dos funcionários e representantes do Governo brasileiro, principalmente de autoridades do Ministério da Justiça produzidos durante aquele evento, tentando tecer alguns vínculos entre esses discursos e ações e transformações políticas mais amplas no governo na imigração no nível transnacional.

Assim sendo, proponho uma análise da Comigrar a partir de dois aspectos: Inicialmente abordo questões sobre o formato e os discursos da Conferência, e em seguida, um estudo de caso sobre a Feira de Tráfico de Pessoas, com o intuito de refletir a reverberação de categorias desenvolvidas no cenário internacional e a sua apropriação por parte de atores que corporificam o Estado. Para o análise do formato e os discursos da Conferência encontrei inspiração nos trabalhos de Silvia Aguião Rodrigues sobre o processo de constituição da população “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo (2014) e no trabalho de Lorena Avellar de Muniagurria (2016) que trata sobre as políticas da cultura. Em ambos os casos as autoras apresentam uma etnografia de conferências nacionais brasileiras e demonstram a recorrência de uma metodologia política que me surpreenderam pelos paralelos entre as dinâmicas por elas observadas e aquelas que eu encontrei na Comigrar.

Ao analisar os discursos e as ações políticas dos funcionários e representantes do Governo brasileiro, o capítulo mostra uma oscilação entre perspectivas que pendem para a

defesa dos direitos humanos e as mais novas formas de políticas de controle. Para tal reflexão, tornou-se muito útil a noção de “políticas de controle com rosto humanitário”, desenvolvida pelo antropólogo Eduardo Domenech (2013), com o intuito de perceber as transformações atuais nas iniciativas de políticas migratórias incentivadas pela defesa dos Direitos Humanos.

Em um outro nível de análise, foi possível perceber que as conferências nacionais têm um papel estratégico no posicionamento de um tema, assunto ou problema na agenda política nacional e que cada Conferência Nacional tem o objetivo de ser “um ponto de transformação no modo como o Estado se relaciona com a sociedade em um dado enfoque” (TEXTO BASE 1ª COMIGRAR, 2014, p.1).

### **3.1 Uma forma de encontro entre Sociedade Civil com o Estado: as Conferências Nacionais**

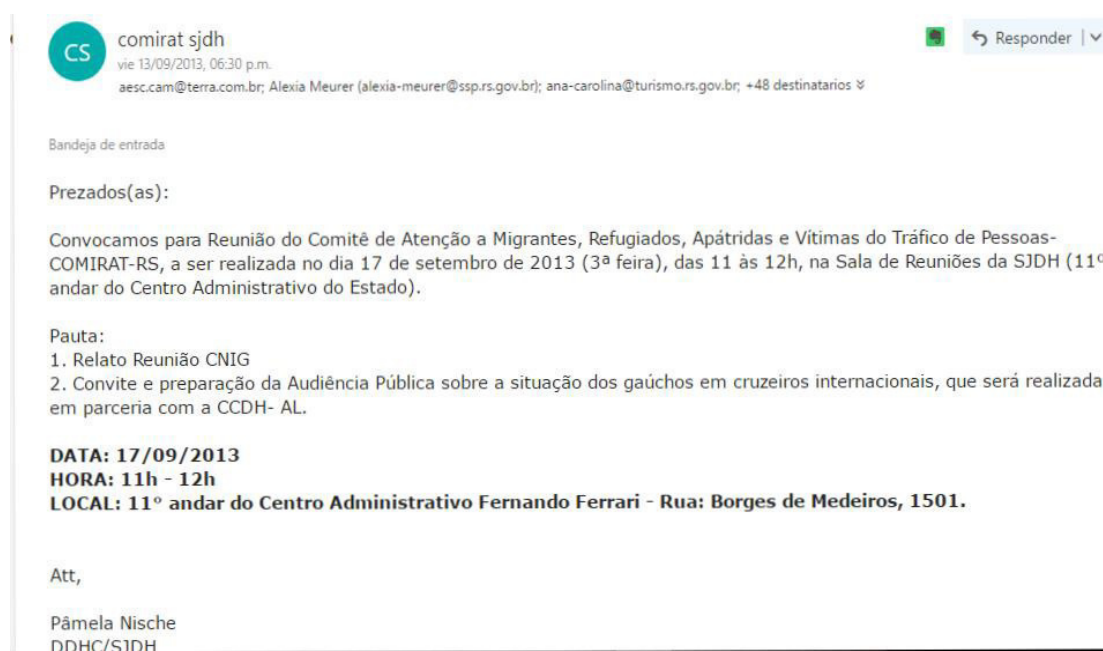
No início do capítulo anterior me referi brevemente à primeira reunião do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Vítimas do Tráfico de Pessoas de Rio Grande do Sul, Comirat, onde se tornou possível perceber que apesar da presença de vários representantes do “Estado”, os indivíduos que realmente possuíam conhecimentos práticos relacionados às dificuldades e demandas dos imigrantes, eram os representantes da “sociedade civil”, por este motivo, analisei a atuação de um dos atores da sociedade civil: a Congregação Scalabriniana.

Torna-se fundamental agora perceber a forma em que se dão estes encontros entre o “Estado” e a “sociedade civil”. As reuniões do Comirat, as conferências, seminários e audiências públicas que acompanhei correspondem a um tipo de encontro formalmente disposto, quer dizer, apesar de possuírem uma estrutura própria, esses espaços compartilham uma forma de organização que tem como base a confecção de listas de participantes, fracionamento do tempo das falas, a identificação dos indivíduos com instituições como o “Estado”, “sociedade civil”, “academia” ou “imigrantes”, e a produção de atas e encaminhamentos. Cabe ressaltar que esses encontros representam um espaço de debate, com temas predefinidos e anunciados anteriormente aos participantes, assim como convocatória (enviados geralmente por e-mail), e tem como suposta finalidade, o encaminhamento de decisões.

Para participar de tais reuniões, além de ser necessário receber a pauta e o convite, certos conhecimentos referentes às normas dos debates e outros mais específicos relacionados ao tema geral do encontro são requisitos. Espera-se, por exemplo, que os participantes estejam familiarizados com os debates acerca da lei de migrações, documentos internacionais de

proteção a migrantes, além de certos órgãos da administração pública que atuam com refúgio e migrações. Todos estes requisitos fazem com que tais encontros funcionem a partir de uma lógica própria, desde o vocabulário até a prática, que acabam por limitar a participação efetiva dos imigrantes, “recém-chegados”, que geralmente tem pouca familiaridade com o português, e embora dominem outros idiomas (como inglês e francês) ainda é possível perceber a dificuldade de se expressar em público em português<sup>39</sup>.

**Figura 16:** Pauta de reunião ordinária do Comirat



Fonte: Comirat (2013)

Em relação aos participantes das reuniões, observasse uma frequência no trânsito de pessoas que passam de pertencer a organizações da “sociedade civil” para o “Estado” e vice-versa. Se no início do trabalho de campo em 2013 as pessoas da sociedade civil exigiam ao Estado este tipo de encontros, no final da pesquisa em 2016 notei certa saturação devido à reprodução de comitês em várias escalas, a cada vez maior frequência das reuniões e a circulação em estes espaços das mesmas pessoas.

Ressalto ainda as notáveis diferenças entre as reuniões do Comirat e a Conferência

---

<sup>39</sup>Na minha experiência como falante de espanhol reconheço que houve uma dificuldade em alcançar uma participação efetiva durante os primeiros anos da pesquisa, devido tanto à falta de familiarização com os temas como com as formas de participação. Digamos que durante bastante tempo – como explicado no capítulo 1- me dediquei muito mais a observar que a “participar”.

Nacional, que será abordada ainda neste capítulo. É possível observar que os encontros organizados pelo Comirat foram realizados com certa frequência durante os anos, presencialmente em salas da Secretaria Estadual de Direitos Humanos no Centro Administrativo do Estado em Porto Alegre, enquanto a Conferência Nacional de Migrações aconteceu até então, uma única vez, no ano 2014, e é possível notar que foi um evento marcado por sua singularidade. Apesar das distinções entre os eventos, o que me interessa ressaltar neste momento é a centralidade presente neles, como atos participativos e altamente burocratizados.

**Figura 17:** Convite Audiência Pública Comissão de Cidadania e Direitos Humanos



Fonte: Comirat (2013)

Utilizo como exemplo da burocracia presente, o Portal Virtual criado para auxiliar na organização da Conferência: a “Plataforma Comigrar”, na qual encontram-se explicações sobre a organização da Conferência, coordenada pelo Ministério da Justiça - por meio da Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Estrangeiros (DEEST)- em parceria com o

Ministério de Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, e que conta com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Informa também que o objetivo da Comigrar seria reunir uma série de atores envolvidos na temática migratória, como: migrantes, profissionais, estudiosos, servidores públicos, representantes diversos que vivenciam a realidade da migração e do refúgio, com o intuito de criar uma “reflexão coletiva e elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio”<sup>40</sup>.

Segundo a plataforma online, o processo de implementação da Comigrar previa a realização de “eventos participativos de mobilização dos atores locais que trabalhem e convivam com diferentes contextos da temática migratória”, esses eventos funcionariam como “conferências preparatórias” da etapa nacional e foram apresentados aos interessados como “oportunidades para promover a reflexão e o fortalecimento institucional de parceiros governamentais e não governamentais, além do engajamento de migrantes, refugiados, e representantes da sociedade no diálogo em torno dos temas relacionados com migrações e refúgio”.

No início do ano 2014, mediante o estabelecimento do Decreto nº 18.583, de 7 de março de 2014, a Prefeitura de Porto Alegre convocava a 1ª Conferência Municipal de Migrações e Refúgio para o dia 27 março e em seguida, o governador do Estado de Rio Grande do Sul, devido ao Decreto 51.267 de março de 2014, organizava a 1ª Conferência Estadual de Migrações e Refúgio à ser realizada no dia 29 de março. Tive a oportunidade de participar de ambas as Conferências preparatórias, sendo escolhida na Conferência estadual, no papel de “delegada”. Os delegados podiam ser tanto indivíduos de setores governamentais, nomeados por seus respectivos órgãos, como não governamentais, podendo ser eleitos em conferências preparatórias, indicados em “conferências livres” (promovidas por “qualquer grupo articulado de pessoas ou organização de qualquer segmento ligado à temática migratória”) ou mesmo convocados por governos municipais e estaduais.

Para auxiliar na organização dos encontros, a Comigrar contou com um “Manual Metodológico” e um “Texto-Base” a fim de facilitar a construção das propostas que seriam discutidas na etapa nacional. No Texto-Base são apresentados 5 eixos temáticos em torno dos quais as propostas das conferências locais, municipais, estaduais, livres e virtuais, deveriam se agrupar, sendo eles:

- 1) Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos: 2) Inserção social,

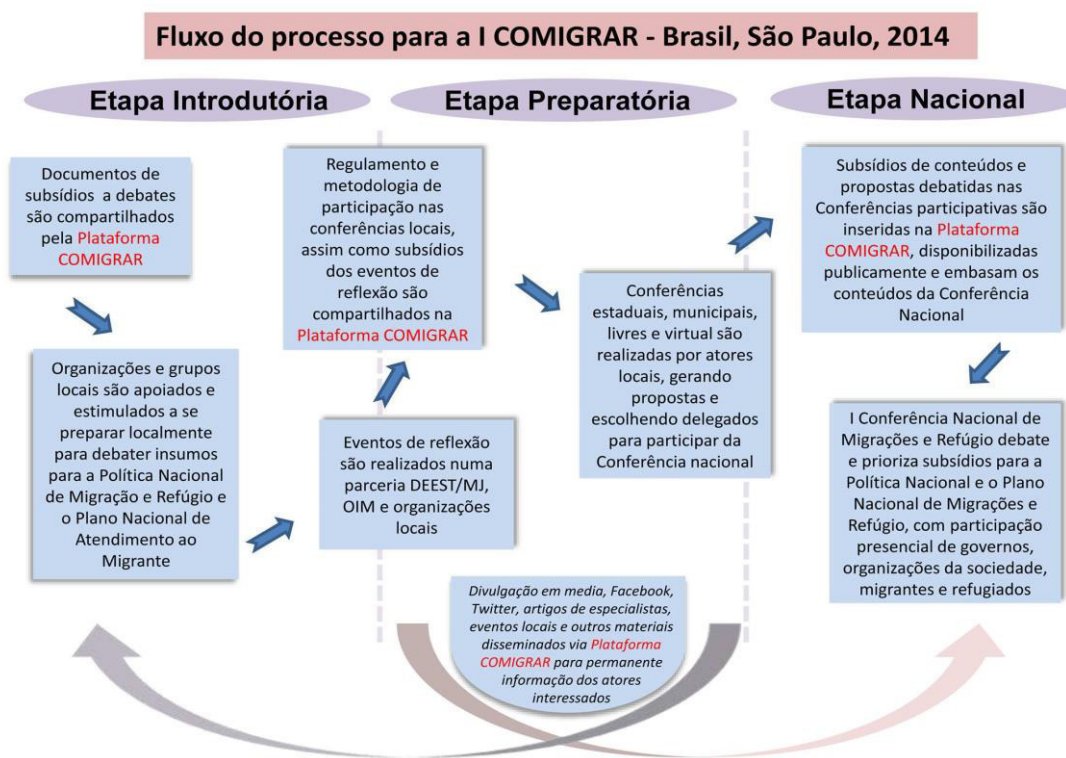
---

<sup>40</sup><http://www.participa.br/COMIGrar/sobre-a-COMIGrar#.WNEY1Dt97IU>

econômica e produtiva: 3) Cidadania cultural e reconhecimento da diversidade; 4) Abordagem de violações de direitos e meios de prevenção e proteção; 5) Participação social e cidadã, transparência e dados.

Todas as conferências tinham até cinco dias para preencher um formulário padrão com o relato do evento contendo: a lista dos delegados governamentais nomeados; a lista de delegados da sociedade civil indicados; a lista das propostas, com número de votos que receberam e a lista de presença com assinatura dos participantes. No caso das conferências livres não se pedia a eleição de delegados governamentais e no caso das conferências virtuais não era necessário nem a lista com os nomes dos delegados governamentais nem a dos delegados da sociedade civil.

**Figura 18:** Fluxograma das etapas preparatórias da Comigrar

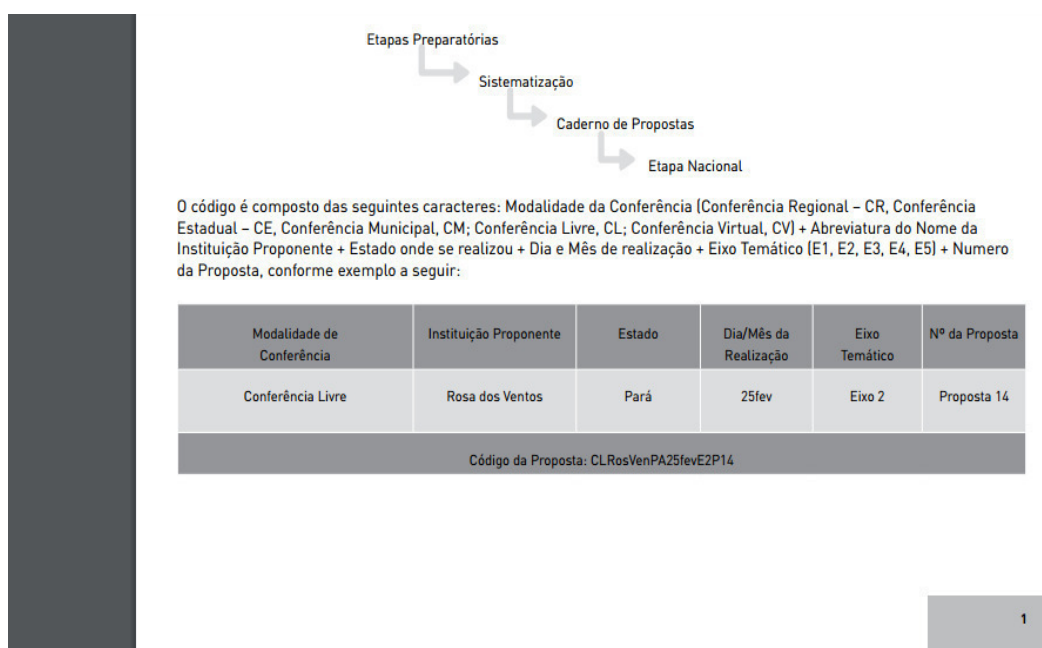


Fonte: Plataforma Comigrar (2014)

As propostas desenvolvidas nas conferências foram sistematizadas num caderno de propostas e identificadas por um código que permite tanto reconhecer sua origem como esclarecer suas contribuições para a proposta final.

Ao todo, participaram da Comigrar 556 delegados de 30 nacionalidades e 21 estados brasileiros. Foram 202 conferências regionais preparatórias, que contaram com a participação de entidades e movimentos sociais (45%), comunidade acadêmica (16%), brasileiros no exterior (13%), governo (11%), estrangeiros no Brasil (5%) e outros (10%). Mais de 2,8 mil propostas foram elaboradas pelos 5,3 mil participantes no total.

**Figura 19:** Codificação das propostas Comigrar



Fonte: caderno de propostas Comigrar.

O processo de construção dos encontros foi se formalizando, desde a preparação das etapas locais, estaduais, até a nacional. Em cada uma dessas etapas foram estabelecidas regras, prazos e objetivos a serem cumpridos, previamente estipulados no regimento ditado pelo Ministério da Justiça. O logo da conferência, apresentado no começo do capítulo, é representado por uma árvore, cujos ramos são formados pelas propostas, com a intenção de transmitir a ideia de adesão e inclusão de todos os encaminhamentos, representando não uma discussão hierarquizada, mas sim participativa.

Creio que o formato das reuniões do Comirat e, em especial da Comigrar influenciaram as discussões ali travadas, não obstante ele não foi alvo de disputas. Considero que esse modo de debate apresentado, com um tempo cronometrado, objetivando a produção de itens de um documento e dando pouco espaço a polêmicas e divergências era o modo de

conversar com o estado e ficou evidenciado nas conferências.

Nesse sentido cabe também mencionar que as reuniões do Fórum Permanente de Mobilidade Humana -recordemos uma organização que reúne as entidades da sociedade civil organizada-tem um configuração muito parecida com as reuniões do Comirat e passaram a ser, a partir de 2014, cada vez mais frequentadas pelos representantes do governo. Ou seja, creio que essas reuniões - tal como apontado por Comerford (1999) no caso das reuniões de sindicatos e associações de trabalhadores rurais- constituem-se como um elemento importante na construção de um universo social, pois são espaços de sociabilidade fundamentais para a construção e a ritualização de símbolos coletivos (COMERFORD, 1999, p. 47). Contudo, as reuniões do FPMH apresentam uma especificidade, ali os agentes do estado diziam estar “aprendendo com a sociedade civil” enquanto isso pautavam as reuniões com suas preocupações muito ligadas ao tratamento securitário do tráfico de pessoas.

### **3.2 Os discursos e os lugares de fala: decifrando caminhos e fluxos burocráticos**

Durante a abertura da Conferência Estadual de Migrações, realizada no Hotel Ritter, no centro de Porto Alegre em março de 2014, diversos discursos foram apresentados, dentre eles, relembro do discurso da então diretora da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos de Rio Grande do Sul, a Dra. Tâmara, que me chamou atenção por enfatizar um comprometimento do “Estado” com o direito humano, apontando temas como a migração e a defesa de uma cidadania universal:

Migrar é um direito humano. O ser humano migra desde o início da história da humanidade. É a natureza do ser humano migrar: foi assim como -inclusive nós- nos espalhamos sobre a terra: migrando. Esse não é um favor que os estados nação -que são uma criação cultural e política muito mais recente na história da humanidade- fazem as pessoas. A migração, ela é um direito humano. E por isso que no âmbito internacional já ganha força, em primeiro lugar a ideia de direito da *hospitalidade* (grifo meu) direito a hospitalidade que é ser recebido nesse novo lugar de moradia; a obrigação internacional de todas as nações de receber esse migrante e tornar efetiva essa hospitalidade. É disso que nós estamos falando. Encaminhando para algo que nós -ainda não veremos acontecer- mas que parece que é o caminho da comunidade internacional, que é a formulação de uma cidadania global, que não tenhamos mais essas -nefastas, em alguns casos- divisões, entre o que são direitos fundamentais e direitos de cidadania, isso nós temos que fazer essa fusão, os direitos humanos, o direito a saúde, a educação, direito a uma moradia adequada, todo isso, não podemos separar da cidadania social, da cidadania política como fazemos hoje com nosso migrantes (REGISTRO DE CAMPO, 29-03-2014).

Naquele momento eu ainda não percebia como esse tipo de discurso podia ser



problematizado mediante um posicionamento crítico relacionado às novas formas de “gestão das migrações” sustentadas na defesa dos direitos humanos. Devido à participação nas Conferências, do diálogo com ativistas e da leitura de trabalhos críticos sobre a emergência de uma nova agenda política internacional sobre migrações, como explica, por exemplo, Eduardo Domenech (2007, 2008, 2013), pude identificar algumas continuidades entre uma nova perspectiva internacional que entende as migrações principalmente em termos de direitos humanos e a que apresenta uma visão da imigração do ponto de vista da soberania do Estado, perspectiva dominante durante décadas na agenda mundial.

A etapa nacional da Comigrar, foi realizada durante os dias 30 de maio e 1 de junho na cidade de São Paulo. As atividades dos encontros foram realizadas em dois distintos locais: O ato de abertura, a sessão plenária e, o encerramento da Comigrar foram realizados na “Casa do Portugal”, no centro da cidade, enquanto o resto das atividades (plenária de abertura, grupos de trabalho, oficinas temáticas e sessões livres de trabalho) ocorreram num local próximo à Casa de Portugal, num espaço da Universidade Uninove, localizada na rua Vergueiro.

A Comigrar teve início com a fala do então Secretário da Justiça, Paulo Abrão, na qual, foi enfatizado o fato de ser o primeiro encontro formal entre os migrantes de todo Brasil e as pessoas que trabalham com migração e refúgio, “num mesmo momento para debater o futuro e planejar e construir projetos conjuntamente”, além de ser a primeira vez que as políticas públicas nacionais em matéria de imigração e refúgio “seriam construídas com participação popular”.

Durante os aproximadamente 15 minutos de discurso, Abrão fez referência à relação da Comigrar com as importantes mudanças no cenário brasileiro ocorridas durante os últimos três anos. Enfatizou a escolha da temática migratória como uma prioridade para o governo destacando a formulação de uma “política humanitária” e ressaltando a importância do papel da “sociedade civil”.

Esse é um novo e importante passo inserido num ambiente de mudanças profundas que o Brasil vive. Nós voltamos a ser um país de imigração. Nós sempre tivemos mais estrangeiros vindo viver no Brasil que brasileiros indo morar em outros países. Essa realidade só foi afetada num determinado momento da nossa história que foi durante a ditadura militar. O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, colocou a temática da migração entre as suas prioridades de gestão no Ministério da Justiça e nos autorizou a convocar e organizar esta Conferência. Nesses três últimos anos foram tomadas medidas pelo governo da presidente Dilma Rouseff. Nós provemos sob a liderança do ministro Cardozo uma ampla reforma do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça que deixou de ser um mero espaço cartorial, de procedimentos burocráticos e passou a ser um órgão ativo de construção de políticas e direitos dos migrantes. Nós constituímos um Comitê de acompanhamento da sociedade civil para supervisionar os trabalhos de nosso departamento de

estrangeiros. O Ministro instituiu uma *Comissão de Especialistas*, notórios conhecedores da temática migratória, para redigir um novo Projeto de Lei de Migrações para superar o defasado e autoritário *Estatuto de Estrangeiro* ainda vigente. Nós temos construído nesses últimos três anos uma política humanitária especificamente aos migrantes haitianos, contra a tentação conservadora do fechamento de fronteiras ou de deportação em massa.

**1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio**  
**PROGRAMAÇÃO**  
**30, 31 de maio e 1º de junho de 2014 - São Paulo/ SP**

**30 maio sexta**

16h Credenciamento  
 18h Abertura solene da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio - COMIGRAR  
 20h30 Encerramento

Local: Casa de Portugal, Av. da Liberdade, 602 - Centro  
 Estação de metrô mais próxima: Liberdade → linha 1, azul

**31 maio sábado**

07h30 - 09h Credenciamento  
 Visitação à Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio  
*a feira estará funcionando durante todo o sábado*

08h30 - 09h30 Plenária de abertura  
 09h30 - 12h30 Grupos de Trabalho: aprofundamento das propostas emanadas das etapas preparatórias  
 12h30 - 14h30 Intervalo para almoço  
*há diversas opções próximas ao local do evento*

14h30 - 16h Continuidade dos Grupos de Trabalho  
 16h - 16h30 Intervalo  
 16h30 - 18h Oficinas temáticas  
 Orientações metodológicas  
*por ordem de chegada*  
 18h - 19h Sessões livres de trabalho para os participantes  
*espaço disponibilizado para uso livre para os participantes interessados em articulações em redes e aprimorar diálogos e agendas coletivas*

Local: Universidade Uninove Vergueiro, Rua Vergueiro, 235/249 - Liberdade  
 Estação de metrô mais próxima: São Joaquim → linha 1, azul

**1º junho domingo**

09h - 11h Sessão plenária para transparência de dados do processo participativo da 1ª COMIGRAR  
 11h - 12h30 Mesa de encerramento  
 Diálogo com participantes

Local: Casa de Portugal, Av. da Liberdade, 602 - Centro  
 Estação de metrô mais próxima: Liberdade → linha 1, azul

Apoió: FMU, JINOVE, Prefeitura de São Paulo, IOM, UNHCR, PNUD  
 Parceiros: Ministério do Trabalho, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, GOVERNO FEDERAL BRASIL

Figura 20: Programação da Comigrar

Fonte: Comigrar (2014).

Enquanto seguia destacando as atuações do governo federal, referiu-se também aos “desafios” que a atual imigração impõe, com o aumento significativo dos pedidos de refúgio e um número muito maior de imigrantes africanos chegando ao Brasil.

Aumentou a celeridade do processamento do pedido de Refúgio, aumentou significativamente a taxa de elegibilidade passando de 360 no ano de 2010 a quase 6000 durante o ano passado. Fizemos um novo acordo com o Comissariado das Nações Unidas ampliando nossa política de reassentamento que estava focada nos colombianos residentes no Equador e que agora se ampliara para jovens congoleses residentes no continente africano. Fizemos um acordo com a Defensoria Pública da União e hoje todas as unidades da Defensoria Pública da União estão preparadas e ávidas para recepcionar e defender os direitos dos migrantes e dos refugiados no Brasil.

**Figura 21:** Apertura da Comigrar



Fonte: Rodrigo Borges Delfim

Abrão enfatizou a atuação conjunta com a “sociedade civil” e as relações internacionais - que como mostrado no capítulo anterior faz parte do que se entende como um “aprofundamento democrático”.

Ampliamos o apoio à sociedade civil, reforçando os acordos que o governo faz com as entidades da sociedade civil, especialmente com aquelas destinadas ao apoio dos refugiados. Elaboramos novos projetos de cooperação internacional como, por exemplo, com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Fundamos no âmbito do Mercosul um foro especializado migratório porque as políticas de refúgio e migração devem ter um tratamento regional adequado e, para isso, se criou

o primeiro Fórum de Presidentes de Comitês Regionais para Refugiados. Nós queremos compartilhar todas essas conquistas que são primeiros passos na defesa intransigente dos direitos dos migrantes com todos vocês porque são o resultado do trabalho coletivo, do apoio da sociedade civil, das entidades de direitos humanos, das organizações e movimentos sociais de defesa dos direitos dos migrantes e refugiados, dos organismos internacionais e dos organismos governamentais.

Abrão apontou que o Brasil possui, pelo menos, três défices estruturais em matéria migratória: Um déficit democrático, a necessária alteração do Estatuto do Estrangeiro; um déficit administrativo institucional com a ausência de uma estrutura central de gestão e de atendimento e apoio aos refugiados e migrantes no Brasil; e um déficit de integração na rede de serviços para que se promovam as relações culturais, serviços de apoio e abrigo. E acabou “afirmando valores”, como o direito humano a migrar, e defendendo a “participação social” nas políticas do governo petista:

Mas podemos falar sobre isso, de forma aberta, sem receios porque o tempo em que nos escondíamos os nossos erros faz parte do passado. A presidente Dilma Rousseff tem dito que nós agora construímos um Brasil da verdade, da transparência. Nós conhecemos os problemas, mas nós estamos aqui não apenas para reclamar dos problemas, nós estamos aqui para propor soluções com participação social. Essa não será uma caminhada fácil, mas se estamos unidos teremos mais força. Contra a xenofobia, contra a discriminação, contra o preconceito, contra a desigualdade nós estamos aqui, portanto para afirmar valores. Somos todos imigrantes! Estamos aqui para afirmar que a história do Brasil foi construída a partir da força da imigração. Em segundo lugar estamos aqui para afirmar que as pessoas tem o direito humano de migrar e de serem protegidas e terceiro para defender a tradição brasileira de ser um país de imigração! (REGISTRO DE CAMPO, 30-05-2014).

O Secretário da Justiça insistiu na atualização do mito do Brasil como “um país de imigração”. O discurso de Abrão enfatizou uma visão positiva sobre a imigração recente para o Brasil e uma postura humanitária sobre as políticas migratórias brasileiras, contrastando com o enfoque de segurança nacional predominante no Estatuto de Estrangeiro (recordemos a lei que regula a entrada e permanência dos estrangeiros no Brasil). Nesse sentido, ante o envio de vários ônibus desde o Acre -com mais de 2600 imigrantes, procedentes principalmente do Haiti- que chegaram à capital paulista, sem aviso prévio, entre os meses de março e abril de 2014, foi apresentado, depois do discurso do Secretário, um “Plano de integração e apoio aos Migrantes”. O Plano foi elaborado em parceria com o Governo Federal, Governo do Estado do Acre, Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de São Paulo – que foi defendido como um tratamento “republicano” da situação, cujo objetivo prioritário era o acolhimento da população haitiana.

Para apresentar o Plano foram convocados: o secretário Paulo Abrão, a secretária da Justiça do estado de São Paulo, Eloisa Arruda e o secretário de Direitos Humanos da

Prefeitura de São Paulo, Rogério Sottili. Abrão referiu-se as medidas que seriam implementadas no Acre, Rio Branco, como, o registro inicial (PF), a emissão de documentação (CPF e Carteira de Trabalho), acolhimento, intermediação de mão e mobilidade assistida para outros Estados. Seguidamente, Eloisa Arruda manifestou o compromisso do governo do Estado de São Paulo com a imigração assinalando que “governar era eleger prioridades e a prioridade que eles elegiam era a questão da imigração”. Segundo Arruda tal medida deveria ser justificada pelo entendimento do imigrante como um elo “muito frágil”, “muito vulnerável”:

Ele pode ser o elo mais frágil de uma sociedade, porque não sabe de seus direitos, por vezes não tem a quem recorrer, e ele se torna vulnerável ao crime, ao tráfico de pessoas ao trabalho escravo ou ao tráfico de drogas. E não é esse o destino que nós queremos para os nossos imigrantes (REGISTRO DE CAMPO, 30/5/2014).

Depois do discurso de Arruda, Rogério Sottili informou a criação de um Centro de Referência ao Migrante (CRAI) que daria acolhimento a aproximadamente 200 pessoas. E finalmente, encerrando a ato de abertura, ouvimos as palavras do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, lembrando momentos em que os brasileiros “queriam ir morar no estrangeiro e poucos queriam vir para cá”, o ministro afirmou “jamais ter pensado que viveria uma situação inversa” e que isso se deveria representar uma “profunda transformação social”:

Milhões de brasileiros que aqui vivem deixaram a linha da miséria e passaram a integrar uma nova classe social. A redistribuição de renda foi veloz. O acesso a serviços públicos, o acesso à aquisição de bens foi absolutamente inédito na nossa história. Estudos recentes mostram que nos últimos dez anos o Brasil teve uma mudança social como poucos países tiveram na sua história (REGISTRO DE CAMPO, 30/5/2014).

A intervenção do Ministro Cardozo evidencia uma visão que encontra no crescimento da economia brasileira uma importante justificativa para o aumento da imigração. Entretanto, e, ao contrário do modelo adotado pelas economias avançadas, no discurso de Cardozo se enfatiza a tradição histórica brasileira de ser “um país acolhedor” e “respeitoso dos direitos humanos dos migrantes”.

Já ouvi pessoas decidirem que nós não podemos acolher imigrantes que pudessem retirar oportunidades de brasileiros. Já ouvi dizer que o Brasil não deveria tratar igualmente no plano dos serviços sociais aqueles que aqui nascem e aqueles que para cá vêm. Já ouvi reproduzir -ainda que de maneira embrionária- preconceitos que eu tive a necessidade de denunciar em outros momentos. Por tanto, o estado brasileiro não abrirá mão desta política! [aplausos] O Estado brasileiro enfrentará o preconceito, a discriminação, o apartheid que por vez ouvimos alguns quererem implantar em relação aos imigrantes. O Brasil não tolerará enquanto o *Estado* (grifo meu) violar os direitos humanos e não tolerará movimento algum de violação aos direitos humanos daqueles que escolhem o Brasil para morar! Nessa perspectiva que hoje assinamos um acordo simbólico e prático. Prático porque dão soluções

concretas em relação aos haitianos, mas simbólico porque mostra a união entre estado e município. Estamos juntos na defesa dessa política que não é de um governo, mas é de um Estado, que não é de um governante, mas é de um povo e da qual não recuaremos nem um milímetro, só avançaremos! (REGISTRO DE CAMPO, 30/5/2014).

As palavras do ministro foram aclamadas pelo público, que aplaudiu fervorosamente seu discurso. Considerando o apresentado até agora observamos um claro intento por adotar um novo posicionamento na questão migratória a partir do enfoque dos direitos humanos. Nesse sentido, acredito que podemos entender algumas das ações propensas à concepção de uma nova lei de migrações, como a criação da “Comissão de Especialistas” para auxiliar na elaboração de uma nova lei de migrações no Brasil, organizada pelo Ministério da Justiça durante o ano 2012 (pela portaria n. 2162/2013).

A Comissão de especialistas elaborou um Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Esse Anteprojeto passou pela avaliação da sociedade civil na Comigrar, e foi encaminhado à Presidência da República, sendo submetido à discussão e aprovação do Congresso Nacional. Não obstante, como fiquei sabendo depois, a apreciação defendida desde a Secretaria Nacional de Justiça é apenas um dos posicionamentos impulsionados pelo governo federal. Outros dos Projetos de Lei, como o Projeto de Lei (PL) 5565/2009 e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/2013 também estavam sendo tramitados no Congresso Nacional. Além disso, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), também apresentou um Projeto de Lei de Migrações. Como vimos no capítulo 2, algumas análises críticas sobre esses projetos de lei realizados por antropólogos, apontam para certas continuidades no tratamento da imigração como uma questão de segurança nacional.

Na Comigrar, as tensões e os debates sobre os alinhamentos da lei de migrações ficaram evidente para mim durante os trabalhos do segundo dia da Comigrar. Durante aquele dia o encontro foi ocupado com trabalho em grupos temáticos. Os grupos de trabalho deviam aprofundar as propostas das etapas anteriores e para tanto, contávamos com um “caderno de propostas” que, como mencionei anteriormente, sistematizou em “recomendações estratégicas” as mais de 2.000 propostas recebidas durante as conferências preparatórias. Nenhuma proposta existente do caderno de propostas poderia ser excluída, total ou parcialmente, cabendo aos participantes da etapa nacional aprofundar e complementar os textos. Para isso foram organizadas 6 “nuvens temáticas” incluindo os seguintes temas:

- **NUVEM TEMÁTICA Nº 1:**
- Igualdade de direitos

- Marco legal nacional e gestão pública para migrações e refúgio
- Marco legal internacional, atuação pública e cooperação multilateral
- NUVEM TEMÁTICA Nº 2:**
- Serviços locais
- Capacitação de Agentes Públicos e da Sociedade Civil
- Produção, gestão e acesso à informação.
- NUVEM TEMÁTICA Nº 3:**
- Procedimentos operacionais em programas e serviços públicos
- NUVEM TEMÁTICA Nº 4 :**
- Inclusão produtiva, empreendedorismo e qualificação para o mundo do trabalho
- Saúde
- Assistência Social
- Educação
- NUVEM TEMÁTICA Nº 5:**
- Violação de Direitos, responsabilização, proteção e prevenção
- Cultura e Interculturalidade
- Participação social e debate público
- NUVEM TEMÁTICA Nº 6:**
- Brasileiros no exterior e retornados

Devido ao meu interesse em conhecer mais profundamente os debates referentes ao Marco Legal, questão presente em cada um dos eventos que assisti durante o ano de 2013, participei da nuvem temática número 1. Seguindo uma metodologia previamente definida para o funcionamento dos grupos de trabalho, o facilitador nos informou que primeiramente seriam lidas as propostas e depois, se registrariam os destaques a fim de complementar as ilhas. Ainda de acordo com a metodologia acordada para o trabalho em grupo, foi deixado claro que as propostas não podiam ser “aprovadas” ou “reprovadas”, mas que todas as colocações seriam registradas. As trocas realizadas no grupo de trabalho foram interessantes para perceber alguns conflitos e embates relacionados à mudança da lei e discussões mais amplas envolvendo a temática migratória. Apresento a seguir algumas cenas registradas no meu diário de campo que me ajudaram a elucidar certas controvérsias:

#### Cena1- Nuvem temática 1 -durante a amanhã-

Depois da leitura das propostas, uma mulher brasileira sugeriu trocar de maneira geral a palavra “estrangeiro” por “não brasileiro” ou “imigrante”. Em seguida, um homem brasileiro propôs substituí-la por “migrantes” e “refugiados”, e ainda, um homem haitiano recomendou a utilização de categorias como: “imigrante haitiano” e “estudantes”. Depois dessas intervenções, no que parecia ser uma situação de certo desconforto com o rumo que a discussão estava tomando, um homem brasileiro afirmou: “eu entendo a necessidade de trocar o termo estrangeiro, mas acho que a gente não precisa ser tão paranoico”. Ele justificou a sua intervenção assinalando que “de vez em quando o



termo fazia sentido” já que ele “abrangia imigrantes, estudantes, turistas e refugiados”. Por isso, para ele os termos “não brasileiros” ou “estrangeiros” deviam ser mantidos. Mais a diante, outro homem brasileiro assinalou que “não estávamos ali para discutir semântica”, mas sim para oferecer uma “guia prático” para os recém-chegados. Não obstante, a intervenção teve uma réplica de ainda outro homem brasileiro, que fez a seguinte colocação:

Na verdade isto não é para discutir um guia prático, isto aqui é uma discussão de política e não de semântica. É uma questão de *percepções* e de *sentimentos* (grifo meu). Eu por exemplo, não sou imigrante, mas eu convivo com imigrantes e a questão de colocar estrangeiros ou não brasileiros causa sentimentos de acolhimento ou não acolhimento. Obvio que tem uma questão pragmática, mas a discussão dos termos tem a ver com um posicionamento de orientar políticas públicas!

Como evidenciado na cena citada, uma das questões subjacentes na discussão sobre a conservação ou não do termo “estrangeiro”, era o antigo conflito relacionado com a substituição do Estatuto do Estrangeiro (lei 6815 de 1980). Acredito que antes de ser uma disputa “semântica” ou entre identidades produzidas pelas diversas experiências migratórias, o que estava em jogo nessa pequena discussão citada, era o rumo e o posicionamento desejado para uma nova política migratória.

Para algumas das pessoas envolvidas nas discussões dos últimos anos, o debate central refere-se não à necessidade de construção de um “novo Estatuto do Estrangeiro”, mas sim de uma “Lei de Migrações”, ou seja, uma lei que não apenas regule a vida dos indivíduos de outras nacionalidades no Brasil, mas que determine o tratamento dado aos movimentos migratórios no país. Muitos dos participantes da Comigrar acreditam na necessidade de fortalecer uma visão “contemporânea” sobre o assunto, que não considere ser necessário proteger o país da “ameaça externa”, mas sim integrar os indivíduos regionalmente.

Entretanto essa não é a única visão, trago agora uma cena que permite divisar outro posicionamento em relação à mudança da lei de migrações:

#### Cena 2: Nuvem temática 1 durante a tarde

Antes de finalizar a sessão da manhã, um homem do governo sugeriu que falássemos menos em “direitos” e mais em “deveres” dos estrangeiros. Assim, quando voltamos do almoço assinalou: eu não estou entendendo. Qual é o papel que o Estado tem para decidir que tipo de pessoa pode entrar no Brasil? Por exemplo, se eu sou um terrorista, um traficante, um escravagista e eu peço abrigo no Brasil, o Brasil vai me conceder? Qual é o papel que o Estado tem frente a tudo o que se está discutindo aqui, de todos esses *benefícios* (grifo meu) para as pessoas que entrem no país. Por exemplo, se o Bin Laden quer entrar no Brasil, a Dilma vai permitir? Então, eu me pergunto como o



Estado vai fazer para impedir que entrem essas pessoas se só se fala em benefícios.

Contudo, creio que a Comigrar consistiu em uma intensificação por ação estatal com objetivos específicos de formulação de política imigratória e de alcançar influência na sociedade civil organizada. Mesmo que não intencionalmente, ela foi uma oportunidade de aquecimento de várias redes de ativistas, que se conheciam ou não. Como veremos a continuação houve um conflito entre polícia federal e antropólogos sobre o tema do tráfico de pessoas e sua centralidade na conferência.

### **3.3 Desencontros e Controvérsias: a instalação de uma “Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio”**

Um tema que causou controvérsia inclusive antes da Comigrar foi a instalação de uma “Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio” que podia ser visitada durante o segundo dia do evento. O Ministério da Justiça explicou que a Feira consistiria num espaço de “divulgação, documentação e celebração de programas, projetos e ações promissoras e/ou inovadoras nas áreas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, políticas migratórias e refúgio”. Informou-se também que o objetivo da Feira era “estimular a troca de experiências e ampliar o potencial de replicação e intercâmbio entre os diferentes atores que trabalham com as temáticas envolvidas”. Ao final da Comigrar - dentre as práticas escolhidas para participar da Feira- as três experiências classificadas em 1º, 2º e 3º lugar pela Comissão Avaliadora, seriam certificadas com o Prêmio Simone Borges Felipe<sup>41</sup>.

O anúncio da realização da Feira não foi muito bem recebido pela “Associação Brasileira de Antropologia” (ABA) que juntamente com seu “Comitê de Migrações e Deslocamentos” manifestou - mediante um documento, o ofício nº 018/2014/ABA/PRES - a sua “surpresa” pelo que considerou uma “indevida inserção” no marco da Comigrar. Na petição, dirigida ao Ministro da Justiça, a ABA, assinalava que a manutenção da Feira, “com o destaque dado à temática do tráfico de pessoas”, refletiria uma “contradição” entre o projeto democrático participativo da COMIGRAR - fundamentado em consultas prévias e que tem como foco os direitos humanos dos imigrantes - e sua (inconveniente) vinculação com uma pauta anti-tráfico de pessoas geradas por agências multilaterais e utilizadas, sobretudo por

---

<sup>41</sup><http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/premios-e-concursos/feira-nacional-de-praticas>

governos do hemisfério norte, como “instrumento de contenção da mobilidade humana, do livre exercício da prostituição e, em última análise, de criminalização da imigração”.

Ademais, se aclarava no documento que não se tratava de “negar a legitimidade do tema”, que seria inclusive objeto de análise em algumas oficinas. Mas se defendia que a temática central da COMIGRAR fosse “a mobilidade humana, evitando-se a todo custo uma indesejada confluência entre os debates sobre migração e criminalidade”. Ainda se observava que o enfrentamento ao tráfico de pessoas já contava com uma Política Nacional, dois Planos Nacionais e uma Rede de Núcleos de Enfrentamento, incluindo respaldo institucional, orçamentário e político. Portanto para a ABA, não fazia sentido que os debates acerca da “tão esperada” política migratória sustentada em direitos humanos, foram “obscurecidos por, e inadvertidamente associados a, essa outra temática que tem seus próprios fóruns de debates e articulação e cujas pautas não condizem com os princípios norteadores da COMIGRAR” (ABA, Ofício nº 018/2014).

O Ministério da Justiça respondeu através do seguinte documento (Ofício 175/2014 - SNJ/MJ) onde diferencia as políticas migratórias do estado brasileiro das políticas dos “países do Norte” que “vinculam-se a ações de restrição de mobilidade humana”:

*A Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio nasce da preocupação e compromisso governamental tanto no enfrentamento ao tráfico de pessoas, quanto no aprofundamento da sensibilidade do Estado brasileiro para a abordagem das graves violações de direitos recorrentes em populações migrantes, como um dos eixos estruturais para o desenvolvimento de políticas e planos integrais para migrações e refúgio. Sua realização durante a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) tem por objetivo agregar as experiências nacionais de proteção e promoção dos direitos dos migrantes, refugiados e potenciais e efetivas vítimas de tráfico de pessoas, bem como avançar na transversalização dessas temáticas, baseando-se no olhar integral, humanizado e inclusivo da pessoa migrante e na valorização do direito a migração como fator essencial da dignidade humana. [...] Reconhecemos que no contexto internacional, em especial nos países do Norte, ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas se identificam e equivocadamente vinculam-se a ações de restrição de mobilidade humana. No contexto nacional, não entanto a Política Nacional tem dialogado com os avanços mais recentes e profundos no refinamento e transversalização da agenda migratória, no sentido oposto ao do controle e vigilância policiais, reforçando os laços profundos com o desenvolvimento de mais e melhores condições de inclusão social plena e autônoma da pessoa migrante.*

O ofício destacou que o II Plano Nacional possui metas que contribuem para a consolidação de políticas migratórias mais condizentes com o atual momento do debate migratório do país que alarga o espectro de uma agenda de direitos:

**1.A.1 Estratégia desenvolvida para viabilizar a aprovação do Projeto de Lei nº 5.655 de 20 de julho de 2009, de autoria do Poder Executivo, que visa a reformular o Estatuto do Estrangeiro;**

#### **1.A.8 Estratégia desenvolvida para internalização e regulamentação da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, em tramitação no Congresso Nacional.**

Ao longo dos últimos anos, as agendas das políticas públicas em ambos os sectores estão se imbricando em um processo que exige do Estado a aproximação das redes de atenção para fins de uma política integrada, racional e tecnicamente amparada nos direitos humanos. Nesse contexto, os Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante são estruturas situadas em importantes locais de entrada e saída do Brasil, onde uma equipe interdisciplinar desenvolve metodologia de atendimento humanizado às pessoas migrantes, identificando possíveis vítimas de tráfico de pessoas, prevenindo a revitimização e oferecendo, em cada caso, um referenciamento e encaminhamento à rede local. O processo de formação da feira se apoia em metodologia aberta e participativa, voltada a promover ambiência positiva, constituída na receptividade a sugestões, experiências, bem como ao debate e à criação construtivos.

A Feira instalou-se no espaço de convivência e trânsito da Conferência e contou com a exposição de 15 práticas, ações, programas ou projetos identificadas como “promissoras e/ou inovadoras nas áreas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, políticas migratórias e refúgio”<sup>42</sup>. Novamente foram acionados discursos enaltecendo os valores dos direitos humanos e dos “atendimentos humanizados aos migrantes”. Inclusive foi destacado o tratamento humanizado que a polícia nacional dispensaria aos migrantes.

A disputa em torno da realização da Feira pode ser entendida, levando em conta discussões mais amplas como a efetivação de documentos internacionais de proteção aos direitos humanos, por exemplo, a ratificação brasileira do “Protocolo de Palermo” de 2004. O Protocolo de Palermo - um dos Protocolos da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional é um importante instrumento jurídico internacional relativo ao

---

<sup>42</sup>1-A Experiência da Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD) no Atendimento às Vítimas e na Capacitação de Agentes Públicos da Rede de Atenção a Vítimas do Tráfico de Pessoas. 2- Assistência Jurídica Internacional/ Defensoria Pública da União – DPU. 3- Clínica Intercultural/ Universidade Federal de Santa Catarina. 4- Direitos humanos e Migrações: Participação e Incidência Pautada no Protagonismo dos Imigrantes/ Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC. 5-GIFT Box - GIFT Box Brasil/ Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. 6- Cultura Brasileira e ao Português no Brasil/ Universidade de Brasília. 7- Mulheres em Movimento/ Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia. 8- NUARES - Núcleo de Apoio a Refugiados do Espírito Santo/ Universidade Vila Velha. 9-PARR – Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados/ EMDOC São Paulo – Serviços Especializados Ltda. 10-Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário/ Associação Antônio Vieira – ASAV. 11-Programa de Atendimento a Refugiados da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro: Projeto Refazer/ Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. 12-Projeto Bebel - Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça Bandeira/ Projeto Gerando Vida. 13-Projeto Casulo - Casa de Passagem para População LGBT: Vítimas de Tráfico de Pessoas, Migração LGBT e Exploração Sexual Comercial em Goiânia ASTRAL GOIAS – Associação das Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás. 14-Sistematização da Experiência do Posto de Atendimento Humanizado aos Migrantes/ Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude – ASBRAD. 15-Visitas a Oficinas de Costura e Multiplicadores de Base/ Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI.

Tráfico de Pessoas. No Brasil, o dito protocolo orienta tanto a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada em 2006, como os dois Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e os debates públicos sobre o tema.

Desde uma perspectiva crítica, trabalhos de antropólogos brasileiros e da região, como os de Piscitelli, 2008; Sprandel, Mansur Dias, 2011; Magliano, Clavijo, 2013; Piscitelli, Lowenkron, 2015, dentre outros, vêm problematizando o modo pelo qual a temática do tráfico de seres humanos tem se produzido na esfera internacional, regional e seu desenvolvimento no Brasil.

Em um trabalho que se debruça sobre as políticas para migrações e o tráfico de pessoas no Brasil, Marcia Sprandel e Guillermo Mansur Dias (2011) apontam contradições e ambiguidades características de um discurso hegemônico anti-tráfico que oscila entre a defesa dos direitos humanos das supostas vítimas e a criminalização de práticas respeito a atores sociais que estão vivendo e trabalhando sem documentos no exterior (SPRANDEL, MANSUR, 2011, p. 66). No mesmo sentido, em um estudo que analisa aspectos dos regimes discursivos e legais sobre tráfico de pessoas predominantes na Espanha e no Brasil, Adriana Piscitelli e Laura Lowenkron (2015) observam que embora o protocolo seja destinado “a combater e prevenir o tráfico de pessoas e, ao mesmo tempo, a proteger os direitos fundamentais das vítimas”, ele faz parte de um conjunto de instrumentos “voltados para a repressão do crime organizado transnacional, integrado também pelo protocolo relativo ao combate ao contrabando de migrantes” ( PISCITELLI, LOWENKRON, 2015, p. 35).

O caráter securitário do debate migratório atual relacionado com a busca de novas estratégias de controle migratório através das políticas anti-tráfico de pessoas também é apontado no trabalho de Magliano e Clavijo (2013) acerca do papel da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Para as autoras, ainda que seja possível reconhecer um esforço por desvincular as respostas migratórias das ações globais contra a delinquência transnacional organizada, a concepção do tráfico de pessoas como uma forma abusiva de migração, promove esse tipo de vinculação (MAGLIANO, CLAVIJO, 2013, p. 145).

Piscitelli e Lowenkron (2015) assinalam que no Brasil, o debate sobre tráfico de pessoas, acentuou-se num cenário de intensificação da saída de brasileiros para o exterior. Portanto, a dimensão internacional desse crime interessava devido à violação de direitos de migrantes brasileiros no exterior, em especial de vítimas para a exploração sexual em países do Norte e nas fronteiras. Devido a isso, parte das estratégias políticas anti-tráfico foram desenvolvidas a partir de projetos de cooperação internacional, sustentados por agências

multilaterais e organizações internacionais dos países do Norte, com medidas voltadas para o controle da emigração de brasileiras (os) para o exterior. Não obstante, quando o país passou a ser concebido como foco de atração para migrantes de diversas partes do mundo - isto é, a partir dos anos 2000, no âmbito da crise econômica que afetou diversos países do Norte e do crescimento econômico do Brasil- “os fluxos de população que passaram a preocupar, e a ser vinculados a crimes, como o tráfico de migrantes têm sido, sobretudo, aqueles de partes “pobres” do mundo” (PISCITELLI, LOWENKRON, 2015, p. 36).

Em 2006 o Brasil aprovou uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006) e, seguidamente em 2008 foi lançado o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). Tendo continuação em 2013 com o II Plano Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP). Em um trabalho que se debruça sobre a temática do tráfico de pessoas no Brasil, Marcia Sprandel e Guillerme Mansur Dias (2010) assinalam que quando se discutia a implementação da Política Nacional e do Plano Nacional de Enfrentamento ao tráfico de seres humanos, o governo brasileiro estava:

(1) sendo pressionado para elaborar uma política para brasileiros no exterior e imigrantes e (2) estava envolvido na execução de um Plano Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (2000), um Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (2003) e um Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (2004) (SPRANDEL, MANSUR, 2010, p. 160).

Entendendo o Tráfico de pessoas como causa e consequência de violações de direitos humanos, o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas considera a articulação das “ações relativas ao combate à exploração sexual comercial, à luta contra o trabalho escravo e às políticas voltadas às mulheres, crianças e adolescentes, sempre numa perspectiva de direitos humanos” (PNETP, 2008, p. 6). Para tanto, o Plano está estruturado em três grandes áreas: “1. Prevenção ao Tráfico de Pessoas, 2. Atenção às Vítimas, 3. Repressão ao Tráfico de Pessoas e Responsabilização de seus Autores (PNETP, 2008, p. 9).

No trabalho de Sprandel e Mansur Dias (2011) a elaboração do Plano sobre o tripé “repressão, prevenção e atenção às vítimas” é vista como a introdução na pauta política e dos movimentos sociais brasileiros, de forma sem precedentes, da dicotomia “vítima/algoz” (SPRANDEL, MANSUR, 2011, p. 67). Ou seja, para os autores há uma transformação conceitual e política de “agentes sociais” em “vítimas desempoderadas”. Para compreender como se dá essa transformação, os autores recorrem aos documentos dos bancos multilaterais e organismos internacionais na década de 90, quando se argumentava que o enfrentamento da pobreza deveria ser feito por meio de um cálculo matemático (o Índice de Desenvolvimento

Humano) que identificasse e “focalizasse” os mais pobres entre os pobres, que deveriam ser devidamente “empoderados”. De acordo com Sprandel e Mansur Dias, para os países devedores, a imposição de tais políticas, baseadas em um “pobre” individualizado, mas ao mesmo tempo universal e genérico, destituído de histórias de vida e narrativas, não só teve resultados pífios como fragilizou os movimentos sociais organizados (SPRANDEL, MANSUR, 2011, p. 67).

Além disso, eles destacam que enquanto as políticas públicas para atender às demandas dos migrantes no Brasil têm se “arrastado há décadas”, a agenda anti-tráfico agilmente estimulou as estruturas de poder e da sociedade civil, resultando numa política e num plano de enfrentamento:

De fato, não é excessivo afirmar que enquanto as políticas públicas para atender às demandas dos migrantes têm se arrastado há décadas, a agenda anti-tráfico rapidamente mobilizou as estruturas de poder e da sociedade civil, resultando numa política e num plano de enfrentamento que já está em vias de aprovação de sua segunda edição. Atualmente, temos uma política de migrações emperrada no executivo e uma nova Lei migratória engavetada no legislativo, enquanto as discussões para a implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estão em estágio bastante avançado (SPRANDEL, MANSUR, 2011, p. 70).

Como é possível observar, o que preocupa estes autores, é o fato de que a agenda anti-tráfico ocupara espaços anteriormente destinados ao debate sobre os direitos dos (as) migrantes e que a sociedade civil organizada não questione isso de maneira mais assertiva. Para eles, ao inserir projetos e propostas hegemônicas deste modo, se corre o risco de desviar-se da realidade de atores locais concretos, que demandam políticas para a melhoria de suas reais condições de vida. Além disso, o deslocamento de temáticas concernentes à questão da mobilidade e do trabalho para o viés criminal presente na pauta anti-tráfico é algo que precisa, na avaliação dos autores, ser constantemente analisado e discutido (SPRANDEL, MANSUR, 2011, p. 72).

No II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, enfatiza-se que traficar pessoas é um crime e se reitera que “deve ser combatido com ações de repressão e prevenção, além de se garantir atendimento digno e eficaz às vítimas” (II PNETP, 2013, p. 6). Seguindo essa premissa, se salientam as ações perante os grandes eventos e grandes obras, como respostas ao fenômeno em regiões de fronteira, e a instituição de instância nacional participativa de articulação da política de enfrentamento ao tráfico. Para tanto, se estabelecem diferentes metas, estruturadas em diversas atividades. Na atividade que busca “promover relações de cooperação transfronteiriça para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, fortalecendo capacidades e estruturas” se apresentam estas metas:

2.C.4. Projetos de cooperação implementados com países fronteiriços ou que funcionem como rotas de tráfico de pessoas, estabelecendo procedimentos e ações de colaboração mútua. 2.C.3 - Proposta de criação e fortalecimento de políticas regionais e de fomento à cooperação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no âmbito do Mercosul elaborada. 2.C.4 - Tema da repressão ao tráfico de pessoas incluído nas agendas dos mecanismos de diálogo bilateral com países vizinhos sobre combate ao crime organizado transnacional, inclusive das Comissões Bilaterais Mistas sobre Drogas das quais o Brasil participa, sempre que o acordo que instituiu a respectiva Comissão permitir o tratamento de crimes conexos (II PNETP, 2013, p. 22).

A atividade que procura “fortalecer a articulação e ampliar as capacidades dos órgãos competentes para implementar ações de repressão do tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores” procura realizar:

2.E.4 - Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas criado e implementado. 2.E.5 - Fiscalização em estradas, rodovias, portos e aeroportos do país, e verificação da existência de documentação comprobatória de vínculo parental ou legal de crianças e adolescentes com os respectivos transportadores regularmente realizadas (II PNETP, 2013, p. 24).

Para a atividade de “combater redes, pessoas e organizações que atuam ou se beneficiam financeiramente do tráfico de pessoas, nacional e internacionalmente, por meio de operações táticas integradas de prevenção, repressão e responsabilização, em uma estratégia de criação de exemplaridade” se pretende:

2.F.2 - Monitoramento e prevenção do tráfico de pessoas nas localidades das grandes obras governamentais de infraestrutura, mineração e energia realizado (II PNETP, 2013, p. 24).

Essas atividades e metas são significativas não apenas como consignas que pretendem evitar, prevenir e combater o tráfico de pessoas, onde se instalam novas formas de controle por parte do Estado, mas de como as fronteiras instituem-se como “espaços chaves”. Como apontam Maria José Magliano e Janneth Clavijo (2013) - dando continuidade á proposta de López Sala (2010)- “as fronteiras se transformam em um instrumento seletivo ao serviço do Estado a partir de um determinado entendimento da migração desejada e não desejada” (MAGLIANO, CLAVIJO, 2013, p. 140).

Experiências como a da Feira e alguns desdobramentos da efetivação do Protocolo de Palermo leva-nos a pensar no que Domenech (2013) chama de “políticas de controle com rosto humano” para referir-se ao universo de ideias e práticas que enquadradas no discurso dos direitos humanos seguem a mesma finalidade que as políticas abertamente restritivas, prometendo ser mais eficazes na consecução de seu objetivo: “controlar os fluxos migratórios

internacionais” (DOMENECH, 2013, p. 35). A utilização desse conceito permite-nos pensar junto com o autor as categorias “direitos humanos” e “seguridade” de maneira relacional mostrando que determinadas práticas estatais e não estatais estão molduradas num novo regime global de controle das migrações que embora se apresente desde uma perspectiva de direitos humanos ainda mantêm continuidades com o paradigma de segurança nacional.

Deste modo, entendo que os discursos e as práticas aqui apresentados são representativos do que Eduardo Domenech (2007, 2008, 2013) vem chamando de “novo régimen internacional para a migração ordenada de pessoas”. De acordo com o autor, há na região sul-americana um processo paulatino de instauração de uma perspectiva que legitima ou ilegítima a imigração de acordo com efeitos positivos ou negativos (DOMENECH, 2013, p. 124), promovida, sobretudo por agências das Nações Unidas e apresentada como o resultado de um acordo consensual e legitimado através da aprovação da chamada “comunidade internacional” e de vários setores da sociedade civil (DOMENECH, 2008, p. 56).

Assim, aparece uma nova forma de organizar, classificar e controlar a mobilidade internacional fundamentada na noção de “equilíbrio” e “eficácia” que implica em uma reconsideração da ideia da imigração como problema:

La novedad es que ahora las migraciones son consideradas principalmente en términos de “oportunidad” (se desplaza aquí la noción de “problema” asociado a las migraciones durante décadas en la agenda mundial), destacando por un lado la “vulnerabilidad de los migrantes” y acentuando por el otro las oportunidades que ofrecen, atribuyéndoles una capacidad de transformación inaudita: el papel de los migrantes en el crecimiento económico, el desarrollo y la reducción de la pobreza -la expresión “*Managing Migration for the Benefit of All*” sintetiza bien la posición que sostienen ciertas agencias de Naciones Unidas- (DOMENECH, 2008, p. 58).

Como assinala o autor, não se trata de uma visão única. Cada Estado desenvolve as suas políticas de acordo com os interesses dos atores implicados e das especificidades de seu contexto histórico. No caso do Brasil, é possível perceber, no período pós-democrático, os primeiros signos de mudança do discurso político sobre as migrações internacionais, especialmente no final dos anos 1990 e inícios dos anos 2.000, período em que o país consentiu acordos internacionais de proteção dos direitos humanos, em particular no que diz respeito ao “Refúgio” e ao “Tráfico de pessoas”. Porém, a conservação do “Estatuto do Estrangeiro” (Lei 6.815 de 1980) e a “seletividade” no desempenho do trabalho do CNIG não são demonstrações “de um vanguardismo brasileiro em abarcar documentos de proteção aos direitos humanos” (JARDIM, 2013, p. 76).



\*

Nos últimos vinte anos as Conferências Nacionais tornaram-se as mais importantes e abrangentes políticas participativas do país (AVRITZER, 2013). De acordo com Avellar de Muniagurria (2016) elas podem ser vistas como importante fonte de legitimidade para governos e sistemas de gestão pública. Retomando os trabalhos de Progrebinschi (2013), Santos (2011) e Avritzer (2013) a autora destaca que no caso brasileiro as conferências ganharam um novo impulso nos governo Lula, “tornando-se mais amplas (com maior número de participantes), mais abrangentes (envolvendo mais temas e áreas), mais inclusivas (alcançando um conjunto cada vez mais diverso e heterógeno de grupos sociais) e mais frequentes” (MUNIAGURRIA, 2016, p. 112).

Não obstante, e embora poda-se concluir que houve uma aumento destas práticas participativas no país, algo que me chamou atenção durante meu trabalho de campo em São Paulo foi ouvir em repetidas oportunidades que a 1ª Comigrar só havia sido convocada pelo governo nacional após da convocatória do governo da prefeitura de São Paulo para uma conferência municipal de Migrações. Ou seja, para as pessoas que ouvi em aquela cidade, São Paulo não apenas era um dos mais importantes pontos de concentração de imigrantes no país, mas também era o cenário das mobilizações mais importantes de organizações de migrantes e das primeiras políticas públicas destinadas a migrantes<sup>43</sup>.

Finalmente, cabe mencionar que a Comigrar foi uma conferência consultiva, e não deliberativa, por tanto não era possível, como assinalara uma reconhecida ativista pelos direitos dos migrantes, “sair dela com respostas prontas sobre temas de primeira necessidade para a população migrante”. Conversando com alguns participantes do encontro, ouvi certa desconfiança em relação às propostas chegarem ao Congresso Nacional. Não obstante, a maioria dos participantes que ouvi, avaliaram favoravelmente sobre a celebração da conferência.

De fato, o que ficou claro na primeira conferência foi que o debate e a mobilização deveriam continuar. Durante a mesa de encerramento, o Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, mencionou três grandes legados do evento:

“O primeiro é o de ouvirmos as razões uns dos outros e o modo de se enxergar a questão. Temos agora um conjunto de propostas que tiveram um olhar plural e sob diferentes perspectivas; o segundo é o ambiente de mobilização em torno da questão

---

<sup>43</sup>Nesse sentido, as mobilizações de migrantes mais conhecidas são as que se produziram em 2012 e 2013 depois da morte de dois imigrantes, vítimas de violência urbana em São Paulo, Zulmira Cardoso e Brayan Capcha (LEÃO, DEMANT, 2016)

migratória no Brasil, porque algumas mudanças não ocorrem de dentro para fora e dependem de mobilização social; e o terceiro é o fato de que houve aqui uma articulação entre diferentes setores, o que potencializa nossa agenda”

No encerramento da conferência, o Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre ações de Migração e Refúgio (CASC-Migrante) da Secretaria Nacional de Justiça foi ampliado. O comitê havia sido criado mediante a Portaria nº 455, de 19 de dezembro de 2013 pela Secretaria Nacional de Justiça como a primeira estrutura permanente especializada no acompanhamento, orientação, consulta e supervisão social das políticas públicas, ações e programas sobre migrações e refúgio.

Para uma estrangeira como eu, não é fácil descrever a experiência de participar pela primeira vez em uma conferência nacional. Há bastante intensidade, muito trabalho e, encontros informais fora do âmbito da conferência. Nesse sentido reconheço que a exaustão que experimentava depois de tantas horas de trabalho impediu que frequentasse alguns dos encontros festivos que aconteciam depois das reuniões. Há, portanto, muitas conversas de bar, de corredor, etc. que não foram aqui tratadas e que também faziam parte desse momento especial. Contudo, percebi em uma dessas conversas de corredor que se bem a Comigrar havia gerado a aproximação e o reconhecimento de várias lutas havia provocado também um impacto sobre alguns imigrantes que depois da Comigrar transformaram-se em lideranças e representantes de seus próprios movimentos.

Assim, e, como veremos mais adiante no capítulo 5, foi seguindo essa pista que em 2015 cheguei até o Grupo de Refugiados e Imigrantes sem Teto de São Paulo, Grist.

## CAPÍTULO 4

### **Imigrantes e refugiados como objeto das políticas humanitárias: reconhecimento pelo sofrimento e construção de “vítimas”**

**Figura 22:** Senegaleses dormem num abrigo em Caxias do Sul



Fonte: Diogo Sallaberry/Agencia RBS

Depois de participar de numerosos eventos sobre a criação de políticas para imigrantes e de conversar com pessoas que atuam no campo mais amplo do acolhimento de pessoas em mobilidade percebi que, se por um lado, a categoria “imigrante” assumia diferentes significados para as pessoas envolvidas naqueles atos, por outro lado, no contexto das demandas por regularização de documentação e outros direitos de cidadania, a associação com a noção de vítima era mais que frequente. Nesse sentido, o que me chamou a atenção foi que, diferentemente de outros contextos no qual o imigrante era valorizado em função do aporte que representava para o desenvolvimento do país, naqueles cenários, o reconhecimento como imigrante era alcançado em base na demonstração de algum tipo de sofrimento.

Entretanto, quando convidados a participar de eventos públicos, os imigrantes também comunicam essa ideia. Visivelmente emocionada, Domingas, uma mulher da República Dominicana, quase não consegue falar durante o IV seminário do Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH) e, com lágrimas nos olhos, diz: “sofri muito”. Também Billy, representante dos senegaleses de Caxias do Sul, insiste em cada um dos eventos aos que

assisti: “a gente sofre muito”.

Contudo, não é qualquer tipo de aflição que é vista pela rede de apoio como sofrimento e, portanto, também não são todos os “imigrantes” que são considerados como “vítimas”. Mario, um imigrante de origem boliviana que há décadas mora no Brasil, não consegue comover aos membros do FPMH quando apresenta uma e outra vez a sua luta pelo reconhecimento dos direitos políticos. Casado com uma brasileira e estudante de um curso superior, Mario vê frequentemente suas demandas serem percebidas como menos importantes diante das necessidades urgentes materializadas nos corpos negros de haitianos e africanos.

A fotografia que abre este capítulo ilustra uma reportagem de um jornal de Caxias do Sul que trata da situação de 25 senegaleses que, em setembro de 2013, foram encaminhados a um albergue improvisado nas instalações de uma antiga metalúrgica. Considero que a imagem nos introduz na questão que será abordada neste capítulo, ou seja, a ideia de que os imigrantes para serem reconhecidos como merecedores de atenção da rede de serviços públicos, devem ser construídos como “vítimas”. O objetivo do capítulo é então, refletir acerca da preeminência da noção de “vítima” nos debates sobre imigração no contexto pesquisado, visando ressaltar algumas relações entre o conceito de “vítima” e as discussões sobre imigração e cidadania anteriormente traçadas.

Para compreender as particularidades desta controvérsia, assumo a categoria “vítima” (e também as categorias “imigrante” e “refugiado”) como construções sociais profundamente relacionadas tanto com as tecnologias de governo que as produzem quanto com a atuação dos “agentes que lhe dão existência social” (VECCHIOLI, 2001, p. 84). Assim, veremos ao longo do capítulo que, embora atravessadas por marcos jurídicos internacionais, estas categorias adquirem sentidos específicos ao serem articuladas com “práticas locais de compaixão e assistência tanto governamentais como não governamentais” (MC CALLUM, 2012, p. 33).

Entretanto, longe de querer aprofundar uma visão que coloca de um lado a implementação de direitos (relacionada aos ideais de promoção da igualdade) e, de outro a ajuda humanitária (associada à solidariedade como suporte de justiça social), procuro seguir uma linha de reflexão que entende a articulação e o entrecruzamento da implementação de direitos com o humanitarismo contemporâneo. Isso porque, como apontaram Ferreira e Schuch (2010), no Brasil a linguagem da assistência social, da caridade e da filantropia combina-se à linguagem dos direitos e à retórica da cidadania (FERREIRA, SCHUCH, 2010).

Antes de abordar aspectos relacionados à articulação dos discursos dos direitos e das práticas humanitárias, problematizarei num primeiro momento uma diferenciação que

considero fundamental para compreender este cenário de disputas: refiro-me à separação no marco legal internacional das categorias imigrante e refugiado. Posteriormente, abordarei a centralidade da categoria “vítima” no debate sobre a mobilidade humana, apontando alguns dilemas e paradoxos da sua utilização. Num terceiro momento, apresentarei algumas cenas etnográficas que me permitem explorar uma multiplicidade de significados em torno da noção do imigrante como vítima. Como veremos nessa parte do capítulo, priorizei a etnografia de uma audiência pública sobre a situação dos senegaleses em Caxias do Sul com a intenção de mostrar como através de uma linguagem que exalta o sofrimento, os chamados novos imigrantes conseguem acessar certos direitos de cidadania. Privilegiei a análise desta audiência pública por considerá-la representativa de uma aproximação do fenômeno migratório predominante nas discussões e ações desenvolvidas por agentes não governamentais e governamentais envolvidos no acolhimento dos imigrantes que precederam e sucederam a 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar), tratada no capítulo anterior. A adoção da linguagem humanitária pode ser entendida como uma “economia moral” que tem como centro a razão humanitária, e que nos obriga a interrogar-nos sobre os significados e as implicações políticas e morais da linguagem do sofrimento (FASSIN, 2010, p. 19)<sup>44</sup>.

Entretanto, a busca por atenção e reconhecimento diante do poder público revela que não se trata somente da construção de um sujeito que sofre, mas como já apontado por Gabriel Gatti (2016), na sociedade contemporânea, o status de vítima permite o reconhecimento como cidadão e serve para sair da invisibilidade.

As outras cenas etnográficas tratadas neste capítulo – a construção de um albergue emergencial para imigrantes na zona norte de Porto Alegre e a intervenção de uma juíza durante uma reunião ordinária do Comirat – expõem outras facetas da categoria vítima. A gestão de um albergue para imigrantes revela as complexas relações entre Estado, ONGs e populações atendidas, e permite advertir processos de diferenciação e hierarquização entre imigrantes nos quais a pobreza continua sendo um marcador fundamental. Além disso, atravessada por discursos hegemônicos e securitários sobre mobilidade humana, a figura da vítima entrelaça-se com a do “trabalhador escravo” e a do “traficado”. Finalmente, como encerramento, apontarei algumas considerações sobre a orientação que vem tomando o ativismo em prol dos direitos humanos dos migrantes no cenário brasileiro atual.

---

<sup>44</sup>Fassin entende por “economia moral” a produção, repartição, circulação e utilização de emoções e valores de normas e obrigações no espaço social.

## 4.1 Imigrantes ou refugiados?

No Brasil, o aumento das solicitações de refúgio e as resoluções normativas humanitárias do CNIg apontam para um tema que tem ganhado relevância nos últimos anos tanto no nível internacional como no próprio Brasil. Refiro-me à diferenciação entre “imigrantes” e “refugiados” como sujeitos que migram por motivações distintas e portanto, merecem diferentes graus e tipos de proteção e acolhimento. Para Karim da Associação Antônio Vieira (ASAV):

A diferença entre status migratórios de refugiado e migrante é importante, não como um privilégio ou porque um é mais sofrido ou mais aceito que outro, mas sim porque são motivações de mobilidade diferentes. O imigrante pode, se quiser, ficar ou voltar para sua terra natal, e visitar a seus amigos e família, já o refugiado não desfruta da condição de abandonar nosso país porque teme pela sua segurança e da sua família, exceto quando o deslocamento não oferece riscos para sua segurança e a de sua família (REGISTRO DE CAMPO, 18-08-2015).

Como é possível apreciar no depoimento de Karin, o caráter forçado da migração e temor pela própria vida determinam a condição de refugiado. Não obstante, se bem que houve mobilizações forçadas ao longo da história, a categoria refugiado nem sempre teve a centralidade alcançada nos dias atuais. De acordo com a antropóloga Liisa Malkki (1995) a categoria “refugiado” adquiriu dimensões legais planetárias apenas a partir da Segunda Guerra Mundial originando um regime de asilo internacional formado por leis, normas e acordos entre Estados cujo marco regulatório permanece vigente até nossos dias.

Tanto para Malkki (1995) como também para Schindel (2016) a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967 continuam sendo as principais referências da proteção internacional aos refugiados. No texto da Convenção define-se ao refugiado como uma pessoa que:

[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, ART.1.2).

Entretanto, e como nos adverte Jardim (2017), é melhor não nos precipitarmos na identificação da Convenção de 1951 como um efeito da Segunda Guerra Mundial já que essa mostra que “o sistema de proteção é parte de um caminho mais amplo sobre violações do Estado ou de Impérios no século XIX que se aguçava no século XX” (JARDIM, 2017, p.

163).

Desde outro prisma analítico, embora atenta às continuidades e rupturas na categorização de algumas populações em mobilidade, a socióloga Saskia Sassen (2013), analisando duzentos anos de história da migração na Europa, mostra as mudanças de sentido das categorias de “estrangeiro”, “exilado” e “refugiado” em relação aos contextos mais amplos nas quais se produzem. A respeito da noção de “refugiado”, a autora observa que até o século XIX, a categoria “refugiado” aludia especialmente a pessoas obrigadas a abandonar a França por motivos religiosos. Apenas depois de 1796 o uso do conceito “refugiado” passou a incluir qualquer pessoa que abandonasse seu país devido a perseguições, sendo que geralmente eram políticas. Assim, durante o século XIX, a figura do “refugiado típico” era a de uma pessoa “educada e culta que tinha que abandonar seu país por motivos políticos” (SASSEN, 2013, p. 68).

Ao contrário daqueles refugiados – que em geral eram bem acolhidos – a autora destaca que as guerras da unificação da Alemanha (1864-1871) criaram um novo tipo de refugiado e em uma quantidade muito maior. Para Sassen, a destruição de povos e cidades durante essa guerra, assim como a extensão dos nacionalismos no final do século XIX, produz um tipo de fluxo de refugiados que prefigurou a experiência do século XX (SASSEN, 2013, p. 69).

Apesar disso, vemos no estudo de Sassen que como muitos desses refugiados eram pobres acabaram misturando-se com as classes trabalhadoras locais. Portanto e, embora a questão preocupante continuasse sendo o debate em torno do papel que deviam ocupar os refugiados políticos, a condição de refugiado político começou a fusionar-se com a do trabalhador imigrante (SASSEN, 2013, p. 70). Nesse sentido, é importante levar em conta que parte desses refugiados acabaram emigrando também para o continente americano e foram categorizados como “colonos” ou “imigrantes”.

Para Sassen em 1880 começou a configurar-se a história dos movimentos massivos de refugiados e desde então, refugiados e imigrantes misturaram-se cada vez mais. Entretanto, a autora observa que apenas a partir da Primeira Guerra Mundial pode-se constatar uma mudança no papel do Estado em relação ao controle dos fluxos populacionais e uma transformação do conceito de “estrangeiro”. Para ela, a Primeira Guerra Mundial marcou o início da noção moderna de “crise dos refugiados” no sentido dado atualmente (SASSEN, 2013, p. 116).

Por um lado, a consolidação do sistema interestatal na Europa Ocidental outorgou

grande importância ao controle das fronteiras. Por outro, o termo “estrangeiro” adquiriu um significado distinto, convertendo-o em “forasteiro”:

Es en este contexto en el que los estados de Europa Occidental se enfrentan a las masas de refugiados producidos por la Primera Guerra Mundial y sus consecuencias. Como respuesta, la Sociedad de Naciones estableció un Alto Comisionado para los Refugiados, que señala el reconocimiento por parte de los estados europeos de una crisis internacional de refugiados. Tal reconocimiento conlleva la aparición de obligaciones gubernamentales respecto a un grupo de refugiados formalmente definido (SASSEN, 2013, p. 117).

Outros autores também destacam o progressivo crescimento do número de refugiados depois de 1880 (Marrus, 1985) e a nova situação provocada pela Primeira Guerra Mundial que originou tratados internacionais e novas técnicas de gestão de populações deslocadas (SKRAN, 1995 apud SCHINDEL, 2016, p. 19). No entanto, esses fluxos massivos de refugiados seriam superados enormemente pelos 60 milhões de refugiados causados pela Segunda Guerra Mundial. É por isso que vários autores enfatizam a partir dessa época a dimensão global da problemática dos refugiados e a produção de um regime de asilo internacional.

Na perspectiva da antropóloga Estela Schindel (2016) - que realizou trabalho de campo nas fronteiras da Grécia- os instrumentos jurídicos surgidos com posterioridade à Segunda Guerra Mundial funcionam como um componente fundamental de uma política de asilo levada adiante pela Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR) e a maioria da classe política que tem como premissa a “solidaridad para los refugiados, imposición de la ley para los inmigrantes sin documentos válidos” (SCHINDEL, 2016, p. 19).

As considerações de Schindel são significativas para pensar sobre as implicações da criação das duas organizações supranacionais com competência na gestão de pessoas em mobilidade: o ACNUR, dedicado à atenção dos refugiados, e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) como uma organização intergovernamental orientada por questões econômicas e criada com o apoio dos Estados Unidos para tratar a questão dos imigrantes. A autora chama a atenção para como essa divisão de tarefas determinou inicialmente que um grupo mereça proteção legal em função da sua situação de risco enquanto outro seja objeto de *management* devido aos interesses determinados pelas necessidades das agendas geopolíticas e os mercados laborais (SCHINDEL, 2016, p. 20).

Entretanto, se as considerações de Schindel nos ajudam na compreensão da separação ao nível jurídico internacional das figuras do “refugiado” e do “imigrante” a mirada sobre a incorporação dos grandes fluxos de pessoas deslocadas após a Segunda Guerra Mundial no



mercado de trabalho nos mostra que uns e outros, refugiados e imigrantes acabaram “proporcionando a mão de obra que requeriam as economias europeias em plena reconstrução” (SASSEN, 2013, p. 141).

A respeito, Didier Fassin (2016) também tem chamado a atenção para o fato de que a “generosidade” nunca foi a razão principal para outorgar asilo. Ao contrário, para o autor há uma profunda relação entre a concessão de asilo e as motivações econômicas (necessidade de mão de obra para a reconstrução da Europa) e também ideológicas (Guerra Fria). Posteriormente, com a caída do Comunismo e a obstaculização da migração econômica os solicitantes de refúgio começaram ser vistos com receio e até com hostilidade enquanto ia se conformando o processo de integração europeu que acabaria com os acordos de Schengen<sup>45</sup> e o fortalecimento das fronteiras exteriores de Europa (FASSIN, 2016 apud Schindel, 2017, p. 20).

As reflexões trazidas por Sassen e os outros autores aqui apresentados permite-nos estabelecer alguns vínculos entre os processos de incorporação de “imigrantes” ao imaginário da nação brasileira e os processos mais amplos de mobilidade de migrantes e refugiados na Europa. Em especial nos auxiliam na compreensão dos entrecruzamentos entre uma e outra categoria e dos contextos políticos mais amplos nos quais eles se produzem.

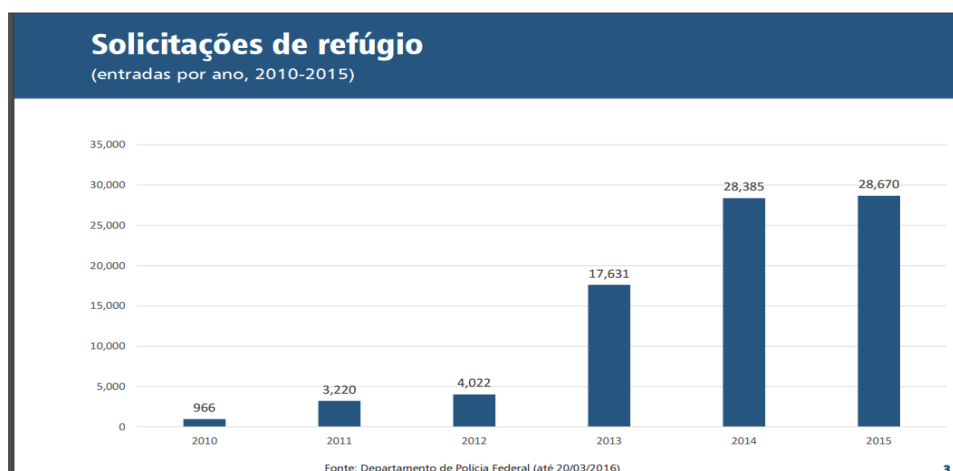
Como vimos no capítulo dois, no Brasil a categoria “imigrante” adquiriu centralidade dentro de um processo de colonização e ocupação do território. Posteriormente, devido à importância da ideia de assimilação, o “imigrante” foi transformado em “alienígena” e, numa forma estigmatizada, em “estranho” (SEYFERTH, 2008).

Atualmente, ao examinar as estatísticas em matéria de refúgio no Brasil, constata-se que a evolução das solicitações de refúgio mudou significativamente a partir do ano de 2010. Se até esse ano as solicitações de refúgio não chegavam a 1.000, em 2015 superavam 28.000. Quer dizer que houve entre esses anos um aumento de 2.868% das solicitações. O seguinte gráfico mostra essa evolução entre os anos de 2010 e 2015.

---

<sup>45</sup>O Espaço Schengen permite a livre circulação de pessoas dentro dos países signatários, sem a necessidade de apresentação de passaporte nas fronteiras. Mesmo que não haja controle nas fronteiras, os cidadãos residentes nos países signatários devem, por norma, portar um documento legal de identificação, como o bilhete de identidade. Para os turistas de países não signatários, a prova de identidade é sempre o passaporte ou, no caso de longa permanência, o documento legal substitutivo, emitido pelas autoridades de imigração de um dos países signatários.

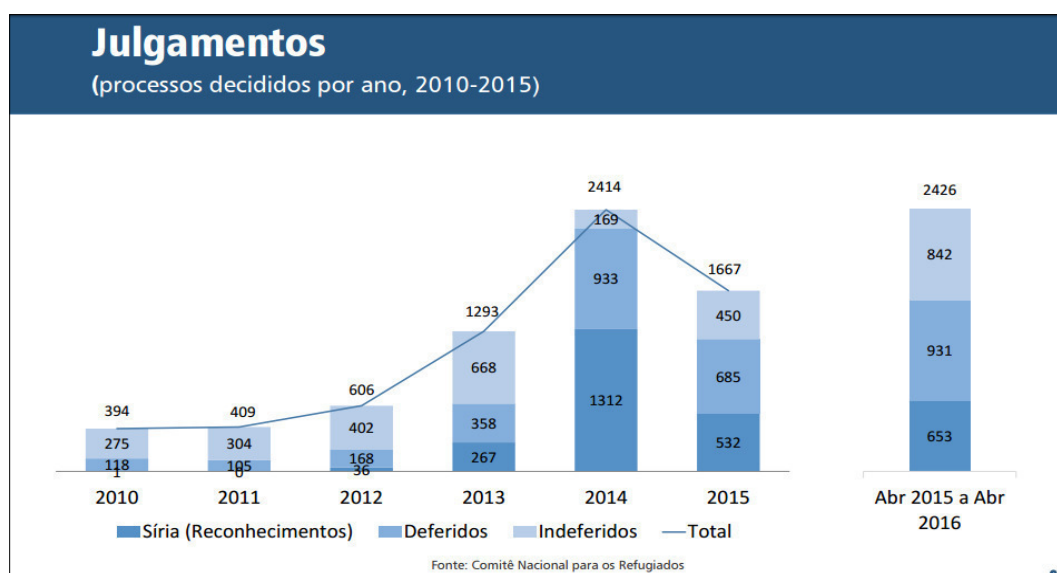
**Figura 23:** Evolução solicitações de refúgio 2010-2015



Fonte: CONARE

Entretanto, como explicado no capítulo 2, não são todas as solicitações de refúgio que obtêm um julgamento favorável. Muitas dessas são indeferidas pelo Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), órgão que pode denegar os pedidos. Como pode se observar no seguinte gráfico, o número de solicitações indeferidas também é notavelmente elevado.

**Figura 24:** Evolução solicitações reconhecidas, deferidas e indeferidas 2010-2015



Fonte: CONARE

Conforme apontado em capítulos anteriores, em relação àqueles casos que não conseguem um julgamento favorável, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) vem emitindo, de forma excepcional, resoluções normativas com caráter humanitário. Além disso, não devemos nos esquecer de que as limitações do Estatuto do Estrangeiro e uma política altamente seletiva na contratação de trabalhadores estrangeiros estão na origem do fato de que

muitas pessoas que se dirigem ao Brasil em busca de oportunidades laborais tenham recorrido à solicitação de refúgio como uma estratégia para a obtenção de documentação e alguns direitos básicos.

#### **4.2 A centralidade da categoria “vítima” nos debates sobre mobilidade humana e cidadania**

Vários autores que refletem sobre a vida nos campos de refugiados (Agier, 2006; Fassin, 2006, 2010; Schindel, 2016) têm apontado para a centralidade que adquire a figura da vítima no seio de dispositivos de controle “humanitários”. Analisando a concessão de permissões temporárias de estadia entre os sírios, os afegãos e os iraquianos que chegam ao território grego e buscam sair rapidamente dali, Schindel (2016) levanta estimulantes inquietações tanto sobre os mecanismos de avaliação de vidas existentes nos campos de refugiados quanto sobre a necessidade das pessoas de mostrarem-se como vítimas para serem reconhecidos como cidadãos.

Cabe assinalar que estudos que abordam situações como a analisada por Schindel (2016) comumente assumem uma separação entre o humanitário e o político à luz do pensamento do filósofo italiano Giorgio Agambem (1998) que distingue entre uma vida qualificada (*bios*) e uma vida biológica ou natural (*zoé*). De acordo com Agambem, uma “vida nua” emerge de forma indeterminada entre estas duas formas de classificação da vida. Daí que a separação entre o humanitário e o político constitua, no caso dos refugiados, vidas vulneráveis que precisam de proteção (AGIER, 2006).

Desde outra perspectiva analítica, e observando a circulação de pessoas do campo da política ao das organizações humanitárias Fassin (2010) entende que, longe de distanciarem-se, o humanitário e o político aproximam-se cada vez mais, podendo-se observar uma “humanização das políticas públicas e uma politização das organizações humanitárias” (FASSIN, 2010, p. 327).

Através da análise das medidas, dos dispositivos, das formas de governo – governamentais e não governamentais - desenvolvidas desde finais do século XX e princípios do século XXI para administrar populações e indivíduos que atravessam situações de desigualdade em contextos de violência ou em experiências de sofrimento, o autor identifica uma “razão humanitária” governando sobre as “vidas precárias”: “vidas ameaçadas e esquecidas que o governo humanitário faz existir, protegendo-as e revelando-as” (FASSIN, 2016, p. 14).

Dialogando com o conceito de “biopolítica” definido por Foucault, Fassin realça a importância das significações e dos valores na diferenciação das vidas. A ação humanitária é definida por Fassin como uma “biopolítica” em dois sentidos: em primeiro lugar, levando em conta as tecnologias da administração de populações, por exemplo, mediante a instalação de campos de refugiados; em segundo lugar, no que se refere ao objetivo de salvar vidas. Isso implicaria não apenas arriscar-se em nome dos outros, mas também selecionar aqueles que devemos atender prioritariamente quando os recursos são escassos. Por último, a ação humanitária é uma política da vida, na medida em que defende as causas “publicamente”, o que implica desligar-se de outras e, sobretudo, construir certas causas selecionando a melhor forma de representar as vidas das pessoas assistidas como “vítimas” ao invés de “resistentes” (FASSIN, 2010, p. 331).

Analisando os mecanismos utilizados para responder às solicitações de asilo na França, por exemplo, o autor mostra como se produz um “regime de verificação” no qual o reconhecimento do sofrimento realiza-se mediante a perícia médica que emite pareceres baseados nos “corpos” dos demandantes de asilo. Através dessa exploração o autor expõe as tensões e contradições das sociedades ocidentais quando afirmam princípios generosos de “proteção das vítimas de perseguição e administram a presença deles em termos restritivos de controle da imigração” (FASSIN, 2010, p. 167).

As reflexões destes autores ajudam-nos a pensar sobre as implicações da centralidade da categoria “vítima” em relação à questão dos migrantes e da cidadania. A respeito disso, Gabriel Gatti (2016), referindo-se à extensa produção bibliográfica sobre a questão da vítima, identifica duas grandes formas de abordar o tema. Por uma parte, distingue uma perspectiva – na qual inclui autores como: Chaumont 1997; Erner 2007; Garapon e Salas 2007 e Wieviorka 2003- em que a figura da vítima transborda a noção de cidadão:

En esta tradición, ante la avalancha de sujetos que ingresan en la vida social, la vida política, la vida jurídica, desde dolores privados, la reacción es de profundo recelo, con el desprecio en el extremo y la denuncia o el análisis en clave de sospecha como el mejor resultado: la víctima, se dice, quita espacio, confronta, rivaliza, polemiza, y hasta disputa, la posición central del que ha sido el soporte subjetivo del lazo social moderno, de la sociedad à la francesa, el ciudadano. La víctima representa, se afirma, una “identidad negativa”, que impide la ciudadanía y dificulta el funcionamiento del engranaje de la vida colectiva. Es señal de una “ciudadanía inmadura”, sin responsabilidad, asistida, asentada en la queja. Sospecha es la palabra clave (GATTI, 2016, p. 118).

Noutra parte, identifica outra perspectiva que aborda a vítima como uma expressão do sofrimento humano, a respeito afirma:

Pensar sobre la condición antropológica del que sufre supone un alto precio por pagar: la deshistorización y la naturalización. Aunque también es alta la ganancia:

sensibilidad por el sujeto sufriente, por lo específico de su lenguaje, y por sus capacidades de articular comunidad y sentido (Ortega 2008). En esta forma de aproximarse a la víctima, ésta es un sujeto que hace su agencia en el dolor, pese a que no es transmisible, y hace comunidad (Jimeno 2008; Ortega 2008) desde esa experiencia, desde el cuerpo roto, desde su lenguaje quebrado. Comprensión es aquí el término síntesis (GATTI, 2016, p. 118).

Os trabalhos de Gatti (2016) vêm apontando a conexão entre a ideia de vítima e o status de cidadania alcançado por aqueles que são reconhecidos a partir do seu sofrimento. Analisando os casos de pessoas que tentam se passar por vítimas – embora cientes de que não são – o autor observa que o desejo de ser vítima responde ao fato de que, na sociedade contemporânea, o status de vítima outorga reconhecimento e serve para sair da invisibilidade. Nesta perspectiva, é evidente o vínculo entre a noção de vítima e a de cidadão: “Hoy, ser víctima es nada más y nada menos que una vía de acceso a la condición de ciudadano” (GATTI, 2016, p. 120).

Na perspectiva deste autor, semelhante à de Martínez (2016), as figuras da vítima e do cidadão têm deixado de ser antagônicas. Para eles, a vítima e o cidadão agora não apenas convivem, mas têm chegado a fusionar-se numa nova entidade: o “cidadão-vítima” (GATTI, MARTÍNEZ, 2016, p. 8). Para os autores, a fusão entre os conceitos de cidadão e vítima estaria relacionada tanto à multiplicação das formas de violência contra o outro, quanto ao surgimento de uma nova sensibilidade coletiva altamente compassiva e emocional ante os fenômenos sociais.

As diferentes abordagens sobre a categoria vítima e seu uso para refletir sobre as distintas situações de mobilidade humana coloca o pesquisador diante de não poucos paradoxos. Por uma parte, e como tem apontado Jardim (2013), há uma tensão entre a importância que adquirem nos debates sobre mobilidade humana noções como “tráfico de pessoas”, “crime organizado”, “vulneráveis em perigo” e as “experiências dos sujeitos com trajetórias potentes de migração que não se ajustam plenamente às zonas de urgência dos enunciados hegemônicos” (JARDIM, 2013, p. 69). Por outro, a visão dicotômica que parece surgir de uma interpretação que distingue apenas entre vítimas e criminosos apresenta certos riscos quando vemos que rapidamente as vítimas podem se converter em culpáveis e até em criminosos.

A seguir, veremos como essas discussões se apresentam no contexto pesquisado. Num primeiro momento, veremos como num cenário complexo no qual o sistema de refúgio tem grande destaque, a rede de ativistas e organizações religiosas vinculadas à Congregação Scalabriniana mobilizam-se preocupados com a situação atravessada por senegaleses no

interior de Rio Grande do Sul. Conforme relatado pela irmã Maria do Carmo durante a segunda reunião do Comirat, aproximadamente um total de 270 imigrantes senegaleses haviam chegado à cidade de Caxias do Sul e, encontrando-se sem nenhum tipo de acolhimento, pediram abrigo no albergue municipal. Porém, e ao contrário do esperado, as autoridades municipais não apenas negaram os serviços de acolhimento da rede pública sócio assistencial, senão o próprio prefeito da cidade declarou que “não tinha obrigação de atender a pessoas estrangeiras”. A informação trazida pela Irmã não foi indiferente aos membros do Comirat que avaliaram como inaceitável a posição do prefeito, muito menos à vereadora de Caxias do Sul, Denise Pessoa (PT), e a deputada Marisa Formolo (PT), que viram naquelas palavras claros signos de racismo. Alguns meses depois, as declarações do prefeito converteram-se em uma das razões pelas quais se convocou uma audiência pública em Porto Alegre para tratar da situação dos senegaleses em Caxias do Sul.

#### **4.3. A construção de um quase-refugiado: a audiência pública dos senegaleses**

A manhã da quarta feira, 13 de novembro de 2013, foi realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no centro de Porto Alegre, uma audiência pública para debater sobre a situação dos imigrantes senegaleses na cidade de Caxias do Sul. Quando passaram alguns minutos das 10:30 da manhã, o presidente da Comissão, Jeferson Fernandes, convida à mesa os participantes do debate. As entidades da sociedade civil estão representadas uma vez mais pela Irmã Egídia do Centro de Orientação ao Migrante (COMIG), Jurandir Zamberlain do Centro Ítalo-brasileiro de Atenção Migrante (CIBAI) e a Irmã Maria do Carmo do Centro de atendimento ao Migrante de Caxias do Sul (CAM). Billy, um jovem senegalês que preside a associação senegalesa de Caxias, é o porta-voz dos “imigrantes”. A antropóloga da UFRGS, professora Denise Jardim também é chamada para compor a mesa. Norberto e eu estamos entre o público junto a vários senegaleses.

Ao finalizar as apresentações, Fernandes diz que ainda que fossem tratados nessa Comissão assuntos “muito sérios”, não se deve ter apego à “formalidade”, e convida a todos para “ficar a vontade”, para “participar”, para “dizer o que se pensa”, para “reclamar nossos direitos”. De acordo com suas palavras, isso ajudaria para que os parlamentares pudessem auxiliar “o melhor encaminhamento possível na dignificação da pessoa humana”.

Até então, o desenvolvimento de questões envolvendo o atendimento a imigrantes era pouco comum na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul,

dedicada a receber as denúncias de violações de direitos provenientes de todos os municípios do estado. Concebida no caminho da abertura democrática brasileira, o trabalho dos deputados que a conformam, privilegia a defesa dos direitos e da cidadania sem distinção de nacionalidades.

A deputada Marisa Formolo, liderança gaúcha do Partido dos Trabalhadores (PT) que fomentou o debate, inicia a audiência salientando o trabalho feito pela Igreja Católica e enfatizando que este “deveria ser feito pelo Estado”. Porém – agrega- “em Caxias do Sul - assim como em outras cidades- esta sendo feito pelas instituições religiosas”. A continuação, destacando o trabalho da vereadora Denise Pessoa (PT) e sublinhando a abertura das portas da Audiência como “um gesto de apoio”, acrescenta: "sabemos que no Conselho estadual há interesse de encontrar uma solução, o Conselho Nacional também tem interesse, mas nós temos processos burocráticos excessivamente formais, lentos, e a vida é rápida”. Aproveitando a ocasião, insiste na importância da organização como forma de exercer mais pressão política sobre esses órgãos e sobre as avaliações prometidas.

Seguidamente, centrou-se na assistência humanitária enfatizando que "se não fossem países pobres os que estão ingressando em países de condições melhores, certamente não haveria problemas com os imigrantes". Seu discurso realça o caráter político “de ter países mais pobres e países mais ricos” destacando como no sistema capitalista as pessoas vão se transformando em “objetos da comercialização”. Logo, afirma: "assim como foi com a escravidão, está sendo com os imigrantes".

Refere-se ainda a inviabilidade dos senegaleses serem considerados refugiados, por não serem enquadrados nas condições humanitárias reconhecidas, também não um caso similar ao dos haitianos que receberam visto permanente devido ao terremoto. Não obstante, manifesta a urgência da assistência humanitária para os senegaleses, em reconhecimento de sua “pobreza”. Para ela, a fome e a falta de trabalho são critérios válidos e suficientes para mobilizar o “tratamento humanitário”. Além do mais, de acordo com a deputada, existe a necessidade de derruir-se um conceito tipicamente capitalista em prol de “um sentimento de fraternidade em toda a humanidade”.

Depois das palavras iniciais da deputada Formolo, a vereadora Denise Pessoa diz de maneira contundente: “Não queremos reviver a situação da escravidão”. Enquanto traça um quadro da presença de senegaleses e haitianos na região – deu uma estimativa de 600 senegaleses e de 700 haitianos- afirma que a “busca de trabalho” é o fator que mais atrai esses grupos. Não obstante, para a vereadora essa busca de emprego estava sendo obstaculizada,

sobretudo, pela desatualização do Estatuto de Estrangeiro, uma lei que, de acordo com a sua visão, não consegue “enquadrar de forma adequada a situação dos senegaleses”. Para a vereadora, o fato de os senegaleses não terem um visto de trabalho é mais uma prova de que essa é uma lei que trata aos estrangeiros como “inimigos”. Para ela, a lei em vigor não é uma regulamentação que “protege aos estrangeiros”, muito pelo contrário, é uma lei que “protege os brasileiros dos estrangeiros”.

Para Pessoa, este é o motivo principal pelo qual os senegaleses que chegam a Caxias encaminhem solicitações de refúgio, a fim de legalizar e regulamentar sua situação. Posto que, essa decisão esta a cargo do CONARE - e existem sérias dúvidas sobre se a situação dos senegaleses poderia se encaixar nos parâmetros da Lei do Refúgio ou não (Lei 9474 de 1997)- pensa-se que está em risco a “regularização temporária”, obtida mediante o pedido de refúgio. Aliás, na opinião da vereadora, ao se encontrarem sem documentação, a chance de serem tratados como “escravos” vai aumentando.

Por fim chega o turno de Billy- presidente da associação dos senegaleses de Caxias-. Depois de emitir um longo suspiro e destacar algumas das adversidades ocorridas pela falta de documentação, assinala: “sem carteira de trabalho, a empresa não presta nenhum tipo de assistência, pagam por dia e, se há qualquer um machucado, ninguém ajuda, e a gente precisa muito de ajuda”.

**Figura 25:** Billy na Audiência Pública dos senegaleses



Fonte: Assembleia Legislativa RS (2013)

Após a intervenção de Billy, toma a palavra a representante do senador Paulo Paim e militante do movimento negro da Igreja Católica, Vera Triunfo que se encontrava ali por haver participado de uma audiência anterior. Ela sugere o encaminhamento urgente ao senador Paulo Paim e a ministra de Igualdade Racial. Aliás, e de acordo com ela, é preciso ir até Caxias do Sul e “sacudir” a prefeitura.



Lembrando do fato de que “foram os negros os que construíram o Brasil”, diz com efusivamente:

Não podemos evitar ou negligenciar os negros na história do Brasil, alguém tem que ir lá e pedir respeito à comunidade africana, alguém têm que dizer que não foram os brancos quem levantaram este país, foram os africanos e por tanto têm que respeitar esses africanos que estão chegando a Caxias do Sul.

A intervenção da representante do movimento negro foi seguida pela representante do movimento sindical Susane Matos quem não pareceu interessar-se demasiado pela questão racial, em vez disso, ela parecia preocupada em saber se os senegaleses haviam “chegado por vontade própria” ou se “alguém havia feito alguma promessa”. Para ela, era preciso estar alerta já que essas pessoas podiam estar sendo “traficadas”.

Atenta ao rumo que estava tomando o debate, a professora Denise Jardim pede para “não criminalizar as pessoas em trânsito” sublinhando que não se podia relegar aos estrangeiros “solucionar problemas da sociedade brasileira”. Nesse sentido, destaca também que já é suficiente o sofrimento de ter que sair de seus países, para que se “acalentara o debate com a possibilidade do tráfico”.

Mas a intervenção da antropóloga não parece convencer à Irmã Maria do Carmo quem pede para se averiguar as condições em que se dá essa “vinda”. Ela enfatiza a forte presença de “coiotes” (pessoas que dizem ajudar na migração e acabam cobrando muito caro) e quase com resignação reconhece: “a gente vive com o coração na mão”. Ressalta inclusive que, no dia anterior, quatro pessoas haviam chegado e “já tinham sido imediatamente pegos por um empregador de Porto Alegre”. Para ela, os “imigrantes” se submetem a “qualquer tipo de trabalho”. É por isso que em sua opinião, é importante a criação de um “comitê municipal” (similar ao Comirat) em Caxias do Sul. Naquele momento, o deputado Jeferson Fernandes solicita a Billy que realize uma “tradução abreviada” para seus companheiros do Senegal dos assuntos comentados até aquele momento. A tradução dura aproximadamente cinco minutos.

Depois da tradução, representantes da “sociedade civil” colocam antigas demandas, sobretudo as ligadas à modificação do Estatuto do Estrangeiro. Jurandir Zamberlam, do CIBAI-Migrações, ressalta os "mecanismos perversos" da dita lei, afirmando a centralização na justiça federal e a falta de responsabilidade do estado e do município. Também a irmã Egídia, do COMIG defende a necessidade de se “fazer pressão” para “modernizar a legislação brasileira”. De acordo com ela, a nova legislação deve ser “humanitária”. A irmã Egídia também se lembra das promessas não cumpridas pelo governo (concretamente da falta de professores de português) e frisa: “quem continua salvando a situação é a igreja católica”.

Antes de finalizar a audiência, um estudante de ciência política da UFRGS senegalês, de nome Mamadou, toma a palavra e assinala: “Senegal é um país historicamente migrante, mas sempre se destacou por ter pessoas em busca de uma vida melhor, de uma vida digna. Raramente vão ver os senegaleses metidos com crime, ou droga”. Recordando que o Brasil estava recebendo imigrantes senegaleses por diversos motivos (a crises na Europa, a Copa do Mundo) afirma: “há esperança nos senegaleses que vêm para cá, mesmo que as pessoas vindas do Senegal busquem uma vida melhor, elas não são miseráveis”.

Depois daquela intervenção o presidente da CCDH destaca a importância e a complexidade do debate. Uma vez mais o trabalho da igreja católica é realçado: “se não fosse pela igreja muitas pessoas estariam hoje completamente desamparadas”. Fernandes lamenta que as autoridades brasileiras “que assinam inúmeros acordos internacionais” não implementem qualquer medida para regularizar a situação dos estrangeiros que ingressam no país em busca de uma vida mais “digna”. “É necessário unificarmos as instituições para irmos atrás da solução destes problemas que dos estrangeiros que chegam ao país que envolve a saúde, a moradia e a alimentação”. Ele pede pela unificação das instituições e a criação de um Grupo de Trabalho composto por instituições que participam neste debate, além de contarmos com o Ministério Público, Embaixada do Senegal e FAMURGS (Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul) para “tratarmos deste tema e encaminharmos as soluções necessárias, sem deixar qualquer margem para que o preconceito ocorra”. Para ele, posturas de prefeitos como o de Caxias do Sul são inadmissíveis, e por isso para ele deve ser reforçado o entendimento de que “os seres humanos não têm pátria”.

Depois das palavras de Fernandes, a vereadora Denise Pessoa propôs um encaminhamento junto ao Itamaraty e à Embaixada do Senegal. Informa ainda sobre a reunião no CNIg em Brasília do dia 21 de novembro, momento em que seria entregue o relatório sobre Caxias do Sul e as fichas das pessoas já atendidas. “É importante que esta questão não se transforme, numa questão policial”, diz. Pouco tempo depois de lidos os encaminhamentos, a audiência foi finalizada aproximadamente às 12hrs30.

\*

Na data em que foi realizada a audiência os senegaleses, haitianos e outros imigrantes já constituíam uma intensa realidade em cidades como Caxias do Sul, Passo Fundo ou Bento Gonçalves. A região, considerada um “pólo industrial” do estado riograndense - devido à presença de inúmeras fábricas alimentícias e metalúrgicas - começava a ser considerada um dos principais pontos do país na concentração destes imigrantes. A informação disponível

naquele momento era que eles não tinham maiores dificuldades para conseguir empregos nessas áreas, não obstante, experimentavam sérias dificuldades para obter a documentação brasileira (RNE, Carteira de trabalho, CPF). A falta dessa documentação dificultava, por exemplo, o acesso a rede sócio assistencial.

Como apontado na audiência, obter a permissão de residência não é nada fácil para os senegaleses. Por uma parte, eles não são, em sua maioria, os trabalhadores altamente qualificados contemplados pela normativa vigente. Por outra parte, provir de Senegal não os posiciona automaticamente como sujeito cuja vida está em perigo de morte e tampouco os coloca exatamente na mesma situação dos haitianos para quem existe um visto humanitário a causa do terremoto. Desta forma, apelar ao reconhecimento pelo sofrimento parece ser o caminho possível a ser trilhado pelos senegaleses e a sua rede de apoio para conseguir inserir-se no campo da cidadania.

Entretanto, depreende-se dessas falas que para que um imigrante seja reconhecido como digno de um tratamento particular ele também precisa ser pobre. Considero que a diferença do contexto europeu, onde “a falta de oportunidades no país de origem não é construída como traumática nem como causante de um temor merecedor de asilo” (MC CALLUM, 2012, p. 41) no Brasil, a pobreza, a falta de trabalho, a fome também são traços que pesam no momento de decidir quem merece atenção e reconhecimento como “imigrante”.

Ou seja, se em outros contextos o “imigrante” que anseia por uma vida melhor, um trabalho e direitos reconhecidos no país de chegada assumirá um caráter de “desconfiança” e quem foge de perigos presumivelmente maiores e mais difundidos pela grande mídia “terá mais possibilidades de ser acolhido e obter permissão de residência” (SCHINDEL, 2016, p. 18) no Brasil, a dimensão econômica e política da mobilidade conjugam-se de um modo particular produzindo uma figura entre o imigrante o refugiado, um quase refugiado digno de reconhecimento tanto pelo sofrimento quanto pela sua pobreza. É o que parece demonstrar a resolução do caso dos senegaleses.

Alguns dias depois da audiência, no dia 12 de dezembro de 2013, todos que participamos do Comirat recebemos um correio eletrônico que dizia:

Hoje, no dia 10 de dezembro, dia em que comemoramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos, recebi a notícia de que o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão colegiado e vinculado ao Ministério do Trabalho, deliberou em reunião medidas para a regularização dos senegaleses que estão no Brasil.

O CNIg concederá Permissão Permanente ou Visto de Permanência aos senegaleses nos seguintes casos:

- a) que encaminharam seu protocolo de solicitação de refúgio há mais de 6 meses;
- b) que encaminharam seu protocolo de solicitação de refúgio há menos de 6 meses e

que estejam com sua carteira de trabalho ativa, portanto, trabalhando;  
c) que tiverem um membro de seu núcleo familiar nas condições apresentadas nos itens anteriores.

A pré-autorização já foi concedida pelo CNIg em reunião hoje. A implementação ocorrerá nos próximos dias com a publicação da lista nominal das pessoas enquadradas nos critérios acima no Diário Oficial da União.

Avançamos em muitos pontos, graças ao trabalho de muitos. Ajudamos a dar visibilidade uma população oprimida e explorada mundialmente, modificamos a forma de atendimento junto a Polícia Federal que passou a ter maior agilidade e agora avançamos na forma de regularização desses imigrantes.

Com este visto de permanência, estes senegaleses terão a liberdade e poderão rever seus familiares que ficaram no Senegal. Desta forma, comemoro os 65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, destacando o artigo 13º que diz: “Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Portanto, garantir o direito de migração é sim, um direito humano.

#### ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gabinete do Governador

Por outra parte, considero que a intervenção de Mamadou no final da audiência assinalando que “mesmo que as pessoas saíssem do Senegal buscando uma vida melhor, não eram miseráveis” é significativa da tensão gerada pelo discurso da pobreza, aquele que diz respeito a “desigualdade e solidariedade”, e a “relação de dominação e relação de ajuda” constitutiva de todo governo humanitário (FASSIN, 2010). Como veremos no próximo capítulo essa tensão está na origem dos mais recentes movimentos de refugiados e imigrantes.

Finalmente a audiência pública resulta interessante para pensar como antigas imagens do “imigrante”, por exemplo, como “pobre” convivem com formas mais novas de se pensar a mobilidade humana vinculadas a discursos hegemônicos de direitos humanos. Desta forma, o imigrante não deixa de ser pensado como um simples pobre, senão, essa imagem entrelaçada com o discurso do sofrimento, apresenta-se como uma possibilidade real para acessar a direitos que de outra forma ser-lhes-iam negados.

#### **4.4. Um alojamento para imigrantes: entre a pobreza e a ajuda humanitária**

*"Para o migrante, pátria é a terra que lhe dá o pão"*

G.B. Scalabrini, Pai dos Migrantes, 1889

Na metade do ano de 2015 improvisou-se um albergue no Centro Humanístico Vida, localizado no bairro Rubem Berta na zona norte de Porto Alegre, para alojar os imigrantes

haitianos e africanos chegados do Acre<sup>46</sup>. O Centro Vida foi inaugurado na década de 1990 como um “espaço de cidadania” no qual se realizam ações em matéria de saúde, trabalho, lazer, educação, esporte e cultura<sup>47</sup>.

O alojamento para os “imigrantes” organizou-se nos fundos. Em um espaço relativamente amplo improvisou-se um quarto coletivo com quase 100 colchões distribuídos no chão. Tiago, o coordenador do Centro, mostrou-me as instalações e falou-me acerca do trabalho de acolhimento realizado através da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS).

Durante o tempo que permanecemos conversando naquele quarto, Tiago explicou algumas coisas do funcionamento do lugar. Disse-me, por exemplo, que tudo o que foi conseguido foi por meio de doações. No entanto, apontou que ainda precisavam de coisas tais como roupa de cama, materiais de higiene e roupa de inverno. Também comentou que a Defesa Civil planejava a compra de mais 100 colchões. Afirmou que a maioria dos imigrantes eram haitianos e que havia também senegaleses. Sugeriu que entre eles (senegaleses e haitianos) existia certa rivalidade e que por isso decidiram que seria melhor que “não ficassem juntos”.

Ao sair do “quarto dos haitianos” nos dirigimos rumo à cozinha onde havia algumas mulheres próximas ao fogão preparando o que supus ser o almoço. Alguns homens também estavam envolvidos na organização da comida. Tiago esclareceu que estava tudo organizado por “turnos” e que eram eles mesmos que faziam as suas coisas. Continuando com a visita, chegamos até o “quarto dos senegaleses”. Este quarto era menor que o dos haitianos, mas no lugar de colchões no chão, havia beliches. Senti que estava sendo bastante invasiva. Havia pessoas ali dentro deitadas na cama ou pendurando as roupas que me parecia terem acabado de lavar. Saindo do quarto, Tiago mostrou-me uma pequena despensa, repleta de alimentos.

No total, quase 60 haitianos e senegaleses estavam morando lá. A ideia era que permaneceriam ali até encontrar emprego e receber o primeiro salário. Isto lhes permitiria

---

<sup>46</sup>Desde o mês de novembro de 2014 vários ônibus com haitianos e africanos foram enviados pelo governo de Acre para Porto Alegre. Esta questão preocupava ao Comirat e a rede de acolhimento que desde então debruçava-se sobre qual seriam as estratégias de acolhimento.

<sup>47</sup>Alguns dos programas que funcionam no Centro Vida são: “Pati” - Programa de Atendimento à Terceira Idade, concebido como um espaço de convivência e de fortalecimento da cidadania, através de atividades culturais, esportivas, artísticas, de promoção da saúde, educativas e de lazer. “Biblioteca e Telecentro”, um espaço de livros, revistas e jornais e do programa de inclusão digital com acesso à internet. “Atividades abertas”, atividades gratuitas de *hapkido*, ginástica rítmica e basquete, além de ser também um “Espaço para eventos onde se realizam torneios esportivos, feiras, seminários e reuniões comunitárias.

alugar uma moradia. Segundo Tiago, vários moradores do bairro chegavam diariamente ao Centro para oferecer aluguéis a preços “acessíveis”. Além de providenciar o albergue, a FGTAS intermediava com as empresas a comunicação para conseguir vagas de emprego. De acordo com Tiago, são os frigoríficos os que mais contratam “este tipo de mão de obra estrangeira”.

Depois de recorrer aos principais espaços destinados aos “imigrantes”, Tiago apresentou-me a duas colaboradoras da Afinca, uma ONG que realiza ações de formação e capacitação no Centro Vida. Alguns dos imigrantes haviam começado a frequentar os cursos oferecidos pela ONG como, por exemplo, o curso de computação. Patrícia, uma jovem voluntária, ministrava esse curso e com muita simpatia parecia estar entusiasmada por contar-me que seu pai, dono de uma empresa madeireira, havia empregado alguns haitianos.

O relato de Patrícia me surpreendeu tanto pela sinceridade quanto pelo conteúdo. Segundo ela, seu pai estava muito contente com os haitianos que havia empregado porque eles “não eram como os brasileiros”. De acordo com Patrícia isso queria dizer que eles “trabalhavam as horas que fizeram falta” e, sobretudo “não reclamavam”. Além disso, contou-me que seu pai às vezes se irritava com facilidade e costuma gritar: “quando meu pai grita com eles, eles ficam quietos, isso não acontece com os brasileiros”. Uma outra coisa havia chamado a atenção de seu pai, segundo Patrícia, “além disso os imigrantes tinham estudos”.

Não devemos pensar, contudo, que Patrícia relatava suas percepções com sarcasmo ou arrogância, pelo contrário, o que me surpreendeu foi a normalidade com que essas palavras saíam da sua boca entrelaçadas com uma demonstração de “simpatia” com os recém-chegados, várias vezes afirmou estar “muito contente” pelos “imigrantes” estarem ali.

Pela potência enunciativa de declarações como esta acima citada, é relevante considerar que a diferenciação baseada no fundamento da nacionalidade pode ser fortemente mobilizada não apenas em períodos de crise de emprego, mas também em épocas caracterizadas como de crescimento econômico e prosperidade. Pensando no cenário brasileiro, as considerações de Patrícia nos permitem refletir acerca de certa imagem da realidade socioeconômica brasileira muito divulgada pela mídia e por membros do governo durante a última década.

Se bem que é certo que, durante muito tempo, olhar para as migrações no sul do Brasil era olhar para um encontro com a alteridade num contexto de “sociedades empobrecidas” (Etcheverry, 2011; Moraes, 2013), durante os últimos anos observa-se uma tendência a pensar que o crescimento da economia brasileira, junto às crises que afetaram os três maiores polos

de desenvolvimento mundial (Estados Unidos, Europa e Japão), transformaram o Brasil num “ímã de mão de obra legal e ilegal”. Neste sentido, de acordo com as declarações de um alto funcionário do Ministério da Justiça “o país voltou a ser um país de imigração e não mais de emigração”. De acordo com este mesmo funcionário, “na medida em que o país vai se enriquecendo, a questão da imigração vai se tornando cada vez mais importante”<sup>48</sup>.

A diferença dos contextos de crises econômicas em que os imigrantes são criticados por ocuparem postos de trabalho que pertenceriam aos “nacionais” – o que ouvi várias vezes durante a pesquisa, sobretudo de parte dos empresários que os contratavam – é que os imigrantes “faziam o trabalho que os brasileiros já não queriam fazer”.

Por outra parte, várias vezes durante a conversa com Tiago, deparei-me com a ideia de que alguns imigrantes mereciam mais do que outros alguns dos serviços oferecidos no Centro Vida. Frequentemente Tiago, referia-se aos serviços ali oferecidos como “facilidades”. De acordo com ele, em razão dessas facilidades era importante ter cuidado com os “infiltrados”, ou seja, com aqueles imigrantes que morando com anterioridade na região, buscavam “aproveitar-se” dos serviços ali oferecidos. Para diferenciar os considerados como legítimos beneficiários das ações empreendidas pela FGTAS no Centro Vida, os imigrantes foram identificados com um crachá.

A seguinte fotografia foi publicada no final do mês de julho no site da FTGAS devido a uma seleção de emprego. De acordo com o informado na notícia, quatro empregadores entrevistaram os estrangeiros para 22 vagas de trabalho. Na fotografia pode-se ver um dos diretores da FTGAS, Juarez Santimon, juntos aos “imigrantes”. Alguns deles portam o crachá.

---

<sup>48</sup> Declarações do ex-secretário Nacional da Justiça Paulo Abrão no jornal o Globo em 2011. <http://oglobo.globo.com/economia/crise-global-crescimento-do-brasil-fazem-numero-de-imigrantes-crescer-52-no-ano-superando-2-milhoes-3079211>

**Figura 26:** Imigrantes haitianos e senegaleses antes de iniciar-se à seleção de emprego.



Fonte: FTGAS<sup>49</sup>

A questão de como as instituições públicas tratam de maneira diferencial a distintos tipos de imigrantes tem sido discutida significativamente no contexto estadunidense pela antropóloga Aihwa Ong (1996). Analisando as experiências de refugiados cambojanos e seus empregadores chineses diante dos serviços públicos, a autora mostra não há apenas um tratamento diferencial, mas também a produção de diferentes tipos de “minorias”.

A autora destaca que nessa produção, atributos relacionados com a classe social (autoconfiança na luta pelo êxito econômico e autodisciplina) se encontram fortemente racializados. Desta forma, e de acordo com a lógica da racialização dos atributos de classe, as estimativas populares acerca do valor econômico de um grupo, atuam “branqueando” ou “enegrecendo” aos grupos de imigrantes. Assim, enquanto os refugiados cambojanos são conhecidos pela alta fertilidade e a sua dependência do sistema, seus empregadores chineses são admirados pelos valores confucianos (ONG, 1996, p. 742).

Continuando o proposto por Ong (1995, 1996), Sara Horton analisa a construção social dos imigrantes cubanos como moralmente identificados como dignos e os imigrantes mexicanos considerados apriori como indignos da atenção do serviço de saúde pública dos Estados Unidos. Creio que as reflexões destas autoras são relevantes para pensar sobre como as políticas públicas também participam na elaboração e reprodução de ideias sobre a cultura

<sup>49</sup>Fonte: <http://www.fgtas.rs.gov.br/44-imigrantes-alojados-no-vida-centro-humanistico-participaram-de-selecao-de-trabalho>.



e o merecimento dos serviços públicos por parte dos imigrantes. Neste sentido, e como aponta Daniel Etcheverry (2011), é a partir da produção do “imigrante” como “um outro que é pobre e que tem uma cultura”, que são desenvolvidas todas as outras estereotipações que os classificam de acordo com sua origem nacional e concedem a cada categoria “fixada de antemão” princípios morais e estéticos. Desta forma, como realça o autor, “o discurso que relaciona migração, pobreza e cultura está na base de todos os outros, abrange-os e explica-os”. (ETCHEVERRY, 2011 p. 149).

A epígrafe deste tópico, "Para o migrante, pátria é a terra que lhe dá o pão", é uma frase muito utilizada por representantes do FPMH durante os seminários de mobilidade humana propostos por esta organização. Não obstante, este tipo de representação surte alguns efeitos que merecem atenção.

Por um lado, em certas ocasiões, acentuar a pobreza dos “imigrantes” gera reações contrárias à imigração. Por exemplo, quando falei à diretora de uma ONG, que presta serviços no Centro Vida, que a minha presença ali se devia ao meu interesse em conhecer os haitianos e senegaleses que estavam morando lá, a diretora mostrou-se um pouco incomodada pela presença dos haitianos e senegaleses. Enfatizando que não entendia porque eles estavam ali “sem fazer nada” manifestou que preferia que eles fizessem “algo útil”. De acordo com seu ponto de vista, dessa forma, “retribuiriam” o fato de estar sendo acolhidos e alimentados “de graça”. Para a diretora, eles pareciam “bichinhos” que passavam o dia todo “sem fazer nada”. As palavras da diretora desta ONGs lembraram-me das declarações de um vereador de Caxias do Sul que em julho de 2014, durante uma audiência convocada para discutir os casos de racismo ocorridos naquela cidade, afirmou:

Eu não gostei nada desse pessoal vir para cá. Não vieram trazer benefícios para o Brasil coisa nenhuma. Vieram trazer mais pobreza. Então eu não sou favorável a esses caras aqui, de jeito nenhum. O pessoal daqui precisa de muito apoio também e não tem”, afirmou ao subir na tribuna da Casa (G1.GLOBO.COM, 07-07-2014).

Resulta interessante que o mesmo jornal que tratava essas declarações como polêmicas titula a notícia da seguinte maneira: “Nova leva de imigrantes africanos preocupa autoridades de Caxias, RS”<sup>50</sup>.

Por outro lado, e do ponto de vista dos imigrantes as ênfases dadas na pobreza parecem implicar um sentimento de humilhação. Em uma ocasião, um refugiado congolês contou-me como havia sido “barrado” na porta de uma instituição humanitária quando se

---

<sup>50</sup><http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/nova-leva-de-imigrantes-africanos-preocupa-autoridades-de-caxias-rs.html>

dirigia para dar uma conferência sobre refúgio. De acordo com o refugiado, o encarregado de controlar as entradas não acreditou que ele, “um negro africano”, poderia ser o conferencista. Para o congolês, o impedimento da entrada não era apenas uma prova do racismo da sociedade brasileira, como também refletia a visão que esse tipo de instituição tem dos imigrantes como receptores de ajuda, mas nunca como pessoas com capacidade de oferecer alguma coisa.

Na continuação, referir-me-ei brevemente a outra faceta da categoria vítima, aquela que diz respeito à categoria “tráfico” como forma de mostrar um tipo de racialização do imigrante.

#### **4.5 A suspeita do tráfico e do imigrante como trabalhador escravo: as performances da racialização do imigrante.**

Em meados de 2015 realizou-se a segunda audiência pública em Porto Alegre para tratar a situação dos imigrantes africanos no Estado. Naquela ocasião foi notável o aumento de participantes em relação à primeira audiência. Ao cair da noite de uma fria terça feira de junho o plenário estava lotado. Percebi que diferentemente da audiência de 2013 havia um maior número de imigrantes e, pela primeira vez nesse tipo de evento, havia um significativo número de mulheres.

A audiência foi proposta pelos deputados Manuela d'Ávila (PCdoB) e Pedro Ruas (PSOL). Entre os presentes estavam a defensora pública Federal, Fernanda Hahn, o secretário municipal dos Direitos Humanos de Porto Alegre, Luciano Marcantônio e o delegado Regional da Polícia Federal, Daniel Justo Madruga. Participaram ainda os deputados Missionário Volnei (PR), Jéferson Fernandes (PT), representantes da Fundação Gaúcha do Trabalho (FGTAS), do Cibai-Migrações, COMIRAT, do GAIRE, além de vereadores e entidades ligadas ao tema. Como representantes dos imigrantes, estavam os senegaleses Billy, de Caxias do Sul, e Mor, de Porto Alegre.

Durante esta audiência, a maior preocupação era - como afirmou a deputada Manuela d'Ávila - que os imigrantes estivessem “vivendo em situação análoga ao trabalho escravo”. De acordo com a deputada, no Brasil já existiam problemas desse tipo com imigrantes bolivianos em São Paulo. Para a deputada, era bom lembrar que o Brasil também era uma sociedade de classes e que aqui também se explorava. afirmou que um exemplo disso havia sido o caso que envolveu a empresa “Zara” que colocou imigrantes bolivianos em situação de

trabalho escravo. “Não podemos desprezar esse risco”, realçou. No mesmo sentido, o deputado Pedro Ruas assinalou que já havia casos desse tipo no Rio Grande do Sul envolvendo aos haitianos. Do mesmo modo, durante a audiência de 2015 deu-se grande destaque à “acolhida humanitária” e à necessidade da reforma do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815 de 1980).

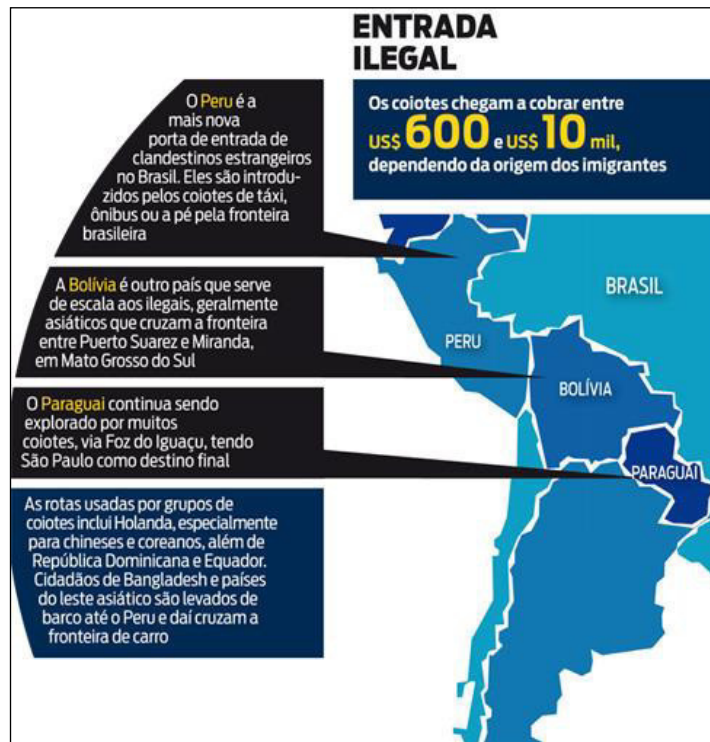
A representação do “imigrante” como “traficado” e como “trabalhador escravo” no Brasil é uma imagem que se multiplicou nos meios de comunicação a partir do ano de 2010. No início do ano de 2011, por exemplo, um artigo publicado por uma conhecida revista começava com este tom assustador:

Todos os dias, em algum ponto dos 16,8 mil quilômetros da fronteira seca que separa o Brasil de seus vizinhos, um grupo de imigrantes entra ilegalmente no país. Incentivados pela imagem de potência emergente, esses clandestinos caem nas mãos de atravessadores estrangeiros e brasileiros, os chamados ‘coiotes’, que encontram por aqui um mercado cada vez mais promissor (ISTOE, 09-03-2011).

Mais adiante na reportagem, apresentavam-se casos “exemplares”. Um deles, dizia respeito a um cidadão bengali de nome Mohammad que, escondido num hotel com outros oito “ilegais” trazidos de Bangladesh, preparava-se para levá-los a São Paulo. “Preso em flagrante”, Mohammad teria pago fiança de R\$ 1,2 mil antes de desaparecer. Outras histórias envolvendo bolivianos e haitianos também foram apresentadas sob o mesmo prisma.

Nessa reportagem, similar a muitas outras publicadas nos últimos anos, o estado de Acre é apresentado tanto como a porta de entrada da imigração “clandestina” como a “nova base de operação dos coiotes”, algo que, na opinião de muitos, o ingresso dos haitianos estaria confirmando.

Figura 27: “Rota” da imigração “ilegal”



Fonte: ISTOE (09-03-2011)

Não obstante, a situação que exponho a seguir, mostra como em algumas ocasiões essa imagem do imigrante como vítima do tráfico de pessoas pode ser rapidamente invertida, chegando a ser considerado (o imigrante) como “perigoso”. Durante uma das reuniões do Comirat no ano de 2015, uma juíza que participava pela primeira vez das reuniões relatou assim um caso que para ela era de tráfico de pessoas:

Basicamente o que aconteceu é o seguinte - e meio nebuloso-: tinha uma obra, dois ou três haitianos moravam lá e foi trazida uma haitiana para ser a escrava sexual deles. Ela foi estuprada várias vezes até que conseguiu fugir. Ela foi à Polícia Federal através de uma amiga, ou pediu para uma amiga, eu não sei direito, e depois desapareceu. O inquérito não conseguiu ir adiante. Por quê? Porque falta um cadastro nacional. Crianças e mulheres precisam de um cadastro porque elas são pessoas vulneráveis. Não adianta vir casada ou não, ela não vai saber a língua, ela não vai saber nada, ela vai ser estuprada como aconteceu com essa moça, e a gente não vai conseguir achar ela.

Confesso que a forma como a juíza referia-se às mulheres e aos homens haitianos me incomodou profundamente, ainda mais quando outros participantes da reunião começaram a trazer outros casos, de acordo com eles, “de tráfico de pessoas” todos envolvendo “imigrantes negros”. Após os relatos dos outros participantes, a juíza continuou:

Minha inquietude é: como se procede com essas crianças? Tem um órgão similar que é a corte europeia de direitos humanos e lá toda a jurisprudência diz o seguinte: entrou um menor em solo europeu, é dever dos estados membros cuidar deles. Eu

acho que isso daí é bem grave, que a gente tem que se agilizar para criar pelo menos um órgão que faça esse cadastro, por que daí eles vão trazer crianças para venda de órgãos, para trabalho escravo...é o nível da barbárie.

Analisando o tratamento dado às violações de crianças na África do Sul, Fassin (2016) observa que a abordagem exaltando as violações participa de uma forma de “exotização racial” bastante habitual naquela sociedade. Para o autor, trata-se de representar os fatos sociais como “singularidades culturais” que recaem sobre a população negra e, dizem respeito, sobretudo, aos “homens negros”:

La representación de la peligrosidad sexual de los hombres negros no es nueva. El imaginario occidental de la sexualidad de los africanos tiene una larga historia pre-colonial y colonial que se nutre de una representación fantástica del otro que los zoológicos humanos han llevado al extremo. En África del Sur, la proximidad de blancos y negros en las ciudades y en los centros industriales, a partir de fines del siglo XIX, ha dado lugar a un discurso común sobre la *sexualidad africana* que estigmatiza las *pulsiones sexuales* describiendo a las mujeres como libertinas y a los hombres como peligrosos, el tema del *peligro negro* se banaliza; él de hecho jamás ha salido del universo mental de la sociedad blanca (FASSIN, 2016, p. 252).

Creio que as considerações de Fassin a respeito do caso sul-africano podem ajudar no entendimento do que vem sendo apresentado neste capítulo como uma construção social do imigrante a partir do entrelaçamento de determinadas representações. Com o aumento da imigração haitiana e africana, velhas formas de conceber o imigrante articulam-se com um singular entendimento das noções de proteção e tratamento humanitário que, como vimos no capítulo anterior, têm relação com discursos hegemônicos de direitos humanos, especialmente aqueles referidos ao “tráfico de pessoas” e à luta contra o “trabalho escravo”. Entretanto reflexões como as da juíza mostram até que ponto a imigração negra e em particular a imigração haitiana esta sendo construída como uma população que precisa se proteger, mas também como uma população que precisa ser controlada.

#### **4.6 O imigrante hiper-real**

Quando haviam passado quase dois meses da chegada dos haitianos e senegaleses ao Centro Vida, organizou-se uma reunião com os diretivos da FGTAS nas instalações do centro. Entre os presentes, além de Tiago, estavam Pedro e Juarez, ambos diretores da Fundação. Eles tinham convidado Simon, um funcionário haitiano da Prefeitura de Lajeado que trabalha na inclusão dos imigrantes naquela região. Simon é um homem de aproximadamente 30 anos e que fala cinco línguas. No Haiti trabalhava como tradutor em uma organização internacional.

No Brasil, foi contratado pela prefeitura de Lajeado para realizar um “trabalho de inclusão”. Além disso, estuda relações internacionais na universidade Univates.

Conheci Simon em 2014 durante a Conferência Municipal de Migrações. Entre suas funções na prefeitura de Lajeado está receber os imigrantes que buscam alguma “ajuda” em um município que já tem em torno de 1000 imigrantes. Entre eles, 600 são haitianos, o resto, provém de países como Senegal ou Bangladesh. Pelo seu trabalho, Simon viaja bastante, já esteve em São Paulo, Acre e Brasília. Na sua última viagem, entregou um “manifesto” no Planalto sobre os cinco temas que mais preocupam aos imigrantes. De acordo com ele, esses temas são: “trabalho, educação, documentação, moradia e movimentos sociais”.

Simon conta que durante aquela visita, aproveitou para reiterar uma denúncia sobre o que considera ser um “crime contra a humanidade”. Entenda-se “as vendas de vistos na embaixada do Brasil no Haiti”. Segundo Simon, a emissão do visto - que afirmou ter um custo de aproximadamente 220 dólares- estaria sendo vendida a 2000 ou 3000 dólares. Para Simon, isto é um crime contra a humanidade. Segundo ele quando falou isso na entrevista pública em Brasília as autoridades brasileiras ficaram “espantadas”, e afirmaram não poder entender porque isso estava acontecendo. Não obstante, Simon afirma que “o pessoal que veio com visto sabia”.

Durante a reunião, Simon anunciou ter “boas notícias”. Essas referiam-se ao prometido pelo secretário da Justiça, Beto Vasconcelos, que afirmou “dar documentação para todo o mundo”. Ao mesmo tempo, e de acordo com Simon, o secretário haveria informado sobre o fechamento da “vinda pelo Acre” devido às penosas condições ocorridas nesse caminho.

Simon realçou que era importante “não só deixar as pessoas virem, mas dar condições”. Lamentavelmente, completava: “ninguém quer saber como os imigrantes estão vivendo”. Por isso, para ele, era fundamental que os próprios imigrantes se organizassem: “estou dizendo para eles se organizarem, porque se eles não se organizam, isso não vai mudar. As autoridades muitas vezes falam coisas bonitas, mas na prática não fazem nada, então a gente precisa se organizar”.

Mais tarde, Simon, afirmou que era preciso mudar a forma como a mídia e outros setores abordavam o tema:

Eu tenho uma crítica muito forte em relação à mídia: vejo um lado muito preconceituoso da mídia; a mídia procura saber as coisas ruins sobre os imigrantes. Por exemplo, vão no Acre para filmar os imigrantes nos lugares muito precários, e colocar no *youtube*, aí falam que está chegando a dificuldade, a miséria nos imigrantes. Vão procurando nas rodoviárias para mostrar como eles chegam, mas

nunca vejo eles mostrando outros aspectos. Precisamos mudar isso pois, quando divulgaremos nossas capacidades, aí isso vai mudar. É uma luta que aí eu estou junto. É o meu direito como imigrante (SIMON, 25 DE AGOSTO DE 2015).

A imagem de um imigrante negro, com estudos universitários, trabalhando na administração pública e instando à organização política dos imigrantes para efetuar suas próprias demandas e mostrar outra imagem além da “miséria” não parece ajustar-se à imagem do imigrante pobre que somente aparece em fóruns, seminários e audiências públicas para pedir ajuda. Também não parece adequar-se à imagem do refugiado que, temendo por sua vida, apenas precisa da intervenção “humanitária”.

No seu trabalho “O índio hiper-real” Alcida Ramos (1995) já alertou sobre os descompassos entre figuras burocratizáveis feitas à imagem de ONGs e ativistas brancos e pessoas de “carne e osso”, pessoas “reais”. Continuando com esta ideia, Stephanie Mc Callum (2012) chama a atenção para a criação de um refugiado hiper-real na Argentina, cujo temor pode ser aprendido, classificado e comprovado e cuja condição de vítima requer assistência urgente e por parte de organismos estatais e não governamentais (MC CALLUM, 2012, p. 44). Creio que no caso dos imigrantes e refugiados que estão chegando no Brasil, existe o risco de estar-se criando imigrantes e refugiados hiper-reais e burocratizáveis cuja condição de vítimas mobiliza a rede de apoio e os poderes públicos a tomar medidas “urgentes”.

A condição de vítimas tem sido bastante recorrente nos discursos de ONGs e também de organizações religiosas de ajuda a refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes. Além disso, imagens como a que apresento a seguir formam parte do “imaginário do refugiado arquetípico” (MALKKI, 1996) como objeto de intervenção humanitária.

**Figura 28:** Haitianos num albergue no Acre



Fonte: Conectas Direitos Humanos

Não obstante, para muitos imigrantes e refugiados certas formas de oferecer ajuda produzem sentimentos de humilhação e desrespeito. É claro que a representação da vulnerabilidade no espaço público não é a causa do mal-estar experimentado por alguns migrantes, não obstante, esta ajuda a consolidar uma imagem preconceituosa que coloca os migrantes apenas como pobres e vítimas que precisam da atenção humanitária.

Por último, quero destacar que não trato aqui de questionar as ajudas aos imigrantes, muito menos as intenções dos ativistas que lutam pela defesa dos direitos dos migrantes. Trata-se, ao contrário, de mostrar alguns efeitos não esperados provocados pela construção moral da imigração. Como aprendemos com Fonseca e Cardarello (1999), a criação de uma “frente discursiva” - fruto da negociação entre diversos grupos de interesse trabalhando em torno de um mesmo tema – pode ser uma “faca de dois gumes”. Por um lado, fundamental para impulsionar o apoio político em bases amplas e eficazes, mas, por outro lado, propensa a reificar o grupo alvo de preocupações, nutrindo imagens que concorrem com a complexidade da realidade (FONSECA, CARDARELLO, 1999, p. 85).



## TERCEIRA PARTE

### OS PROTAGONISMOS DOS IMIGRANTES

**Figura 29:** 1º Festival do Dia Internacional do Refugiado. Perspectiva a partir do palco de onde os imigrantes conduziram o evento com a bandeira palestina pendurada em frente ao restaurante Al Janiah



Fonte: Josep Juan Segarra (2016)

## CAPÍTULO 5

### **Queremos ser parte de nossa própria história: a mobilização de imigrantes e refugiados no centro de São Paulo**

Uma das questões relacionadas às migrações contemporâneas sobre a qual os antropólogos vêm-se debruçando nos últimos tempos tem a ver com as formas mediante as quais pessoas em diferentes situações e contextos de mobilidade internacional vêm contestando discursos e práticas que os colocam principalmente como “vítimas absolutas”, como pessoas reconhecidas apenas a partir da sua vulnerabilidade. Realizadas, sobretudo, em campos de refugiados na Europa, o que essas pesquisas empíricas vêm mostrando são distintas formas de contestação e mobilização política em contextos difíceis, quando muitas vezes críticos.

Desta forma, conhecemos as experiências extremas de refugiados que “desinflam balsas”, “vendem a sua documentação”, “cosem-se os lábios”, “encadeiam-se” e também as daqueles que reivindicam um melhor tratamento a partir da sua vulnerabilidade. Analisando uma manifestação de mulheres refugiadas de Serra Leona em um campo de Boreah, na Guiné Florestal, o antropólogo francês Michel Agier (2006), assinala que a vulnerabilidade é ainda um “estatuto negociável” (AGIER, 2006, p. 209).

Entretanto, o que ele destaca é que nesses cenários complexos, para os refugiados, “agir, tomar a palavra” é “recusar a vulnerabilidade como tratamento da pura vítima sem nome”, mas ao mesmo tempo implica na “introdução da política e com ela um pouco de cidadania” (AGIER, 2006, p. 211). Em outras palavras, as ações dos refugiados nesses contextos são entendidas como encarnações de uma “vida política que resiste”.

Não obstante, no contexto dos campos de refugiados, observa-se que essa agência é paradoxal já que muitas vezes apela a uma “dissolução da identidade” e até a uma “desumanização”:

Se trata, afirman, de una estrategia de desidentificación, una *deshumanización* voluntaria, puesto que rompe la relación entre el nombre y el cuerpo: ‘un cuerpo sin nombre es un ser no-humano; un animal que corre. Es no-humano porque abandona deliberadamente el régimen humanista de derechos’ (Papadopoulos y Tsianos 2007, 227). No alcanza, sostienen, con quemar los papeles; es preciso devenir animal, y el devenir es esencial a la movilidad; también devenir mujer, niño, anciano, sólido, fluido, movimientos de respuesta al control de su deseo. Transforman su constitución física, sus cuerpos, voces, acentos, pelo, color, altura, género, edad, biografías. La desestabilización del vínculo entre el cuerpo y la identidad es parte de la astucia de la migración, que abre la puerta a nuevas subjetividades indómitas (SCHINDEL, 2016, p. 25).

Ou seja, destaca-se que nesses contextos é a vida biológica ou “nua vida” (Agambem, 1995) o que está em jogo. Ao contrário do que ocorre nos campos, às cenas apresentadas ao longo deste capítulo, parecem mais próximas às “formas cotidianas de resistência” narradas por James Scott (1985) que ao certo “devir animal” observado nos campos de refugiados.

No contexto sul-americano ainda são poucos os trabalhos focados nas práticas de resistência de refugiados e imigrantes no contexto mais recente. Não obstante, há trabalhos como os de Gabriel Gatti (2016) – introduzidos no capítulo anterior, que retomando a pergunta de Gayatri Spivak (*Can the subaltern speak?*) questionam a separação entre a vítima e o cidadão mostrando-nos outras faces das vítimas, conhecemos assim vítimas que falam, que escrevem e que o fazem mais além da dor e do sofrimento.

Todavia, há trabalhos como os desenvolvidos pela antropóloga Natalia Gavazzo (2012, 2016) que analisando as práticas artístico-culturais de jovens filhos de imigrantes bolivianos e paraguaios na Argentina- mostram como os imigrantes ressignificam constantemente as fronteiras culturais e identitárias, assinalando seus posicionamentos diante das desigualdades e levando adiante ações específicas para promover mudanças num contexto de desigualdade.

Assim, tomando como ponto de partida as reflexões destes autores, interesse-me, neste capítulo, pela maneira com que artistas e profissionais refugiados e imigrantes vêm construindo formas criativas de ação e mobilização política no contexto urbano, especificamente na cidade de São Paulo. O objetivo do capítulo é, portanto, refletir sobre a produção de práticas artísticas e “culturais” visando ressaltar tanto as dimensões de agência (Ortner, 2007) e resistência (Scott, 1985) contidas nessas práticas quanto alguns aspectos da luta de organizações de imigrantes e refugiados que reivindicam direitos e ampliação da cidadania no Brasil.

Isso implica refletir sobre a intencionalidade envolvida nos projetos artísticos do Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST), mas também sobre as relações de poder e desigualdade no qual essas ações acontecem<sup>51</sup>. Nesse sentido há que lembrar, tal como assinala Malkki (1996), que inclusive até as representações visuais convencionais

---

<sup>51</sup>Para Sherry Ortner (2007) agência tem dois campos de significado. Em um campo de significado, “agência” tem a ver com intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos). No outro campo de significado, agência tem a ver com poder, com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Para a autora, “agência” nunca é meramente um ou outro. Suas duas “faces” – como (perseguir) “projetos” ou como (o fato de exercer ou de ser contra) o “poder” – ou se misturam/transfundem um no outro, ou mantêm sua distinção, mas se entrelaçam em uma relação de tipo Moebius (ORTNER, 2007, p. 58).

associam os refugiados com a carência, a invisibilidade, o vazio e a falta de voz. Argumento que, a partir de práticas musicais e artísticas, esse grupo de refugiados e imigrantes encontrou ferramentas para levar adiante um projeto coletivo tendente à transformação de imagens negativas que pesam sobre as populações deslocadas e, ao mesmo tempo, uma forma de participação política e cidadã. Em outras palavras, considero que para além da proposta de autorrepresentação, essas manifestações - desde rodas de conversa sobre a situação de guerra na República Democrática do Congo até apresentações musicais em bares e restaurantes, passando por palestras em bibliotecas e instituições educativas - contribuem para a modificação dos significados de categorias como “cidadania” e “participação política” estimulando a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas sobre os imigrantes e refugiados.

O material empírico que embasa as reflexões deste capítulo provém do meu trabalho de campo acompanhando diversas atividades promovidas pelo GRIST entre abril e agosto de 2016 na cidade de São Paulo. O capítulo está organizado em três momentos: no primeiro deles, contextualizo o surgimento do GRIST tentando apontar para algumas características que nos permitam entender o cenário específico que deu origem ao grupo; seguidamente, focalizo nos festivais e rodas de conversa como dois tipos de práticas culturais que me permitem refletir num terceiro momento sobre a participação política de migrantes e refugiados, e sobre os significados destas práticas em termos de protagonismo migrante.

### **5.1 Refugiados e Imigrantes nas ocupações do centro de São Paulo: não só uma questão de moradia**

Como explicado no primeiro capítulo, em 2014, durante a minha participação na 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar), além de observar com atenção os discursos produzidos por agentes governamentais e não governamentais acerca da chegada de novos imigrantes para o Brasil, percebi um tipo de discurso sobre o acolhimento e formulação de políticas públicas que me sensibilizou de maneira particular. Tratava-se da avaliação crítica feita por um grupo de refugiados africanos acerca da atuação das ONGs e do governo no acolhimento e atenção de pessoas em situação de mobilidade.

Após a Comigrar, um desses refugiados, Pitchou Luambo, daria início ao Grupo de Refugiados e Imigrantes sem Teto (GRIST). De acordo com Pitchou, o GRIST tinha surgido justamente depois da Comigrar através do incentivo da cineasta Eliana Caffé durante as gravações de um longa-metragem nas instalações da ocupação do antigo “Hotel Cambridge”.

**Figura 30:** Pitchou numa cena do filme “Era o Hotel Cambridge”



Fonte: Material divulgação do filme

Para Pitchou, “Lili” (como carinhosamente é chamada Eliana Caffé) tinha percebido que o problema da falta de moradia era compartilhado tanto pelos refugiados quanto pelos brasileiros de baixa renda. Assim, as gravações e todos os questionamentos levantados durante a etapa do filme haviam incentivado os refugiados a se organizarem em busca de soluções para o que foi entendido como “problemas comuns”. Depois das filmagens, o grupo continuou se encontrando e consolidou o coletivo que, como eles mesmos definem, está composto “por imigrantes e refugiados de diversas etnias” e tem como objetivo “promover debates, palestras e eventos que tratem de assuntos que afetem os refugiados diretamente, assim como criar meios que possibilitem expressar a cultura dos imigrantes que vivem em São Paulo” (REGISTRO DE CAMPO, 5/05/2016).

Embora organizações vinculadas a congregações religiosas como, por exemplo, a “Missão Paz”, se esforcem para oferecer acolhimento, assistência (jurídica, psicológica, cursos de português) e até abrigo transitório para os “recém-chegados” e a Prefeitura de São Paulo, disponibilize - através do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) - um total de 690 vagas para imigrantes e refugiados<sup>52</sup>, encontrar um lugar para morar

<sup>52</sup>Distribuídas entre quatro centros de acolhida (Bela Vista, Bom Retiro, Pari e Penha) e um abrigo gerido por uma irmandade italiana ligada à Igreja Católica chamado “Arsenal Esperança”.

continua sendo um dos principais desafios para os refugiados e outros tipos de migrantes que chegam à cidade de São Paulo. Nesse sentido, é importante também dizer que muitos brasileiros encontram sérias dificuldades no acesso à moradia. É nesse cenário de demandas por moradia que se deu a aproximação do GRIST com a Frente de Luta pela Moradia (FLM), um movimento de ocupação de prédios abandonados que luta pela implantação de políticas sociais destinadas à população de baixa renda.

O antigo Hotel Cambridge - localizado na Avenida Nove de Julho<sup>53</sup> - foi ocupado em novembro de 2012 pela FLM. O prédio de 15 andares e 241 quartos abriga 178 famílias. Entre elas há cinco refugiados e 21 imigrantes. Todas as famílias que vivem na ocupação estão na fila do programa de habitação do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. O que vários moradores da ocupação têm manifestado em nossas conversas é que ter uma residência fixa os possibilitou conseguir um emprego com carteira assinada. Sem os custos do aluguel o salário começou render muito mais: “a gente conseguiu comprar tudo isso morando aqui” me diz Sonia, uma imigrante paraguaia que mora no 15º andar da ocupação junto a seu marido e a suas três filhas, enquanto me mostra os eletrodomésticos que há em sua moradia.

Para Carmen, uma migrante baiana que chegou a São Paulo na década de 1980 e que atualmente coordena a ocupação:

Quando famílias trabalhadoras ocupam um imóvel vazio, revitalizam completamente e em inteira plenitude o seu entorno. Imóvel ocupado tem vida, restabelece lucros ao comércio, provê limpeza ambiental, melhora a segurança do bairro porque aumenta a circulação de pessoas. Mas, acima de tudo, resgata a vida com toda a sua intensidade (REGISTRO DE CAMPO, 26/05/2016).

Carmen costuma contar que já “passou por tudo” e que a sua vida mudou apenas quando começou participar da FLM, “cheguei até a morar na rua nesta selva de pedra”, diz muito confiante em um dos eventos organizados no Cambridge.

Na época da pesquisa, Pitchou queria constituir o grupo como um tipo de organização formal, mas não se sentia contemplado pelo formato tradicional de uma ONG. Acompanhei-o durante uma consulta com uma advogada e ante a sua resistência a que o grupo se convertesse em uma ONG, a advogada perguntou: “você tem alguma coisa contra as ONGs?” “Sim”, respondeu ele, “elas só falam pelos imigrantes, mas não fazem nada por eles”.

---

<sup>53</sup>O Hotel Cambridge fechou em 2002. Por um tempo, continuou funcionando o bar até que em 2004, após falir, acabou abandonado. Com dívidas de IPTU, e após uma batalha jurídica com os proprietários, foi desapropriado pela Prefeitura em 2010 para ser transformado em moradia popular.



**Figura 31:** Pessoas dormem diante de um prédio ocupado pelo FLM no centro de São Paulo



Fonte: acervo da autora (2016)

Formalmente, o grupo está constituído por quatro núcleos: morar no refúgio, cultura e refúgio, refugiados eu me importo e centro de assistência à saúde dos imigrantes e refugiados. Cada um destes núcleos tem como objetivo reunir imigrantes e refugiados de várias nacionalidades, mas também brasileiros que atuam como “apoiadores”. Entre os apoiadores, percebi que a maioria são médicos e/ou profissionais liberais com um discurso bastante crítico a respeito das organizações mais tradicionais de atenção a imigrantes e refugiados vinculadas à igreja católica, como vimos no segundo capítulo.

O GRIST não possui uma sede física, nem pessoas contratadas. As pessoas que colaboram com o grupo o fazem de forma voluntária, dependendo de suas possibilidades. Neste sentido, Pitchou, o líder do grupo, lhe dedica quase todo seu tempo. Sua atuação como promotor cultural do GRIST Musical, núcleo formado por aproximadamente sete bandas musicais de imigrantes e refugiados, constituía seu principal papel no grupo quando lhe conheci. De acordo com o que me foi revelado durante a pesquisa, o financiamento do GRIST dependia dos fundos arrecadados nas apresentações musicais e com venda de camisetas da campanha “Refugiados eu me importo”. Um dos objetivos da vontade de constituir o grupo como uma associação formalmente reconhecida era a possibilidade de faturar, por não poder emitir notas fiscais em seus nomes. Além disso, os membros do grupo pensavam que uma vez

constituídos como organização poderiam participar de convocatórias públicas e assim obter financiamento através da participação, por exemplo, em editais de cultura.

A organização do GRIST Musical teve efeitos no perfil do grupo. Ainda que o GRIST tenha surgido vinculado às demandas de moradia, a visibilidade alcançada em 2016 encontrasse mais relacionada com a repercussão das apresentações das bandas musicais no cenário cultural paulista. Algo que se inicia no final do 2015 com o “GRIST Fest”, um festival de música dos refugiados, no Largo da Batata – no bairro Pinheiros em São Paulo.

Figura 32: Folheto Festival GRIST

**FESTIVAL GRIST**  
**MÚSICA DE REFUGIADOS**  
**E IMIGRANTES**

**Apresentação de**  
**quatro grupos:**

**AFRIKA MUSIC**  
(R.D. do Congo)

**SATÉLITE MUSIC (Haiti)**

**ATOPANI (Togo)**

**BibliASPA Musical**  
(Países Árabes)

**O que:** FESTIVAL DE MUSICA DE REFUGIADOS E IMIGRANTES - FESTIVAL GRIST  
**Quando:** dia 13/12/15, domingo  
**Horário:** das 16h às 22h  
**Local:** Largo da Batata, Pinheiros, SP  
**Informações:** festivalgrist@gmail.com  
<https://festivalgrist.wordpress.com/>

MIS  
MÚSICA DE IMIGRANTES E SUFISTAS

BIBLIASPA  
ASSOCIAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES  
ASSOCIAÇÃO DO LARGO DA BATATA  
LARGO DA BATATA, PINHEIROS, SP  
WWW.BIBLIASPA.ORG

Associação  
do Largo da Batata

MSTC  
MOVIMENTO SÃO PAULO DO CENTRO

PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
CULTURA

Fonte: Bibliaspa

Uma das características do GRIST que mais me chamou a atenção foi a forte dependência do grupo da figura de Pitchou. Nesse sentido, uma das respostas que mais ouvia



quando solicitava entrevistas aos membros do grupo era: “se é para falar do GRIST, é com Pitchou”. Em algumas ocasiões – sobretudo quando havia poucas pessoas nos shows - ouvi músicos criticar a atuação de Pitchou como gestor cultural. Não obstante, uma vez ele, cansado dos reclames, decidiu abandonar o grupo, atitude com a qual ninguém concordou.

Por outra parte, cabe destacar que a aproximação destes refugiados e imigrantes aos movimentos de luta por moradia, tal como construída pelas pessoas do GRIST, também não está isenta de tensões e inquietações que perpassam e transcendem tais movimentos. Assim, desprende-se da seguinte intervenção do porta-voz do GRIST durante o III Seminário sobre Diversidade Cultural e Educação “Migrações Internacionais e Direitos Humanos” em maio de 2016<sup>54</sup>:

Porque nosso grupo é refugiados e imigrantes sem teto? Não é nada de sem teto. Em 2014 os imigrantes dormiam lá na Missão Paz, e aí tudo mundo se aproveitou. Os empresários brasileiros nos viam como mão de obra barata. Eles iam lá, contratavam, você vai trabalhar quatorze horas, sabendo que era trabalho escravo. Eles diziam que não tinham um lugar para a gente dormir. Aí os jornalistas se aproveitaram para fazer matéria e começaram a falar em trabalho escravo, mas ninguém sabia porque acontecia esse trabalho escravo. Então chegaram os pesquisadores que também nos tratam como objetos de pesquisa e desde os centros de acolhidos falava: “você não pode ir mais trabalhar lá porque é trabalho escravo”. E depois? Muita gente vendeu até sua casa para poder vir trabalhar aqui. Aí em 2014 foi criado o CRAI: 110 leitos, outros 150 e mais 70 leitos. Só que lá tem outra atividade. Isso nós chamamos de moradia temporária, provisória, nós precisamos de moradia definitiva. Agora quando a pessoa chega no Brasil, não pode passar muito tempo nessas casas, o máximo que se passa é um mês ou dois. Nesse tempo que a pessoa passa nessas moradias, nem sempre consegue tirar todos os documentos, muitas vezes só consegue tirar o protocolo que é um papel. Aí você chega em uma imobiliária e não aceitam esse papel, a verdade é que nem eu -que não sou brasileiro- aceitaria esse papel! Mas aí a pessoa precisa sair da casa de acolhida porque outras pessoas precisam entrar. Só que aí tem alguns espertos brasileiros que começaram a ocupar os prédios vazios para poder colocar imigrantes e ganhar dinheiro<sup>55</sup>. Por quê? A pessoa não consegue alugar uma casa, não pode ficar no centro de acolhida... Além disso são poucos, temos 340 leitos, sendo 80 só para mulheres e só temos aqui como refugiados reconhecidos pelo CONARE 8.700. Imagine com os solicitantes de refúgio e sem contar os haitianos! Aí, com tudo isso, a pessoa acaba indo para as ocupações. Aí, o que acontece? Os jornalistas de novo vão para lá perguntar: porque eles estão invadindo os prédios do centro? Ou vão perguntar nos centros de acolhida, e eles

---

<sup>54</sup>O Seminário, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), se realizou na biblioteca Mário de Andrade, no centro de São Paulo, e reuniu professores, representantes de ONGs e refugiados em um debate sobre a “chegada atual de refugiados ao Brasil”. De acordo com os organizadores, o evento visava debater o fenômeno das migrações internacionais recentes ao Brasil e o tema dos refugiados no contexto de São Paulo, em um ato que buscava sensibilizar a comunidade acadêmica sobre os contextos históricos e as condições socioeconômicas e políticas em que se situam as questões das migrações internacionais e dos refugiados, bem como conhecer os marcos político-institucionais estabelecidos pelo Brasil, em consonância com o contexto mundial, além de promover a cultura de valorização, respeito e garantias dos Direitos Humanos dos imigrantes e refugiados.

<sup>55</sup>Como soube com posterioridade, além das ocupações de prédios abandonados realizadas por movimentos sociais, numerosos depoimentos ouvidos em campo apontam para outro tipo de ocupação feita por pessoas que têm como objetivo o lucro econômico mediante o aluguel de quartos a refugiados e imigrantes.

falam: nós já falamos para não ir para lá porque é crime, porque eles não podem participar nessas ocupações porque é crime. Mas aonde vamos? Outra coisa, nas ocupações de movimentos sociais sérios tem regras, tem que participar nas coisas deles, tem manifestações. Todo mundo sabe que o imigrante não pode cometer crime, mas manifestar-se pacificamente pode, reclamar seus direitos pode. Só que neste momento que tem golpe que não é golpe, democracia que não é democracia, saiu uma carta dizendo que não podemos manifestar-nos. E aí? Para onde é que nós vamos? (REGISTRO DE CAMPO, 10-05-2016).

A fala daquele refugiado provocou um silêncio tenso que durou alguns minutos. No turno das colocações, ninguém lhe realizou pergunta alguma. Parecia que - como fora colocado dias após por uma professora que esteve no evento - “as experiências desses refugiados falando por eles mesmos de suas vidas, dificuldades, visões do Brasil, da falta de apoio, da invisibilidade, haviam tocado nossas feridas”<sup>56</sup>.

Em um nível mais restrito destaco que há também um “jogo de solidariedades”, de relações entre pesquisadores, artistas e líderes de movimentos sociais com as quais os refugiados e imigrantes também têm que lidar. Nesse sentido, é significativo que a época da realização da minha pesquisa junto ao GRIST coincidiu com o início do projeto “Residência Artística Cambridge”, uma iniciativa voltada ao desenvolvimento de propostas artísticas e culturais envolvendo as pessoas que moram na ocupação assim como pesquisadores cujos estudos se relacionam com algum aspecto ligado ao cotidiano do Cambridge, a sua luta e inscrição política nas dinâmicas da cidade. No decorrer da pesquisa, o “Cambridge” revelou-se tanto como um espaço de intenso trânsito e troca de ideias - no qual as noções de refugiado e imigrante adquiriam outros significados ao serem vinculadas a um campo de atuação artístico e cultural- quanto um lugar a partir do qual os refugiados e imigrantes eram interpelados<sup>57</sup>.

Creio que nesses contextos, as ações e as falas desses refugiados e imigrantes transformam-se em recursos políticos que trazem à cena pública não apenas as experiências de dor – tanto nos seus países de origem, como no Brasil – mas novo projetos e formas de realizá-los. Estar presente nesses atos é um convite a repensar nosso próprio papel num processo de múltiplas desigualdades do qual a “academia” também faz parte. A seguir trago algumas práticas mediante as quais refugiados e imigrantes desenvolvem sua agência criando espaços de visibilização e reconhecimento político.

---

<sup>56</sup> A professora se pronunciou sobre a sua participação no evento no blog da Rede de Reflexão e Ação Antirracional RRAE <http://www.rrae.com.br/2016/05/refugiados-no-brasil.html>. Consultado o dia 29-09-2016.

<sup>57</sup> Agradeço enormemente ao artista Icaro Lira e aos curadores Juliana Caffé e Yudi Rafael pelo apoio brindado durante a etapa de pesquisa no Cambridge.

## 5.2 Formas criativas de participação política: festivais, performances e rodas de conversa

Início da tarde do domingo 19 de junho de 2016. Em um palco colocado na interditada Rua Álvaro de Carvalho, justo embaixo do viaduto “Nove de Julho”, Yannick Delas, um músico congolês e são-tomense que vive no Brasil há pouco mais de um ano, canta em diversas línguas africanas (*lingala, kimbundu, kicongo*). Enquanto isso, Fátima, uma mulher senegalesa mostra suas roupas feitas com tecidos coloridos a possíveis compradores. Nas proximidades do palco, no restaurante palestino “Al Janiah”, ha uma enorme fila para os *shawarmas* e para o *fufu* – comidas “típicas” da Síria e do Congo, respectivamente, oferecidas naquela tarde. Enquanto Yannick canta, alguns ativistas repartem um panfleto com informação acerca do surgimento da Frente Independente de Refugiados e Imigrantes (FIRI) – coletivo organizador do festival. “A Frente será a voz dos refugiados para que dessa forma possam falar por si mesmos”, pode ler-se em um dos parágrafos do folheto.

“Chega/corrupção Chega/manipulação, racismo/Chega, xenofobia/Chega, imperialismo/Chega, injustiça/Chega, hipocrisia/Chega” canta Yannick, na sua composição “*Biliwê*”, uma expressão em *creole* que significa “abra os olhos”. Diante da mirada atenta dos espectadores -que gravam a atuação do músico com seus telefones celulares- Yannick critica o imperialismo e as situações de desigualdade e discriminação vividas pelos negros tanto em seu país de origem quanto no Brasil.

Entretanto, Shambuyi, um artista plástico também de origem congoleza, realiza a *performance* “Não à guerra do Congo”. Shambuyi, descalço e com o corpo coberto por papéis e plásticos pintados como se fossem sangue, caminha entre a multidão exibindo vários telefones celulares pendurados em seu corpo. A ação silenciosa de Shambuyi faz referência aos metais extraídos da República Democrática do Congo, utilizados na fabricação de celulares e outros equipamentos eletrônicos. De acordo com os refugiados congolezes que ouvi durante o trabalho de campo em São Paulo, como Christ, um jornalista que vive no Brasil há pouco mais de um ano, a exploração do coltan sustenta o sangrento conflito que, segundo eles, já deixou mais de 20 milhões de mortos.

Depois de algumas horas, quando a concentração alcançou um determinado número de pessoas, os representantes dos quatro coletivos que fundaram a FIRI – o Grupo de Refugiados e Imigrantes sem Teto (GRIST), o Movimento Palestina Para Todos (Mopat), a Equipe de Base Warmis, Convergência de Culturas e o Visto Permanente, Acervo Vivo das Novas Culturas Imigrantes – subiram ao palco para oficializar o lançamento do movimento. Não era

a primeira vez que eu via aos membros desses grupos atuarem conjuntamente, não obstante, até aquele dia, as atividades realizadas pelos quatro coletivos não tinham sido divulgadas como parte de um mesmo projeto. Até então, cada grupo organizava suas atividades de forma independente, ainda que a ideia de diálogo e de “somar as lutas de cada movimento” já estivesse presente entre os ativistas dos grupos.

Já no palco, Pitchou se referiu à possibilidade de unir refugiados e brasileiros sem vitimizar as pessoas que solicitam refúgio no país:

Criamos nosso movimento para poder mostrar que o refugiado pode falar por ele mesmo e ser protagonista da própria história. Não queremos competir com as ONGs, que fazem um trabalho muito importante para as pessoas que chegam, mas promover a participação efetiva de imigrantes e refugiados (REGISTRO DE CAMPO, 19/06/2016).

Hasam, palestino nascido no Brasil, integrante do Mopat e proprietário do restaurante Al Janiah, também destacou a necessidade de os refugiados serem protagonistas da própria causa. Em suas palavras, os refugiados deviam falar por eles mesmos, e não apenas por representação:

Aqui no Brasil eles acabam não tendo voz, sendo representados pelas ONGs e governos. Este é um momento de organização entre refugiados e migrantes árabes, africanos e latinos, para que dentro dessa Frente possamos nos informar sobre a situação política do outro (REGISTRO DE CAMPO, 19/06/2016).

Para os membros da FIRI era importante deixar clara a necessidade de se criarem “novas formas de representação sobre a questão migratória”. Para Cristina, uma jovem luso-brasileira do Visto Permanente, é necessário mostrar a parte positiva, construtiva, artística e cultural dos migrantes, deixada de fora na cobertura de grandes meios de comunicação: “Achamos por bem criar outro espaço midiático, prioritariamente audiovisual, para dialogar sobre as comunidades migrantes de forma geral. Se a grande mídia se recusa a dizer que isso (o festival) está acontecendo, nós vamos criar um canal para mostrar” (REGISTRO DE CAMPO, 19/06/2016).

Soube posteriormente que, mesmo estando em viagem à Bolívia, Jobana, militante boliviana e integrante da Equipe de Base Warmis, havia deixado uma mensagem de união e articulação entre migrantes e refugiados:

Queremos ser vistos como sujeitos políticos, capazes de nos organizar, colocar nossas pautas e posicionamentos. Acreditamos que juntos, sim, somos mais fortes, e que nossa diversidade cultural nos enriquece e fortalece como Frente. Nosso papel é importante para visibilizar a causa de migrantes e refugiados (MIGRAMUNDO, 2016).

**Figura 33:** O artista Shambuyi Wetu durante o 1º Festival do dia Internacional do Refugiado



Fonte: Rose Satiko (2016)

Acompanhar e participar dos festivais e rodas de conversa envolvendo refugiados e imigrantes do GRIST permitiu-me a observação de certos aspectos recorrentes. Um deles é que, a partir do uso de práticas culturais e musicais, vários refugiados e imigrantes estão criando formas de levar adiante um projeto comum tendente à superação das fronteiras materiais, mas também simbólicas.

Num contexto de visibilização dos migrantes e refugiados a partir dos “problemas” que padecem ou geram, essas formas dirigem-se à autorrepresentação e reconhecimento. Nos festivais, as bandas musicais, mas também as comidas e roupas “típicas” são apresentadas com orgulho como meios de aproximação “cultural” e como formas de valorização da presença migrante para além dos discursos hegemônicos.

Do ponto de vista dos refugiados e imigrantes, essas “apresentações culturais” implicam processos de aprendizagem sobre o que é valorizado de cada “cultura”. Detalhes sobre o país de origem - o que é típico de cada país, e o que significa em termos de “aportes” para o país que os recebe – têm um papel fundamental na produção dos eventos.

O primeiro festival do GRIST que acompanhei foi o evento “Quebrando as barreiras culturais com grupos de imigrantes e refugiados” realizado no dia 15 de maio de 2016 no Centro Cultural Jabacuará, na zona sul de São Paulo. A divulgação do festival foi feita, principalmente, mediante um vídeo promocional no qual os artistas enviavam uma mensagem convocando o público<sup>58</sup>. “O povo brasileiro, na verdade não precisa de chamada, ele vai

<sup>58</sup>O vídeo “Grist Musical em ação” está disponível no seguinte link:

sozinho. Só precisa ter, claro, hora, dia e lugar e ele vai. Eu chamo todos, e eu acho que eles vão ficar”, diz o poeta palestino Isam Issa antes que todos os músicos entoem em uníssono: “Chegou o GRIST musical em ação, Bra, Bra, Brasillll. Chegou o GRIST musical em ação, Bra, Bra, Brasillll. Internacionallllllll”.

**Figura 34:** Gravação do vídeo promocional do 1º Festival do GRIST



Fonte: Josep Juan Segarra (2016)

Em diversas ocasiões essa aprendizagem implica para os refugiados pensarem-se pela primeira vez como representantes de uma cultura, em muitos aspectos, vista como “tradicional”. Portanto, jovens que provêm de contextos urbanos, e que geralmente ouvem música “pop” internacional, transitam para outros ritmos como estratégia de visibilização e reconhecimento.

Nos dois festivais que participei, observei que as bandas incluem um amplo repertório de ritmos e estilos, mas também que pese a sua heterogeneidade compartilham um posicionamento crítico frente às representações mais comuns acerca dos refugiados e imigrantes.

No primeiro festival do GRIST houve bandas da Bolívia, do Haiti, de Togo e do Brasil. Assim como venda de comida e roupas “típicas”. Creio que essas práticas também podem entender-se como parte do aprendizado em torno da obtenção de algum benefício



econômico.

**Figura 35:** Banda de músicos do Haiti



Fonte: acervo da autora (2016)

**Figura 36:** Banda Esperança de Togo



Fonte: acervo da autora (2016)

Os festivais ainda contam com debates sobre a situação política de alguns países, em especial sobre a República Democrática do Congo. Naqueles momentos, detalhes como a troca de roupas também são significativos de como a cultura se inscreve nas ações políticas. Naquele debate Pitchou, que até então vestia calça jeans e camisa, colocou uma vestimenta típica de seu país chamada *bazin*. Também a advogada congoleza Hortense Mwanza apareceu portando um vestido e um turbante de cores brilhantes. Com certeza um dos momentos mais impactantes do evento ocorreu quando Hortense criticou o silêncio da mídia e da comunidade internacional em relação à situação vivida no seu país natal e, também, a conduta de pesquisadores e pessoas ligadas a ONGs quando, sem pensar nas consequências, postavam fotos dos refugiados nas redes sociais:

O que se fala sobre as questões do Congo, os crimes contra a humanidade que acontecem lá? Ninguém divulga isso. Apenas os próprios congolezes sabem de verdade sobre a situação no Congo[ ] As pessoas postam fotos nossas nas redes sociais, eles não sabem que estamos sendo perseguidos? Enfatizou a refugiada diante de um público atônito ( REGISTRO DE CAMPO, 15/05/2016).

**Figura 37:** Hortense, Christ e Pitchou no debate sobre a situação política na RDC



Fonte: acervo da autora (2016)

Outro aspecto relevante é que os festivais possibilitam a participação de pessoas que



ainda não têm fluência na língua portuguesa. Nesse sentido, cantar nas suas línguas maternas ou expressar-se a partir de outras linguagens adquire um significado político relevante, como veremos a seguir.

### 5.2.1 Mais além das palavras: as performances de Shambuyi Wetu

Tarde do domingo do dia 10 de julho de 2016. O VII Fórum Mundial das Migrações está chegando a seu final. Apresentações musicais acontecem num enorme cenário posicionado no espaço esportivo da Faculdade Zumbi dos Palmares no bairro Bom Retiro, em São Paulo. Enquanto uma das bandas de música se prepara para começar a sua apresentação, detrás do cenário, o artista congolês Shambuyi Wetu prepara uma *performance*<sup>59</sup>. Shambuyi não está sozinho, acompanha-o seu amigo músico Yannick Delas. Yannick coloca um saco de juta sobre a cabeça de Shambuyi, depois, coloca umas cordas. Com a cabeça coberta, Shambuyi toma uma mala e começa a caminhar. Dirigindo-se às pessoas que vai encontrando em seu caminho, estende a sua mão, diz “boa tarde” e continua a sua viagem.

Shambuyi encontra duas pessoas, detém-se um momento e as interpela: “sou imigrante, acabei de chegar, você conhece um hotel ou algum lugar onde eu possa ficar? As duas pessoas sorriem, dizem não conhecer lugar nenhum. Shambuyi continua o caminho. Ao encontrar um grupo de pessoas conversando ao redor duma mesa, diz a elas: “aqui te recebem, querem teu corpo, mas não a tua cabeça”. “Ninguém olha a tua bagagem.” Eu reconheço a maioria das pessoas que estão na mesa; são imigrantes bolivianos. Uma das mulheres fala para Shambuyi: “você esta refletindo todos os nossos sentimentos também”. “Obrigada. Obrigada”.

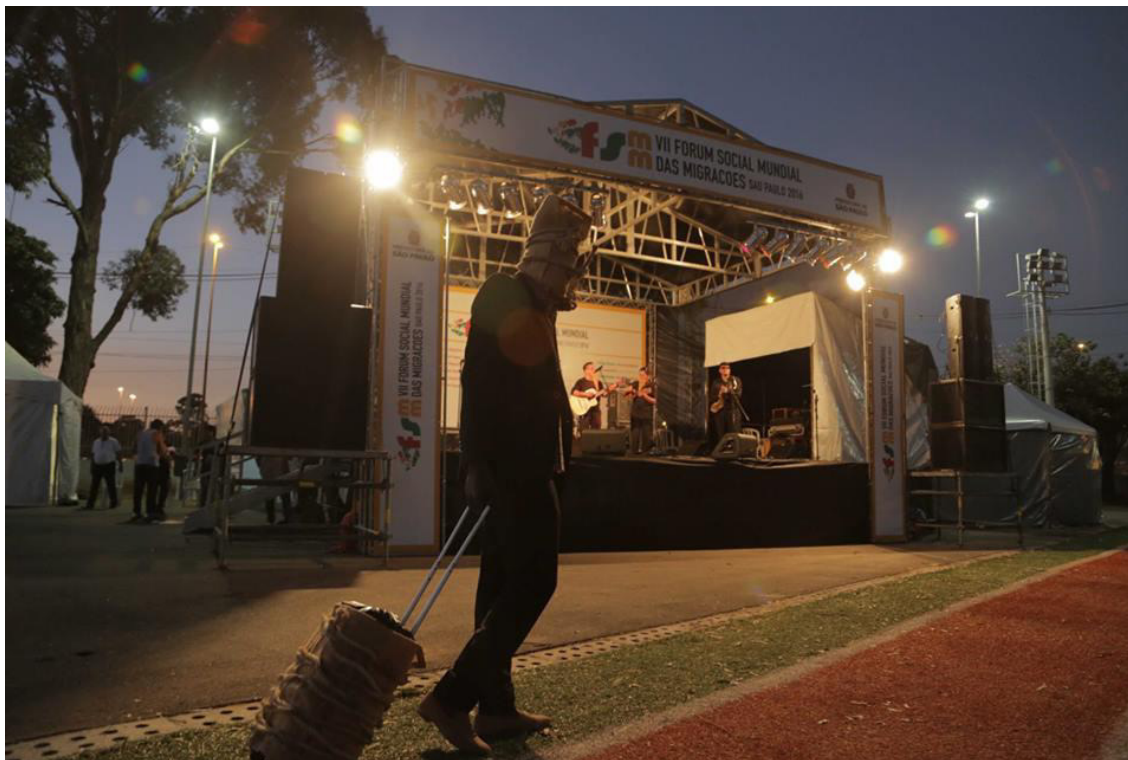
Assim, esta cena, e em geral as ações deste artista carregadas de sentidos políticos denuncia a situação paradoxal em que vivem muitos refugiados negros: ainda reconhecidos formalmente como refugiados, no cotidiano acabam sendo vistos e valorizados apenas como “força de trabalho”. A partir das poucas palavras, das personagens e das muitas ações silenciosas de Shambuyi, podemos nos aproximar de uma experiência de violência que não

---

<sup>59</sup>A antropóloga da USP Rose Satiko que vem acompanhando o trabalho de Shambuyi desde que o conhecemos em abril de 2016, aponta que Shambuyi produz criaturas a partir de diferentes seres e coisas, como meio de externalizar o que está em sua cabeça. A forma final da performance, assim como as formas exatas de suas criaturas/quimeras não estão claras antes dele produzi-las. Muitos dos significados são percebidos *a posteriori*, e derivam dos efeitos produzidos pela performance, quando a mente de Shambuyi encontra o público. No seguinte link pode-se assistir a intervenção descrita anteriormente: <https://vimeo.com/album/4168747/video/176343355>

diz tanto respeito à guerra, mas à hostilidade cotidiana de continuar a vida como imigrante negro no Brasil.

**Figura 38:** Shambuyi Wetu no VII Fórum Mundial das Migrações



Fonte: Rose Satiko (2016)

Desde que conheci Shambuyi na ocupação Cambridge em abril de 2016, fiquei impactada por duas coisas: primeiramente, a sua participação quase silenciosa em todas as reuniões, conversas e eventos acontecidos entre os meses de abril e agosto daquele ano; depois pela sua capacidade para nos interrogar a partir do uso de outras linguagens além das palavras.

Analisando as “caminhadas” e “vigílias” do Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, a antropóloga Paula Lacerda (2015) observa que se durante as mobilizações “a linguagem buscava adesão pelo relato das situações politicamente significadas como inaceitáveis, desrespeitosas e injustas, o silêncio suprimia o tom denunciador, evidenciando o indizível, o absurdo, o inexplicável das violências” (LACERDA, 2015, p. 155).

Retomando a proposta de Veena Das (2007) sobre os limites da linguagem como forma de comunicar experiências de violência, Lacerda destaca a capacidade do silêncio para comunicar o incomunicável. Desta forma, perante a comoção da violência sofrida, as palavras deixam de ter potencial descritivo, tornando-se “congeladas”, “entorpecidas” “sem vida” (DAS, 2007, p. 8 apud LACERDA, 2015, p. 156).

Shambuyi chegou ao Brasil em 2013 fugindo da perseguição política vivida em seu país natal. Antes de vir para o Brasil teve que fugir para Brazaville, capital do país vizinho, a República do Congo. Ainda assim, a perseguição não se deteve. Ele estava sendo ameaçado por participar de um partido de oposição ao governo da RDC desde o ano de 2004. Como artista, ele criava os cartazes, bandeiras, murais, além das faixas de manifestação e quadros que retratavam a ditadura do seu país.

No Brasil, Shambuyi trabalhou principalmente na construção civil. Em uma publicação da ONG Conectas<sup>60</sup>, publicada no mês de novembro de 2016, Shambuyi reflete:

Eu achava que o Brasil era como a Europa na área de artes, mas não, é igual que a África. A arte não tem lugar aqui e é pior para quem vem de fora.

Uma vez fiz uma performance falando sobre a bagagem do migrante. Quando você chega num país, recebem o seu corpo, mas sua cabeça não, nem o que você trouxe na bagagem. O país não quer saber quem é você, o que você fez na sua terra. A troca cultural acaba não existindo.

O pior é com os migrantes negros, aí é que você não vale nada. O palestino, o português 'são bons', são bem-vindos. Não sei por quê.

Tenho dor de cabeça quando penso nisso. É muito difícil. O povo negro está passando mal. Precisamente aqui no Brasil, porque na minha terra não tem isso. Eu não sabia que tinha racismo aqui, eu não vivia o racismo.

Já aconteceu uma vez de eu estar sentado no ônibus, num banco com um lugar vago, e uma pessoa entrar e preferir ficar em pé do que sentar ao meu lado. Por que isso? Vocês que vivem aqui, como é isso? É difícil explicar, né? (SHAMBUYI, 17/11/2016).

Nesta fala de Shambuyi, observamos como a categoria “imigrante” abre passo para uma ressignificação do que implica ser negro em seu país de origem e o que significa no Brasil. Nesse sentido, e como veremos a seguir, existe uma articulação de distintos discursos em relação à identidade de refugiado e de imigrante.

### **5.2.2 “La em meu país somos todos negros, mas aqui não”: ser imigrante negro e refletir sobre o racismo no Brasil**

Além dos festivais, as rodas de conversa são formas de mobilização bastante utilizadas pelo Grist. Em agosto de 2016, depois de haver estado gravando imagens para um vídeo promocional sobre a sua mais recente iniciativa comercial, “Congolinária” -uma banca de culinária do Congo que funciona num local de “comidas do mundo” em um bairro nobre da zona oeste de São Paulo- Pitchou convidou-me para participar pela primeira vez duma dessas conversas<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup>Publicação disponível em:

[https://www.facebook.com/pg/conectas/photos/?tab=album&album\\_id=1182492138495770](https://www.facebook.com/pg/conectas/photos/?tab=album&album_id=1182492138495770)

<sup>61</sup>O vídeo pode verse em: <https://vimeo.com/176408060>

Pela liderança que exerce no grupo, Pitchou é quem geralmente desenvolve essas ações. Em ocasiões ele é acompanhado por algum outro membro do grupo, como naquela tarde na que Rafael, médico baiano, também estava presente. As atividades de sensibilização do GRIST estão pensadas como conversas nas que os próprios membros do grupo falam sobre as suas experiências de vida no Brasil. As falas dos integrantes do GRIST nesses eventos nos permitem observar uma dimensão do discurso político que constrói ativamente pessoas e solidariedades a partir de experiências que não são apenas as da dor e do sofrimento, senão que implicam a consideração de iniciativas de auto-organização e resistência, inclusive frente ao discurso hegemônico do refugiado apenas como uma vítima.

Já haviam passado às três horas da tarde quando Rafael nos recolheu na frente da ocupação Cambridge. Dalí nos dirigimos em seu carro até o prédio da Escola Técnica de Artes de São Paulo localizada na zona oeste da cidade. Logo após alguns minutos, fomos até uma sala de aula e muito devagar, foram chegando os estudantes interessados na conversa. Pitchou começou a fala se apresentado, dizendo os anos que estava no Brasil e que trabalhava com um grupo de imigrantes e refugiados sem teto.

Assinalou que estava lá para conversar sobre imigração e refúgio, mas que antes disso, era necessário que todas as pessoas se apresentaram. “Como vamos a conversar se a gente nem se conhece”. “Vamos nos apresentar?”. Disse com um sorriso. Assim, cada um de nós foi dizendo nome e lugar de nascimento. Quando alguém dizia que era de São Paulo, Pitchou perguntava pelo lugar de nascimento de seus pais e se a resposta era “São Paulo” ele fazia a mesma pergunta em relação a seus avós. Através dessas perguntas Pitchou parecia quer mostrar a migração como um fenômeno amplo que não diz apenas sobre refugiados e imigrantes atuais, mas pode ser entendida como constitutiva de São Paulo e até do Brasil em geral. Presumo que por isso, em seguida, ele assinalou que “voltaria um pouco na história”, e se referiu ao que chamou de “imigração histórica” apontando que assim como os alemães, italianos e portugueses que viram para o Brasil buscando melhores condições de vida, “hoje no Brasil havia imigrantes e refugiados”.

Seguidamente, Pitchou pediu a Rafael para passar um vídeo. O vídeo em questão se intitula “Refugiados”, e foi realizado por “Jornalistas Livres”, uma rede de informação independente<sup>62</sup>. Durante aproximadamente sete minutos o vídeo mostra depoimentos de

---

<sup>62</sup>O vídeo pode verse no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=GnWH9gxjetE>

peças – todas negras, entrevistadas na “Ocupação Cambridge”- explicando como chegaram ao Brasil. No começo do vídeo, Pitchou se refere ao conflito armado na República Democrática do Congo (RDC) como a causa da sua vinda para o país. Enquanto ele fala, são mostradas imagens da guerra na RDC. Posteriormente, uma mulher chamada Marie se refere ao terremoto ocorrido no Haiti e explica como foi a sua viagem até o Brasil. Em seguida, dois jovens haitianos seguidos de uma mulher nigeriana com um bebê realizam a mesma ação. A continuação, Pitchou explica a presença de refugiados e imigrantes nas ocupações, assinalando que o “protocolo” –o documento provisório entregue pela Polícia Federal quando se realiza uma solicitação de refúgio- dificulta sobretudo “a vida dos estrangeiros negros para alugar”.

De acordo com ele, embora esse documento seja reconhecido pelo governo não acontece o mesmo com a população, que geralmente não aceita esse “papel” como um documento válido. “Quando uma pessoa chega em uma imobiliária com esse documento dificilmente a pessoa vai querer dar uma casa para alugar, é por isso que acabamos indo para as ocupações”, pode ouvir-se enquanto ele expõe o protocolo diante da câmera.

As imagens voltam-se mais tristes. Agora alguns dos entrevistados aparecem chorando: pedem ajuda. O vídeo acaba mostrando algumas cifras do refúgio e a imigração no Brasil, destacando sobre um fundo preto que no Brasil existem cerca de 7.300 refugiados, de acordo com o último levantamento oficial e, que de acordo com dados da Polícia Federal, mais de 39.000 haitianos entraram no país até setembro de 2014.

É difícil não perceber que o vídeo em questão apresenta algumas semelhanças com os vídeos realizados por organizações internacionais tais como o ACNUR<sup>63</sup>. Não obstante, a diferença de muitos deles, nesta produção audiovisual são os próprios refugiados os que falam das suas experiências. E não falam apenas da dor e do sofrimento. Embora esses aspectos estejam presentes em seus discursos, eles também falam das suas perspectivas de vida, seus desejos e sobre as barreiras encontradas no Brasil. Em outras palavras, eles falam desde o ponto de vista subjetivo sobre o que significa ser refugiado no Brasil:

Eu sou refugiado, sou congolês, eu estava sendo perseguido. Se eu estou aqui faz seis anos, é que o país é bom, mas isso não faz do Brasil um paraíso. Eu saí do meu país a causa de uma guerra, quando falo em guerra é guerra de verdade, onde você vê muitos cadáveres, pessoas morrendo... Mais de 20 milhões de pessoas mortas e ninguém faz nada. A pessoa não sabe que dia sua morte vai chegar, a pessoa tem que sair, você tem que sair quando você ainda não é procurado, quando você vai aprender que está sendo procurado, você vai estar morto.

---

<sup>63</sup>Veja-se, por exemplo, o seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=uss8fr1cHU>

Então, nós temos imigrantes e refugiados, quando você sai de um país e vai para outro, é imigrante. Temos emigrantes quando sai de um país e imigrante quando entra em um outro. Todo mundo que entra aqui e imigrantes ó que dentro desses imigrantes temos uma pessoa que entra dentro de uma definição do ACNUR. Quando uma pessoa sai de seu país por causa de uma perseguição religiosa, de orientação sexual, etc., ele é um refugiado. Ele se torna refugiado (REGISTRO DE CAMPO, 26/07/2016).

Essas foram as palavras que Pitchou pronunciou quando o vídeo acabou. A continuação, Rafael apontou que dos dois milhões de estrangeiros que há hoje no país, os únicos que eram vistos como problema eram os haitianos e africanos que em total seriam uns 70 mil - entre os 18 mil refugiados e solicitantes de refúgio e os 53 mil haitianos-. De acordo com as suas palavras, “o resto, sobretudo os cerca de 400 mil brancos europeus que vem para trabalhar aqui, em nenhum momento são falados como problemas, como crime”. Segundo Rafael, sempre que se fala em imigração e refúgio se fala de haitianos e africanos e isso representa para ele um ponto bem importante a ser considerado.

O que tenho observado em aquele evento, assim como em outras experiências acompanhando as atividades e outras cenas da vida cotidiana das pessoas do GRIST é que Pitchou ressignifica frequentemente o que é ser “negro” em seu país de origem e o que é ser “negro” no Brasil. Para ele, ser negro em seu país não é causa de discriminação, enquanto no Brasil é causa de um tratamento desigual:

Ao chegar aqui você descobre que o país está dividido entre negros e brancos e aqui há refugiados negros e brancos, e tratam bem aos brancos e os negros não. Aos negros os discriminam. Se eu estou aqui é para tratar salvar minha vida, então porque vão tratar aos refugiados brancos bem e a nós não. Qual a justificativa disso? Eu acho que não tem! (REGISTRO DE CAMPO, 26/07/2016).

Do mesmo modo como o pensador caribenho Frantz Fanon (1973) descobre sua negritude a partir do olhar do branco na França, muitos refugiados e imigrantes negros afirmam não ter pensado na questão racial com anterioridade à chegada no Brasil<sup>7</sup>. Em outra ocasião, Jérémie, por exemplo, um estudante de letras proveniente da RDC afirmou que foi no Brasil que começou ver-se como negro: “La em meu país somos todos negros, mas aqui no Brasil não. Aqui os negros somos tratados como inferiores. Com frequência tenho a sensação de estar no lugar errado” (JÉRÉMIE, ENTREVISTA, 15/05/2016).

Em ocasiões, a questão do racismo e do tratamento desigual aparece entrelaçada a certas práticas de intervenção sobre refugiados e imigrantes levadas adiante desde organizações humanitárias, é nesse cenário que aparece uma forte contestação ao uso da categoria “vítima”:

A gente gosta de considerar a pessoa como coitado. O negro pode xingar ao branco, mas o branco não vai dizer nada porque vê ao negro como coitado. Eu sempre falo, se um negro te xinga, você xinga a ele da mesma forma. Se bem você não pode maltratar a uma pessoa, não pode tratar ele como coitado. Isso não é ser racista, se uma pessoa te xinga você a xinga do mesmo jeito.

Como funciona hoje o tema da ajuda aos refugiados? Funciona assim, se tenho muita roupa sobrando na minha casa, vou dar para os refugiados, aí o cara chama a imprensa e tira uma foto entregando roupa aos refugiados. Um dia um cara me ligou e me falou Pitchou tenho muita roupa. Serio?, Eu falei. Para fazer o que? Para dar para os refugiados, me diz. As pessoas gostam muito de dar roupas e dar dinheiro as ONGs que ajudam aos refugiados, mas quando vem um refugiado na rua, eles atravessam para o outro lado porque confundem com um delinquente.

Então, eu nunca vi aqui no Brasil, um heterossexual, falando sobre os direitos dos homossexuais, eu nunca vi um branco falando sobre o poder dos negros, sobre como deveriam ser as questões das cotas dos negros. São os homossexuais e os negros que falam aqui sobre os direitos deles. Só que aqui as pessoas que se consideram *mais* falam sobre os refugiados porque acham que nós somos burros, sem capacidade. E por isso que nós não queremos ser considerados como coitados, como vítimas (REGISTRO DE CAMPO, 26/07/2016).

Nessa fala de Pitchou, assim como em outras intervenções dele e de outros refugiados e imigrantes que acompanhei, a crítica ao trato recebido pelas organizações humanitárias é acionada conjuntamente com o rechaço a serem representados apenas a partir do sofrimento e da vulnerabilidade e atravessada pela questão racial.

Além disso, também há uma contestação da imagem que reduz ao imigrante apenas à sua função de “mão de obra”. Pelo contrário, das falas dos imigrantes e também das suas ações, pude perceber que há outra imagem a ser transmitida. Essa imagem pode ser pensada a partir do caso do Louides, um haitiano de 38 anos que chegou ao Brasil em 2013 e mora atualmente junto a sua família – mulher e três filhas- em uma das ocupações da Avenida Rio Branco. Louides já passou por albergues para migrantes e, ainda morando nas instalações da Missão Paz, ele formou uma banda de música, a “Satellite Musique”, composta por outros nove integrantes haitianos que tocam a “kompa” um ritmo musical definido por eles mesmos como “típico” do Haiti.

Embora Louides tenha que trabalhar na construção civil, ele não parece um homem resignado a sua função de “força de trabalho”, muito pelo contrário, ele se apresenta em eventos públicos e privados como ele diz “levando aos brasileiros uma música que eles não conhecem”. Assim como Yannick e Shambuyi, Louides, utiliza a música para ressignificar a categoria “imigrante”.

Contudo, a construção de refugiados e imigrantes nas rodas de conversa pode ser percebida como “um tanto desvinculada de realidades já conhecidas pela sociedade brasileira”. Enquanto Pitchou falava sobre as suas percepções do racismo no país, observei

que Heloisa - uma jovem do público que se definiu como negra e descendente dos povos originários- parecia um pouco incomodada e já quase no final da conversa apontou:

Eu queria só fazer um comentário, eu achei muito legal tudo que vocês expuseram e eu acho que sim, que a sensibilização é parte importante do processo de superação das dificuldades que vocês encontram aqui, só que eu acho que faz falta extrapolar do nível individual e entender que o problema que os imigrantes e refugiados encontram aqui no Brasil não têm a ver com problemas individuais do caráter do brasileiro, têm a ver com um projeto do Estado, têm a ver com o fato do Estado ser racista. E por isso que o Rafael, que é baiano, se formou em medicina em um dos estados mais negros do Brasil, pode contar com os dedos de uma mão os colegas negros que tinha, e isso é porque o Estado brasileiro é racista. Então chegam aqui os nossos irmãos, e a gente não reconhece como irmãos, porque a história do Brasil é de assalto A nossa identidade. Eu que sou descendente de povos africanos que foram tirados de lá e também de povos nativos, eu não faço ideia da minha história e isso não é visto como um problema... Então, os problemas que os refugiados encontram aqui, e não todos os imigrantes encontram, só os imigrantes não brancos, são os mesmos problemas que minha avó que foi empregada doméstica durante muitos anos de uma família branca italiana, encontram aqui. Têm a ver com um problema racial, de classe, então é importante que a gente construa essa identificação, que eu reconheça nos refugiados e imigrantes não brancos que estão no Brasil, os mesmos problemas sociais pelos quais passou minha família e passam as pessoas da minha quebrada, que são negros também, que não se parecem com os negros do Congo é verdade, mas são negros também. Eu senti falta disso, eu acho que é importante que a gente entenda que os problemas materiais que vocês encontram aqui também são os problemas que trabalhadores encontram aqui. Eu trabalho no SUS, sou secretária de uma assistente social, os mesmos problemas que eu vejo dos haitianos, os bolivianos, são os problemas da classe trabalhadora brasileira. Então, a cobrança deve ser feita para o Estado (REGISTRO DE CAMPO, 26/07/2016).

A intervenção de Heloisa sugere que os temas apresentados pelos membros do GRIST, encontram-se relacionados com o contexto nacional de desigualdade. Nesse momento, mais que em qualquer outro, foi possível perceber as conexões possíveis e formas de articulação e reconhecimento ainda não exploradas – e talvez essa seja a intenção- nos discursos e nas práticas de grupos como o GRIST.

Ao problematizar as representações dos imigrantes e refugiados, é preciso referenciar também os conceitos de reconhecimento e redistribuição e a ideia de que não seria possível isolar as lutas por reconhecimento das lutas por redistribuição:

A formulação conceitual do reconhecimento é de central importância hoje, não porque expressa os objetivos de um novo tipo de movimento social, mas porque ela tem provado ser uma ferramenta apropriada para categorialmente desvendar experiências sociais de injustiça como um todo. (HONNET, 2003, p. 133)

Não há, portanto, uma autorrepresentação do imigrante capaz de ser pensada para além dos imigrantes como atores que se autodefinem como objetos de reconhecimento, e essa ação se dá sempre na interação com um outro, ou seja, numa relação. Entretanto, é importante ter em conta o que foi apontado por Pinto (2008) acerca do contexto brasileiro. Para a autora, “existirá sempre uma política de distribuição (ou não) e uma política de reconhecimento (ou



não), que independe do sujeito individual ou do grupo social”. Assim, os mais vulneráveis encontram-se mais expostos a sofrer ações de alguém que distribui ou que fale por eles, antes de serem sujeitos que se autorreconhecem publicamente. Ou seja, para a autora, a noção de reconhecimento fica mais limitada a um reconhecimento externo; isto é, “o outro reconhece e age sem necessariamente construir uma relação com o reconhecido”. O outro, no caso, é sempre, ou quase sempre, um agente estatal que atua através de políticas públicas (PINTO, 2008, p. 47).

### **5.3 Imigrantes e refugiados como cidadãos: a releitura da condição de vítima**

Ao trazer as ações e falas dos refugiados e imigrantes do GRIST em festivais e rodas de conversa, quis mostrar que, apesar de não serem reconhecidos como cidadãos refugiados e imigrantes, demonstram agência política todo o tempo. Como aponta Sandro Mezzadra (2012), os imigrantes – mais além de seu status jurídico - atuam como se fossem cidadãos, o que favorece processos de resistência, organização e subjetivação (MEZZADRA, 2012, p. 161).

As práticas analisadas são indicativas tanto da agência utilizada para visibilizar a “luta” dos refugiados e imigrantes no Brasil, quanto das categorias e formas de diferenciação que estão sendo utilizadas para construir a figura do refugiado. Em primeiro lugar podemos observar que a representação do refugiado, está sendo construída nestes eventos usando contextualmente as situações de violência e de vulnerabilidade em seus países de origem, mas sobretudo a partir de narrativas que tratam das suas experiências de vida aqui no Brasil.

Nesse sentido, é significativo que embora a maioria dos refugiados e imigrantes que conheci nas ocupações tenham regularizada a sua situação migratória, seja como refugiados, seja através de um visto humanitário, quando relatam suas condições de vida - trabalho nos sectores menos remunerados, moradia em albergues ou nas ocupações do centro da cidade- as fronteiras entre as categorias jurídicas “refugiado” e “imigrante” parecem menos claras.

Porém, isso não significa que a figura do refugiado esteja sendo construída em total sintonia com a de imigrante. Pelo contrário, se bem se reconhece que tanto refugiados como imigrantes são migrantes, geralmente se enfatiza que além do desejo de “uma vida melhor” – aspiração que mobilizaria ao imigrante- no caso dos refugiados há um intuito de “proteger a vida”. As ideias de “persecução” e “risco de morte” se tornam centrais em esta definição, enquanto a referência a organismos internacionais como o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) deixam ver como os refugiados também podem se

apropriar das definições de organismos internacionais para construir localmente sua própria figura do refugiado.

Entretanto – e longe de ser um fato isolado – a crítica e até a denúncia do tratamento recebido por amplos setores da sociedade brasileira (ONGs, empresários, governos, pesquisadores, mídia) nos fala de movimentações significativas em cenários complexos: entre experiências particulares de mobilidade internacional e a construção de um projeto coletivo, entre sofrimentos no lugar de origem e sofrimentos no país de “acolhida”, entre formas de visibilidade e formas de participação. Pitchou, como outros refugiados e imigrantes que lutam por seguir adiante numa cidade como São Paulo, interpelava-nos ali sobre os significados particulares dessa condição de mobilidade: falava tanto da necessidade de problematização dos discursos sobre refugiados e imigrantes quanto dos lugares onde esses discursos são produzidos e, assim, diante de representantes de ONGs, governos e pesquisadores, dizia alto e claramente: “não somos objetos”.

Este é, portanto, o cenário de fundo em que refugiados e imigrantes do GRIST vêm construindo suas próprias formas de participação política. Um cenário complexo, caracterizado, além das próprias dificuldades de viver numa cidade como São Paulo, pela precariedade das condições de vida, de trabalho, de moradia e pela falta de reconhecimento de documentos oficiais. Um cenário no qual o reconhecimento formal do status de refugiado coexiste com múltiplas invisibilidades e formas de exclusão que inclusive se inscrevem no âmbito simbólico. Assim se num nível mais geral há, por um lado, um intento por parte do governo de posicionar o Brasil como um país “acolhedor” e com uma tendência “natural” a receber “bem” a todos os que chegam de fora, por outro lado, há inúmeras tensões relacionadas com a criação e execução paradoxal de políticas públicas dirigidas a refugiados e imigrantes.

## CAPÍTULO 6

### **Eu sou Claudine Shindane da República Democrática do Congo: narrativas de si em situação de trânsito**

Neste capítulo, apresento as experiências de vida de uma mulher congoleza que veio para o Brasil com seu filho no final do ano de 2014. Aqui reencontrou seu marido que já estava no país desde 2011. Sua vida na República Democrática do Congo (RDC), sua experiência migratória, sua chegada ao Brasil, os lugares que percorreu e as pessoas com as quais se relacionou fizeram emergir novas identidades, identificações, novas histórias de relações sociais e também deu continuidade - mesmo que ressignificando- as experiências anteriores à emigração. É a partir dessas relações e do “efeito de zoom” (LECHNER, 2016) que as histórias individuais imprimem ao estudo das migrações que procuro compreender uma forma de agência e de resistência produzida a partir dos discursos e das práticas de alguém que vive por dentro a realidade da migração.

Conheci Claudine na Missão Paz, em abril de 2016. Eu havia sido convidada para falar sobre a situação dos imigrantes e refugiados nas ocupações do centro de São Paulo, tema que me ocupava naquele momento. Ela e seu marido Guido estavam entre o público. Ao final do debate, Claudine se aproximou para cumprimentar-me e intercambiamos nossos números de telefone. A partir daí, começamos um relacionamento de amizade que continua até hoje.

Dando continuidade à proposta de Elsa Lechner (2009) sobre a potencialidade “emancipatória” das práticas de biografização de migrantes, analiso os relatos feitos por Claudine (produzidos em entrevistas presenciais e em escritos autobiográficos por mim solicitados) como “espaços de visibilidade e legitimação dos seus testemunhos” e como ferramentas com capacidade de contribuir para transformar certas “estigmatizações comumente reproduzidas mesmo por quem se propõe a trabalhar junto de populações migrantes” (LECHNER, 2009, p. 44-49).

Desta forma, o capítulo busca refletir sobre as experiências de vida de Claudine a partir de sua subjetividade e do que Sandro Mezzadra (2005) tem chamado de “direito de fuga”. Assim mesmo, presumo que a história de Claudine condensa com riqueza parte da história da recente emigração congoleza para o Brasil. Assim sendo, creio que esta experiência original nos permite uma aproximação com os fenômenos migratórios contemporâneos, desde aspectos menos conhecidos da resistência e agência migrantes.

**Figura 39:** Claudine em São Paulo pela primeira vez



Fonte: arquivo pessoal de Claudine

Claudine Shindany Wazime Kumbi nasceu em 1978 em Kinshasa, capital da RDC. O “Congo”, como geralmente é chamado em campo, é o segundo maior país africano e um dos mais ricos do mundo em recursos naturais. Na época em que Claudine nasceu, o ditador Mobutu Sese Seko havia trocado o nome do país para “Zaire”. Contudo, o país - que conquistou a sua independência da Bélgica em 1960- já havia sido chamado de “Estado Livre do Congo” (1885), “Congo Belga” (1908) e, até a conquista da independência, “República Democrática do Congo-Kinshasa”.

A vida de Claudine na RDC acompanhou importantes mudanças políticas de seu país como a saída da ditadura militar de Joseph Mobutu, a “Primeira Guerra do Congo”, a chegada dos refugiados da guerra em Ruanda e Burundi, a proclamação por parte do líder rebelde Laurent Kabila da “República Democrática do Congo” e a celebração em 2006 das primeiras eleições livres desde a independência em 1960.

Cabe assinalar que a RDC atravessava desde mais de uma década um sangrento conflito armado que já havia deixado milhões de vítimas. De maneira geral, entende-se que a guerra, os conflitos armados, as perseguições políticas assim como os impactos sociais e econômicos destes conflitos constituem o cenário determinante dos movimentos migratórios. A história de Claudine não nega isto, mas aponta outros elementos a levar em conta nos atuais processos migratórios. Entretanto, e, como nos lembra Sayad (1998), devemos considerar que o imigrante só “nasce” quando chega à sociedade de destino, não obstante “emigrante” e “imigrante” são a mesma pessoa (SAYAD, 1998, p.18).

A história do atual conflito no Congo é complexa, atravessa diferentes etapas

históricas e envolve uma multiplicidade de atores. Para contextualizá-la, vou trazer o exposto por refugiados congolese em São Paulo nos vários eventos que assisti sobre o conflito armado naquele país<sup>64</sup>. De acordo com os refugiados congolese, o que se conhece atualmente como a “Guerra do Congo” iniciou-se em 1996 com o objetivo de derrubar o ditador Mobutu -que havia sido apoiado pelos EUA durante a Guerra Fria. Mobutu -que tomou o poder em 1965 com um golpe de Estado- estabeleceu um governo ditatorial e, a partir de 1971, levou adiante uma política de africanização – também conhecida como “zairenização” ou “doutrina da autenticidade africana”<sup>65</sup>.

Figura 40: Mapa da República Democrática do Congo



Fonte: mapsofworld.com<sup>66</sup>

<sup>64</sup>Durante o trabalho de campo em São Paulo, assisti a 5 eventos organizados por refugiados congolese cujo tema central era a “Guerra do Congo”.

<sup>65</sup>Dita doutrina caracterizou-se por um discurso anticolonialista e uma série de medidas de forte cunho nacionalista, tais como a valorização das línguas e tradições culturais, a nacionalização das maiores empresas estrangeiras e a substituição / desestruturação dos quadros técnicos dos serviços públicos: “(...) A política de Mobutu levou a uma deterioração da economia (...). Corrosivos efeitos sociais e econômicos da corrupção nos mais altos níveis governamentais acabaram afetando a todos os setores da sociedade” (POUILLY, 2006, p. 4). A afirmação do africanismo no Zaire foi vinculada a uma forma de legitimação do culto à personalidade e à força de um poder absoluto de Mobutu. O Zaire passou mais de 30 anos sob um regime ditatorial que se proclamava antiimperialista, embora, na prática, tivesse apoio dos EUA e de outros países capitalistas da Europa Ocidental preocupados com o avanço do socialismo na África no período da Guerra Fria. Os maiores opositores de Mobutu o acusaram de ter sido o maior “parceiro” do imperialismo norte-americano na África e um “servidor” das multinacionais que exploraram as riquezas do Zaire em troca de proteção, fortalecimento do seu governo e de um sistema de corrupção e enriquecimento pessoal (TANNURI, 2010, p. 143).

<sup>66</sup><http://espanol.mapsofworld.com/continentes/afrika/mapa-de-la-republica-democratica-del-congo.html>

Geralmente, dois aspectos são apontados como centrais na explicação do conflito dada pelos refugiados. O primeiro, é o “Genocídio de Ruanda” em 1994<sup>67</sup> e, o segundo, a exploração do minério:

A desestabilização no leste do país (região dos conflitos) aconteceu após o genocídio de Ruanda quando os *hutus* (grifó meu) massacraram 800 mil *tutsis* (grifó meu) e Mobutu abriu um corredor humanitário para que os perpetradores do genocídio fugissem para o Congo. Devido a isto, os *tutsis* planejaram uma vingança e, em seguida, as tropas do presidente de Ruanda, Paul Kagame (Tutsi) entraram no Congo, derrubaram Mobutu e colocaram no poder Laurent Kabila que se dedicou à aniquilação dos assassinos desde o ano 2001 (REGISTRO DE CAMPO, 30-06-2016).

Além dessa questão, em todos os eventos aos que assisti destaca-se, um segundo aspecto central para entender o conflito, relacionado com as riquezas minerais do país, em especial do “coltam”, um mineral utilizado na fabricação dos telefones celulares e computadores:

A Guerra do Congo é a Guerra Mundial da África. Mas a mídia está dizendo que no Congo há uma guerra civil. Não! No Congo não há uma guerra civil. O Congo é uma guerra do imperialismo. É uma guerra econômica. E como funciona esse mercado? Existe um material, chamado coltam, que todos possuem nos seus telefones celulares. Eu acho que quase o 90% deste vem do Congo. A guerra está sendo alimentada pelos interesses de empresas privadas, especialmente estadunidenses que olham principalmente para os recursos naturais do Congo. As empresas capitalistas exploram sem moral nem respeito ao ser humano (REGISTRO DE CAMPO, 30-06-2016).

Entendo que ao trazer o fator econômico para o debate, os refugiados congolezes não apenas buscam dar visibilidade a um conflito bastante silenciado pela grande mídia internacional, mas procuram afastar-se de uma imagem da Guerra do Congo como um conflito “étnico”. Como destacava um refugiado em um desses eventos “no Congo não há um conflito entre tribos, e sim uma guerra econômica que envolve muitos países”.

Cabe assinalar que o dito conflito acontece sobretudo na parte leste do país. Entretanto, e se bem não afeta de forma direta as pessoas que moram na capital ou em outras regiões do país, as perseguições políticas do regime ditatorial de Joseph Kabila afetam todo aquele que tente denunciar a situação nessa parte do país.

Portanto, o conflito do Congo constitui tanto um dos motivos principais pelos quais o contingente de refugiados congolezes em São Paulo está-se incrementando durante os últimos

---

<sup>67</sup>Conhece-se como Genocídio de Ruanda a matança durante alguns meses em 1994 de quase um milhão de pessoas da etnia *tusti* por parte dos da etnia *hutus*. Fontes jornalísticas assinalam que foi tal a onda de violência que provocou além das mortes mais de dois milhões de refugiados.

anos, como o pano de fundo no qual se desenvolve a vida de Claudine. Ainda nesse cenário, e de acordo com o relatado por ela, sua juventude transcorreu numa relativa calma. Estudou pedagogia e jornalismo e mais adiante trabalhou como jornalista da “Igreja de Cristo no Congo”. Ali criou o jornal “ECC News”.

Claudine também trabalhou em programas de rádio na “Rádio Televisão Congoleza” (RTNC) e em 2010 começou a trabalhar para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no setor da comunicação. A sensibilização das mulheres para que continuassem os estudos era a principal atividade de Claudine naquele trabalho. De acordo com ela, em algumas regiões do país apenas se estimulava aos homens para que estudassem, não ocorrendo o mesmo com as mulheres:

Na parte da cultura, temos algumas regiões que favorecem meninos a estudarem (irem à escola), e meninas para a cozinha, casamento cedo, etc. Aí eu fiz um trabalho enorme de sensibilização sobre igualdade escolar, já que eu mesma sou um exemplo. Realizei sensibilização também a respeito da saúde das crianças vacinação e higiene, por exemplo (CLAUDINE, JULHO 2016).

Daquela época Claudine realça a oportunidade que o trabalho na Unicef ofereceu para poder viajar pelo interior do país, assim como também ao exterior. Assinala também que naquela época se familiarizou com as quatro línguas nacionais de seu país: “Kikongo, Lingala, Swahili e Tshiluba”:

Esse aí me deu oportunidade para viajar muito, muito no interior e exterior do meu país. Então, além dos outros países, eu conheço meu país, bem com as quatro línguas nacionais (Kikongo, Lingala, Swahili e Tshiluba), e mais francês e inglês (CLAUDINE, JULHO 2016).

No relato autobiográfico que Claudine fez para mim, ela afirma nunca ter participado de grupos políticos. Não entanto, ela ressalta as situações de violência, sobretudo atravessadas por mulheres e crianças nas zonas de conflito:

Eu não morava nas regiões das guerras ou para onde tem muitos conflitos armados, eu morava na Kinshasa, a capital, que está pouco tranquila. Mas já fui às regiões dos conflitos. Como é triste ver e ouvir testemunhos das mulheres estupradas! Esses estupros acontecem a qualquer mulher, sem idade fixa. Quer dizer que não há mesmo idade: uma criança que ainda não tem mesmo um ano é estuprada do mesmo jeito que uma idosa de 80, 90 anos ou mais.

Eu encontrei até uma criança de 12 anos grávida depois dum estupro cometido por sete homens... que pena! Depois que o bebe nasceu, ela não gostava do bebê porque, para ela, esse bebê era uma lembrança ruim.

Uma vez eu encontrei um corpo duma mulher estuprada, depois colocaram garrafa de vidro no aparelho genital dela. Como é triste matar desse jeito... Você não pode olhar duas vezes. Encontrei também, uma mãe morta e o bebê de 1 ano e 7 meses que estava procurando mamar, estava chorando, chorando, puxando a mamãe ...oh que triste história! Há tantas histórias a contar sobre mulheres estupradas, violentadas e

mortes...Crianças são levadas para fazer parte do exército, ou para trabalhar nos campos dos exércitos, dos rebeldes, e são obrigadas a matar (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).

Embora eu tenha insistido bastante para saber quando começou o namoro de Claudine e Guido, ela nunca especificou o ano. Entretanto, assinalou várias vezes que foi “muito tempo depois de ter conhecido ele” já que Guido era seminarista.

Eu conheço Guido desde pequena. Ele estudava no mesmo colégio que meu tio, o irmão mais novo do meu pai e que é padre. Somos da mesma cidade. Mas Guido não morava muito tempo lá, porque como escolheu ser padre, ele sempre passou muito tempo fora, principalmente na Europa... A gente se encontrava sempre quando ele vinha passar as férias, às vezes um mês, às vezes três semanas, etc. Ele era padre jesuíta, mas aconteceu que decidiu se casar, e aí aconteceu isso que aconteceu (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).

**Figura 41:** A boda de Claudine e Guido



Fonte: arquivo pessoal de Claudine

Em 2006 nasceu o único filho do casal, Blessing Wealth que significa “riqueza abençoada”. Em 2010 Claudine e Guido se casaram. Naquele tempo Claudine trabalhava como jornalista e Guido era professor. Não obstante, esse ano a violência chegou com força a sua vida. Guido havia desaparecido, não havendo sinais dele:

Na verdade, a gente não sabia da detenção do Guido. Só um tempo depois que a gente teve notícia de que ele havia sido levado a um lugar que ninguém sabe onde é. Foi assim mesmo. Ele foi preso num buraco, longe, numa ilha. E daí nada de notícia dele por seis meses. Para nós (a família), ele já estava morto porque muitas pessoas morreram nessa ilha, ou seja, mataram-nas. A saída dele foi um milagre, assim como ele conseguiu se esconder, até sair do país (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).



Mais ou menos um ano depois, Claudine teve notícias sobre Guido. Ele estava vivo. Com ajuda de alguns amigos, Claudine e Guido encontraram-se na África do Sul e Guido fugiu para o Brasil. Depois da saída de Guido do país, Claudine continuava com seu trabalho, mas aos poucos começou a sentir-se cada vez mais insegura. Depois de um tempo, ela também decidiu sair do país:

Eu saí do país por causa da perseguição. Eu não suportei mais. Como jornalista, eu fazia meu trabalho de escrever, denunciar, reportagem, aí o governo ficou atrás de mim. Até mudar de lugar para passar a noite com meu filho pequeno. Eu até perdi minha mãe por causa disso. Os militares entraram na minha casa quando eu não estava e começaram a bater meus nos meus irmãos e irmãs, até na minha mãe, que caiu e ficou doente até que morreu. Eu tenho uma lembrança muito ruim disso (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).

**Figura 42:** A mãe de Claudine



Fonte: arquivo pessoal de Claudine

Os eventos sobre a guerra do Congo aos quais assisti, geralmente é Hortense, uma advogada congoleza refugiada em São Paulo, quem narra as experiências de violência sofridas por mulheres e crianças no marco do conflito. Hortense é uma mulher robusta que costuma vestir roupas “típicas” de seu país. Diferentemente de Claudine, Hortense tem um tom de voz potente e, quando ela começa a narrar detalhadamente como acontecem os estupros e as mortes, é muito difícil de suportar.

No trabalho de Veena Das, *The Act of Witnessing: Violence, Poisonous Knowledge and*

*Subjectivity* (2000) a autora explora o significado da violência na vida das mulheres da Índia, tomando como foco o estudo de como a violência (da Partição da Índia em 1947) integrou-se nas relações cotidianas de uma mulher viúva chamada “Asha”.

Analisando a história de Asha, Das observa a importância das “ideias de cuidado” nas relações familiares -relações centrais na vida desta mulher- e que a brutalidade da Partição da Índia reside no que a violência fez para alterar as maneiras nas quais os parentes reconhecem-se uns aos outros ou não o fazem. Por isto, para a autora, a lembrança traumática da Partição não pode ser compreendida como algo do passado. Mais do que isso, ainda levando em conta que algumas mulheres não haveriam sofrido dano corporal direto, Das entende que o passado pode entrar no presente não como uma lembrança traumática, mas como um “conhecimento venenoso” (DAS, 2008, p. 244).

**Figura 43:** Massacre na RDC



Fonte: arquivo pessoal de Claudine

O que tenho observado tanto no relato de Claudine como nas vezes em que ouvi Hortense falar sobre a violência contra as mulheres no Congo, é que elas situam essas violências num contexto de vulnerabilidade mais amplo no qual se inserem as mulheres, e ligado a processos mais amplos de exploração. Ou seja, o que percebo é que, ao falar das violências contra os corpos femininos durante o conflito, também há uma denúncia sobre o lugar ocupado pela mulher na sociedade congoleza:

As mulheres não têm palavra. Como falar...elas não têm decisões na frente dos

homens. Isso aí é a cultura. E também o jeito de escolher o casamento, nossa! São os parentes que decidem. Às vezes eles casam suas filhas ainda sendo menores de idade (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).

Por isso, quando elas falam sobre si mesmas dentro desse cenário violento elas comumente referem-se a serem mulheres “privilegiadas” e “modernas” no sentido de que diferentemente duma ampla maioria de mulheres, elas tiveram acesso à educação. Desta forma, a educação funciona como um signo de modernidade num cenário caracterizado pela tensão e pelo conflito do processo de ocidentalização.

Não obstante, e por outra parte, parece-me também que embora elas se identifiquem como mulheres “modernas”, possuem educação superior, profissões liberais, moram na capital, etc., do ponto de vista de quem está ouvindo seus relatos, há uma tendência a localizá-las como parte dum mundo “atrasado” e “violento” o que não parece ser a intenção delas quando relatam os crimes contras as mulheres. Desta forma, creio que se no passado elas posicionavam-se de um certo lugar de privilégio com respeito a essas outras mulheres que eram assassinadas no Congo, no novo contexto brasileiro, elas são imediatamente igualadas a essas vítimas.

Neste sentido, concordo com Jullyane Ribeiro (2016) que, depois de analisar as interações em uma série de eventos que reuniram mulheres refugiadas para falar sobre as suas experiências, aponta:

Ainda que Hortense e Raja tenham feito uma distinção enfática entre a modernidade e a tradição – modernidade em que Hortense se insere enquanto mulher educada, advogada com atuação política e em que Raja se posiciona enquanto mulher “da capital” – as perguntas dirigidas a elas parecem sempre as colocar no lugar do atraso e da opressão, o que não parece ter sido a intenção de Hortense ao descrever os costumes “tradicionais”. Em cada pergunta ou comentário, as marcas distintivas entre as “africanas”, as “árabes” e as “brasileiras” são acionadas. Consideradas mulheres “modernas” em seus países de origem, naqueles espaços Hortense e Raja eram a tradição materializada em suas roupas, seus cabelos, seus corpos (RIBEIRO, 2016, p. 10-11).

Continuando com o apontado por CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006; MC CLINTOCK, 1995; e PISCITELLI, 2008, 2013, Ribeiro vem assinalando a importância de uma perspectiva de articulação ou intersecção entre o gênero e categorias como raça, classe, sexualidade e nacionalidade no estudo do processo de refúgio. Em seu trabalho sobre a diferenciação de gênero nos deslocamentos de pessoas refugiadas para a cidade de São Paulo, Ribeiro aponta o gênero como uma categoria central na produção do refúgio, articulado a outras categorias como raça e nacionalidade, e perpassado por noções de vulnerabilidade e

tradição ligadas em sua definição.

De acordo com Ribeiro, a noção da vulnerabilidade está sendo integrada contextualmente no processo de produção de mulheres refugiadas, ora no sentido de realçar a necessidade de pormenorizar as violações de direitos sofridas pelas mulheres nos conflitos armados e durante os deslocamentos, noutra com o intuito de ressaltar a sua agência, “força” e “superação” enquanto refugiadas.

O trabalho de Ribeiro mostra ainda que ocorram algumas reorganizações nos arranjos familiares, nas normas de gênero no que se refere às relações afetivas e na divisão do trabalho em decorrência a esses deslocamentos. Para ela, é possível observar que as categorizações de “tradicional” *versus* “moderno”; “civilizado” *versus* “incivilizado” estão sendo “contextualmente significadas e reinventadas nessas mobilidades, tendo como efeito a reconfiguração de alguns modelos de feminilidades e masculinidades, mas não significando necessariamente uma ruptura com padrões anteriores aos deslocamentos” (RIBEIRO, 2016, p. 15).

### **6.1 Eu não queria vir para o Brasil, mas como meu marido já estava aqui: relações de gênero e a decisão de partir**

No final do ano 2014, Claudine decidiu sair definitivamente do Congo e veio para o Brasil. Não entanto, entre 2011 e 2014, realizou duas viagens para o Brasil para visitar Guido. Existe pouca informação sobre a imigração congoleza para o Brasil e, ainda menos para a cidade de São Paulo. De acordo com os dados divulgados no relatório do CONARE - de maio de 2016- os congolezes seriam a quarta maior comunidade de refugiados no Brasil, com um total de 968 casos reconhecidos como refugiados por aquela organização<sup>68</sup>.

De acordo com Fernanda Gallo (2010), os primeiros congolezes chegaram ao Brasil em 2004/2005. Eram, sobretudo, homens que se instalaram no bairro de Artur Alvim, na zona leste de São Paulo, por conta dos aluguéis mais acessíveis. O fluxo migratório para São Paulo vem aumentando, mas concerne um contingente relativamente pequeno. Trata-se de um conjunto heterogêneo, sendo constituído ao mesmo tempo por jovens profissionais e artistas e pessoas de classes variadas. Esses imigrantes estão instituindo na cidade corais, igrejas, restaurantes e espaços culturais que funcionam como espaços de encontros, mas também como redes que auxiliam na inserção econômica na cidade e na “pertença”.

No trabalho de Gallo (2010), observa-se que no espaço da Igreja “Bon Noveau

---

<sup>68</sup> No relatório, os sírios ocupam o primeiro lugar, com um total de 2.298 reconhecimentos, seguidos dos angolanos (1.420) e os colombianos (1.100).

Message” (EBNM) na zona leste de São Paulo, além de um conjunto de possibilidades oferecido aos recém-chegados, “a memória se partilha agindo como recurso de pertença”. De acordo com a autora, “ao se encontrarem, os conterrâneos se identificam nos gestos, nas palavras. Assim, os vínculos ditos transitórios, daqueles que migram, geram um sentimento de acolha, de sentir-se em casa” (GALLO, 2010, p.15).

Esses tipos de interações levam Francalino e Petrus (2008) a falar da criação de “novas identidades” a partir de um processo de hibridação entre as culturas brasileira e a de seus países de origem (FRANCALINO; PETRUS, 2008, p. 539). Os dados obtidos durante a minha pesquisa de campo em São Paulo acompanhando os eventos organizados por refugiados congolese, e a vida cotidiana de cinco famílias congolese mostram que se trata de pessoas com um envolvimento político em seu país de origem o qual se tenta continuar no Brasil. Dentre aqueles que eu conheci naquela cidade, há advogados, jornalistas e artistas que manifestaram um posicionamento crítico contra o governo de seu país e se empenharam na promoção de palestras e eventos sobre a atual situação política no Congo. Não obstante, observo que as condições e dificuldades encontradas por eles no Brasil atuam como um componente fundamental na criação de grupos e organizações de “congolese” como vimos no capítulo anterior.

Christ, por exemplo, um jovem jornalista que leva pouco mais de um ano no Brasil, promoveu e participou de vários desses eventos. No marco de um deles, “O conflito armado da RD do Congo no espaço geopolítico do mundo: imperialismo capitalista e guerra econômica” - realizado na Galeria Olido, no centro de São Paulo<sup>69</sup> - Christ explicou em detalhes o desenvolvimento ao longo de décadas do conflito armado em seu país. Afirmou ser uma guerra que leva quase vinte anos e que conta com a participação tanto de países ocidentais - interessados nas riquezas naturais como o coltan, um mineral utilizado na fabricação de computadores e celulares- como de milícias e grupos rebeldes de países vizinhos da RDC, como Ruanda, Uganda e Burundi. De acordo com Christ, “é a maior e mais sangrenta guerra desde a Segunda Guerra Mundial, com cerca de 20 milhões de mortos e desaparecidos desde que se iniciou o conflito”.

Meses antes daquele evento, quando entrevistei Christ, ele mencionou uma reportagem que havia publicado a revista “Zum”. A seguir pode-se ler uma parte de um relato escrito por Christ para essa reportagem:

---

<sup>69</sup> O evento se realizou o dia 30 de junho de 2016 como parte das celebrações em São Paulo, pelos 56 anos de independência do Congo .

Quando no Congo, meu compromisso como jornalista era fazer a cobertura de reportagens em áreas de risco. A repressão sangrenta das manifestações pela polícia e pelo exército do poder, os conflitos, denunciar a corrupção, denunciar a cumplicidade de certos membros do governo na guerra no leste do país. O jornalismo era a melhor forma de servir ao meu país. É mais do que uma profissão para mim: é uma paixão. Aqui no Brasil, mantenho meu engajamento. Em março de 2015, ativistas jovens dos movimentos Filimbi e Lucha foram presos arbitrariamente por sua luta social e por defender maior engajamento da juventude congoleza no processo democrático. Até hoje, eles seguem presos, sem direito a advogados e qualquer acesso à Justiça. Por meio das redes sociais, criei uma campanha para a liberação desses presos políticos. Compartilho com eles a mesma luta pela democracia e a justiça social<sup>70</sup>.

No trabalho de Vieira (2015) sobre a experiência de refúgio de congolezes no Rio de Janeiro, a situação de violência vivida no Congo é somada à ideia de Castles (2002) - acerca de que essa emigração também pode ser motivada pela destruição de infraestruturas econômicas e sociais necessárias para a sobrevivência do indivíduo- para aproximar a figura do refugiado congolês à de um “excluído social”. Quer dizer, com a de um de sujeito que, dentre muitas outras privações, também não possui possibilidades de encontrar um emprego em seu país: “Afim, eles se encontram privados do direito mínimo de ir e vir, do acesso a padrões mínimos de saúde, educação e cidadania. E no contexto atual da sociedade, é inegável que a exclusão social é uma ação que retira do indivíduo o direito ao trabalho” (VIEIRA, 2015, p. 56).

Ainda concordando que a situação de exclusão social pode ser um dos condicionantes da emigração congoleza para o Brasil, observo que no trabalho de Vieira a identificação da imagem do refugiado com a do excluído leva a uma excessiva ênfase no papel dos “agentes do refúgio” que passam a ser vistos como aqueles que possibilitam “uma nova vida aos refugiados”. Desta forma, a identificação por parte dos agentes do refúgio dos motivos “reais” que originaram a partida do Congo revelaria para Vieira, “a importância do papel desempenhado pelos profissionais que acolhem estes indivíduos”. Em palavras da autora: “Ao absorverem histórias particulares de exclusão pelas quais passam os imigrantes, estes acolhedores têm a oportunidade de evitar a política de 'invisibilizar e isolar imigrantes e refugiados', oferecendo a possibilidade de recomeçar vidas” (VIEIRA, 2015, p. 56-57).

Contudo, o trabalho de Vieira, analisando as experiências desses refugiados, revela a criação de redes próprias da comunidade congoleza no Rio de Janeiro e que são capazes de manter “uma relativa influência sobre as oportunidades de vida e de trabalho que recai nestes indivíduos”. Seu trabalho mostra ainda como foi possível reconhecer nos refugiados

---

<sup>70</sup> <http://revistazum.com.br/bolsa-de-fotografia/christ-kamanda-trema/>

congoleses “sujeitos ativos e propositivos em meio aos poucos mecanismos de proteção, assistência e integração locais oferecidos” (VIEIRA, 2015, p. 118).

No presente, na cidade de São Paulo, há uma incipiente visibilidade da “capacidade” dos refugiados congoleses resultante das várias atividades culturais e comerciais empreendidas por eles. “Congolinária”, por exemplo, um restaurante do refugiado e ativista congolês, Pitchou Luambo, está recebendo bastante atenção de importantes meios de comunicação<sup>71</sup>. Esse e outros empreendimentos são caracterizados por um discurso que ressalta a situação de guerra no Congo, as dificuldades atravessadas no percurso migratório e as experiências de vida e trabalho no Brasil, expressando idealmente alguma vinculação com a comunidade negra brasileira.

O que me interessa ressaltar neste momento é que, a princípio, a história de Claudine e até a imagem dela mesma (costuma se vestir com roupas casuais usando calças jeans, por exemplo) não chamando muito a atenção nos eventos nos quais nos encontrávamos. Creio que isto estava associado a fato de que ela não se apresentava no começo como uma “vítima” do conflito do Congo, e sim como uma mulher que havia decidido, num cenário perpassado pelo conflito, encontrar-se com seu marido em São Paulo. Era como se o fato de ressaltar suas experiências como jornalista, seu trabalho na Unicef e outros aspectos da sua vida cotidiana arrebatassem dela o que a fazia interessante aos olhos dum público ávido de ouvir histórias de sofrimento.

Quando conheci Claudine, ela não costumava referir-se a sua saída do Congo pela perseguição política e sim só dizia que ela não queria vir para o Brasil, mas que, como seu marido já estava aqui, foi mais fácil de decidir. Essa afirmação comumente utilizada por Claudine durante os nossos primeiros encontros leva-nos a refletir sobre uma outra imagem muito estereotipada que pesa sobre as mulheres refugiadas africanas: a imagem da mulher “oprimida”.

Em um artigo que reflete sobre as viagens internacionais dos palestinos no sul do Brasil, Denise Jardim (2007) analisa o provérbio árabe de que “as mulheres voam com seus maridos”. Levando em conta o papel das mulheres – mães e tias- na elaboração cuidadosa dos possíveis destinos de seus filhos – através de uma intensa troca de informações, fotos e possibilidades de reencontros – a autora observa que as mulheres não estavam “vindo depois”

---

<sup>71</sup> Enquanto escrevo este capítulo, Pitchou foi entrevistado no programa da rede Globo “Encontro com Fátima Bernardes” em relação ao seu restaurante Congolinária. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4tP7TZtlfZQ>.

dos maridos, e sim que elas estavam “ocupadas em traçar as condições da viagem de seus filhos”. Desta forma, as viagens, lidas através da atuação das mulheres adquiriam outros significados (JARDIM, 2007, p. 257-258).

Enquanto Claudine morava no Congo e trabalhava como jornalista, ela contribuía economicamente com sua família para que seus irmãos e a sua irmã pudessem concluir os seus estudos universitários. Esse papel assumido por Claudine não terminou quando ela chegou ao Brasil, mas certamente se tornou mais complexo. Foram várias as ocasiões em que encontrei Claudine muito preocupada com a situação da sua família. Claudine tem três irmãos (Colin, Dieudonné e Daniel) e quatro irmãs (Godeline, Constantine, Nestorine e Pépé Chanceline). Comumente é Claudine quem ajuda com os gastos dos estudos das irmãs, sobretudo de Pepé que estuda medicina em Kinsasha. Quando estava por terminar os estudos, Pepé ligou muito preocupada porque não tinha como conseguir o dinheiro que precisava para pagar uma taxa da faculdade. Eu testemunhei a angústia de Claudine, mas também constatei como ela ativou toda uma rede de contatos familiares no Congo até conseguir que um tio emprestasse o dinheiro a Pepé.

É meu corpo físico que está aqui no Brasil, mas minha mente, meus olhos, minhas orelhas estão na República Democrática do Congo. Por quê? Porque eu tenho uma grande família. Eu tenho meus irmãos, eu tenho meu pai, que está doente, inclusive (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).

## **6.2 Africana, Mulher e refugiada: a busca de autonomia e a visibilidade conquistada nas tramas da rede de apoio**

Depois de algum tempo no Brasil, Guido conseguiu uma bolsa para seguir os estudos de Relações Internacionais na cidade de Santos (cerca de 80 km de São Paulo). Entretanto, Claudine não teve a mesma “chance”. Desta forma, enquanto Guido mora em Santos durante a semana para assistir as aulas, Claudine fica em São Paulo cuidando de seu filho Blessing:

Guido é formado como advogado e tem diploma da Bélgica. Ele está na OAB mesmo. Mas aqui ele não pode trabalhar como advogado. Como estava passando muito tempo e ele não conseguia revalidar seu diploma ou fazer uma coisa na sua área, ele não sabia o que fazer. Foi então que a bolsa apareceu e ele aproveitou. Com muita dificuldade, ele foi para Santos e deixou tudo, até o seu trabalho. Tudo isso só para ter um diploma daqui! Mas não é fácil! Eu fico com Blessing aqui em São Paulo (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).



Guido volta para São Paulo com a sua família todos os fins de semana, sendo que em algumas ocasiões Claudine também o visita em Santos. Claudine mora na Rua Clélia no bairro Pompeia, muito próximo a uma unidade do Serviço Social do Comércio (SESC). A proximidade com o SESC proporciona a Claudine e a sua família poderem participar de atividades culturais e, no caso de Blessing, de atividades esportivas. Claudine gostaria de morar numa casa apenas com a sua família, entretanto, e, devido ao alto custo dos aluguéis, só conseguiram alugar com muito esforço dois quartos numa vivenda compartilhada. Para que pudessem alugar os dois quartos, contaram com a ajuda do pastor da Igreja evangélica frequentada por Claudine.

**Figura 44:** Claudine e Blessing na praia de Santos em janeiro de 2016



Fonte: arquivo pessoal de Claudine

Em São Paulo, Claudine já percorreu as principais entidades de apoio aos refugiados e imigrantes. Ela conhece muito bem as instalações da Caritas e da Missão Paz, duas das principais entidades de acolhimento de refugiados e imigrantes. Claudine pediu auxílio várias vezes à Caritas em busca de alguma ajuda econômica ou de alguma possibilidade de emprego, no entanto, não foi bem sucedida nesse último empreendimento:

Na verdade a gente não recebi nenhum subsidio da Caritas, eu até fico surpresa que tem gente que recebe subsidio. Já encontrei as famílias que dizem ter recebido. Eu recebi pouco de ajuda financeira acho que três vezes só. Eu não lembro receber uma coisa do Acnur, só reconhecimento (CLAUDINE,

Depois de visitar várias vezes a Missão Paz, Claudine descobriu que ali funcionava uma rádio. Ela entrou em contato com as pessoas da “Rádio Migrantes” e aos poucos começou a fazer um programa, como é apontado por ela, “para manter meu trabalho lindo que amo muito”. Desde 2015 ela leva adiante um programa nessa rádio como voluntária.

Eu não recebo nada, às vezes até fica difícil ir e vir de lá, mas Deus sempre me ajuda. No programa eu faço um convite para as pessoas, principalmente do Congo, a falarem sobre a vida no Brasil, como eles estão se sustentando. Algumas falas são sobre o trabalho deles como artistas e outras sobre as dificuldades. A gente explica também como pode se comportar como estrangeiro quais documentos tem que ter, qual instituição que pode ajudar, direitos, como são os limites de cada um, cultura congoleza, etc. (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).

O envolvimento com outros congolezes em São Paulo, seja através do programa de rádio ou pessoalmente, funciona para Claudine como uma forma de sentir-se menos longe de casa. Entretanto, também funciona como uma rede de ajuda em aspectos tão fundamentais como o fato de conseguir comida a menor preço:

A gente gosta muito de peixe, só que o peixe está muito caro na feira. Com outras mulheres africanas, fizemos um grupo no *Whatsapp* para nos encontrar e irmos comprar peixe mais barato na Ceasa, onde compram as pessoas das feiras. Quando você marca, somos quatro, seis, sete mulheres para comprar. Nos encontramos todas na estação Barra Funda às 22h30 ou 23h00. Dali, vamos juntas no mercado do Ceasa que começa só às 2h00 e vai até às 4h00; isso significa que você vai dormir fora da casa. É uma história complicada com sacrifício por sua família. Mas é muito bom, porque você vai comprar muitos peixes para guardar muito tempo, de um a dois meses. Eu faço mais dois meses e divido com meu marido em Santo. Muito econômico (CLAUDINE, RELATO AUTOBIOGRÁFICO, AGOSTO 2016).

Os encontros para ir comprar peixe são importantes para a consolidação de uma rede de solidariedade entre mulheres africanas. Os vínculos tecidos nesses encontros permitem também que, quando alguém do entorno familiar de alguma destas mulheres viaja, elas possam enviar, por exemplo, roupas, calçados e até comida para os membros da família que ficaram na África. Ou seja, estas redes parecem operar não apenas a escala local, senão também num espaço “transnacional”.

Algumas vezes, estando na casa de Claudine, fui convidada a comer pães e bolos de uma padaria próxima da sua casa. Soube através dela que o padeiro todos os dias guardava para Claudine os produtos que haviam sobrado do dia anterior. A respeito dessa situação, muitas vezes ouvi Claudine referir-se as suas condições de vida em São Paulo como um “milagre”.

Estando uma tarde na casa de Claudine, comentei de forma casual que a Secretaria Municipal de Cultura havia convocado uma reunião com coletivos e artistas imigrantes para conversar sobre os projetos culturais existentes na cidade. Guido, que também estava lá, rapidamente insistiu que Claudine me acompanhasse à reunião.

A ideia do encontro na Secretaria Municipal de Cultura paulista era que a pasta de Cultura conhecesse as críticas, sugestões e reivindicações específicas da cena migrante na cidade. A reunião se realizou na tarde do dia 11 de julho de 2016, nas instalações da própria Secretaria de Cultura localizada na Galeria Olido, no centro de São Paulo. Como o encontro havia sido articulado pela Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, dois funcionários deste organismo (Viviana e Guilherme) estiveram presentes durante o evento que contou com a participação de vários refugiados congolese e imigrantes latino-americanos – dentre os quais havia um grande número de bolivianos- além de alguns haitianos e artistas de outras nacionalidades<sup>72</sup>.

No começo da reunião, dois funcionários da Secretaria de Cultura (Harika e James) fizeram uma apresentação em *Power Point* acerca dos programas, equipamentos e ações, do núcleo “Cidadania Cultural”<sup>73</sup>, e de como os imigrantes podiam inserir-se nessas ações, indicando os caminhos para que isso acontecesse. O programa “Valorização de Iniciativas Culturais” (VAI) foi devidamente explicado, assim como o edital do programa “Agente Comunitário de Cultura”<sup>74</sup>. Não obstante, o clima ficou enraivecido quando os imigrantes começaram a levantar várias reclamações, demandas e dúvidas. Em geral, os imigrantes manifestaram não sentir-se contemplados nem incluídos na política cultural da cidade, estando há anos “com pouco ou nenhum apoio público”.

Entretanto e, considerando que durante a reunião fomos informados acerca da

---

<sup>72</sup> No total, participaram da reunião 63 artistas e representantes de coletivos e projetos culturais imigrantes atuantes na cidade de São Paulo, de diversas nacionalidades entre elas Bolívia, Congo, Palestina, Cuba, Portugal, Chile, Angola, Colômbia, Espanha, Haiti, além de brasileiros filhos de imigrantes.

<sup>73</sup> Cidadania Cultural é o núcleo responsável pelos programas e ações estruturantes para a garantia do direito à cultura e à distribuição dos recursos públicos por todo o território da cidade, da Prefeitura de São Paulo.

<sup>74</sup> O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, foi criado pela lei 13540 (de autoria do vereador Nabil Bonduki) e regulamentado pelo decreto 43823/2003, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídios, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. A proposta do Programa Agente Comunitário de Cultura é apoiar financeiramente, por meio de bolsas, indivíduos envolvidos na produção e na promoção do acesso à cultura, priorizando aqueles com menores condições socioeconômicas e residentes em áreas com menor oferta de serviços e equipamentos culturais. O Agente Comunitário de Cultura é aquele que, de forma individual ou vinculada a um grupo/coletivo/rede, desenvolve, entre outras ações, processos de criação e produção culturais nas diversas linguagens artísticas e formas de expressão cultural, práticas culturais relacionadas ao pensamento, formação, qualificação, criação e circulação, entre outras.

possibilidade de participarmos do programa “Agente Comunitário de Cultura”, cujo edital ainda estava aberto, Claudine e eu concordamos que ela deveria apresentar um projeto. Eu ofereci minha ajuda para escrever e “dar forma” ao que entendi naquele momento sobre o que era um “projeto cultural”.

Dias depois desse encontro, nós nos reunimos para começar a dar forma ao que seria o projeto a apresentar e aos poucos foi surgindo o projeto “Brinquedo Esperança”. Esse projeto tem como objetivo aproximar as crianças do bairro Glicério da cultura africana, no centro de São Paulo. Através de oficinas de criação de brinquedos artesanais com materiais reciclados, busca-se mostrar “a cultura congoleza em relação ao modo de brincar”. Para Claudine, fazem parte dessa cultura certos jogos “típicos” africanos, histórias, contos e práticas, como a criação de brinquedos com material reciclado.

**Figuras 45 e 46:** Brinquedos do projeto de Claudine



Fonte: arquivo pessoal de Claudine

O projeto pode ser pensado como uma estratégia para inserir-se num âmbito geralmente muito difícil de acessar, seja para as populações migrantes como em especial para as mulheres negras. Nesse sentido, devemos levar em conta que quando se trata de “oportunidades laborais” as vagas que são oferecidas comumente situam-se em setores como limpeza, cozinha, cuidado de crianças e pessoas maiores. Portanto, a criação do projeto Brinquedo Esperança insere-se em um conjunto amplo de táticas “presentes entre grupos de imigrantes/refugiados que se sentem marginalizados nas sociedades ditas de ‘acolhimento”” (FRANCALINO, PETRUS, 2008, p. 537).

Entretanto, e, diferentemente do que poderia se pensar, o projeto “Brinquedo Esperança” não nasceu em São Paulo, pelo contrário, Claudine já implementara esse projeto no Congo. Conversando com ela a respeito de como tinha surgido a ideia dessa iniciativa, ela comentou:

A ideia do projeto vem desde o ano de 2010 quando ainda morávamos no Congo. Desde então a gente fazia parte de um projeto com as crianças do país. Dos Estados Unidos nos chegavam brinquedos e a gente distribuía. Como uma forma de agradecimento, as crianças criavam brinquedos com os materiais disponíveis, como tecidos, madeira e papelão. A partir dessa experiência de intercâmbio, percebemos o valor cultural desses brinquedos que já apresentamos em São Paulo no bairro de Lapa (CLAUDINE, CONVERSA JULHO 2016).

Contudo, certo dia em que Claudine e eu conversávamos sobre aspectos relacionados ao projeto, ela me contou que às vezes os brasileiros faziam-lhe perguntas absurdas como, por exemplo, se ela convivia com leões ou se em seu país havia arroz. Ela manifestou estar surpreendida ao escutar perguntas desse tipo e afirmou que o projeto poderia ser uma forma de aproximar os brasileiros da cultura africana.

Desde que estou aqui no Brasil eu percebo que a maioria das pessoas daqui não conhece a África. As pessoas me perguntam “você é de onde?” Eu digo, da África. E as pessoas não conhecem...Elas me perguntam se moramos com leões!

Além de significar uma estratégia de inserção social, vislumbra-se no projeto “Brinquedo Esperança” e nas ações e discursos de Claudine uma tentativa de valorização da sua identidade como refugiada africana e uma espécie de contestação de um discurso que insiste em colocar – a ela e aos refugiados em geral- apenas como vítimas.

Outro aspecto interessante observado é que, como se costuma refletir, a imigração representa um “corte, com vários desdobramentos, tanto no plano material como no simbólico”, ou uma “ruptura” (SAYAD, 1998). A história do projeto “Brinquedo Esperança”<sup>75</sup> permite-nos pensar que essa ruptura “não é sinônimo de apagamento das condições e memórias anteriores”, ao contrário, estas podem ser integradas num novo contexto” (REINHEIMER, 2016, p. 85). Ainda mais, podem dar continuidade a projetos que ficaram truncados pela migração, e por que não, trazer um pouco de esperança ao novo destino.

No dia 5 de outubro de 2016 Claudine me comunicou que havia sido selecionada como Agente de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Foi um dia carregado de emoção e felicidade. Recordo que, quando ela me ligou para contar-me a notícia, teve a sensação de haver conseguido uma vitória.

Desde então, houve algumas mudanças na vida de Claudine. Se antes de ser vencedora no edital da Prefeitura de São Paulo a sua história não parecia chamar muito a atenção (nem das entidades de apoio aos refugiados nem da mídia), atualmente essa situação parece estar percorrendo novos rumos. Nos últimos meses ela foi convidada a falar em eventos

---

<sup>75</sup> Com ajuda de Josep Juan Segarra, realizamos um vídeo sobre o projeto para apresentar na solicitude do programa Agente de Cultura: <https://vimeo.com/175906746>.

organizados por duas das mais reconhecidas instituições de apoio a imigrante e refugiada. Uma ONG realizou um pequeno vídeo a seu respeito, e ela foi convidada a falar de sua vida como refugiada num famoso programa da televisão brasileira.

**Figura 47:** Claudine e Guido durante a oficina realizada em dezembro de 2016.



Fonte: arquivo pessoal de Claudine

### **6.3 Uma trajetória, vários recomeços: entre a guerra o refúgio e a esperança de começar uma nova vida.**

Eu sou um ser humano, uma pessoa procurando uma vida para crescer também. Por favor, me aceite para que eu possa começar uma vida (CLAUDINE, 2017).

Aproximarmo-nos da história de Claudine através do que ela considera importante contar ajuda-nos a perceber não apenas as diversas formas de inserção no novo espaço social, como também as novas relações sociais que vão surgindo em sua vida no Brasil. Se desde o ponto de vista dominante tenta-se reduzir o fenômeno migratório a suas causas “objetivas”, as experiências de vida de Claudine convidam-nos a refletir sobre o fenômeno migratório contemporâneo do ponto de vista da subjetividade. Neste sentido, observar a sua trajetória nos ajuda a afastar-nos de um discurso vitimizante acerca dos migrantes e aproximarmo-nos de uma visão na qual o migrante não é considerado “apenas como o objeto de políticas

específicas, mas ele é um sujeito com capacidade para reivindicar direitos” (Mezzadra, 2005).

É claro que a experiência de Claudine tem todos os atributos para ser identificada como uma experiência de “refúgio”. Entretanto, observando a história de Claudine, percebemos que suas identidades (como refugiada, mulher, africana) vão sendo situacionalmente acionadas e ao fazê-lo há uma contribuição para a desconstrução de certos estereótipos como, por exemplo, aquele que situa a “mulher refugiada africana” num mundo dominado pelo “atraso” e “opressão”.

Por outro lado, o posicionamento de Claudine como uma mulher profissional que se move com relativa liberdade entre o Congo e o Brasil -antes da solicitação do refúgio- permite-nos observar a tensão existente no fenômeno migratório contemporâneo entre a liberdade e o controle.

Nesse sentido, e retomando a questão das viagens de Claudine para o Brasil, mencionadas anteriormente neste capítulo, trago a questão acerca do significado dessas viagens. O primeiro que percebemos é que parecem engendrar uma contradição entre a imagem amplamente viabilizada do refugiado como alguém que foge de seu país sem nenhum tipo de eleição e a do imigrante, entendido com alguém que planeja e decide acerca de seu destino migratório.

Entretanto, e, antes de generalizar essa situação específica ou refletir acerca de se essa possibilidade de viajar antes da solicitação de refúgio existe para todos os refugiados, preocupo-me, sobretudo, com a relação entre essas viagens e a própria noção de crise empregada na definição de refúgio. Nesse sentido, entendo junto com Toledo de Souza (2016) que insistir em que esta é a maior crise dos refugiados é “inevitável, mas permite pouca crítica e muito entusiasmo com o sofrimento”.

Desta forma há que se considerar que a crise dos refugiados é sempre e, primeiramente, a “crise do próprio refúgio”. Portanto existem ao menos três razões para que se produza tal crise. A primeira relaciona-se ao fato de que a existência de pessoas em situação de refúgio é “a demonstração definitiva de que a positivação dos direitos humanos nunca foi capaz de garantir proteção àquelas pessoas”. A segunda, porque a existência de pessoas em situação de refúgio demonstra-nos não apenas a fragilidade dos direitos e das instituições, mas aponta a crise do próprio Estado “não apenas pela ausência de proteção adequada, mas também pela arbitrariedade das fronteiras e das leis”. Por último, devido à perversão da índole humanitária do refúgio: “a distribuição de proteção às pessoas refugiadas é indissociável da gestão biopolítica dos fluxos migratórios”. Quer dizer que, se o refúgio é



uma exceção das limitações migratórias, este será empregado para definir a linha de separação moral, política e jurídica entre os que merecem a cidadania e os que não a merecem. Como aponta o autor, a distinção entre os refugiados e os migrantes “comuns” é um dos elementos centrais da atual crise do refúgio (TOLEDO DE SOUZA, 2016, p. 190-191).

O conceito “direito de fuga” desenvolvido pelo autor italiano Sandro Mezzadra ajuda-nos a olhar para a experiência migratória de Claudine para além da sua saída da RDC por uma causa forçada, e adotar um enfoque que, ainda levando em conta a sua situação de partida, indaga-nos no significado político da sua mobilidade.

Por outro lado, olhar a partir do “direito de fuga” permite-nos no plano conceitual superar a distinção entre “migrantes” e “prófugos” e permite-nos colocar em destaque:

La naturaleza en última instancia política de las disputas que se sostienen hoy alrededor de las migraciones, en una situación en la que, como escribió Zygmunt Bauman, la libertad de movimiento tiende a transformarse en «el principal factor de estratificación» de las sociedades contemporáneas y en uno de los criterios fundamentales alrededor de los cuales se definen las nuevas jerarquías sociales (Bauman, 1998 apud Mezzadra, 2005, p. 111).

Desta forma, a ideia de “direito de fuga” ilumina de maneira especial uma das características mais destacadas da globalização contemporânea: a tendência à proliferação e à reconstrução dos “confins” contra as mulheres e homens em fuga da miséria, a guerra às tiranias políticas e sociais (MEZZADRA, 2005, p. 112).

Os “confins” as “fronteiras” e a alteridade, a partir dos olhares que constroem Claudine – seja como refugiada, vítima ou mulher oprimida não se desvanecem em sua vida, não obstante a partir de suas ações como “agente de cultura”, também os relatos autobiográficos feitos por ela a mim contribuem na modificação de certas estigmatizações.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **-Um movimento, vários encontros e múltiplas críticas-**

Nesta tese pretendeu-se compreender o processo de mobilização de uma trama de atores governamentais e não governamentais pela criação de uma política migratória e de políticas públicas para imigrantes e refugiados no Brasil contemporâneo. Nesse intuito, optou-se por uma análise focada em distintos eventos públicos - reuniões, seminários, conferências, audiências públicas, rodas de conversa e festivais- como forma de desvendar a multiplicidade de instâncias de produção e difusão de saberes, práticas, modelos e formas de entendimento relativas a esse processo. Desta forma, a pesquisa mostra que a imigração se constitui como um assunto complexo em que confluem diferentes atores e marcos normativos na qual, diferentes agentes disputam os sentidos da imigração em um diálogo instrumentalizado por narrativas hegemônicas potentes sobre os direitos humanos (JARDIM, 2013, 2015).

Através da etnografia realizada tive oportunidade de mostrar as disputas e a trama de mediações e mediadores imersos em momentos políticos concretos e o modo como atuam em contextos precisos de interlocução. Uma primeira parte da tese considera então o papel fundamental dos agentes da sociedade civil organizada não apenas a partir dos dispositivos de poder na gestão da população imigrante, mas no processo de demandas pela criação de políticas públicas para imigrantes e refugiados que envolvem um posicionamento de luta. Neste sentido, pessoas de congregações religiosas, ONGs e academia sentem-se partícipes de um movimento de luta que teve como objetivo prioritário a modificação do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980).

Aliás, este foi o marco legal vigente até maio do presente ano - quando foi sancionada pelo governo de Michel Temer a nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) que entrará em vigor a partir do mês de novembro- e que perpassou todos os diferentes momentos do trabalho de campo como a lei sobre a qual diversos discursos e posições políticas eram tomadas. Isso, embora ele tenha vetado muitos dos artigos que são percebidos como conquistas internacionais dos direitos humanos sobre a imigração, mesmo assim, essas pessoas e instituições percebem-se protagonistas dessa mudança, tecida durante anos antes dessa sanção presidencial pois entendem que ela apenas foi conseguida graças ao papel mediador diante de instâncias governamentais como o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) ao longo de, ao menos, uma década.

A pesquisa mostra ainda no segundo capítulo, a importância das congregações

religiosas nesta luta, em especial da congregação scalabriniana com um posicionamento que move sua ação a partir do valor conferido à dignidade do imigrante e os direitos a serem alcançados juridicamente. O entendimento ético, humanista e solidário do “problema migratório”, como mostra Caggiano (2011) para o caso argentino, costuma supor que existe uma “violação de direitos humanos pelo fato de ter que deixar a Pátria, pela precarização do trabalho, pela discriminação e o isolamento” que produz efeitos ambivalentes (CAGGIANO, 2011, p. 3). Deste modo, os scalabrinianos produzem, desde a década de 1980 demandas pela modificação do Estatuto de Estrangeiro, circunscrevendo suas ações ao âmbito legal, por outro lado, reatualizam a imagem do imigrante como um sujeito pobre, necessitado de assistência, reduzindo sua percepção a uma modalidade de imigração e não alcançando sua pluralidade de expressões.

Assim, o trabalho de campo nos lugares de acolhimento dos imigrantes – geridos pelos scalabrinianos, mas não só entre eles, revelou a vigência das considerações de Abdelmalek Sayad (1998) sobre a relação entre os lugares físicos disponibilizados para os trabalhadores imigrantes e as categorias com as quais se define o imigrante:

Uma habitação de emergência para uma situação de emergência; uma habitação provisória –duplamente provisória, porque os ocupantes **só a habitam provisoriamente e porque ela mesma constitui uma resposta para uma situação pensada para ser provisória- para um residente provisório**, pois é sempre assim que se imagina ao imigrante; uma habitação econômica, sóbria (para não dizer sumária), para um ocupante que não dispõe de uma grande renda e que, além disso, se força a economizar; **uma habitação pobre e uma habitação de pobre para um ocupante conhecido como pobre**; uma habitação educativa para um ocupante estrangeiro que, levando em conta seus origens (o imigrante é sempre oriundo de um país pobre, “subdesenvolvido”, “selvagem”, país do Terceiro Mundo, etc.) merece uma ação educativa (SAYAD, 1998, p. 75).

O campo nos permite visualizar a inerente relação entre a percepção que se tem do imigrante e os lugares que lhes são destinados. Observamos assim, lugares de “emergência”, galpões, espaços de alojamento improvisados para grande quantidade de pessoas, convertessem em “alojamentos para imigrantes”. De acordo com Sayad isto mostra a profunda ação educativa que acompanha à ação filantrópica, segundo ele, “o imigrante é no fundo considerado como uma criança que precisa ação da ação educativa do alojamento” (SAYAD, 1998, p. 97). As considerações do autor aparentam estar próximas daquelas elaboradas por imigrantes, refugiados e apoiadores que lutam por outras formas de representação.

Uma segunda reflexão da pesquisa em torno à segunda parte da tese tem a ver com o papel dos agentes do Estado e das políticas públicas no tratamento da imigração

contemporânea para o Brasil. Conforme mostramos nos capítulos 3 e 4, existem duas grandes linhas de atuação em matéria de políticas migratórias, uma orientada aos refugiados e outra ao tráfico de pessoas. A concepção presente nos planos e orientações para pessoas em distintas situações de mobilidade tem, como escopo, a proteção e promoção dos direitos humanos dos migrantes. Porém, este tipo de enfoque vinculado à pauta anti-tráfico mantém uma estreita relação com instrumentos dirigidos para a repressão do crime organizado transnacional, como por exemplo, o protocolo relativo ao combate ao contrabando de migrantes (PISCITELLI, LOWENKRON, 2015). Ou seja, o discurso hegemônico que recepciona a atenção aos movimentos sociais organizados ao longo de décadas pelas congregações religiosas assume novas declinações quando em diálogo com organismos de instituições públicas federais.

Nesse ambiente de debates, emergem os acadêmicos compondo vozes que se preocupam com o caráter securitário do debate migratório atual relacionado com a busca de novas estratégias de controle migratório através das políticas anti-tráfico. Isto é algo que preocupa, sobretudo, aos antropólogos que participam do debate sobre migrações, mas claramente a questão não aparecia como um problema para muitos outros atores. Pelo contrário, observei um alto grau de consenso em relação a esta questão, por exemplo, por parte de organizações vinculadas à igreja católica revelando uma adesão a ideia de imigração e perigo, seja por representar perigo aos imigrantes seja por corporificar os imigrantes como perigosos porque mais vulneráveis a arena da criminalidade.

Experiências tratadas nesta tese no capítulo 3, como a da instalação de uma Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio durante a Primeira Conferência Nacional de Migrações e Refúgio, nos sugerem olhar com atenção as “políticas de controle com rosto humano” (DOMENECH, 2013) ou seja, aquelas ideias, práticas e planos de ações que enquadradas no discurso dos direitos humanos têm a mesma finalidade que as políticas abertamente restritivas, garantindo inclusive mais efetividade no controle dos fluxos migratórios internacionais. Assim, esta sugere que é preciso pensar conjuntamente os modos como as categorias de direitos humanos e seguridade se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

Quanto à questão dos refugiados, evidenciei nesta tese que se houve um aumento considerável das solicitações de refúgio entre os anos 2010-2015 houve também um elevado número de solicitações indeferidas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) que passaram a ser tratadas com caráter humanitário pelo Conselho Nacional de Migrações (CNIg). Mostrei, contudo, a existência de um vínculo entre as limitações do Estatuto do

Estrangeiro, uma política altamente seletiva na contratação de trabalhadores estrangeiros, e o aumento das solicitações de refúgio.

No capítulo 4, vimos que diante dos impedimentos da lei, sujeitos que buscam reconduzir suas vidas e que encontraram na categoria de refúgio sua única maneira de estar de acordo com a regularização disponível, percebem que ser visto como “vítima” diante de tantos discursos é um elemento chave para alcançar legitimidade e caminhos regulares no Brasil, bem como apoio na rede pública de atendimento da sociedade e suas organizações. Exemplifico isso mediante o tratamento dado aos senegaleses de Caxias do Sul durante a Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Desta forma, vemos que quando se trata do sujeito que sofre, ser reconhecido como vítima outorga acesso a certos direitos de cidadania (GATTI, 2016).

O tratamento como “vítimas”, enquanto estratégia que permite reconhecimento aos imigrantes e refugiados, pode ser aproximado em termos de análise a casos observados por antropólogos no contexto europeu. Não obstante, a pesquisa mostra que, diferentemente do contexto europeu atual em que o imigrante que anseia por uma vida melhor é visto com desconfiança e quem foge de perigos presumivelmente maiores e mais difundidos pela grande mídia tem mais possibilidades de ser acolhido e obter permissão de residência (SCHINDEL, 2017), no Brasil, a dimensão econômica e política da mobilidade conjugam-se de um modo particular produzindo uma figura entre o imigrante e o refugiado, um “quase refugiado” digno de reconhecimento tanto pelo sofrimento quanto pela sua pobreza. Contestar, refutar, impugnar o discurso da pobreza são ações constitutivas das tensões entre “desigualdade e solidariedade” entre “relação de dominação e relação de ajuda” constitutiva de todo governo humanitário (FASSIN, 2010).

Além disso, e embora não tenha aprofundado nessa linha de análise apresentei ainda nesse capítulo, algumas cenas que sugerem pensar quanto a figura hiper-real do imigrante contemporâneo encontra-se vinculada à pobreza e racializada. O que a pesquisa mostra é que entre os diversos imigrantes, a imigração de pessoas negras (imigração haitiana e de distintos países africanos) está sendo construída como uma população que precisa ser protegida, mas também como uma população que precisa ser controlada.

Na terceira parte da tese, busquei trazer as vozes de imigrantes e refugiados negros com estudos universitários, trabalhando na administração pública, instando à organização política de outros imigrantes para efetuar suas próprias demandas e mostrando outra imagem além da “miséria” do imigrante e do refugiado “hiper-real” que apenas aparece em fóruns,

seminários e audiências públicas para pedir ajuda. Todavia, as pessoas em mobilidade que aparecem nessa tese também não parecem adequar-se à imagem do refugiado expresso na letra da lei que, temendo por sua vida, apenas precisa da intervenção “humanitária”. É por isso que chamo a atenção para o risco de se estar criando no Brasil a ideia de imigrantes e refugiados hiper-reais, não apenas pela generalização de estereótipos, mas pela potencialidade de gerar sujeitos sob controle e burocratizáveis cuja condição de vítimas contrasta enormemente com aqueles imigrantes e refugiados de “carne e osso” que conhecemos através desta etnografia.

A tese mostra no capítulo 5 como um grupo de imigrantes e refugiados do centro de São Paulo transforma práticas musicais e artísticas em ferramentas para levar adiante um projeto coletivo, cuja tendência é a transformação e positivação de imagens negativas que pesam sobre as populações deslocadas e, ao mesmo tempo, é uma forma de participação política e cidadã. Em suma, o que a pesquisa mostra é que ações como rodas de conversa sobre a situação de guerra na República Democrática do Congo, apresentações musicais em bares e restaurantes - passando por palestras em bibliotecas e instituições educativas – contribuem para a modificação dos significados de categorias como “cidadania” e “participação política”, estimulando a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas a respeito dos imigrantes e refugiados.

Entretanto, ao utilizar as noções de agência e resistência para tentar entender a complexidade das mobilizações de imigrantes e refugiados - entre experiências particulares de mobilidade internacional e a construção de um projeto coletivo, entre sofrimentos no lugar de origem e sofrimentos no país de “acolhida”, entre formas de visibilidade e formas de participação - permanece a pergunta acerca de se essas são suficientes para dar conta do que ocorre com os imigrantes. Não haveria ainda uma grande ausência nos trabalhos sobre imigrantes no Brasil algo mais substancial acerca de suas representações políticas em espaços públicos no país?

A história de Claudine que conhecemos no capítulo 6 abre novas interrogações a respeito, mostrando uma biografia que percebe “vulnerabilidades” e protagonismos não como dois polos excludentes, mas que fazem parte da vivência de uma pessoa. Desta forma, observando as experiências de Claudine, compreendemos várias identidades (como refugiada, mulher, africana) que vão sendo contextualmente acionadas e ao fazê-lo contribuem para a desconstrução de certos estereótipos como, por exemplo, aquele que situa a “mulher refugiada africana” num mundo dominado pelo “atraso” e “opressão”.

Por último, rememorando a cobrança de Pitchou que explicito no capítulo 1, ao criticar-me e recusar-se a dar entrevista porque pesquisadores geralmente os veem como objetos de pesquisa cabe refletir sobre o fazer antropológico. Ou seja, a etnografia que realizei colocou em discussão uma série de incômodos e aprendizados a serem pensados em relação a quem é o sujeito e quem é o objeto numa pesquisa antropológica. Como forma de exemplificar esta controvérsia, servir-me-ei de uma cena de meu diário de campo de 2016:

Terça-feira, 3 de maio

Hoje senti um profundo desconforto. O GRIST Musical reuniu-se esta noite no térreo do Cambridge para falar sobre a organização do primeiro festival do grupo. Quase 20 pessoas estão sentadas formando um círculo e conversando sobre a logística do evento. Pitchou o portavoz do grupo me pede que explique o porquê da minha presença na reunião. Eu estava um pouco inibida ante o olhar atento de tantas pessoas desconhecidas, mas a situação piorou. Enquanto eu estava falando, Pitchou pegou seu telefone celular e começo a me gravar. Senti-me muito envergonhada sobretudo porque imediatamente ele fez com isso uma publicação que compartilhou no seu mural de facebook.

Não é senão tendo em mente a criatividade das “culturas” que estudamos (WAGNER, 2010, p. 42) que se compreendem alguns aspectos do fazer antropológico. A partir dos relacionamentos que construí com meus interlocutores, espero ter incorporado de modo constante as considerações de Pitchou e de outros entrevistados na condução desse trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer Il potere sovrano e la nuda vita**. Torino: Giulio Einaudi, 1995.
- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social: revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2. 2006, p.197-215. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2> Acesso em: 14 abr. 2017.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, Mary Garcia (Ed.). **Migrações internacionais – contribuições para políticas**. Brasília: Cnpd, 2001. p. 615-639.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: Ipea, 2013. 297 p.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinción: Criterios y bases sociales del gusto**. Madrid: Taurus, 1988. 594 p. Tradução de Maria del Carmen Ruiz de Elvira.
- CAGGIANO, Sergio. Migrantes y lucha por los derechos: posibilidades y limitaciones de la articulación entre organizaciones. In: IV CONGRESO DE LA RED INTERNACIONAL DE MIGRACIÓN Y DESARROLLO. Quito, 2011. p. 1 - 24.
- CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antônio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa [Orgs.] **Antropologia das práticas de poder Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014. 256 p.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T; DUTRA, D. **Relatório 2015: A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração., 2015. 145 p. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/obmigra/relatorio-anual/>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- CAVALCANTI, Leonardo. A EMPREGABILIDADE DOS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T; DUTRA, D. **Relatório 2015: A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral

de Imigração, 2015. p. 77-102. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/obmigra/relatorio-anual/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas:Faces. Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf> . Acesso em: 26 jul. 2016.

DAS, Veena. El acto de presenciar. Violencia, conocimiento envenenado y subjetividad. In: ORTEGA, Francisco A. (Ed.). **Sujetos del dolor, agentes de dignidad.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 217-250.

DE LUCAS, Javier. La inmigración como res política. In: CHAMIZO DE LA RUBIA, José; YAMGNANE, Kofi (Orgs.). *Movimientos de personas e ideas y multiculturalidad.* Valencia, 2004.

DELGADO, Manuel. Quien puede ser inmigrante en la ciudad. In: DELGADO, Manuel et al. **Exclusión Social e Diversidad Cultural.** San Sebastián: Gakoa, 2003. p. 9-24.

DOMENECH, Eduardo. "Las migraciones son como el agua": Hacia la instauración de políticas de "control con rostro humano": La gobernabilidad migratoria en la Argentina. **Polis (santiago)**, [s.l.], v. 12, n. 35, p.119-142, ago. 2013. SciELO Comision Nacional de Investigacion Cientifica Y Tecnologica (CONICYT). <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-65682013000200006>.

DOMENECH, Eduardo. La agenda política sobre migraciones en América del Sur: el caso de la Argentina. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, [s.l.], v. 23, n. 1, 2007.

DOMENECH, Eduardo. La ciudadanización de la política migratoria en la región sudamericana: vicisitudes de la agenda global In: NOVICK, Susana (Org). **Las migraciones en América Latina. Políticas, culturas y estrategias.** CLACSO / Catálogos, Buenos Aires, 2008, p. 53-72.



- ETCHEVERRY, Daniel. **"Vivo en un mundo y quiero otro": um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre.** 2011. 483 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FACUNDO, Ángela. **Êxodos e refúgio: colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil.** 2014. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- FANON, Frantz. **Piel negra, máscara blancas.** Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973.
- FASSIN, Didier. **La Razón Humanitária.** Buenos Aires: Prometeo, 2016. 396 p.
- FELDMAN-BIANCO, Bela, RIVERA SÁNCHEZ, Liliana; STEFONI, Carolina; VILLA MARTINEZ, Marta Inés (Orgs.). **La construcción social del sujeto migrante en América Latina: prácticas, representaciones y categorías.** Flacso sede Ecuador: 2011. 366 p. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/39537.pdf> . Acesso em: 25 nov. 2016.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Caminos de ciudadanía: Emigración, Movilizaciones sociales y políticas del Estado brasileiro. In FELDMAN-BIANCO, Bela; RIVERA SÁNCHEZ, Liliana; STEFONI, Carolina; VILLA MARTINEZ, Marta Inés (orgs.). **La construcción social del sujeto migrante en América Latina: Prácticas, representaciones y categorías.**—Flacso— Universidad Alberto Hurtado, 2011, p. 235-280.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Memórias de luta: Brasileiros no Exterior (1993-2010). **Remhu- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 24, n. 48, p.45-61, set. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4070/407048610004.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.
- FERREIRA, Jaqueline; SCHUCH, Patrice (Org.). **Direitos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 275 p.

- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2000. 246 p.
- FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n 10, p. 83-121, 1999.
- FOUCAULT, Michael. **El nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 401 p.
- FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 285-315.
- FOUCAULT, Michel. Clase 1 de febrero 1978. In: FOUCAULT, Michel. **Seguridad, territorio, población: Curso no Collège de France: 1977-1978**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. p. 109-138.
- FOUCAULT, Michel. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 50, n. 30, p.3-20, jul. 1988.
- FRANCALINO, João Henrique; PETRUS, Maria Regina. Dinâmicas de afirmação e resignificação de identidades. Um projeto cultural em construção com refugiados e imigrantes congolese e angolanos. **Remhu – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, n. 31, p.532-544, 2008.
- FRANZÉ, Adela Mudanó. Perspectivas antropológicas y etnográficas de las políticas públicas. **Revista de Antropología Social**, Madrid, v. 22, p.9-23, dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/43771/41354>. Acesso em: 22 mar. 2015.
- GALLO, Fernanda. Refugiados Congolese no Brasil: Construindo Sentidos. In: 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 2010. p. 1 - 25.
- GATTI, Gabriel. El misterioso encanto de las víctimas. **Revista de Estudios Sociales**, Colombia, v. 56, n. 1, p.117-120, abr. 2016. Disponível em: <https://res.uniandes.edu.co/view.php/1075/index.php?id=1075> . Acesso em: 5 jun. 2017.

- GATTI, Gabriel; MARTÍNEZ, María. El ciudadano-víctima. Notas para iniciar un debate. **Revista de Estudios Sociales**, [s. L.], v. 1, n. 59, p.8-13, 2016.
- GAVAZZO, Natalia. Música y danza como espacios de participación de los jóvenes hijos de migrantes bolivianos y paraguayos en buenos aires (argentina). **Revista del Museo de Antropología**, Córdoba, v. 9, n. 1, p.83-94, jun. 2016.
- GAVAZZO, Natalia. **Hijos de bolivianos y paraguayos en el área metropolitana de Buenos Aires: Identificaciones y participación entre la discriminación y el reconocimiento**. 2012. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropología Social, Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HORTON, Sara. El tratamiento diferencial de los inmigrantes cubanos y mexicanos en el sistema de salud pública de Estados Unidos. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 40, n. 1, p.61-84, jan-diz. 2004.
- JARDIM, Denise Fagundes. Imigração e refúgio como temas contemporâneos: a acolhida humanitária em tempos de Copa do Mundo. **Revista da Extensão**, Porto Alegre, n. 11, p.53-57, jan. 2015. Disponível em: < <http://denisejardim.wixsite.com/antropologa/articles>>. Acesso em: 5 junho 2015.
- JARDIM, Denise Fagundes. Os Direitos Humanos dos imigrantes: Reconfigurações normativas dos debates sobre imigrações no Brasil contemporâneo. **Densidades**, Buenos Aires, n. 14, p.67-85, dez. 2013. Disponível em: < <http://denisejardim.wixsite.com/antropologa/articles>>. Acesso em: 11 maio 2015.
- JARDIM, Denise. Estratégias da imigração em tempos da globalização: as viagens internacionais dos palestinos. In: JARDIM, Denise (Org.). **Cartografias da Imigração: políticas públicas e interculturalidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 245-267.
- JARDIM, Denise. **Imigrantes o refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras**. Jundial: Paco Editorial, 2017. 256 p.

- JARDIM, Denise; TRPIN, Verónica. Tendencias de los estudios migratorios en Brasil y Argentina: desafíos actuales. **Odisea. Revista de Estudios Migratórios**, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p.134-157, jun. 2015.
- LACERDA, Paula. **Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 329p.
- LEÃO, Augusto Veloso; DEMANT, Peter Robert. The cases Zulmira Cardoso And Brayan Capcha: Political mobilization and migrant integration in Brazil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 31, n. 91, p.01-19, 4 jul. 2016. ANPOCS. <http://dx.doi.org/10.17666/319102/2016>.
- LECHNER, Elsa. Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: Contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 85, n. 1, p.43-64, 2009.
- LECHNER, Elsa. MIGRAÇÃO, RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO: uma equação teórico-prática à luz da pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Pesquisa (auto)biográfica**, Salvador, v. 1, n. 2, p.314-325, maio 2016.
- LÓPEZ SALA, Ana María. Los retos políticos de la inmigración. In: CASTAÑO, Javier García et al (Ed.). **La inmigración en España: contextos y alternativas**. Granada: Ldei, 2002.
- LÓPEZ SALA, Ana María. **Inmigrantes y Estados: la respuesta política ante la cuestión migratoria**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.
- MAGLIANO, Maria José; CLAVIJO, Janneth. La OIM como trafficking solver para la región sudamericana: sentidos de las nuevas estrategias de control migratório. In: KASARIK, Gabriela (Org.). **Migraciones internacionales: reflexiones y estudios sobre la movilidad territorial contemporánea**. Buenos Aires: Fundación Ciccus, 2013. p. 129-148.
- MALKKI, Liisa. Refugees and exile: From" refugee studies" to the national order of things. **Annual Review Of Anthropology**, [s.l.], v. 24, n. 1, p.249-523,1995.
- MALKKI, Liisa. Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization. **Cultural Anthropology**, v. 11, n. 3, p.377-404, 1996.

- MANSUR DIAS, G., SPRANDEL, M. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. **Remhu – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Nº 37, p. 59-77, 2011.
- MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review Of Anthropology**, v. 24, n. 1, p.95-117, 1995.
- MARRUS, Michael. **The unwanted: European refugees in the twentieth century**. Nueva York: Oxford Univerity Press, 1985.
- MC CALLUM, Stephanie. El refugiado hiperreal. Formas legítimas e ilegítimas de ser refugiado en Argentina. **Revista Temas de Antropología y Migración**, Buenos Aires, v. 1, n. 4, p.30-53, dez. 2012.
- MEZZADRA, Sandro. Capitalismo, migraciones y luchas sociales: La mirada de la autonomía. **Nueva Sociedad**, [s. L.], v.1, n. 237, p.160-178, jan. 2012.
- MEZZADRA, Sandro. **Derecho de Fuga**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005. Traducción Miguel Santucho.
- MITCHELL, Timothy. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Ed.). **The Anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 169-186.
- MORAES, Alex Martins. Te ponen el ojo y te sacan una radiografía: ser imigrante nas redes de saúde e concessão dos benefícios sociais em Porto Alegre. In: JARDIM, Denise Fagundes, LÓPEZ, Laura Cecília. Políticas da Diversidade: (In) Visibilidades, pluralidade e cidadania numa perspectiva antropológica. Porto Alegre: Edufgrs, 2013. p. 135- 164.
- MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de. **As políticas da cultura: Uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura**. 2016. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- NASCIMENTO, Douglas. **Cambridge Hotel**. 2011. Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/hotel-cambridge/> . Acesso em: 23 abr. 2017
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil. **Cadernos Obmigra: Revista Migrações Internacionais**, Brasília, v. 1, n. 3,

p.252-278, 2015. Disponível em:  
<periodicos.unb.br/index.php/obmigra/issue/download/1186/242>. Acesso em: 11  
maio 2017.

OLIVEIRA, Tadeu. Relacionamento e Complementariedade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T; DUTRA, D. **Relatório 2015: A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração, 2015. p. 123-138. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/obmigra/relatorio-anual/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ONG, Aihwa. Cultural citizenship as subject-making: immigrants negotiate racial and cultural boundaries in the United States". **Current Anthropology**, [s.l.], v. 37, n. 5, p.737-762, 1996.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In GROSSI, Miriam Pillar, ECKERT, Cornelia e FRY Peter (Orgs). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração? **Emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, [s. L.], n. 9, p.6-18, jun. 2012. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/64?name=o-brasil-pais-de-imigracao>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

PINTO, Celi Jardim. Notas sobre a controvérsia Fraser-Honnet informada pelo cenário brasileiro. **Revista Lua Nova**, n. 74, p. 35-58, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n74/03.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Entre as "mafias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 31, 2008.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. **Ciência e Cultura**, [s.l.], v. 2, n. 67, p.35-39, 2015.

- PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Orgs.) **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 236 p.
- RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, p. 5-14, 1995.
- RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p.15-47, jul. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832003000100002>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832003000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100002)>. Acesso em: 7 mar. 2017
- REINHEIMER, Patrícia. Etnicidade distribuída: múltiplas afiliações e posicionamentos nas construções de si. In: PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam; PETRUS, Regina (Org.). **Migrações: rumos, tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Polobooks, 2016. p. 75-104.
- RIBEIRO, Jullyane. “Em África, a mulher faz tudo, mas aqui é o Brasil”: gênero e outras categorias de diferenciação nos deslocamentos de pessoas refugiadas para a cidade de São Paulo. In: 30 REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, João Pessoa, 2016. p. 1 - 18.
- RODRIGUES, Silvia Aguião. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. 2014. 316 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ROMERO, Belén Agrela. **Análisis antropológico de las políticas sociales dirigidas a la población inmigrante**. 2006. 502 f. Tese (Doutorado) - Curso de Trabajo Social, Departamento de Trabajo Social y Servicios Sociales, Universidad de Granada, Granada, 2006.
- ROMERO, Belén Agrela; ARAÚJO, Sandra Gil. Constructing otherness: The management of migration and diversity in the Spanish context. **Migration: A European Journal Of International Migration And Ethnic Relations**, [s. L.], v. 43, p.44-45, nov. 2005.

- ROMERO, Belén, Agrela, DIETZ, G. Non governmental versus governmental actors? Multilevel governance and immigrant integration policy in Spain. In: TSUDA, Takeyuki (Ed.). **Local citizenship in recent countries of immigration: Japan in comparative perspective**. California: Lexington Books, 2006. p. 215-234.
- SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999
- SALES, Teresa; REIS, Rossana. **Do Brasil migrante**. São Paulo: Editempo, 1999.
- SASSEN, Saskia. **Inmigrantes y ciudadanos: de las migraciones masivas a la Europa fortaleza**. Madrid: Siglo XXI, 2013. 251 p. Traducción de Jesús Alborés Rey.
- SATIKO, Rose. Os filmes da quebrada e o filme da antropóloga – encontros. In: VICENTE, W. (Org). **Quebrada? Cinema, vídeo e lutas sociais**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária-USP, 2014. p. 147-75.
- SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. 299 p.
- SCHINDEL, Estela. Migrantes y refugiados en las fronteras de Europa. Cualificación por el sufrimiento, nuda vida y agencias paradójicas. **Revista de Estudios Sociales**, [s.l.], n. 59, p.16-29, 2016.
- SCOTT, James. **Weapons of the weak. Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Porto Seguro, 2008. p. 1 - 20.
- SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Ed.). **The Anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 1-41.
- SHORE, Cris; WRIGHT, Susan (ed.) *Anthropology of Policy: Perspectives on Governance and Power*. London: Routledge, 1997.
- SHORE, Cris; WRIGHT, Susan; PERÒ, Davide (ed.). **Policy worlds: Anthropology and the analysis of contemporary power**. Berghahn Books, 2011.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; CASTRO, Joao Paulo Macedo e. Notas para uma Abordagem Antropológica da (s) Política (s) Pública (s). **Revista Antropológicas**, Pernambuco, v. 26, n. 2, p.17-54, 2015. Disponível em:



<<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/568/362>>. Acesso em: 16 mar. 2017

SPRANDEL, Marcia Anita, MANSUR DIAS, G., A temática do tráfico de pessoas no contexto brasileiro. **Remhu – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Nº 35, p. 155-170, 2010.

SPRANDEL, Marcia Anita. Marcos legais e políticas migratórias no Brasil. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 41-54.

SPRANDEL, Marcia Anita. Políticas migratórias no Brasil do século XXI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESLOCAMENTOS, DESIGUALDADES E DIRETOS HUMANOS, São Paulo, 6 e 7 de julho 2012.

STOLCKE, Verena. ¿Qué entendemos por integración social de los inmigrantes? In CHECA, Francisco; VELASCO, Juan Carlos; ARJONA, Ángeles (org.). *Inmigración y derechos humanos*. La integración como participación social. Barcelona: Icaria, 2004 [2002] p. 17-45.

SUÁREZ NAVAZ, Liliana. Reflexiones etnográficas sobre la «ciudadanía transnacional». Prácticas políticas de andinos en el sur de Europa. *Arbor*, [S.l.], v. 186, n. 744, p. 639-655, agosto. 2010. Disponível em: <<http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/1215/1220>>. Último acesso: 07 jul. 2015.

TANNURI, Maria Regina Petrus. **Refugiados congolese no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”**: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. 2010. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TOLEDO DE SOUZA, Mauricio. O Refugiado e os direitos: entre a exceção, a escassez e o excedente. In: PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam; PETRUS, Regina (Org.). **Migrações: rumos, tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Polobooks, 2016. p. 189-198.

- TRAPAGA, Iban. Instituciones de asistencia a migrantes colonizadas por el discurso securitario: La Casa del Migrante de Ciudad Juárez. *Chiguagua Hoy*. Visiones de su historia, economía, política y cultura. Vol. X. Ciudad Juárez, México, UAC, 2010.
- TROUILLOT, Michel Rolph. The anthropology of the state in the age of globalization: Close encounters of the deceptive kind. **Current Anthropology**, Chicago, v. 42, n. 1, p.125-138, 2001.
- VECCHIOLI, Virginia. Políticas de la Memoria y Formas de Clasificación Social. ¿Quiénes son las “Víctimas del Terrorismo de Estado” en la Argentina? In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia (Comp.). **La imposibilidad del olvido: Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay**. La Plata: Al Margen, 2001. p. 83-102
- VIEIRA, Daianne Rafael. **Do Congo para o Brasil: as perspectivas de vida e de trabalho de refugiados e solicitantes de refúgio congolezes no Rio de Janeiro**. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- VILLEN, Patrícia. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. In: VIII SEMINÁRIO DO TRABALHO, 2012, Marília, p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2016.
- WAGNER, Roy. **A Invenção da cultura**. São Paulo: Cosacnaify, 2010. 253 p.
- WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

## ANEXOS

### Documentos e leis

- Lei 6.815 de 1980 (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)

- Lei 9.474 de 1997 (Lei do Refúgio). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm)

- Lei 13.445 de 2017 (Lei de Migração). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)

- PLS 5655/2009.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>

- PLS 288/2013.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113700>

- PLS 2516/2015

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594910>

Texto-Base Comigrar. Disponível em:

[http://www.participa.br/articles/public/0006/2628/Texto\\_base\\_1a\\_COMIGRAR\\_Janeiro\\_2014.pdf](http://www.participa.br/articles/public/0006/2628/Texto_base_1a_COMIGRAR_Janeiro_2014.pdf)

Manual Metodológico Comigrar. Disponível em:

[http://www.participa.br/articles/public/0006/2558/Manual\\_COMIGRAR\\_Janeiro\\_2014.pdf](http://www.participa.br/articles/public/0006/2558/Manual_COMIGRAR_Janeiro_2014.pdf)

II Plano Nacional (PNETP). Disponível em:

[https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08\\_Folder\\_IIPNETP\\_Final.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08_Folder_IIPNETP_Final.pdf)